

Vitor Hugo Bastos Cardoso

**AS DINÂMICAS POLÍTICO-TERRITORIAIS DE UMA
COMUNIDADE PERIFÉRICA NO SUL DA AMÉRICA
PORTUGUESA: A ILHA DE SANTA CATARINA E SEU
CONTINENTE, 1680-1750.**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
mestre em História Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Beatriz Gallotti
Mamigonian.

Florianópolis, 2013

Ficha de Identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cardoso, Vitor Hugo Bastos

As dinâmicas político-administrativas de uma comunidade
periférica no sul da América Portuguesa: A ilha de Santa
Catarina e seu continente, 1680-1750. / Vitor Hugo Bastos
Cardoso ; orientador, Beatriz Gallotti Mamigonian =
Florianópolis, SC, 2013.

355 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Ilha de Santa Catarina. 3. Vila do
Desterro. 4. América portuguesa. I. Mamigonian, Beatriz
Gallotti. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

**As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade
periférica no Sul da América portuguesa: a Ilha de Santa
Catarina e seu continente, 1680-1750.**

Vitor Hugo Bastos Cardoso

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora

Beatriz Gallotti Mamigonian

Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC

Martha Daissou Hameister

Profa. Dra. Martha Daissou Hameister – PGHIS/UFPR

Janice Gonçalves

Profa. Dra. Janice Gonçalves – PPGH/UDESC

Henrique E. R. Lima Filho

Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (suplente) – PPGH/UFSC

Eunice Sueli Nodari

Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 20 de junho de 2013.

Para Sandra e Gabriela.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar o processo político da ocupação luso-brasileira do espaço da Ilha de Santa Catarina e do litoral próximo entre finais do século XVII e a primeira metade do XVIII. Nesse período este território ultramarino passou por inúmeras transformações que culminaram a criação da Vila do Desterro, no ano de 1726, e a instalação da capitania de Santa Catarina, em 1738. Para isso, procurou-se enfatizar aqui a trajetória social e política da elite local recém-constituída, que a partir dos seus postos de governança intermediava junto ao Estado luso o processo territorialização da fronteira sul da América portuguesa.

Palavras-chave: Vila do Desterro, Ilha de Santa Catarina, América portuguesa, Elite local.

ABSTRACT

This work takes as its principal objective to analyze the political process of Portuguese-Brazilian occupation of the island of Santa Catarina and the nearby coast at the end of the 17th and beginning of the 18th century. During this time, this overseas Portuguese territory passed through many transformations, ending with the creation of the *Vila de Desterro* in 1726 and the installation of the *Capitania* of Santa Catarina in 1738. In order to achieve this analysis, the author emphasizes the social and political trajectory of the recently constituted local elite which, through positions of governance, worked with Lisbon to territorialize of the southern frontier of Portuguese America.

Keywords: Vila de Desterro, Island of Santa Catarina, Portuguese America, Local elites

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 - Porto e Sertão dos Patos (século XVII) e as comunidades guaranis atuais.....	57
Mapa 2 - Campos de Araçatuba e o Porto de Manuel Manso de Avelar (1715).....	135
Mapa 3 - O patrimônio fundiário da câmara da vila do Desterro (1727).....	256
Mapa 4 - O termo da vila do Desterro em 1750 (Rossio, Campos Comuns, Freguesias e Fortalezas).....	313

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHMF – Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
AHESC – Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina
APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo
IHGSC – Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina

Sumário

INTRODUÇÃO.....	19
Capítulo 1 - A formação territorial de um povoado na costa Sul da América portuguesa.....	35
1.1 – Preâmbulo.....	35
1.2 - Francisco Dias Velho e o bandeirismo paulista em direção ao Sul.....	39
1.3 - Os “segundos povoadores” e as conquistas do Sul em nome d'El Rei.....	74
1.4 - O povoado do Desterro, um “território mestiço”?.....	95
Capítulo 2 - A configuração social e política do Desterro	103
2.1 - Preâmbulo.....	103
2.2 - A dinâmica sócio-demográfica da paróquia da Ilha	105
2.3 - Manuel Manso de Avelar: o chefe do bando	128
2.4 - O contrabando com os franceses.....	164
Capítulo 3 - A vila de Nossa Senhora do Desterro e a capitania de Santa Catarina.....	197
3.1 - Preâmbulo.....	197
3.2 - A estrutura político-geográfica portuguesa no sul da América.....	203
3.3 - Os “homens bons” e o território da vila do Desterro.....	229
3.4 - As jurisdições régias da capitania subalterna da Ilha de Santa Catarina. .	266
3.5 - Os conflitos políticos em torno do espaço da Ilha de Santa Catarina.	294
Considerações Finais.....	323
FONTES.....	327
BIBLIOGRAFIA.....	333
ANEXOS.....	353

INTRODUÇÃO

A questão que orienta este trabalho foca sobre o tipo e a qualidade das relações que existiram entre as autoridades metropolitanas e os colonos luso-brasileiros na Ilha de Santa Catarina e seu continente próximo – a vila do Desterro e depois a sede da capitania de Santa Catarina – na primeira metade do século XVIII. Nossa intenção aqui é analisar o processo de afirmação do Estado português nesse espaço a partir de uma perspectiva local, ressaltando a participação dos sujeitos históricos que viviam ali nesse momento de remodelação do sistema político. Daremos ênfase aqui ao conjunto da elite local que eram aqueles que detinham os principais postos de governanças da Ilha (camaristas, militares, senhores de terras e escravos, comerciantes, etc.), e que também assumiam a intermediação entre a sua comunidade e os representantes do Estado luso.

O problema que tentaremos responder com este trabalho se insere num amplo debate da historiografia brasileira que desde muito vem discutindo as formas de relações políticas entre a América portuguesa e o reino de Portugal. Adiante faremos referência a essa discussão historiográfica a fim de nos situarmos dentro desse debate, sobretudo em relação às pesquisas que ressaltaram a participação autônoma dos colonos luso-brasileiros na conduta da política colonial brasileira.

Desde a década de 1980, pudemos perceber o quão importante foi a emergência de uma noção de “poder local” enquanto elemento estruturante das novas abordagens históricas que buscavam reconhecer a autonomia da América portuguesa frente ao controle do Reino de Portugal. Neste sentido, as interpretações sobre o passado colonial do Brasil caminhavam na direção de reconhecer que as formas políticas atuantes fugiam ao modelo prevalecente de submissão e imobilidade frente à metrópole lusa.

No contexto da historiografia brasileira da primeira década deste século, pesquisadores como João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho, entre outros, articularam suas idéias contra as interpretações históricas que entendiam as relações externas entre colônia e metrópole a partir dos parâmetros de uma economia do “exclusivo colonial” e com um “sentido de colonização”, propriamente

dito.¹ Para os estudiosos que tinham validado essas assertivas, primeiramente Caio Prado Júnior, por volta dos anos 1940, e depois Celso Furtado e Fernando Novais, nos anos 1960 e 1970, a América portuguesa detinha um papel limitado e periférico na história do período moderno, que tinha a ver com o processo mercantilista de acumulação de capital capitaneado pelas potências européias. A aplicação da “teoria da dependência” reduzia o passado colonial brasileiro a uma leitura dos modos de expropriação material sob qual esteve subjugado diante do iminente capitalismo industrial.²

Do ponto de vista político, as relações econômicas desse tipo só seriam possíveis graças aos aparatos administrativos e coercitivos de um Estado forte, centralizador e uniforme. O poder estatal (individualizado na pessoa do monarca) seria orientado do alto, e verticalizava seus efeitos de autoridade sobre as possessões coloniais do além-mar de forma direta e absoluta. Nesse sentido, a leitura histórica que estava por ser combatida assentava-se sobre o paradigma do “Absolutismo”, a forma peculiar de governo dos estados nacionais modernos. A partir disso, as visões produzidas sobre a política colonial eram enfaticamente dicotômicas, centradas na ênfase da oposição entre metrópole *versus* colônia e na contradição de interesses entre reinóis e colonos.

Desconfiados desses modelos explicativos, dominados em geral por lógicas deterministas e pelo amplo uso de categorias costumeiras como “centralização”, “poder absoluto” e “dependência”, os historiadores passaram então a questionar as relações externas entre o reino de Portugal e a sua colônia americana, indicando a existência de canais concretos de negociação política e espaços de autonomia dos colonos. Nesse empenho, tornou-se fundamental rever o conceito de “Absolutismo” no qual estava assentado o Estado português, e operacionalizar outras interpretações que reavaliassem os espaços de

¹FRAGOSO, João. GOUVEIA, Maria de Fátima. BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materialidade e da governabilidade do Império. *Penélope, Revista de História e ciências sociais*, n. 23, 2000, p. 67-88. Ver também; FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVEIA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²PRADO Jr. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 23ª edição, 1994; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 18ª edição, 1982; NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

atuação dos colonos frente ao monarca, como a própria noção de “poder local”.

As inquietações sobre o formato político dos Estados absolutistas modernos não surgiram de dentro do debate brasileiro acerca dos assuntos coloniais. Alguns historiadores europeus já indicavam nos finais dos anos 1970 a fragilidade teórica do conceito tradicional de “Absolutismo” – um sistema de poder em que a autoridade soberana do rei não tinha limites constitucionais. Os novos estudos passavam a apontar, sobretudo, para as monarquias do Sul da Europa, para a existência de um governo constituído a partir de uma matriz pluralista e/ou compósita das formas de poder, sinalizando um equilíbrio das forças políticas que operavam naquelas sociedades do Antigo Regime.³ As considerações feitas pelo historiador português Antonio Manuel Hespanha, entre outros, passaram a dar legitimidade teórica para a superação desse conceito. Os seus trabalhos ganharam destaque na reavaliação dos estudos sobre mundo colonial luso, em especial sobre o Brasil.⁴

O trabalho de Antônio Hespanha propôs uma visão inusitada da organização do poder nas sociedades européias de Antigo Regime, com especial atenção à situação portuguesa dos meados do século XVII. As suas considerações caminhavam no sentido de dimensionar o poder exercido pelos estados absolutistas no intuito de reavaliar a sua centralidade de mando, colocando em cena outros espaços decisórios, o que permitia uma abertura das possibilidades de estudo sobre o exercício da governança nas esferas não formais do Estado. A sua maior preocupação foi a de pensar os problemas do Estado tido como “Absoluto” nas dimensões das estruturas sociais para avaliar, assim, os seus desdobramentos políticos.⁵ Segundo o autor, a sua linha de investigação seguia um “modo de produção” dos efeitos políticos e

³ HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos...* *Op cit*, p. 163-188.

⁴ HESPANHA, Antonio. M. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal – século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

⁵ Idem. Ver também: HESPANHA, Antonio M. O Estado Absoluto: problemas de interpretação histórica. *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, número especial em homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro, Coimbra, 1979.

sociais estudados. Ao tratar do poder estatal e dos seus efeitos institucionais, a leitura materialista de Antonio Hespanha preocupava-se com a descrição das condições materiais da produção dos efeitos político-administrativos. A atividade administrativa não se esgotava nos regulamentos e cargos decorrentes da vontade arbitrária do rei. O exercício cotidiano do poder político (a administração) era uma prática corporificada em coisas, e dependia do espaço, dos equipamentos e processos administrativos, das estruturas humanas, dos saberes dos funcionários, etc.⁶

A partir disso, o autor passou a caracterizar as unidades políticas na Europa católica como “monarquias corporativas”. Para tanto, ele se baseou na doutrina jurídica dos séculos XVI e XVII, que apontava para uma concepção limitada do poder régio, segundo a qual o monarca representava simbolicamente o corpo social e político, mantendo o seu equilíbrio e harmonia, zelando pela religião, preservando a paz e a ordem, e garantindo, sobretudo, a justiça. A justiça estava entre os atributos mais importante da realeza, correspondia ao princípio de dar a cada um aquilo que é seu por direito, repartindo prêmio e castigo, respeitando direitos e privilégios, e cumprindo os contratos estabelecidos com os súditos.⁷

A jurisprudência tradicional dessas monarquias, enquadrada pelos usos e práticas jurídicas locais, configurava o que o autor chama de sociedade corporativa. Nesse sentido, o poder era por natureza repartido, e traduzia a possibilidade de haver espaços de autonomia político-jurídica para outros corpos sociais como a igreja, os senhores, nobres, comerciantes, militares, proprietários, etc. Todavia, era a cabeça (o monarca) que garantia o direito diferenciado de todos, segundo o estatuto social de cada parte deste corpo político. De toda forma, o estatuto continuava definindo o lugar de cada um e reforçava as estruturas hierárquicas daquela sociedade.

O modelo do sistema político corporativo defendido por Antonio Hespanha é sustentado pelos seguintes pilares: legitimação da “*polis*” na natureza e tradição; pluralismo político; administração passiva da coroa (“*justitiam dare*”), que respeitasse os direitos adquiridos e centralidade de um direito.⁸

⁶ HESPANHA, Antonio M. Centro e Periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime. *Ler História*, n. 8, 1986, p. 35-60.

⁷ HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan... Op. Cit.*

⁸ Idem, p. 298-308.

A legitimação da “*polis*” dizia respeito à valorização dos aspectos morais em relação aos deveres políticos do monarca. As obrigações políticas cediam lugar à observância de elementos morais como a graça, piedade, misericórdia e gratidão. Em suma, todos esses elementos eram decorrentes dos laços de amizade e compromisso, institucionalizados pelas redes de amigos e de clientes. A aplicação do poder régio, segundo o proposto, passava por essas redes de relacionamentos, e isso implicava na observação dessas relações, no sentido de preservar ou não tais vínculos, seja por respeito à tradição ou por estratégia de governo.⁹

O pluralismo político tocava a idéia de que o poder era partilhado em instâncias de menor ou maior hierarquia, e não concentrado totalmente nas mãos do rei¹⁰. Os poderes repartidos compreendiam a realidade política quotidiana da Europa. A coroa dividia seu poder com a igreja e nobreza, ambos dividiam com os dos municípios, dos senhorios, das melhores famílias, dos militares, e por aí adiante.

Sobre este aspecto, temos a organização do poder municipal que geralmente era dividida entre os potentados locais. Conforme apontou Nuno Gonçalo Monteiro, “todo território continental da monarquia portuguesa estava coberto por concelhos, designados oficialmente como cidades, vilas, concelhos, coutos e honras, sem que dessas distintas designações resultassem significativas diferenças”¹¹. Esses “concelhos” eram dirigidos por uma câmara e esta era composta por um juiz-presidente, dois vereadores e um procurador. Tais oficiais eram eleitos e confirmados pela administração régia, ou mesmo pelo senhor da terra, caso a cidade ou vila se localizasse em um senhorio. Em geral, as melhores famílias da terra faziam valer o seu poder tornando elegíveis os seus representantes.

Quanto à administração da coroa, os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazer valer tais direitos e privilégios até mesmo em situações de

⁹HESPAÑA, Antonio M. *A constituição do Império português... Op. Cit.*

¹⁰Idem.

¹¹MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. In: HESPAÑA, A. M. (Coord.) *História de Portugal. O Antigo Regime, vol. 4*. Lisboa: Ed. Estampa, 1993, p. 303-330. Apud. BICALHO, Maria Fernanda. *As câmaras ultramarinas e o governo do Império*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria. F., GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). *Op. Cit.* p. 191-192.

confronto direto com o rei, tendendo por isso a minar e expropriar o poder real.¹²

Esse comportamento dos funcionários régios era assegurado pela prática de benesses expedidas pelo rei. A coroa distribuía uma série de privilégios como forma de agradecimento para aqueles súditos que mobilizaram esforços e recursos na execução de algum serviço em prol dos interesses da coroa. Esse campo de prestação de serviços abria uma série de obrigações recíprocas entre as partes envolvidas. As recompensas distribuídas pelo monarca geravam um mercado de ávidos prestadores dos serviços régios. Dentre vantagens, havia a disponibilidade para cargos administrativos, patentes militares, privilégios comerciais, isenção de impostos, doação de terras, além de outros elementos que enriqueciam materialmente e simbolicamente os prestadores desses serviços. No horizonte de tais súditos, estava sempre a qualidade de ser agraciado pelo rei, fosse por títulos, dinheiro, concessões, etc. Segundo Hespanha, as mercês reforçariam o caráter corporativo da monarquia portuguesa, uma “monarquia cujos encargos correspondem basicamente à estrutura-feudal corporativa do benefício”.¹³

Quanto ao direito legislativo da coroa, este era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (“*ius commune*”) e pelas práticas locais de justiça. A centralidade do direito reflete na atenção ao “direito comum”, o direito vivido pelas pessoas. Uma das características desse tipo de direito era a sua enorme flexibilidade, traduzida no fato de o direito local se impor ao direito geral e de na prática, as particularidades de cada caso – e não as regras abstratas – decidirem a solução jurídica.¹⁴

Sobre este ponto da centralidade do direito está mais assentada a proposta do autor. O direito comum, através das práticas jurídicas costumeiras, engessava o mando real ao ponto de anular suas validações de poder estatal. Nas palavras de Antonio Hespanha, temos:

¹²HESPANHA, Antonio M. *A constituição do Império português... Op. Cit.*

¹³HESPANHA, Antonio. M. A Fazenda In: HESPANHA, Antonio. M. (Coord.) *História de Portugal. O Antigo Regime, vol. 4.* Lisboa: Ed. Estampa, 1993, p. 165. Apud. FRAGOSO, João. GOUVEIA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria. F. *Uma leitura do Brasil colonial... Op. Cit.* p. 68.

¹⁴HESPANHA, Antonio. M. Depois do Leviathan. *Revista Almanack Braziliense.* São Paulo, n.5, maio de 2007, p. 55-66.

Isso quer dizer que a centralidade do direito se traduzia, de facto, na centralidade dos poderes normativos locais, formais ou informais, dos usos das terras, das situações "enraizadas" (*iura radicata*), na atenção às particularidades de caso; e, em resumo, na decisão das questões segundo as sensibilidades jurídicas locais, por muito longe que andassem daquilo que estava estabelecido nas leis formais do reino. Por fim, esta mesma flexibilidade do direito, engendrava uma possibilidade infinita de recursos, bem como a possibilidade de paralisar um comando, uma ordem, uma norma oficial, durante anos a fio, somando apelações a agravos, recursos eclesiásticos a recursos civis, súplicas ao rei (ao vice-rei, ao Conselho Ultramarino) aos mais variados embargos e medidas cautelares.¹⁵

O respeito aos parâmetros da doutrina jurídica configurou limites ao poder régio ao ponto de ceder espaço de atuação para outros personagens políticos como aristocracia, câmara, tropas militares, igreja, vice-reinados, etc. A imagem despótica dos reis da Idade Moderna cristalizadas na memória e no discurso da história tradicional, aos poucos ia cedendo lugar a um monarca diplomático. Parte disso resultava também do entrelaçamento e do compromisso que a coroa assumia com essas partes do corpo social e político do seu reino, no sentido de assegurar a estabilidade e harmonia da sociedade fazendo jus a sua função de monarca (a cabeça), o que certamente preservava e legitimava seu poder. A partir daí, surgia uma nova interpretação acerca da estrutura administrativa do império português que passava, assim como no reino, a reconhecer a autonomia das instâncias políticas que configuravam a esfera de "poder local" das possessões coloniais.

A incorporação do modelo de Estado português sugerido por Antonio Hespanha encontrou nas Américas uma das versões mais acentuadas. A importação dos valores corporativos do Antigo Regime assumiu uma feição muito particular no cenário do Brasil colonial. Os pesquisadores brasileiros que se debruçaram sobre o tema passaram a definir este processo de modelação do poder estatal à realidade

¹⁵Idem, p. 57.

americana como o “Antigo Regime nos trópicos”.¹⁶ Aos poucos esses historiadores foram percebendo que a política imposta à América portuguesa era de caráter dual, e que o poder exercido pelo rei era compartilhado entre as instituições e autoridades locais coloniais. O centro político colonial, ou melhor, os grupos dominantes que circulavam nas esferas do “poder local”, revelavam autonomia e capacidade para negociar os termos das imposições feitas pela coroa portuguesa. A isto também se acrescentava o papel dessas elites coloniais enquanto partícipes da organização e manutenção das estruturas de governo do período colonial. A atuação desses grupos de poder se revelou como objeto importante e indispensável para o entendimento do jogo político entre colônia e metrópole.

A leitura sobre os grupos de colonos privilegiados se redefiniu a partir da sua própria importância no tabuleiro da realidade colonial, de peças relevantes que foram no jogo da formação das sociedades da América lusa. O lugar que a estrutura do Estado português lhes reservava na gestão dos territórios coloniais, seja do ponto de vista político, militar, econômico ou mesmo jurídico, através da presença nas instâncias político-administrativas locais, os tornava num dos principais agentes de transformação da sociedade. Isto se dava não exclusivamente por exercerem o poder local de fato, mas, sim, por ocuparem lugares estratégicos no processo de mudanças das estruturas gerais das áreas que habitavam, sendo mediadores entre o *Mare Lusitano* e as populações coloniais.

Nesse contexto da ocupação colonial das Américas, das instituições trasladadas as que certamente passaram a deter uma enorme influência no campo político foram as câmaras municipais ultramarinas. A ocupação desse espaço de poder era realizada pelos os colonos mais abastados, “os principais da terra” ou “homens bons”, que viam a oportunidade de usar as vereanças como um mecanismo de negociação direta com a coroa portuguesa em prol dos seus interesses e, simultaneamente, como forma de distinção social.¹⁷ Como bem apontou

¹⁶FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos... Op. Cit.*

¹⁷FRAGOSO, João. A formação da economia colonial do Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) *O Antigo Regime nos trópicos... Op. Cit.* p.29-72.; FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro

John Russel Wood, o poder conferido às câmaras era suficiente para evitar ou modificar as políticas propostas pelas as autoridades metropolitanas no sentido de negociar um acordo menos ofensivo aos interesses dos colonos.¹⁸

Outro ponto importante foi o mecanismo político e administrativo do “sistema de mercês” que, neste lado do Atlântico teve, digamos, resultados mais desastrosos para o Estado “centralizador” e “absoluto” português.

A fragilidade de recursos humanos e financeiros fez com que a coroa portuguesa lançasse mão da mesma artimanha utilizada no governo de Portugal, a distribuição de privilégios e benesses. A concessão dessas mercês, que era unicamente expedida pelo rei, fazia com que os súditos da colônia americana, portugueses ou descendentes, reforçassem os seus laços de vassalagem e lealdade para com a coroa. Para além da confirmação dos súditos, essa prática também refletia um canal de negociação entre os colonos e a coroa, uma vez que a lógica das mercês colocava os envolvidos numa rede de reciprocidades. Para a coroa, a concessão do privilégio era atribuída como favor em resposta aos serviços prestados em prol dos seus interesses, enquanto, que, para os colonos, a prestação de serviços à coroa garantia a cessão de privilégios e espaço para barganhas na defesa de seus projetos individuais e coletivos. João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa apontam que foi este tipo prática de distribuição de benesses que garantiu as condições de governabilidade do coroa portuguesa sobre o território americano.¹⁹ Esse sistema de concessão de privilégios em nada anulava a participação política dos colonos, pelo contrário, colocava-os numa situação de pertencimento a essa mesma estrutura de governo, sobretudo pelo uso alargado da idéia de governar em prol do “bem comum” (a favor do império).

A partir dessas insinuações acerca dos poderes locais que foram se constituindo com base no modelo corporativo político português, e

(séculos XVI e XVII). In: *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, 2000, p. 45-122.; FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa. In: *Revista Tempo*. Niterói, UFF, vol. 15, p. 11-35, 2003.

¹⁸WOOD, John Russel. Centro e Periferia no Mundo Luso-Brasileiro (1500-1808). In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 18, n. 36, 1998.

¹⁹FRAGOSO, João. GOUVEIA, Maria de Fátima. BICALHO, Maria. F. *Uma leitura do Brasil colonial... Op. cit.* p. 9.

das estratégias políticas das elites coloniais na consolidação do exercício de mando, podemos perceber que a noção tradicional do “Absolutismo”, quando aplicado ao império português, juntamente com as suas derivações de poder metropolitano e submissão das colônias, se torna puramente ineficaz. Diferente daquilo que se pensava acerca das relações assimétricas nos termos do binômio explicativo metrópole-colônia, as pesquisas recentes caminham para uma interpretação dual dessa política, indicando a existência de canais concretos de negociação entre o “poder central” e o “poder local”.

E é justamente o “poder local” o principal objeto de estudo deste trabalho. Mas por detrás dessa categoria analítica se esconde a materialidade do poder que era levada a cabo por pessoas que arrogavam para si o direito de governo sobre a sua comunidade, ou sobre a república via as câmaras municipais. Dessa maneira, segue-se aqui a ideia de inquirir sobre a trajetória social e política desse grupo de pessoas na Ilha de Santa Catarina, entre finais do XVII e a primeira metade do XVIII. Mas também, sobre a maneira como esses grupos organizaram-se sobre aquele território, passando pela fundação do povoado, pela sua atuação na câmara da vila do Desterro, instalada em 1726, até o início do projeto de defesa militar e colonização implementado pela coroa portuguesa entre as décadas de 1730 e 1750.

Para esta tarefa de entender a organização do poder nas mãos de um grupo seletivo de pessoas, fez-se necessária adaptação aqui do pensamento do antropólogo norueguês Fredrik Barth, de que os recursos são distribuídos de forma desigual na sociedade, e de que é essa mesma diferença, além de outros padrões de não-compartilhamento, que define a fronteira entre os grupos.²⁰ Nesse sentido, procurou-se identificar elementos que conformassem um parâmetro social comum entre os membros da elite, como também outros elementos que não foram compartilhados entre eles, e o restante da população de uma forma geral. A própria noção de “elite” que utilizada aqui, seguiu esse raciocínio: o de perceber as gradações que compunham tal grupo de poder nos termos da manipulação e uso dos recursos de seus integrantes, revelando a dinamicidade e diferença que persistia entre aqueles que insistiam em ocupar as posições cimeiras da sociedade. Logo, o termo “elite” neste trabalho é puramente virtual, usado a fim de organizar o trabalho em torno de um conjunto maior de pessoas que intentam aquisição de poder,

²⁰BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 25-67.

seja ele político social ou econômico.

Com base nisso, atentou-se, quando possível, ao móvel das ações sociais que estavam sendo compreendidas pelos personagens desta história, de como agiram frente as oportunidades de poder, e de como exerciam no seu território.

Entre finais do século XVII e início do seguinte, a Ilha de Santa Catarina passava por um contínuo processo de formação e organização do seu espaço enquanto parte do império português, que foi levado a cabo por esses grupos que antes conquistaram e povoaram a costa catarinense. Este quadro temporal foi importante para perceber a formação das territorialidades que estiveram presentes naquela comunidade, tendo como ponto de partida a atuação da própria elite local. Mas também a maneira como conduziram seus projetos de poder em relação à administração régia.

O início do setecentos fora um período de profundas mudanças no espaço da Ilha e do seu continente próximo. Isso pode ser percebido em vários aspectos da vida local (demográfico, econômico, político, etc.). Até então, a Ilha acabava de ser ocupada pelos portugueses e lusobrasileiros que adentravam pelo meridional americano em busca de braços indígenas para o trabalho nas lavouras que ampliavam-se nas capitanias mais ao norte. Dali por diante, parecia iniciar-se a colonização dos territórios sulinos portugueses, em especial as áreas que compreendem hoje os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É nesse contexto de conquista e de ocupação portuguesa efetiva da região que se inicia o processo de configuração dessa elite. O período desse processo se deu em fins do século XVII, mas continuou por toda a primeira metade do século seguinte com o assentamento de novos colonos que garantiram a posse e o domínio do território.

Para a realização desse trabalho, se tornou não menos importante entender o espaço meridional recém-ocupado a partir de uma idéia de fronteira, aqui definido não apenas de forma territorial, mas como um lugar impreciso em termos políticos, sociais e econômicos, ou até mesmo geográficos. Um lugar onde não havia ainda um entendimento claro sobre quem de fato exercia a soberania, sobretudo no âmbito local. Neste momento a presença do aparato estatal português era quase inexistente, o que permitia uma margem de atuação maior aqueles que pleiteavam mando sobre os povoados recém-criados. Mas não apenas isso. A fronteira também é um lugar incerto, uma área de

“tensão”, suscetível a mudanças de toda ordem. As estratégias dos sujeitos fronteiriços certamente foram elaboradas com o intuito de reduzir a margem de incerteza que lhes reserva o futuro numa região de ocupação recente, em busca de estabilidade e segurança.

Nesse sentido, a pesquisa procurou focar as estratégias que foram elaboradas pelas principais famílias e sujeitos envolvidos nesta empreitada de colonização de parte do território meridional, como também os recursos que estariam sendo manipulados por esses a fim de integrar o topo da pirâmide social que se construía. Para tanto, atentou-se para as redes de relações nos quais esse grupo de pessoas estava inserido, com o intuito de perceber as dinâmicas e trajetórias individuais e coletivas nos diferentes contextos de mando local.

O interesse pelo comportamento social das elites coloniais, sobretudo enquanto grupo que procura preservar o seu lugar de poder, redefinindo as estruturas hierárquicas das sociedades americanas portuguesas não é nenhuma novidade para a historiografia nacional. Entretanto, para o caso de Santa Catarina, esta temática soa como algo novo no conjunto dos estudos históricos já foram desenvolvidos até aqui.

Em um momento anterior, que foi de ampliação das pesquisas acadêmicas no Brasil de uma forma geral, sobretudo as décadas de 1980 e 1990, o interesse de alguns pesquisadores passou a se dirigir sobre as elites coloniais a partir da sua importância política e econômica no quadro do império português. Os objetos primordiais da análise eram a atuação desses grupos nos espaços de governança locais, defendendo seus interesses, e que, em certa medida, eram discordantes do que impunha a coroa portuguesa nos termos da sua política colonial. Isto parecia acontecer por conta da preocupação que parte dos pesquisadores tinha em derrubar os esquemas explicativos de submissão ao qual havia sido relegado todo o passado colonial brasileiro. A imagem histórica que predominava até então, havia sido produzida exclusivamente a partir dos laços de vassalagem que ligavam a colônia e a metrópole. Aos poucos esses historiadores foram percebendo que a política imposta à América portuguesa era de caráter dual, e que o poder exercido pelo rei era compartilhado entre as instituições e autoridades locais coloniais. A isto acrescentava-se o papel das famílias partícipes da “*nobreza da terra*”, enquanto grupos que passavam a organizar as estruturas de governo no período colonial. As elaborações familiares desses grupos correspondiam com a manutenção e afirmação social e política do seu

poder, envolvendo grande parte da sociedade do seu entorno. As trajetórias desses grupos se revelaram objetos importantes no entendimento do jogo político entre autoridades locais e metropolitanas na América portuguesa.²¹

Um dos expoentes dessa reviravolta da pesquisa histórica sobre os estudos das elites coloniais foi João Fragoso. Este autor calçou com a sua tese de doutoramento um novo modelo interpretativo para o passado colonial, embasado sobre as características produtivas internas como o fator principal para o entendimento das dinâmicas da sociedade colonial brasileira. Ele procurou fugir de uma análise que se pautava exclusivamente sobre os fenômenos externos ligados à metrópole portuguesa, como antes fora exaltado pelos ensaístas da primeira metade do século XX. A sua pesquisa centrou-se sobre a atuação das elites mercantis e políticas do centro-sul da América portuguesa, em especial do Rio de Janeiro, que operavam com certa autonomia frente ao controle português, colocando em xeque a imagem da submissão da colônia sob a metrópole.²² O argumento do seu trabalho acabou sendo tempos depois melhor reformulado e ampliado.

As dinâmicas econômicas coloniais que foram consideradas a partir das características próprias da realidade brasileira, e que não respondiam de forma espontânea aos determinantes do reino de Portugal, passaram a integrar parte de uma lógica maior que organizava as sociedades coloniais da América portuguesa. Tratava-se do modelo do “Antigo Regime nos trópicos”, antes mencionado, que compreendia além dos fenômenos econômicos, os vetores culturais e políticos que orientavam, em parte, as ações sociais dos colonos, especialmente as elites.²³ Este modelo se tornou nos últimos anos uma referência para as análises das sociedades coloniais brasileiras, sobretudo por não apresentar uma estrutura rígida e definida frente à multiplicidade das formas coloniais americanas. De certa forma, esse grande sistema de

²¹FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²²FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

²³FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

comportamento garantiu um tipo de adequação entre os espaços de ação individual e coletiva, que aparentemente podem soar como dissonantes ao próprio sistema, configurando uma estrutura dinâmica de tempo longo, que encerra uma pluralidade de formas sociais, políticas, culturais e econômicas do continente português americano.

O raciocínio que definiu os traços da sociedade colonial brasileira do “Antigo Regime dos trópicos” pauta-se na adaptação dos valores das sociedades modernas européias à realidade americana pelos colonos portugueses e seus descendentes. Em parte, foram esses códigos de valores da sociedade corporativa portuguesa que vieram a definir as estruturas hierárquicas da América portuguesa. Pesquisando sobre a origem e formação das hierarquias sociais e econômicas do passado colonial fluminense, João Fragoso sinalizou a importância que tiveram tais valores corporativos na definição desse processo, em especial quanto ao comportamento familiar das elites coloniais. As estratégias empreendidas por essas elites, seguiam na direção de manterem e reiterarem o seu poder social e político reinventado na América portuguesa. Segundo Fragoso, a elite fluminense dos séculos XVI e XVII, seu principal objeto de estudo, reelaborou certos valores aristocráticos que antes diziam respeito exclusivamente ao mundo português, como elementos de *status* para assumir e permanecer nas posições privilegiadas que pleiteavam sobre aquelas paragens. Parte desses mecanismos de qualificação social passava pela prestação de serviço à coroa portuguesa, incluindo os afazeres de conquista do território americano.²⁴

Deste modo, consideramos para este trabalho o modelo do “Antigo Regime nos trópicos” como referência para os móveis das ações dos sujeitos sociais que integravam as posições de mando da Ilha de Santa Catarina no principiar do século XVIII. Mesmo porque a situação nova do domínio sobre o território meridional poderia trazer essas significações de *status*, melhor, de aquisição de recursos na configuração desigual das recentes sociedades catarinenses.

Pensando sobre a historiografia catarinense, pouco pode ser dito em relação à problemática recente desses estudos. Os pesquisadores atuais parecem cada vez mais se distanciar do recorte colonial como

²⁴FRAGOSO, João. A formação da economia colonial do Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) *O Antigo Regime nos trópicos... Op. Cit.* p.29-72.

também do tema das elites. O que ainda persiste, por mais inadequadas que sejam, são as validações históricas feitas pela dita historiografia tradicional. Estas seguiam uma orientação de idéias e pesquisa nada empíricas, ou mesmo nada condizentes com a virada do pensamento histórico do século XX – a referência aqui é a “história-problema”. O raciocínio de tais pesquisadores seguia o de uma história alinhada ao pensamento histórico-positivista do final do século XIX e início do XX, que tinha como a principal inquietação a narrativa dos fatos e trajetória dos homens ditos importantes, mas sem uma avaliação mais apurada de problemáticas sociais, políticas e econômicas do contexto em que esses estavam inseridos. Esses estudos foram pautados apenas pela mera descrição do evento histórico, e muitas vezes reproduzidos como verdades históricas de caráter heroicizantes.²⁵

Desse modo, os trabalhos históricos de corte regional tiveram o seu valor apenas pelo conjunto de informações que apresentam, uma vez que a maioria das fontes consultadas por esses pesquisadores parecem não mais existir nos arquivos locais. A interpretação dos fatos que os autores trazem foi reavaliada a partir das perspectivas atuais da historiografia. Frente a esta lacuna da historiografia regional, foram de extrema valia aqui as pesquisas recentes que versam sobre a temática das elites coloniais. Mesmo sendo sobre outros contextos histórico-geográficos elas forneceram subsídios metodológicos e teóricos para complemento deste trabalho, em especial aqueles que versam sobre o Rio Grande do Sul, que, em face de uma realidade histórica quase comum à da capitania de Santa Catarina – a referência aqui é o processo de expansão portuguesa sobre a região do meridional – se tornaram importantes interlocutores para o desenvolvimento desta pesquisa.

A respeito das fontes que deram lastro a este trabalho, foram utilizadas em grande parte as missivas direcionadas aos conselhos superiores do Reino (Conselho Ultramarino), responsável pela administração das possessões coloniais, e que ajudaram a indicar as relações entre os poderes central e local. Foi impossível acessar material primário referente à câmara da Vila do Desterro, visto que toda esta documentação se encontra em restauro. No entanto, parte desse material foi compilado e transcrito por um diligente historiador do final do século XIX, José Gonçalves Santos e Silva, que interessado na história local, copiou boa parte da documentação oficial respeitante à vida política do

²⁵WOLFF, Cristina Scheibe. *Historiografia catarinense: uma introdução ao debate*. Revista Catarinense de História, n. 2, Florianópolis, 1995.

Desterro. Não menos importante foram os estudos genealógicos organizados por diversos pesquisadores da história local, em geral vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, e que foram complementados aqui com os dados do primeiro livro de casamentos da paróquia de Nossa Senhora do Desterro. Foram úteis também as memórias escritas no século XIX pelos historiadores locais, que traduziam uma visão bastante positivista da história local, mas que apresentavam dados adicionais a vida política do Desterro.

O trabalho que segue está apresentado em três capítulos que procuram organizar de forma um tanto coerente as validações feitas acerca das experiências dos atores sociais que vieram a compor a primeira elite da Ilha de Santa Catarina e os seus projetos de poder sobre o território na primeira metade do século XVIII.

No primeiro capítulo procurou-se apresentar o contexto de ocupação e formação do território português da Ilha de Santa Catarina. A conquista das paragens meridionais apresentava-se como uma oportunidade única para aqueles que intentavam melhores condições de vida. A empreitada da colonização, além de promover o acesso a recursos como a terra e a “administração” da força de trabalho indígena, possibilitava também o acúmulo de benefícios que advinham do poder central em reconhecimento às investidas dos particulares sobre os novos domínios.

Adiante, o segundo capítulo apresenta o processo de estabilização social e política do povoado do Desterro. Procuramos atentar para as dinâmicas que envolveram o principal grupo de mando local.

Por fim, o terceiro capítulo procurou apresentar o processo de territorialização levado a cabo pelo Estado luso sobre aquelas paragens, desde a criação da vila do Desterro, até a instalação das suas burocracias como a governadoria, ouvidoria e provedoria. O foco principal neste capítulo foi o de entender esse processo de remodelação da organização sócio-política do ponto de vista da elite local. Pautou-se pela observação da atuação dos camaristas da Vila do Desterro na defesa da sua jurisdição sobre aquele espaço em que operava o seu governo. Procuramos atentar para as situações de desafio da autoridade local, da câmara da vila, a fim de entrever as estratégias da elite desterrense.

Capítulo 1 - A formação territorial de um povoado na costa Sul da América portuguesa

1.1 – Preâmbulo

Nos tempos idos da segunda metade do século XVII, entre as décadas de 1650 e 1670, chegava à Ilha de Santa Catarina um grupo de pessoas vindo das bandas da capitania de São Vicente. Dentre os motivos, um deles era fazer daquele pedaço de terra parte dos domínios portugueses que avançavam sobre uma área da América ainda não apropriada. A expedição que arrastou centenas de pessoas pelas densas florestas da Mata Atlântica, tinha sido chefiada por Francisco Dias Velho Monteiro. Ali o sertanista decidiu elevar uma das primeiras ermidas cristãs do litoral catarinense. Sob a invocação católica de Nossa Senhora do Desterro, o pequeno povoado às margens do canal estreito que separa a Ilha do seu continente surgia como mais um ponto de colonização decorrente das investidas das bandeiras paulistas pelo Sul.

O evento descrito acima é tido pela historiografia regional e está presente na memória histórica dos catarinenses como o “mito” fundador da atual cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. As narrativas e os discursos históricos construídos em torno desse fato nos levam a crer que tal feito é digno de ser memorável. Isso por que foi a partir daí que deu-se início à trajetória secular das lutas que os antepassados “heróis” enfrentaram para que estas terras permanecessem como parte do território brasileiro e, conseqüentemente, território catarinense. Para a maioria dos estudiosos, as peripécias da vida daqueles valentes de outrora merecem ser lembradas por que tratam de um capítulo especial do passado dos catarinenses: o da sua origem.²⁶ A história da conquista da Ilha de Santa Catarina e do seu

²⁶A maior parte desses autores estiveram ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e escreveram vários estudos sobre o “descobrimento” e “povoamento” do atual território do estado de Santa Catarina. No que toca ao tema e recorte deste trabalho, a ocupação da Ilha de Santa Catarina e do seu litoral entre finais do XVII e início do XVIII, estaremos recorrendo a essa produção historiográfica atentando não somente para os dados e informações apresentados, mas também para o discurso construído sobre a história que se propunha contar. Sobre a historiografia catarinense e o IHGSC ver: SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto

litoral, e a memória projetada sobre ela é parte vital na construção e manutenção da identidade das pessoas do lugar.²⁷ Sabendo disso, em 18 de agosto de 2001, a prefeitura municipal de Florianópolis levantou um monumento dedicado ao principal personagem da história deste lugar. Abaixo da imponente estátua que ergeram do bandeirante Francisco Dias Velho há uma placa que resume sua trajetória e agradece os seus feitos com os seguintes dizeres: “O reconhecimento do povo de Florianópolis”.²⁸

Talvez tenha sido em razão desse “dever” de querer “lembrar”, que os pesquisadores da história de Santa Catarina, em diferentes momentos, escreveram e re-escreveram versões sobre os acontecimentos que giraram em torno da vida e dos feitos de Francisco Dias Velho Monteiro. Embora haja discordâncias sobre os aspectos deste evento em

Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 14, n. 20, 1996, p.63-79; WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, 1994, p.5-15; GONÇALVES, Janice. *Sombrios Umbrais a Transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social/USP, Tese de Doutorado, 2006.

²⁷Sobre o significado e o papel da memória na construção da identidade social ver: POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.200-212.; Para o geógrafo Rogério Hasebaert, “a identidade territorial é uma identidade social definida através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá no campo das ideias [história e memória] quanto no da realidade concreta”. HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999, p. 172.

²⁸ O monumento dedicado a Francisco Dias Velho está localizado as margens da rodovia Gustavo Richard, nas imediações do Terminal Rodoviário Rita Maria, ao lado do elevado que também leva o seu nome, com os seguintes dizeres: “Francisco Dias Velho, fundador de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, nasceu em São Paulo, na primeira metade do século XVII. Como bandeirante, saiu de São Paulo de Piratininga, em 18 de abril de 1662, com uma expedição, para fundar uma “póvoa” na Ilha de Santa Catarina. Na Ilha, chamada Meiembipe pelos índios, permaneceu, entre 1675 e 1678 e, regressando a São Paulo, requereu sesmarias na região, onde já havia construído uma pequena Igreja. Mais tarde, Dias Velho retornou e fixou-se na Ilha de Santa Catarina, onde terminou seus dias de maneira trágica, morto num ataque de piratas, ocorrido entre 1679 e 1680. ‘O reconhecimento do povo de Florianópolis’.”

si, com as suas imprecisões cronológicas e factuais – para alguns o sobrenome “Monteiro” nem lhe deve ser atribuído²⁹ – todos concordam, direta ou indiretamente, com a ideia de que foi com a chegada da sua expedição que inaugurou-se o momento da ocupação pioneira e estável do litoral de Santa Catarina pelos portugueses, ou melhor, pelos brasileiros, a gente nascida no Brasil³⁰, na segunda metade do XVII, dando início a um processo de povoamento que insistiu continuar por todo o século XVIII.³¹

O capítulo que segue tem esse fato como ponto de partida para discutir os móveis que levaram os agentes colonizadores, nem todos bandeirantes, a ocuparem e se fixarem na Ilha de Santa Catarina e no

²⁹Para o pesquisador Evaldo Pauli, o sobrenome “Monteiro” não pode ser atribuído à Francisco Dias Velho por que “sabe-se pelos seus antepassados genealógicos, que não poderia ser Dias Velho Monteiro”. Segundo ele, essa confusão do sobrenome foi feita por antigos historiadores locais que lhe atribuíram o nome do seu filho José Pires Monteiro. PAULI, Evaldo. *A fundação de Florianópolis*. Florianópolis: Lunardelli, 1987, p. 76; Em seu estudo genealógico sobre os antigos moradores do Desterro, o historiador Oswaldo Cabral prefere não adotar o sobrenome “Monteiro” para Francisco Dias Velho. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Raízes Seculares de Santa Catarina (1948)*. Angra do Heroísmo: Tipografia Andrade, 1953. Ao longo do texto vamos seguir as sugestões de ambos historiadores e adotar o nome Francisco Dias Velho, sem o sobrenome o Monteiro, para fazer referência ao sertanista paulista. O sobrenome Monteiro foi acrescentado a Dias Velho pelos memorialistas Manuel Joaquim de Almeida Coelho e Paulo Joze Miguel de Brito. Cf. COELHO, Manuel Joaquim D’Almeida. *Memória histórica da província de Santa Catharina*. Santa Catharina: Tipografia de J. J. Lopes, 1877, p. 5; BRITO, Paulo Joze Miguel. *Memória política sobre a capitania de Santa Catarina (1816)*. Florianópolis: Livraria Central, 1932, p. 14.

³⁰O termo “brasílico” estará sendo adotado ao longo desse trabalho para referenciar as populações que viviam na América portuguesa do século XVII até a primeiras décadas do XVIII. O termo era de uso corrente nos escritos seiscentistas, conforme sugere o historiador Luiz Felipe de Alencastro. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, século XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 28.

³¹O historiador Theobaldo da Costa Jamundá é enfático quanto à ocupação pioneira e permanente da Ilha de Santa Catarina por Francisco Dias Velho. Para ele, mesmo que as datas “não correspondam à realidade”, foi Francisco Dias Velho que “efetivamente quem fundou povoado na Ilha de Santa Catarina e nele viveu com a família”. JAMUNDÁ, Theobaldo da Costa. *Pessoas Ilustres Ligadas a Santa Catarina (Segunda Parte)*. In: *História De Santa Catarina (Volume II)*. Curitiba: Grafipar, 1970, p. 67.

seu continente entre finais do setecentos e início do século XVIII. A intenção aqui é a de compreender as causas que levaram esse grupo de pessoas a se fixarem e organizarem uma vida comum naquele espaço de fronteira, que como tal definia-se pelo fluxo constante de pessoas que aos poucos alargavam os limites do território português na América em direção ao sul, e em tempos variados.³² Para tanto, analisaremos esse processo de formação territorial dos “sertões” da região que compreende hoje o estado de Santa Catarina sob o ponto de vista dos principais atores que inauguraram núcleos de povoação na Ilha de Santa Catarina e lugares próximos. Esse sujeitos estavam sendo orientados por ações de conquistas e povoamento que traduziam os valores do império ultramarino português.

Os valores que passaram a organizar as sociedades americanas vêm sendo definidos por aquilo que alguns historiadores chamam de “Antigo Regime nos trópicos”, uma linguagem político-cultural que permitia que pessoas com orientações valorativas bem diferentes (negros, índios, portugueses, mestiços, etc) pudessem viver em comunidade identificando-se como súditos do rei de Portugal e a serviço da sua monarquia católica. Foi manipulando tais códigos que os grupos sociais que tiveram participação na conquista e defesa de novos territórios em nome da coroa portuguesa, influíram na produção territorial dos novos povoados e vilas que surgiam nos “vazios” da América lusa. É sobre a trajetória desses povoadores/conquistadores da Ilha e sua terra firme, posteriormente a Vila de Nossa Senhora do Desterro (1726), de que vamos tratar a seguir.

³²Para Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra sobre a história da empresa bandeirante paulista, tanto a ideia de “caminho” quanto a de “fronteira” apontam a mobilidade como uma característica intrínseca dos processos de expansão territorial. Segundo ele, “se o aceno ao caminho, 'que convida ao movimento', quer apontar exatamente para a mobilidade característica, sobretudo nos séculos iniciais, das populações do planalto paulista [...], o fato é que essa própria mobilidade é condicionada entre elas e irá, por sua vez, condicionar a situação implicada na ideia de 'fronteira'. A fronteira para Buarque de Holanda nesse contexto de colonização é um espaço em movimento à favor da colonização portuguesa. HOLANDA, Sergio B. de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 12.

1.2 - Francisco Dias Velho e o bandeirismo paulista em direção ao Sul

O despertar do século XVII assistiu a uma mudança profunda na geografia política e econômica da América portuguesa. Os interesses do colonato brasileiro e das autoridades lusas direcionavam-se cada vez mais para o Atlântico Sul. No litoral, havia os fluminenses que comandados por gente da estirpe de Salvador Correia de Sá e Bevenides fortaleciam as trocas comerciais entre as praças do Rio de Janeiro, Luanda e Buenos Aires. Os produtos negociados nesse comércio triangular eram: cachaça brasileira, escravo africano e prata espanhola. No continente, distante da economia litorânea, os paulistas envolviam-se com a preação de índios, transformando as entradas no “sertão”³³ numa das principais empresas coloniais da Capitania de São Vicente, quicá a maior delas no século XVII. Essa atividade foi responsável pelo

³³O termo “sertão” era de uso corrente no período colonial para designar os espaços longínquos do interior, distante da costa litorânea. Ao mesmo tempo, carrega o sentido de ser um espaço “vazio” (embora cheio de indígenas), “deserto”, “selvagem”, “abandonado” ou “pouco habitado”. Segundo Cláudia Damasceno, “o sertão constitui o limite, em contínuo movimento, do espaço povoado, cultivado, civilizado e territorializado que pouco a pouco o substitui. Portanto, podemos defini-lo simultaneamente como a realidade que preexiste ao território e como a fronteira, indefinida e movente, deste último”. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, p. 54-55.; Sobre os diversos significados do imaginário do sertão na América portuguesa ver: DELVAUX, Marcelo Motta. *As Minas Imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América Portuguesa – séculos XVI a XIX*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, Dissertação de Mestrado, 2009. De certo modo, o historiador Marcelo Delvaux concorda com a ideia de “sertão” defendida por Cláudia Damasceno, quando reconhece que uma representação possível dessa realidade geográfica era o estado de um espaço em perpétuo vir a ser, diante o processo de expansão territorial promovido pela coroa portuguesa, e que teve no século XVII os bandeirantes paulistas como os principais agentes. Segundo ele, “O sertão também significava o oposto ao modelo idealizado de organização social que se procurava implantar nos núcleos populacionais litorâneos. Isto explica as descrições que o apresentam como despovoado, ao mesmo tempo em que são ressaltados os perigos relacionados à presença dos índios hostis: era despovoado de cristãos, onde a fé católica e o poder metropolitano não conseguiram chegar.” DELVAUX, Marcelo Motta. *Op. cit.*, p. 3.

fornecimento da força de trabalho indígena para as lavouras de alimentos, principalmente cana-de-açúcar e trigo, que cresciam na região do centro-Sul. Nos momentos de carestia de negros africanos no mercado colonial de escravos, a demanda pelos “negros da terra” aumentava ainda mais entre os senhores paulistas e fluminenses.³⁴

Necessitando capturar cada vez mais indígenas para suprir a demanda por trabalhadores nas propriedades do sudeste, os bandeirantes³⁵ paulistas partiram para o ataque aos aldeamentos jesuítas – o historiador Luiz Felipe de Alencastro fala de uma espécie de “fome de cativos” nesse período, entre 1625-1650.³⁶ Com o apoio de autoridades locais e a convivência de autoridades reinóis residentes, os sertanistas organizaram várias expedições para tomar os índios dos missionários espanhóis e portugueses. Foram montadas grandes expedições sob o comando de bandeirantes “famosos” como os irmãos Manuel e Sebastião Preto, Raposo Tavares, Fernão Dias Paes, dentre outros, que arruinaram as aldeias guaranis de Guairá, no atual Paraná, e nas missões do Tape, na parte Sul do atual território gaúcho.³⁷

Entretanto, nesse contexto de luta declarada contra índios aldeados e padres jesuítas, as bandeiras sofreram golpes decisivos, como

³⁴ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op cit.*; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

³⁵Usaremos ao longo do texto o termo “bandeirante” para designar os sertanistas paulistas, por mais que o emprego dessa palavra incorra num certo anacronismo, visto que na época o termo utilizado era “paulista”. A palavra “bandeirante” entra somente em uso em meados do século XVIII para referenciar as expedições punitivas contra os índios em Goiás. Cf. MONTEIRO, Jonh M. Os guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuel Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia da Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 2009, p.475-498, nota 3.; MONTEIRO, Jonh Manuel. *Tupi, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas: IFCH/Unicamp, Tese de Livre Docência, 2001, p. 97-111.

³⁶A expressão “fome de cativos” foi usada pela primeira vez pelo historiador Afonso E. Taunay em um artigo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) de 1918, e depois utilizada por Luiz Felipe Alencastro para fazer referência a grande demanda por indígenas quando da quebra do tráfico Atlântico de escravos na primeira metade do XVII. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op cit.*, p. 199.

³⁷ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op cit.*, p. 190-199; MONTEIRO, John Manuel. *Op cit.*, p. 68-76.

a derrota das batalhas nas missões do Tape – primeiro em Caaçapaguauçu (1638) e depois Mbororé (1641). Segundo John Monteiro, essas duas derrotas militares marcariam o fim de uma época: o da guerra contra os aldeamentos jesuítas e o das bandeiras de grande escala.³⁸

A partir do ocorrido nas missões do Tape, os bandeirantes começaram a reorganizar o seu modelo de expedição e apresamento de índios. Passaram a adotar uma nova orientação geográfica para as preias, espalhando-se mais para as regiões próximas da Vila de São Paulo, seguindo em direção aos sertões do Oeste e do Sul; diminuíram os intervalos entre as viagens; reduziram o tamanho das tropas, agora conhecidas como armações; e o financiamento passou a ser particular, de capital próprio ou de financistas “armadores”, com quem os sertanistas deveriam repartir o lucro dos seus negócios, os índios.³⁹

Esse novo contexto marcou o fim da carreira do bandeirante Francisco Dias, morto em 1645, e que segundo o genealogista setecentista Pedro Taques de Almeida Paes Leme, “se fez opulento de arcos, cujos índios conquistou com armas no sertão, e gostando desta guerra tornou para a mesma conquista, e no sertão dos Patos e Rio de São Francisco para Sul até o Rio Grande de São Pedro”.⁴⁰ Ao seu lado, pouco anos antes da sua morte, atuou o seu filho Francisco Dias Velho, o futuro fundador da povoado do Desterro, nas suas últimas investidas contra as populações guaranis do litoral.⁴¹ Dava-se início a uma nova geração de predadores de índios na família Dias.

As bandeiras das quais os dois “Franciscos” (pai e filho) participaram e/ou chefiaram conservavam ainda traços do modelo antigo de organização, no que dependia inteiramente da colaboração indígena,

³⁸ MONTEIRO, John M. *Op cit.*, p. 76-79.

³⁹ Sobre os guaranis e bandeirantes ver: MONTEIRO, Jonh M. *Os guarani... Op. cit.*, p.475-498; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra... Op. cit.*, p. 57-98.

⁴⁰ PAES LEME, Pedro Taques de Almeida, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Apud. SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp, vol 8, 1904, p. 26.

⁴¹ O historiador catarinense Walter Piazza comenta que Francisco Dias Velho “acompanhou seu pai nas vezes em que o mesmo investiu no 'sertão dos patos', para aprisionar indígenas”. PIAZZA, Walter. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Lunardelli, 1983, p. 112. A genealogia da família Dias Velho se encontra em: SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. cit.*, vol 8, p. 25.

seja através da participação de índios como membros da empresa (voluntários ou não), seja via o estabelecimento de pactos com lideranças indígenas de grupos inimigos dos que seriam atacados.⁴²

Em termos operacionais, a coordenação da bandeira era feita pelo “cabo da tropa” ou “capitão do arraial” que detinha o poder absoluto sobre seus subordinados – a função que os dois Franciscos ocuparam. O capitão normalmente era um sertanista experiente, já havia participado de outras entradas ao lado de parentes ou de terceiros, mas que depois de ter juntado ou herdado alguma riqueza (índios e armas de fogo, por exemplo) decidiu investir em sua própria bandeira. Poderia ainda, depois de ter adquirido fama e prestígio com os repetidos sucessos de suas incursões, adquirir financiamento junto aos armadores. Ele também reunia toda família na empresa, filhos, parentes e agregados para auxiliá-lo no comando da tropa, o que lhe garantia maior segurança no investimento das expedições. Além do que, a presença da família aumentava o efetivo da tropa, reduzindo os custos humanos, e o mais importante, legava aos descendentes a experiência de ser sertanista.⁴³

Outra figura importante da bandeira era o capelão, que tinha obviamente como função o atendimento espiritual dos membros da tropa. Os cuidados para com a fé cristã católica era fundamental, porque diante das privações no sertão bravio, ela poderia, mesmo que inconscientemente, afastar os temores e angústias do bando nos momentos de hesitação, garantindo assim a continuidade da longa e dura jornada. Ademais, ela cumpria o papel ideológico na justificativa das ações violentas contra os gentios da terra, impulsionando o avanço do cristianismo sobre as partes desoladas e gentílicas da América, num contínuo das guerras justas do século passado.⁴⁴

⁴² MONTEIRO, Jonh M. Op. cit., p. 62-63; 90.

⁴³ MONTEIRO, Jonh M. *Negros da Terra...Op. cit.*, p. 85-91. LIMA, Leandro Santos de. *Bandeirismo Paulista: o avanço na colonização e exploração do interior do Brasil (Taubaté, 1645 a 1720)*. São Paulo: Programa de Pós Graduação em História Social/USP, Dissertação de Mestrado, 2011, p. 141-162.

⁴⁴ Para Hebe Mattos, “a noção de cativo justo e guerra justa ocuparão lugar central no pensamento teológico-jurídico do Império português. Apesar da orientação favorável à liberdade natural dos ameríndios, o cativo legitimado pela guerra justa ao índio pagão e hostil permaneceu na América portuguesa até o advento das reformas pombalinas”. MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João L. R.; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (org.) *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial* 42

Tudo isso fazia das armações uma empresa familiar e católica. John Monteiro aponta que, “no mais das vezes, a armação era um empreendimento familiar. Sem dúvida, na ausência de dispositivos institucionais que garantissem tais investimentos, parecia mais seguro confiar em parentes”.⁴⁵ Assim aconteceu com Francisco Dias quando iniciou seus filhos na carreira de bandeirante fazendo-os acompanhar pelas suas andanças rumo aos sertões sulinos. Conforme anotou Pedro Taques, “este capitão-mor Francisco Dias Velho [filho], tendo acompanhado o seu pai nas entradas que fez no sertão dos gentios dos Patos, ficou-lhe herdando a disciplina e valor para conquistar gentios bravos do sertão da costa do Sul”.⁴⁶

Não foi somente a experiência de sertanista; Francisco Dias deixou também para os seus filhos alguma riqueza para que os mesmos pudessem continuar a desenvolver as suas próprias empresas. Dentre os bens arrolados em seu inventário constavam bens de raiz (terras e casas), “escravos de Angola”, “gente forra do gentio da terra” (índios), gado vacum e ferramentas. Francisco Dias deixou órfãos nove filhos, sendo que quatro já tinham idade suficiente para fazer parte das armações. Eram eles: Pedro Dias (24 anos), Francisco Dias (23 anos), Manuel Dias (18 anos) e Ignacio Dias (16 anos).⁴⁷ Consta que no dia em que levantaram o inventário para decidir sobre a partilha dos bens, não estavam presentes alguns dos herdeiros. Foi relatado que

no mesmo dia, mês e ano acima e atrás escrito e declarado, o dito juiz houve por entregues todos os bens móveis e de raiz, gado e peças do gentio da terra assim e da maneira neste inventário escritos à viúva Custódia Gonçalves para que tudo tivesse em seu poder e administrasse até serem as partes herdeiras presentes às partilhas que se não fazem pela ausência de ditos órfãos.⁴⁸

portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 146.

⁴⁵ MONTEIRO, Jonh Manuel. *Op. cit.*, p. 86.

⁴⁶ PAES LEME, Pedro Taques de Almeida, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Apud. SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. cit.*, vol 8, p. 26.

⁴⁷ AESP. *Inventários e Testamentos*. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de órfãos da Capital. Publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia Piratininha, 1920, Vol. 14, p. 371-381.

⁴⁸ AESP. *Op. cit.*, p. 373.

Naquela ocasião estavam presentes Helena Dias, que através do seu marido Francisco Pires de Siqueira declarou que não queria entrar na colação e nem herdar os bens móveis, provavelmente por já ter sido adiantado o seu dote, mas que queria herdar os bens de raiz. E Anna Dias, viúva, que declarou que não queria herdar nada, certamente pelo mesmo motivo do adiantamento do dote. Os outros três filhos eram Antonia, Maria e José de respectivamente 14, 12 e 10 anos. Ou seja, os órfãos ausentes não poderiam de ser as duas irmãs mais velhas, pelos simples fato de estarem sendo representadas, e nem as crianças. Estariam os filhos mais velhos ausentes em função de entradas no sertão à procura de índios? Fica a dúvida. Em razão da prática comum de jovens dessa mesma idade se aventurarem pelo sertão para “buscar remédio para a sua pobreza”,⁴⁹ para usar uma expressão da época, acreditamos que sim.

Como já dito, para qualquer bandeirante, sobretudo em suas primeiras expedições, ter à disposição “gentios da terra” para atuar em favor da tropa era fundamental para o sucesso das expedições. A maioria eram índios escravizados e/ou administrados⁵⁰ que realizavam todo tipo de trabalho na empresa das bandeiras/armações: carregavam os apetrechos da tropa nos lombos por longas distâncias a pé (mantimentos, armas, chumbo, pólvora, ferramentas, etc.) – a utilização da força animal no transporte de cargas não era muito comum entre os sertanistas; construíam e também remavam as canoas quando da necessidade de atravessar os rios, lagos e baías que entrecortavam os caminhos terrestres; auxiliavam na construção dos ranchos nos momentos de parada; buscavam alimento nas matas e os cozinhavam; e ainda lutavam como soldados nos confrontos contra outros índios, dentre outros trabalhos que as circunstâncias da viagem poderiam exigir.⁵¹

⁴⁹ MONTEIRO, Jonh M. *Negros da Terra...Op cit.*, p. 85.

⁵⁰ Sobre os sistemas de escravização e administração (trabalho compulsório) da força de trabalho indígena ver: MONTEIRO, John M. *Op. cit.*, p. 147-152.; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuel Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia da Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 2009, p.115-132.

⁵¹ Sobre a participação ativa dos indígenas como membros das bandeiras e/ou armações ver: MONTEIRO, John M. *Negros da terra... Op. cit.*, p.89-90; Uma análise mais ampla sobre a atuação indígena nos diferentes espaços da sociedade seiscentista consta na obra acima, mas também em: MONTEIRO,

Mas foi desempenhando a função de guia pelas matas tropicais que os índios se tornaram ainda mais indispensáveis para o sucesso das bandeiras. Os caminhos trilhados pelos sertanistas paulistas seguiam as veredas indígenas, trilhas há muito conhecidas e utilizadas pelos índios na comunicação entre aldeias e povoados.⁵² Esses caminhos primitivos (terrestres e fluviais) faziam parte de um itinerário indígena inscrito nas relações espaciais concretas que desde muito grupos nativos já haviam estabelecido com os lugares da América, a sua morada natural. O mais importante desses roteiros era o “Peabiru” que conectava comunidades guaranis da bacia do Paraguai com as do litoral de Santa Catarina e São Paulo.⁵³ Ao mesmo tempo, todas as técnicas nativas de representação e orientação espacial através da observação acertada dos fenômenos naturais (astros celestes, ventos, leito dos rios, etc.) foram cruciais para o bom desempenho das incursões paulistas. A aguçada capacidade de percepção da geografia, topografia e natureza americana fazia da cartografia indígena um conhecimento necessário aos paulistas para o enfrentamento dos sertões bravios. Mas também as técnicas de sobrevivência na floresta, as habilidades de extrair da natureza alimento, bebida e remédio quando necessário.⁵⁴

Para alguns estudiosos, foi desses encontros e desencontros do homem português com o indígena, em função das bandeiras, e estimulado pela necessidade do primeiro em dominar os “costumes da terra” a fim de tirar-lhe proveito nas preias, que fez surgir a forma cultural e híbrida do homem “mameluco” – a “raça dos gigantes” como queriam alguns pesquisadores eugenistas do século XX⁵⁵. Segundo John

John M. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís D. Benzi. *Índios no Brasil*. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 1998, p.105-120. Em ambos os trabalhos o autor discute o protagonismo indígena na história de São Paulo, e no Brasil de uma forma geral, como atores significativos da sua própria história e não somente como sujeitos que ficaram à margem dos processos histórico-sociais do seu tempo. Para uma discussão atual dessa nova visão da história indígena na historiografia brasileira ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

⁵² Cf. HOLANDA, Sergio B. de. *Op. cit.*, p. 19-45.

⁵³ Idem.

⁵⁴ KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n.2, p. 91-109, 2009; HOLANDA, Sergio Buarque de. *Op. cit.*, p. 19-45.

⁵⁵ ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Raça de Gigantes: a civilização no planalto*

Monteiro, o termo mameluco era utilizado na época para designar os filhos de pai branco e mãe índia reconhecidos publicamente – na maioria dos casos via casamento católico dos pais – e que gozavam de liberdade plena, aproximando-se mais da identidade colonial portuguesa do que da indígena. No entanto, esses diferenciavam-se dos filhos “bastardos”, fruto das relações extra-conjugais dos pais portugueses, que eram criados e aproximados mais da condição materna, e sujeitos ao sistema de servidão.⁵⁶

Muitos desses mamelucos souberam aproveitar da sua herança cultural nativa para tornarem-se sertanistas especializados. A partir do domínio dos códigos da cultura indígena eles se tornaram os principais intermediadores entre o mundo do nativo americano e o mundo do português desbravador. Todo o conhecimento que os mamelucos herdaram foram úteis nos desafios dos sertões bravios. O domínio dos itinerários indígenas, as técnicas da caça e pesca, construção de embarcações, mareagem dos rios, os sistemas de comunicação e sinalização nas matas e o conhecimento da fauna e flora nativa, tudo isso foi fundamental para garantir a sobrevivência e o sucesso das empresas bandeirantes.

No caso de Francisco Dias Velho, o futuro fundador da póvoa do Desterro, ele mesmo descendia em linha direta de uma índia “tapuia” do século XVI.⁵⁷ A sua avó paterna, Antonia Gomes da Silva era filha de Izabel Afonso (mameluca), que por sua vez era filha do português Pedro Affonso e de uma índia que ele próprio “resgatou”. Vale lembrar que os

paulista. São Paulo: Editora Helios Limitada, 1926; Ver também: ZENHA, Edmundo. *Mamelucos*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1970. Para uma discussão sobre as teorias raciais e eugênicas em torno dos mamelucos ver: MONTEIRO, John Manuel. *Tupi, Tapuias e Historiadores...* *Op. cit.*, p. 194-216.

⁵⁶ MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, p. 166-167. Conferir ainda o verbete “Mamelucos” em VAINFAS, Ronaldo. (org.) *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 365-367; E o verbete “Mameluco” em: BLUTEAU, Rafhael. *Vocabulário portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 276-277.

⁵⁷ O termo “Tapuia” é uma categoria genérica de classificação que os portugueses associavam aos grupos indígenas não conhecidos, diferentes do grupo “Tupi”. Os tapuias pertenciam, em boa parte, à família *jê* ou a outros grupos linguísticos isolados. Cf. MONTEIRO, John M. *Op. cit.*, p. 19-20. Cf. O verbete “Tapuia” em VAINFAS, Ronaldo (org.). *Op. cit.*, p. 544-545.

tapuias eram conhecidos como os índios inimigos do portugueses.⁵⁸ Pedro Affonso foi um dos primeiros povoadores da capitania de São Vicente, um conquistador daquelas terras, e esteve envolvido em guerras contra índios hostis.⁵⁹ O historiador Evaldo Pauli, no seu estudo sobre a fundação da cidade de Florianópolis, um trabalho rico em detalhes sobre a trajetória de Francisco Dias Velho, afirma que “o sangue indígena corria pelas veias, ainda que escala reduzida, lhe deram a simpatia do Sertão e da solidariedade com o próprio selvícola, que sempre teve integrado no seu lote de peões”.⁶⁰ Ao que tudo indica, a família de Dias Velho compartilhava valores daquela cultura mameluca que originou-se nos primeiros momentos do descobrimento na região paulista, e que continuava pelo século XVII.

Além disso, o seu avô paterno, Pedro Dias, português e irmão leigo da Companhia de Jesus, era profundo conhecedor dos costumes indígenas e estudioso da língua *tupi*, a “língua geral” do Brasil. Ele chegou à capitania de São Vicente para auxiliar no trabalho missionário do colégio de São Paulo recém-criado em Piratininga. Ao lado dos confrades inacianos ajudou no primeiro aldeamento da região, que tinha sido montado em torno da aldeia tupiniquim do chefe Tibiriçá.⁶¹ Foi quando conheceu Terebé, filha de Tibiriçá, e com ela casou-se. Mas para efetivar o seu matrimônio ele precisou antes pedir licença da ordem jesuíta. Seguindo os ritos católicos, a índia Terebé foi batizada com o

⁵⁸ Segundo Jonh Monteiro, os índios chamados Tapuia eram “com frequência os inimigos mais indicados para uma guerra justa”. MONTEIRO, Jonh Manuel. *Op. cit.*, p. 52.

⁵⁹ Estas informações sobre a genealogia e trajetória dos Affonsos foram retiradas de: SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. cit.*, vol 1, 1904, p. 1-9. Conferir também: TAUNAY, Afonso. *História geral das bandeiras*. São Paulo, T.8, p. 362, 1946. Apud. PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p.76. A respeito das guerras do XVI, o historiador João Fragoso fala do apoio que as tropas paulistas de portugueses e índios forneceram na luta contra os franceses e tamoios na capitania do Rio de Janeiro, sob comando do capitão-mor da Capitania de São Vicente, Jerônimo Leitão, entre 1573 e 1592. Cf. FRAGOSO, João L. R. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: FRAGOSO, João L. R.; ALMEIDA, Carla Maria C. de; SAMPAIO, Antônio Carlos de J. (org.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 48-50.

⁶⁰ PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 76.

⁶¹ Segundo Jonh Monteiro, Tibiriçá foi um dos protagonistas na promoção das “relações luso-indígenas”. MONTEIRO, John M. *Op. cit.*, p. 28-36.

nome cristão de Maria da Grã, em homenagem ao padre superior do colégio Luís da Grã. O casal Pedro Dias e Maria da Grã teve três filhos. Tempos depois Maria da Grã morreu, e Pedro Dias decidiu casar-se novamente, desta vez com a neta do conquistador Pedro Affonso, Antonia Gomes da Silva, com quem teve mais três filhos sendo um deles Francisco Dias, o pai de Francisco Dias Velho.⁶²

Francisco Dias Velho não conheceu o avô, que morreu em 1590, mas toda a trajetória da sua família de contato com as populações indígenas nos primeiros momentos da conquista dos territórios paulistas lhe permitiu acumular um conhecimento rico dos “costumes da terra”. Isso fez dele, assim como seu pai, um sertanista especializado, proficiente na vida nas matas e habilidoso na “arte” de prear índios. Certamente ele dominava as línguas nativas, tinha na sua família referência dos dois principais grupos linguísticos, o *jê* dos tapuias e o *tupi* dos tupiniquins.⁶³ Todo esse saber familiar o habilitou para que as suas futuras expedições em busca de índios e de outras oportunidades pelos terrenos inóspitos do sul se realizassem com relativo sucesso.

É interessante notar que os pesquisadores da história de Santa Catarina, por quase dois séculos, nunca sinalizaram em seus trabalhos sobre a origem mestiça de Francisco Dias Velho, com exceção do já citado trabalho de Evaldo Pauli, e mesmo assim de maneira bem discreta, por que, segundo este autor, o grau da mestiçagem do “bondoso” Dias Velho era “reduzido”.⁶⁴ Mesmo desconfiando dos dados

⁶² Um resumo sobre a trajetória de Pedro Dias consta em: SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. cit.*, vol. 8, 1904, p. 3.

⁶³ Sobre as línguas indígenas ver: MONTSERRAT, Ruth Maria Fonini. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In: GRUPIONI, Luís D. Benzi. *Índios no Brasil*. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 1998, p. 93-104. Ver também o verbete “Tapuia” em: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Op. cit.*

⁶⁴ Dentre os estudos históricos que analisaram, mesmo que superficialmente, a trajetória de Francisco Dias Velho podemos destacar: BOITEUX, Lucas Alexandre. *A pequena história catarinense*. Florianópolis: Oficinas a Electricidade da Imprensa Oficial, 1920.; BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a história catarinense*. Florianópolis: Typ. a vapor da Livraria Moderna, 1912.; CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1987.; CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro (Volume I – Notícia)*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.; PIAZZA, Walter. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Lunardelli, 1983.; JAMUNDÁ, Theobaldo da Costa. *Op. cit.*; FONTES, Henrique da Silva. *A Irmandade do Senhor dos Passos e o seu hospital e aqueles que os fundaram*.

genealógicos que sustentam tal afirmação, que em geral são lacunares e quase sempre não mencionam as fontes históricas de onde foram retiradas suas informações, baseando-se mais em relatos orais, a hipótese da mestiçagem do conquistador da Ilha de Santa Catarina é bastante plausível tendo em vista o contexto no qual ele e sua família viveram.⁶⁵

Para se ter uma ideia mais clara disso, a população dos povoados e vilas da capitania de São Vicente ao longo do século XVII era praticamente toda indígena. Esse grupo perfazia um total de aproximadamente 80% em lugares como as vilas de São Paulo e Sorocaba. O número de brancos nessas sociedades era muito pequeno, se comparado aos dos mamelucos, bastardos, “carijós” (índios administrados) e índios pagãos.⁶⁶

A sociedade paulista onde Francisco Dias Velho nasceu, cresceu e viveu boa parte de sua vida tinha como regra, e não como exceção, a miscigenação com os nativos que, no início do processo de descobrimento, tinha sido estimulada pelas autoridades portuguesas. Em decorrência disso, aquelas sociedades coloniais de referência portuguesa reinventaram suas hierarquias permitindo que os mestiços se fizessem presentes em todas as camadas sociais, e até que estes ocupassem posições de destaque à frente das incipientes vilas e cidades que surgiam

Florianópolis: Edição do autor, 1965, p.11-19; MAGALHÃES, Basílio. Os bandeirantes em Santa Catarina. In: *Revista do IHGSC*. Florianópolis, vol. VII, n. 4, 1918, p. 360-361.; GUALBERTO, Luiz. Francisco Dias Velho. Florianópolis: *Revista do IHGSC*, 2º semestre, 1943, p. 107-116.

⁶⁵ Recuperamos a trajetória dos ascendentes de Francisco Dias Velho tendo como referência o trabalho do historiador e genealogista paulista Luiz Gonzaga da Silva Leme, “Genealogia Paulistana”, um estudo das principais famílias de São Paulo, onde o autor atualiza, com o uso de documentos históricos, a obra genealógica Pedro Taques de Almeida Paes Leme escrita no século XVIII. Este, por sua vez, escreveu algumas notas sobre Francisco Dias Velho e sua família, provavelmente baseando-se em relatos orais, porém não menos fidedigno. O avô de Paes Leme, Pedro Taques de Almeida, era conhecido de Francisco Dias Velho. Ele foi procurador de Dias Velho na ocasião do inventário de sua mãe, Custódia Gonçalves. APESP. *Inventários e Testamentos*. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de órfãos da Capital. Publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1920, Vol. 20, p. 317-347.

⁶⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da população de São Paulo no século XVIII. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, v.1, 1966. p. 55-111.

na capitania de São Vicente. A estratificação social dos indivíduos, na maioria dos casos, não era organizada exclusivamente por critérios étnicos. Na América portuguesa o poder social era resultado de outros atributos, como a descendência nobre dos conquistadores, os privilégios e títulos advindos da prestação de serviço à coroa portuguesa, a ocupação nos ofícios públicos da República (câmara municipal) e, não menos importante, o controle sobre a mão-de-obra escrava e as terras agricultáveis.⁶⁷ O próprio Francisco Dias Velho se viu beneficiado desses critérios de promoção social. Ele ocupou cargos na câmara municipal da vila de São Paulo, passando a figurar entre os “homens bons” daquela sociedade. Exerceu a função de alcaide em 1653 e 1658 e juiz ordinário e de órfãos no ano de 1668.⁶⁸

Ademais, uniões consensuais entre portugueses e índias eram mais do que comuns, como demonstram os altos índices da presença de mestiços no seio da população. Tudo isso nos leva crer que o fundador da cidade de Florianópolis era mesmo um mestiço “à moda” mameluca dos que haviam na sociedade paulista do seiscentos.

Os motivos que levaram os pesquisadores do início do século XX a propositalmente omitir a mestiçagem de Francisco de Dias Velho, a maioria desses vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e/ou fiéis a sua tratadística historiográfica, podem ser dos mais variados. Entretanto, esse silêncio voluntário pode estar ligado ao fato de Dias Velho ser considerado um dos principais personagens da história de Santa Catarina, e que como tal, em razão da sua proeminência no século XVII e dos seus grandes feitos, a sua origem não deveria de ser outra senão a portuguesa, branca, mesmo que não fosse declarada. Para a elite intelectual e política de Florianópolis – não mais da antiga Desterro escravista dos tempos da Colônia e Império – assumir que o principal “herói” da história do estado de Santa Catarina, o fundador da capital, era um mestiço, talvez não imprimisse o sentido

⁶⁷ Sobre as hierarquias sociais na América portuguesa ver: FRAGOSO, João L. R. *Fidalgos...Op. cit.*, p. 33-120.; FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII – algumas notas de pesquisa. *Revista Tempo*. Niterói, UFF, vol. 15, p. 11-35, 2003; FRAGOSO, João. O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla M. Carvalho de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 157-207.

⁶⁸ PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 83-86.

moral-cívico que a “história-memória” via IHGSC deveria comunicar na Primeira República. Parte desse mesmo grupo de historiadores se esforçaria ainda, anos mais tarde, em elaborar uma identidade para os habitantes do litoral catarinense, que diferente do interior não tinha sua história atrelada à colonização europeia do século XIX.⁶⁹ O evento a ser exaltado não era o da conquista dos bandeirantes, como fizeram os congêneres paulistas vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo⁷⁰, mas sim a colonização açoriana da segunda metade do século XVIII. Era aí que residia a particularidade histórica e identitária

⁶⁹ Um discussão sobre esses temas historiográficos do século XX pode ser conferida em: SERPA, Élio Cantalício. *Op. cit.*; WOLFF, Cristina Scheibe. *Op. cit.*; GONÇALVES, Janice. *Op. cit.*; FLORES, Maria Bernadete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000.

⁷⁰ Entre finais do XIX e início do XX, a elite paulista da República Velha procurou usar a imagem dos bandeirantes de maneira positiva em seus projetos de memória, como que fosse uma representação histórica (atemporal) do povo de São Paulo, descendentes de uma “raça de gigantes”. Desta forma, a elite paulista procurava enaltecer a sua capacidade de liderança no plano nacional, manipulando os fatos da história regional à favor do seu projeto hegemônico de poder. A historiadora Ilana Blaj lembra que a partir da “historiografia ‘paulística’, vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, algumas imagens a respeito de São Paulo colonial foram sendo cristalizadas. Com efeito, tal historiografia tinha como construção implícita, a preocupação de justificar o poder de São Paulo no contexto de riqueza cafeeicultora no âmbito da República Velha, o que pressupunha um relacionamento com os outros Estados e a luta pela hegemonia nacional. As imagens a partir daí resultantes edificam um paulista altivo, independente, arrojado e leal, cuja síntese seria o bandeirante”. BLAJ, Ilana. *Mentalidade e Sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial*. In: *Revista História*. São Paulo, n. 142-143, p. 240.; Não muito distante, os historiadores de Santa Catarina também procuraram imprimir essa imagem heróica do bandeirante na pessoa de Francisco Dias Velho, mesmo que dela não usufruíssem como parte de um programa memorialístico e identitário, como os intelectuais paulistas fizeram. Não faltam descrições com adjetivos dos mais qualificadores como “valeroso”, “honrado”, “célebre”, “leal” e muitos outros, para fazer referência à Dias Velho. O historiador Oswaldo Cabral chega a afirmar, com quase toda a certeza de quem o conheceu pessoalmente, que Dias Velho quando chegou à Ilha era um “homem de fibra, da estirpe dos bandeirantes, de olhar duro e penetrante, meio entrado em anos, com a longa barba já grisalha a escorrer-lhe pelo peito abaixo [...]”. CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...Op. Cit.*, p. 17.; Sem dúvida, para Cabral, Dias Velho era

do litoral, na sua “açorianidade”.⁷¹ A “invenção” dessa tradição afastaria os pesquisadores do passado colonial “pré-açoriano”. Essa estratégia acarretou, em parte, em vários silêncios historiográficos sobre a ocupação luso-brasílica de finais do XVII e início do XVIII, com raras exceções.⁷²

Voltando ao seiscentos, o historiador John Monteiro comenta que na primeira metade desse século a razão maior que teria conduzido as bandeiras/armações paulistas até a região Sul, especialmente no atual território catarinense, era os índios guaranis. Segundo ele,

quaisquer que fossem os pretextos adotados pelos colonos para justificar suas incursões, o objetivo maior dos paulistas era claramente o de aprisionar Carijô, ou Guarani, que habitavam um vasto território ao sul e sudoeste de São Paulo. De fato, durante as primeiras décadas do século XVII, os paulistas concentraram suas atividades em duas regiões, que ficaram conhecidas como o sertão dos Patos e o sertão dos Carijós. O sertão dos Patos, localizado no interior do atual estado de

mesmo um bandeirante ativo e corajoso como foram os paulistas. E foi dessa forma que o escultor ítalo-brasileiro Nicola Rollo, no começo do século XX, o fez em bronze, esculpindo uma imagem que tinha como principal intento transmitir ao público todas essas qualidades positivas dos sertanistas coloniais. Esta imagem de Francisco Dias Velho se encontra hoje exposta num dos salões do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (Museu do Ipiranga) ao lado da de dois outros famosos bandeirantes, Manuel Borba Gato e Bartolomeu Bueno da Silva.

⁷¹ A elaboração dessa forma identitária envolve novamente os elementos constituintes da memória, história e do território. Sobre a “invenção” da açorianidade ver especificamente: Maria Bernadete. *Op. cit.*, p. 113-141.

⁷² Há algumas pesquisas recentes que se detiveram rapidamente sobre esse período da história de Santa Catarina. Cf. SALOMON, Marlon. *O saber do espaço: ensaio sobre a geografixação do espaço em Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História/ UFSC, Tese de Doutorado, 2002.; SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História/USP, Tese de Doutorado, 2008; Sobre Laguna ver: KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no Sul da América portuguesa - século XVIII*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História/UFF, Tese de Doutorado, 2006.

Santa Catarina, era habitado por grupos guarani, identificados entre outras pelas denominações Carijó, Araxá e Patos.⁷³

O sertão dos Carijós abrangia as terras além das margens do rio Paranapanema, divisa dos atuais estados de São Paulo e Paraná, numa área de referência imprecisa que certamente remetia-se a Guairá, no sudoeste paranaense na fronteira com o Paraguai. Ali, em princípios do XVII, já estavam estabelecidas as missões, que na época das grandes bandeiras (1620-1640) viriam a se tornar o principal alvo dos sertanistas. Mas foi primeiro em direção a costa sul, em busca dos guaranis dos Patos, no litoral catarinense, que os paulistas concentraram os seus esforços.

Aqui vale destacar o porquê da preferência dos paulistas pelo apresamento dos carijós (índios guaranis). O colonato brasílico da Capitania de São Vicente desde do XVI já estava habituado a escravizar essas populações, quando das suas primeiras incursões pelo interior de São Paulo. Os motivos davam-se por esse grupo, assim como os tupi, ter uma maior densidade demográfica, facilidade de comunicação através da “língua geral” e uma maior possibilidade de formar alianças.⁷⁴ Na medida em que a demanda por índios aumentava, os paulistas dedicavam-se primeiro à captura dos guaranis. Foi em função desse contato anterior, incorrendo da colaboração dos carijós de São Paulo, que os bandeirantes no início do século XVII dominaram o conhecimento do itinerário nativo que os levaria até o sertão do Patos, e depois a Guairá. É provável que tenha sido através da utilização do caminho ou ramificações do Peabiru que os bandeirantes paulistas chegaram até os carijós do litoral de Santa Catarina. Segundo Jaime Cortesão, esse caminho ligava as “tribos da nação Guarany da bacia do Paraguay com a tribo dos Patos do litoral de Santa Catarina, com os Carijós de Iguape e Cananéia, e com as tribos de Piratininga e do litoral próximo”.⁷⁵

Quanto ao topônimo denominado “Patos” há controvérsias na

⁷³ MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, p. 61.

⁷⁴ Jonh Monteiro fala também da existência de uma guerra justa contra os carijós em 1585. MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, p. 52-53.

⁷⁵ CORTESÃO, Jaime. A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955, p. 16 Apud. KOK, Glória. *Op. cit.*, p. 91-109.

historiografia sobre qual era a exata localização do rio, porto ou lagoa que fazia a comunicação entre o litoral e o sertão de Patos. De início, não tratava-se da Lagoa dos Patos no atual estado do Rio Grande do Sul como muitos pensavam que fosse. Segundo John Monteiro, o “porto de Patos” referia-se ao local onde posteriormente surgiu o povoado de Laguna, as margens da grande lagoa salgada que inspirou o nome da Vila de Santo Antônio dos Anjos de Laguna e do atual município de Laguna.⁷⁶ Entretanto, o historiador Lucas Alexandre Boiteux, em artigo publicado pela revista do IHGSC, teceu algumas considerações acerca da localização deste topônimo conhecido por Patos, contrariando a hipótese anterior de que ficava localizado nas proximidades de Laguna. Baseando-se na cartografia e crônicas quinhentistas, Boiteux tomou por referência a latitude e a descrição correspondente aos lugares descritos como “Rio”, “Angra”, “Porto” ou “Lagoa” de Patos que aproximavam-se da Ilha de Santa Catarina, e chegou à conclusão de que a região conhecida pelos navegadores antigos com essa denominação “não é outro senão o [rio] Massiambú, corrupção de Mbê-açába-upéca-u que [...] significa [em tupi-guarani] rio do porto dos Patos”.⁷⁷ Segundo Boiteux, as latitudes mais confiáveis anotadas pelos cartógrafos nos mapas a respeito deste lugar variavam entre 29 e 27 graus. Contudo, levando em conta os erros dos cálculos astrolábicos da época e a linguística tupi-guarani, ficaria o rio Massiambú,⁷⁸ “rio do porto dos Patos”, na latitude

⁷⁶ MONTEIRO, *Op. cit.*, p. 64, ver especificamente a nota 19.; MONTEIRO, Jonh M. Os guarani... *Op. cit.*

⁷⁷ BOITEUX, Lucas. Toponymia antiga da nossa costa: Patos. In: *Revista do IHGSC*, volume VI, 1º trimestre, p. 3-10, 1917. O historiador Lucas Boiteux parece levar adiante a hipótese do memorialista Paulo Joze Miguel de Brito que, contrariando os escritores de sua época, no começo do século XIX, afirmava que o rio de Patos não ficava no Rio Grande do Sul. No entanto, para Miguel de Brito, que tomou como referência as anotações do padre jesuíta Simão de Vasconcellos e o relatório do viajante francês Frézier, o rio dos Patos ficava onde hoje é o rio Embaú, que fica mais ao sul da Enseada do Brito, na divisa entre os atuais municípios de Palhoça e Paulo Lopes. Esta região é bastante próxima da que sugeriu Boiteux. Cf. BRITO, Paulo J. Miguel de. *Op. cit.*, p. 7-8.; VASCONCELLOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos n'esta parte do Novo Mundo. Em que se trata da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil, dos fundamentos que n'ellas lançaram e continuaram seus religiosos, e algumas noticias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas d'aquelle Estado*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865, p. 54.

⁷⁸ O rio Massiambú localiza-se próximo ao distrito conhecido como Enseada do Brito, antiga freguesia da Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Palhoça, 54

27 graus e 30 minutos, muito mais próximo à Ilha de Santa Catarina.⁷⁹

A localização exata do lugar onde habitavam os guaranis de Patos seria muito difícil de precisar.⁸⁰ No entanto, o que vale assinalar é por essa região onde os bandeirantes desciam para buscar índios viajou também Francisco Dias Velho, que conforme anotou Pedro Taques, acompanhou “o seu pai nas entradas que fez no sertão dos gentios dos Patos”.⁸¹

A região de Patos se tornou nas primeiras décadas do XVII um importante entreposto de fornecimento de cativos, organizado pelos próprios guaranis. Segundo padres jesuítas que passaram por aquela região tentando ali estabelecer missões, o funcionamento e a origem desse comércio de almas deviam-se às relações de trocas mantidas desde antes entre os carijós e viajantes europeus no XVI que navegavam em direção aos mares do Sul. A produção social desses escravos era resultado das guerras intertribais dos indígenas que ali habitavam. Os índios eram capturados no sertão e desciam em comboio até o porto de Patos. Os portugueses e paulistas souberam prontamente tirar proveito desse circuito no afã de adquirir cada vez mais cativos. O repasse de escravos (“resgate”) era feito em troca de mercadorias européias (ferramentas, tecidos, etc.) e dependia da manutenção dos pactos estabelecidos com os chefes tribais. Há referência de que em 1635

município da Grande Florianópolis.

⁷⁹ A latitude precisa desses lugares hoje, com base no sistema de georeferenciamento do Google Maps, são as seguintes: Laguna, 28° 49'; Rio Massiambú, 27° 82'; Cf.: www.maps.google.com.br

⁸⁰ Ainda hoje nessa parte do litoral de Santa Catarina, que vai do rio Massiambú até Laguna, vivem várias comunidades indígenas da etnia Guarani-Mbyá, e que tentam a duras penas demarcar e regularizar os seus territórios frente ao Estado brasileiro. Dentre essas, podemos destacar as comunidades do “Morro dos Cavalos”, “Maciambú” e a “Reserva Indígena Cachoeira dos Inácios”. A etnia Guarani-Mbyá faz parte do tronco linguístico Tupi-Guarani e os povos indígenas desta vivem em regiões da Argentina e Paraguai, e nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins e Pará. Esses índios são reconhecidos como descendentes dos antigos carijós do período colonial. Cf.: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-mbya> (acesso em Fevereiro de 2013); Um etnografia sobre os Guarani-Mbyá consta em: LITAIFF, Aldo. *As Divinas Palavras: identidade étnica dos Guarani-Mbyá*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

⁸¹ PAES LEME, Pedro Taques de Almeida, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Apud. SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. cit.*, vol 8, p. 26.

aportaram por ali mais de 60 embarcações dedicadas à caça e ao tráfico de escravos. No porto de Patos os escravos eram acorrentados e levados em embarcações para a capitania do Rio de Janeiro e São Paulo.⁸²

⁸²SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil: a experiência dramática dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973, p.42-43.; MONTEIRO, John M. *Negros da terra...* *Op. cit.*, p. 63-66. Este caso do tráfico de escravos foi descrito rapidamente pelos memorialistas do século XIX. Cf. COELHO, Manuel Almeida. *Op. cit.*, p.5.; PAIVA, Joaquim G. de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2003, p.29-30.



Mapa 1 - Porto e Sertão dos Patos (século XVII) e as comunidades guaranis atuais

Mas como era de se imaginar, as relações amistosas entre os luso-brasílicos e os guaranis logo foram abaladas pelas agressões diretas dos primeiros contra seus prepostos indígenas a fim de escravizá-los. Nesse sentido, os bandeirantes paulistas passaram a depender menos dos seus intermediários índios, conhecidos como “pombeiros” ou “mus”, para agir mais por conta própria no apresamento de carijós nos sertões de Patos. Essas incursões dependiam dos índios subordinados que atuavam como guias e conheciam os povoados e aldeias.⁸³

Todavia, a elite paulista não parecia estar totalmente satisfeita com disso. No ano de 1635, a câmara da vila de São Paulo enviou uma carta ao capitão-mor da capitania de São Vicente em protesto a uma expedição armada que estava sendo montada por Luís Dias Leme para a região de Patos. Segundo os camaristas, a intenção do bandeirante era escravizar os carijós do litoral, e não fazer “resgate” com os índios que “há mais de cem anos são nossos amigos e compadres de nossos antepassados pois era remédio desta capitania”.⁸⁴ Se os homens bons da vila de São Paulo não concordavam com o apresamento dos guaranis do litoral, o mesmo não pode ser dito sobre os guaranis do sertão dos Carijós, próximo à grande “botica” Guairá, onde todos buscavam remédio para a sua pobreza.

Mas não eram somente os camaristas que queriam impedir a escravização dos carijós “amigos” do litoral catarinense, como também a dos “não-amigos” do interior. O padre jesuítas bem que tentavam por fim àquele comércio de almas, fazendo denúncias aos seus superiores na esperança que as autoridades portuguesas pudessem intervir. Mas o clima era mesmo de guerra contra jesuítas e índios naquele contexto de “fome de cativos”, como bem apontou Luiz Felipe de Alencastro. O interesse dos bandeirantes era mesmo fazer com que o tráfico na região de Patos continuasse, nem que para isso fizessem uso do seu poderio militar contra os missionários e/ou índios. Um desses opositores inacianos deixou um relato impressionante sobre as tentativas dos missionários em por fim a prática desse comércio nas proximidades da Ilha de Santa Catarina. O padre Francisco Carneiro, ao descrever o seu encontro com os traficantes, que vinham em dois patachos em busca dos carijós, revela o seu plano de levar dali o maior número possível de índios para as missões em Cananéia. Escreveu ele que,

⁸³ MONTEIRO, John M. *Op. cit.*, p. 63-66; MONTEIRO, John M. *Os guarani... Op. cit.*, p. 490-491.

⁸⁴ MONTEIRO, John M. *Os guarani...Op. cit.*, p. 491.

Enquanto também estivemos nesta Ilha, chegaram a ela dois patachos, afora outro que encontramos em outro porto, em que dizia iriam até 50 compradores de carijós com seus resgates costumeiros. Alguns deles com quem falamos, no semblante com que nos viam e carrancas, que nos faziam, mostravam não sentirem menos verem vir conosco os índios, que trazíamos, do que se das mãos, depois de comprados, lhos tiráramos.

Assim montaram pouco para com eles, as admoestações que lhes fiz sobre o muito que encontraria o serviço de Deus, e Sua Majestade, se com os índios, que deixávamos abalados para a Igreja com palavra de que em breve os irmos buscar, tratassem sobre os seus resgates e os inquietassem por essa via, quando de todo os não tirassem de seus intentos; porque, depois de se apartarem de nós, se foram ter com o Itapari, e o que com ele passaram não sei, mas ele me mandou dizer, depois disso, como já disse, apressasse quanto pudesse a ida dos padres, por respeito dos brancos, que já lá começavam a os inquietar.

E nunca, mais desejarei estar livre para me poder lá ficar este ano, a fim de conservar os índios nos propósitos em que deixamos, e frustrar por essa via os intentos de tais contratadores, já que não bastam leis divinas nem humanas a impedirem estas injustiças, nem há justiça, que veja e atalhe tão públicos e ordinários roubos da liberdade, em que na realidade me parece a emenda é impossível, por ser prática comum entre os culpados nelas, que só os padres da Companhia somos os que os julgamos por tais, sendo todos os mais de parecer contrário, e por ventura compreendidos pela maior parte dos resgates.

Esta boa vontade me pagaram eles, ainda antes de a alcançarem, com me não quererem fretar, como puderam e instantemente lhes pedi, um dos barcos até à Cananéia para nele passar parte da gente, assim por abreviar o caminho como por atalhar o

trabalho dos de terra, por onde era e foi forçoso caminharem os que não couberam nas barcas e canoas. Partidos, pois, da Ilha de Santa Catarina, aos 14 de julho, no mesmo dia tomamos um porto que chamam das Garoupas.⁸⁵

O texto de Francisco Carneiro detalha muito bem a insatisfação dos bandeirantes para com a presença dos jesuítas ali, que quando os viu com os índios logo lhes fizeram “carrancas”⁸⁶, e ainda depois não quiseram fretar as embarcações para o transporte daquela “gente” até Cananéia. Ao que parece, o padre Francisco Carneiro era um homem de coragem porque além de admoestar os comerciantes em nome do serviço de Deus, para que os mesmos não tirassem os índios dos seus intentos, também pedia passagem dentro de seus barcos até o litoral paulista. E ainda avisava que depois retornaria ali para buscar mais índios. Segundo ele, Itapari, que nos parece ser um intermediador dos traficantes, um pombeiro, havia dito que se apressasse com os padres por que os “brancos” já os começavam a inquietar. De toda maneira, as esperanças de Carneiro em ver aquele vil comércio terminar pareciam estar no limite, por que declarava que não queria mais ficar ali para deixar os índios nos propósitos cristãos, “já que não bastam leis divinas nem humanas a impedirem estas injustiças, nem há justiça que veja e atalhe tão públicos e ordinários roubos de liberdade”. Mas mesmo assim, ele ainda tentava um último esforço. Sem conseguir fretar embarcações que levassem os índios até Cananéia, partiu da Ilha de Santa Catarina com a sua gente em canoas e barcas até a enseada das Garoupas, no atual município de Bombinhas, distante poucas léguas ao norte, a fim de encurtar o caminho terrestre para depois seguir a pé até o seu destino.⁸⁷

Nessa mesma época surgem os primeiros indícios de

⁸⁵ Este documento se encontra transcrito em: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomos V e VI. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, p. 485-486.

⁸⁶ “fazer carranca, mostrar na cara o seu enfado, ou mau humor”. Cf. BLUTEAU, Rafael. *Op. cit.*

⁸⁷ Sobre a presença dos jesuítas na costa de Santa Catarina nos séculos XVI e XVII, como também o seu envolvimento no combate ao tráfico de escravos em Patos, ver: PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 46-50.; CABRAL, Oswaldo R. *Os Jesuítas em Santa Catarina e o ensino de humanidades na Província*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1940.

povoamento nas proximidades da Ilha de Santa Catarina. Pelo fato de os bandeirantes estarem sempre recorrendo àquela região de Patos para captura e/ou resgate dos carijós, alguns “sítios” acabaram sendo montados nas praias e enseadas do litoral a fim dar assistência àquela empresa. O informante da presença desses núcleos é outro padre jesuíta, Inácio Sequeira. Segundo ele, fazendo referência ao local onde os bandeirantes se estabeleceram,

Era este lugar o sítio tão célebre e desejado entre os carijós, como entre os nossos antigos os seus Campos Elisios, a quem eles em sua língua chamam de *Iurumirim*, que é o mesmo que Boca pequena; porém a boca cheia se disse que os moradores de São Vicente, que lá foram povoar, armaram suas casas de uma outra parte deste passo tão estreito, para ali assaltarem os nossos padres e lhe tomarem a gente que trouxeram dos Carijós, tendo para si, que os que quiséssemos ou não, ali lhes havíamos de vir a dar nas unhas.⁸⁸

O termo “sítio” faz referência a um núcleo relativamente estável de povoação, embora não tão promissor quanto o “arraial”, povoado um pouco maior. Para a historiadora Cláudia Damasceno, que estudou o léxico de ocupação das Minas setecentistas, atual estado de Minas Gerais, e que teve como principais agentes os mesmos bandeirantes paulistas, sítio significava implantação em áreas rurais, “nas quais as densidades demográficas é bem menor que nos lugares ou arraiais”.⁸⁹ Mesmo tratando-se de uma área geográfica bem diferente do interior mineiro, as planícies litorâneas (costeiras) da Ilha e continente serviriam à mesma utilidade logística para a instalação de povoados a fim de apoiar o empreendimento das bandeiras. A presença das casas que Inácio Sequeira descreve, conservavam a mesma motivação do modelo típico de ocupação paulista pelo interior, em que quanto mais as expedições se afastavam do seu local de origem, maior era a necessidade de pontos estratégicos para abastecimento e repouso.⁹⁰ No

⁸⁸ Cf. LEITE, Serafim. *Op. cit.*; FONTES, Henrique da Silva. *Op. cit.*, p. 64-65.; PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 51-53.

⁸⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. cit.*, p. 78.

⁹⁰ Sobre a necessidade de roças e arraiais ao longo do caminho para abastecer os

caso das viagens marítimas essa necessidade era ainda maior, sobretudo por que o tempo de espera para o retorno dependia de condições climáticas favoráveis à navegação.

O “passo estreito” onde estavam localizados os sítios, conhecido pelos indígenas como “Turumirim”⁹¹, abrigava moradas de casas tanto de um lado, no continente, como do outro, na Ilha. Aquele era (e ainda é) o trecho mais curto da baía que aproxima à Ilha da sua terra firme, tão próximo, que nas palavras romanceadas do padre Sequeira, “ambas estão arrependidas de se dividirem algum tempo, e agora desejam sumamente de se abraçarem outra vez e darem as mãos”.⁹² Como não era difícil de imaginar, a lenta ocupação da Ilha acontecia pela parte mais acessível junto ao continente.

E foi nesse momento, quando os paulistas começavam a direcionar as preias para o sertão dos Patos, no continente próximo da Ilha de Santa Catarina, e quando os conflitos com os jesuítas se intensificavam, que o jovem Francisco Dias Velho, acompanhado de seu pai, teve o seu primeiro contato com aquela parte do litoral sul. A rota marítima e terrestre já era conhecida pelos predadores de índios, em função dos resgastes que comumente vinham fazer com os parceiros carijós.⁹³ Não é possível saber qual foi o trajeto que ele ou seu pai optaram por fazer, se por terra ou por mar. Mas importa é que foi naquele contexto em que a demanda por cativos carijós aumentava na capitania de São Vicente, que ele decidiu buscar “remédio” para sua pobreza, reconhecendo, talvez, outras potencialidades que aquele lugar ermo poderia oferecer. Décadas depois ele investiria num núcleo de povoamento ali.

As versões da historiografia sobre o “descobrimento” e/ou “povoamento” da Ilha de Santa Catarina pelo bandeirante Francisco

bandeirantes ver: MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, p. 90-91.

⁹¹ Conforme dicionário topográfico do padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, “Yjurí Mirim” era o “nome que os indígenas davam à pequena abertura que a Ilha de Santa Catarina ao continente fronteiro, é a que chama hoje de Estreito, entre a Fortaleza do Santa'Anna e o pontal de S. João. Esta denominação mais tarde estende-se a toda Ilha. A palavra Yjuriré Mirim compõem-se de três da língua brasileira, as quais exprimem: boca pequena de mar ou de rio”. PAIVA, Joaquim G. de Oliveira e. *Op. cit.*, p. 275-276.

⁹² Cf. LEITE, Serafim. *Op. cit.*, p. 465.

⁹³ Bandeirantes como Manuel Preto já haviam passado por ali. Cf. PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 50.

Dias Velho são várias. As mais antigas, registradas nas memórias dos escritores do século XIX, afirmam que a fundação da pequena póvoa do Desterro se deu por volta de 1651, quando Dias Velho para cá transferiu-se com sua família e agregados, a maioria índios administrados, para estabelecer residência.⁹⁴ Já os historiadores do século XX sugerem outra data, a de uma viagem experimental que Francisco Dias Velho fez com sua gente em 1662, antecipando o estabelecimento agrícola que mandara seu filho José Pires Monteiro levantar na Ilha e litoral no ano de 1673. Depois disso, ele retornaria dois anos depois e permaneceria ali por mais três até receber oficialmente a concessão daquelas terras, as sesmarias, pelo governador da Capitania de São Vicente. E mesmo nesta última versão a cronologia dos fatos não coincide entre todos os autores.⁹⁵

⁹⁴ BRITO, Paulo J. Miguel de. *Op. cit.*, p. 14-16.; PAIVA, Joaquim G. de Oliveira e. *Op. cit.*, p. 30-31.; COELHO, Manuel Almeida. *Op. cit.*, p. 5-6.; CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brazilica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua Majestade Fidelissima por hum presbitero secular do Gram Priorado do Crato (Tom. I)*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817, p. 180-181.; MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo (Tomo I)*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1976, p. 282-284.

⁹⁵ Walter Piazza conta que “com o intuito de fundar uma povoação, partiu Dias Velho, a 18 de abril de 1662, de São Paulo, acompanhado da sua mulher (Maria Pires Fernandes), dois filhos, duas ou três filhas, 500 índios domesticados, um branco (José Tinoco), sua mulher e três filhos, e dois padres jesuítas. Retornou a São Paulo e de lá mandou, em 1673, seu filho José Pires Monteiro [...] fortalecer a povoação e nelas fez plantações. Em 1675 seguiu novamente [...] para a sua povoação, onde permaneceu três anos [...] e em 1678 dá início a construção da capela de N. Sra. do Desterro, e voltou em 1679, para Santos, quando fez requerimento ao Governador da Capitania, solicitando terras”. PIAZZA, Walter F. *Op. cit.*, p. 112.; O historiador Oswaldo Cabral narra o mesmo evento de uma maneira diferente. Segundo ele, “a primeira vez que saiu Dias Velho, de Piratininga, para fundar a póvoa da Ilha de Santa Catarina, dizem que foi em 1662 [...] e, até 1672, dez anos depois, tudo leva a crer que não o tivesse feito [...] Em 1673, seu irmão José Dias Velho, a seu mando, andou por aqui e fêz algumas plantações; e, ele mesmo, entre 1675 e 1678 [...] aqui permaneceu. Foi só depois disto que, regressando a São Paulo, requereu sesmarias na Ilha, 'onde já tinha igreja de N. Sra. do Desterro'”. CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...Op. cit.*, p. 18.; Outros historiadores como Lucas Boiteux e Henrique da Silva Fontes, também narraram em seus trabalhos uma versão um tanto diferente das citadas acima. BOITEUX, Lucas Alexandre. *Pequena historia...Op. cit.*; BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para...Op. cit.*; FONTES, Henrique da Silva. *Op. cit.*

A despeito de tudo que já foi escrito, não queremos aqui precisar uma cronologia dos feitos de Francisco Dias Velho no sentido de inaugurar uma nova data da criação do povoado do Desterro. Vamos somente tentar reconstruir parte da sua trajetória tomando por base alguns aspectos já conhecidos da sua história a fim de situar este evento dentro de um contexto mais amplo do processo de expansão territorial luso-brasilico sobre as áreas do sul, atentando para as motivações que o levaram a implantar uma nucleação na Ilha de Santa Catarina.

Em princípio, fundamentaremos nossa análise no trabalho do historiador Evaldo Pauli, que pautou-se em documentos históricos antes não consultados ou pouco conhecidos dos antigos historiadores no seu trabalho sobre a fundação da cidade de Florianópolis. Seguindo os indícios lançados por este autor, a ideia é articular aqui esses fatos com outros relacionados ao aumento das povoações na região Sul na segunda metade do XVII.

Primeiro, Evaldo Pauli não concorda com a hipótese dos memorialistas de que Dias Velho estabeleceu povoado no ano de 1651. Para ele, não há nada que comprove a fundação de uma póvoa por Dias Velho nesta data, como apontou o Paulo José Miguel de Brito, com base nas “notícias” que tomou de umas “memórias antigas”, que ele leu na época em que estava de passagem pela vila do Desterro, no início do XIX. Esses manuscritos datavam do início do XVIII e tinham sido escritos por moradores antigos do Desterro no sentido de historiar os eventos que marcaram a ocupação daquele território pelos seus antecessores. Contava-se que Francisco Dias Velho ao chegar na Ilha levantou uma cruz de pedra para marcar o local da construção da pequena capela do seu povoado. E que em 1727, relatavam os antigos, tal cruz havia caído por terra, mas todos testemunharam que ela era datada de 1651, conforme estava inscrito.⁹⁶ Foi daí que Miguel de Brito, e outros que o seguiram, passaram a adotar esta data como sendo a da criação do Desterro. Para Pauli, nesta data já estava sendo estabelecido na Ilha um outro núcleo de povoamento por um tal de Antônio Amaro Leitão, no mesmo momento em que Manuel Lourenço de Andrade, outro bandeirante paulista, dava início à ocupação da Ilha de São Francisco do Sul, mais ao norte da de Santa Catarina.⁹⁷

⁹⁶ BRITO, Paulo J. Miguel de. *Op. cit.*, p. 15-16. Acerca desse assunto das “memórias antigas” dos moradores da Vila do Desterro trataremos adiante, no terceiro capítulo.

⁹⁷ PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 62-65.

Mas também, nesse momento, em princípios da década de 1650, Francisco Dias Velho estava envolvido nos afazeres da Câmara da Vila de São Paulo, o que inviabilizaria o cuidado de um empreendimento recém-montado no litoral Sul. Entre 1653 e 1658, desempenhou Dias Velho as funções de alcaide e juiz ordinário. Na década seguinte, encontrava-se ele novamente envolvido com os ofícios da República. E no ano de 1664 teria recebido uma carta de Dom Afonso VI, rei de Portugal, pedindo para ele juntar-se com outros bandeirantes na real tarefa das descobertas de minas. Provavelmente o convite era para dar prosseguimento as buscas de metais pela região de Paranaguá e Curitiba, onde décadas antes já haviam minerado ali alguns paulistas. Não é possível saber se Francisco Dias Velho aceitou ou não esta tarefa em nome do rei. Entretanto, em 1668, ele ainda continuava a atuar na câmara de São Paulo, agora como juiz ordinário e de órfãos.⁹⁸ Até aqui, Evaldo Pauli continua a insistir na ideia de que seria muito difícil para o bandeirante conciliar as suas atividades de “homem bom” em São Paulo e povoador em Santa Catarina.

Um outro fato, que não estava ligado diretamente à pessoa de Francisco Dias Velho, mas que impossibilitava o povoamento de Santa Catarina por este bandeirante na década de 1660, tendo em vista as terras que ele reivindicaria como sendo de sua posse, foram as sesmarias concedidas a outros povoadores por essa época. Segundo o memorialista Manuel Joaquim de Almeida Coelho, no ano de 1666 “Antonio Affonso e seis companheiros vieram com suas famílias povoar a Ilha e terra firme; para cujo fim lhes concedeo Gabriel de Lara, Capitão-Mor da Capitania do Paranaguá, Ouvidor, Alcaide Mór, e Procurador bastante do Marquez de Cascaes”.⁹⁹ As terras doadas localizavam-se entre a Ilha de Santa Catarina e o continente na parte sul até a lagoa de Ibiraquera, no atual município de Imbituba. No mesmo ano, o capitão-mor da Praça de Santos, Agostinho de Figueiredo, representando o mesmo Marquês de Cascaes,¹⁰⁰ Dom Alvaro Pires de Castro, concedeu no dia 22 de julho

⁹⁸ Ibidem, p. 84-85.

⁹⁹ COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. *Op. cit.*, p. 9.

¹⁰⁰ Dom Alvaro Pires de Castro, IV Conde de Monsanto e Marquês de Cascaes, era herdeiro das terras das antigas capitanias donatárias de Pedro Lopes de Sousa, incluindo a de Santana, onde está localizada a região de Santa Catarina. Cf. BRITO, Paulo J. Miguel de Brito. *Op. cit.*, p. 16-18.; SOUSA, D. Antonio Caetano. *Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal, que contem a origem, e a antiguidade de suas Familias: os Estados, e os Nomes dos que actualmente vivem, suas Arvores de Costado, as alianças das Casas, e os*

sesmarias de “meia legua terras sobre as margens do Rio Maçambu na terra firme, e todo o Sertão, a Miguel Antunes Prompto, e 13 companheiros de Garatuba, que lhe requererão como povoadores”.¹⁰¹

Ao que parece, as autoridades locais dos povoados mais ao sul da capitania de São Vicente estavam mesmo interessados em fomentar a povoação de novos territórios na região de Santa Catarina, que na época fazia parte do território da antiga capitania de Santana, do donatário Pedro Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Sousa, donatário e povoador da capitania de São Vicente. Mas como muitas outras capitanias hereditárias, a de Santana não alcançou o sucesso esperado pela coroa portuguesa, em virtude de não ter sido feito nenhum investimento de colonização no século XVI, e ela ainda permanecia inabitada até meados do XVII.¹⁰² Mas isso parecia mudar com os novos incentivos de povoamento feitos pelos procuradores do Marquês de Cascaes, herdeiro das terras daquela capitania. A coroa portuguesa também estimulava pesquisas minerais na região, o que resultou em descobertas de minas de ouro no atual estado do Paraná. E foi

Escudos de Armas, que lhes competem até o ano de 1741. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1742, p.79-82.

¹⁰¹ COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. *Op. cit.*, p. 9.

¹⁰² Segundo o historiador Capistrano de Abreu, as terras doadas ao conquistador Pedro Lopes de Sousa localizavam-se no “limite extremo da mais meridional destas capitanias [...] por uma latitude de 28° 1/3; confrontava, um pouco ao Norte de Paranaguá, com a de S. Vicente, reservada a Martim Afonso de Sousa, e que se estendia ao lado oposto até Macaé, ao Norte de Cabo Frio, desenvolvendo assim mais de cem léguas de costa, mas em duas partes que encravavam, desde São Vicente até a embocadura do Juquiquerê, a de Santo Amaro”. No entanto, no século XVII as terras que pertenciam a Pedro Lopes de Sousa estiveram sob litígio na disputa entre os herdeiros deste e de Martim Afonso de Souza. A situação só seria definida em favor dos herdeiros de Pedro Lopes no ano de 1692. No ano de 1711 a coroa portuguesa compraria dos herdeiros de Pedro Lopes a capitania de Santo Amaro, onde estava localizado o território de Santa Catarina; Cf. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Ministério da Cultura/ Fundação Biblioteca Nacional/ Departamento Nacional do Livro, s/d, p. 22-23.; Na verdade, três lotes foram doados a Pedro Lopes de Sousa, sendo “o primeiro deles a Capitania de Santo Amaro que ficava exatamente entre as duas possessões de seu irmão Martins Afonso de Souza, que tinha 55 léguas de largura e se estendia desde a foz do rio Juquiquerê até a barra de Bertioga; o segundo lote, batizado de Capitania Santana, localizava-se imediatamente ao Sul de São Vicente, com 40 léguas que começava na Ilha do Mel e iam até Lagunas; e o outro [...]”. MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 89.

provavelmente em razão das descobertas de novas minas que as autoridades locais de vilas próximas, como Gabriel de Lara e Agostinho Figueiredo, faziam concessões de sesmarias para lugares mais ao sul.

Mas curiosamente as terras concedidas para o estabelecimento de Antonio Affonso e Miguel Antunes Prompto, e mais seus companheiros, não era de minérios, mas sim de carijós e gados bravios. As sesmarias ficavam ao sul do rio Maciambú, onde Lucas Boiteux apontou como sendo o porto de Patos, até as lagunas dos atuais municípios de Imbituba e Garopaba. Nesta região há várias planícies por onde possivelmente espalharam-se os rebanhos de gados das missões jesuíticas. As motivações desse grupo de colonizadores poderiam ter sido outras. Todavia, ao que parece, nenhum desses empreendimentos alcançou o sucesso esperado.¹⁰³

A década de 1670 inaugurava um momento diferente na vida de Dias Velho. Por volta de 1671 faleceu seu sogro, Salvador Pires de Medeiros, um importante bandeirante que figurava entre os principais da vila de São Paulo. Era homem de cabedal, senhor de terras e de gente.¹⁰⁴ Pouco tempo depois, no ano de 1673, Francisco Dias Velho recebe novas ordens da coroa portuguesa para que ele e mais dez sertanistas paulistas se ocupassem do descobrimento de minas.¹⁰⁵ Tudo indica que foi provavelmente depois dessas incursões em busca de metais, que

¹⁰³ Sobre a presença de gados na costa catarinense ver: CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 187-188.; HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727- c. 1793)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2002, p. 26-82. Luiz Felipe Alencastro comenta que depois do desaparecimento dos índios e a destruição da reduções jesuíticas nos pampas, a reses se espalharam livremente do Rio Grande do Sul até o litoral de Santa Catarina, na cidade de Laguna. ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Op. cit.*, p. 193.

¹⁰⁴ PAES LEME, Pedro Taques de Almeida, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Apud. SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. cit.*, vol 2, 1904, p. 123-124.; MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Op. cit.*, p. 222. A data do casamento de Francisco Dias Velho com a filha de Salvador de Medeiros, Maria Pires Fernandes, não é consenso. Evaldo Pauli assinala que a data do matrimônio se deu por volta do final da década de 1640. Cf. PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 76-79.

¹⁰⁵ PAES LEME, Pedro Taques de Almeida. *Informação sobre as Minas de São Paulo*. Apud. PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 86.

Francisco Dias Velho envolveu-se em mais uma tarefa em prol dos desígnios do rei de Portugal, o povoamento da fronteira aberta do sul. É possível que depois de ter herdado parte dos bens de Salvador Pires de Medeiros, sobretudo índios, e/ou de ter amealhado alguma riqueza nos sertões em busca de ouro, tenha ele reunido recursos suficientes para montar às suas custas um povoado na Ilha de Santa Catarina.

A historiografia aponta que Francisco Dias Velho primeiro enviou uma tropa sob o comando do seu filho José Pires Monteiro, em 1673, para que este levantasse na Ilha de Santa Catarina e seu continente um estabelecimento agrícola do qual pudesse tirar proveito para a ocupação daquela região. A respeito disso a maioria dos pesquisadores são concordes.

Sendo assim, três anos depois, Francisco Dias Velho aportava na Ilha acompanhado da sua mulher, filhos, agregados, dois padres (capelães) e 500 índios domesticados. Marcava-se no tempo e na memória o início do povoado do Desterro. Ali ele construiu uma ermida para atender espiritualmente sua gente, mas também para marcar a presença da monarquia católica da dinastia dos Bragança. Implementou roças de alimentos, criação de gado, e um tímido comércio com a vila de São Francisco do Sul. Francisco Dias Velho montou tudo isso às suas custas pensando no retorno que tal esforço poderia render junto à coroa portuguesa. Era este mais um serviço que prestava em nome do rei de Portugal, D. Afonso VI.

Até aqui, estamos tratando do povoamento da Ilha de Santa Catarina por Dias Velho como um caso isolado, o que não nos permite enxergar o significado deste evento no contexto mais amplo da expansão portuguesa em direção aos territórios fronteiriços às possessões espanholas na América.

A dissolução da União Ibérica no ano de 1640 levou Portugal a direcionar projetos de manutenção dos seus negócios no Atlântico sul, tinha como principal interesse a prata que vertia da praça de Buenos Aires e os escravos africanos traficados em Luanda. Luiz Felipe Alencastro aponta que na segunda metade do XVII, numa estratégia para recuperar esses pontos de comércio, ocorreu a “expedição luso-fluminense de reconquista de Angola (1648), o povoamento de Laguna (1674), a criação do bispado do Rio de Janeiro com jurisdição até a embocadura do Prata (1676), o donativo régio concedido a Salvador de Sá e seus filhos de trinta léguas de litoral até o Prata (1676) e, enfim, a

fundação da Colônia do Sacramento (1680)”.¹⁰⁶ E a tudo isso podemos somar também o esforço do sertanista Francisco Dias Velho em povoar o principal porto de acesso aos mares do sul, a Ilha de Santa Catarina.

Os povoados que começavam a surgir na região meridional a partir do final da primeira metade do século XVII, direta ou indiretamente, refletiam esse interesse maior da coroa. Para os agentes colonizadores envolvidos nessa empreitada, lembrando dos verdadeiros motivos que movimentavam os bandeirantes paulistas a fazer suas incursões pelo sertões da América, os interesses ainda eram o apresamento de índios e a busca por metais preciosos, e não menos importante, os rebanhos de gados bravios nas planícies sulinas.¹⁰⁷ Mas foi a partir do reconhecimento da força expansionista dessas bandeiras paulistas e do seu potencial de colonização, que o reino de Portugal passou a estimular ainda mais as iniciativas particulares de bandeirantes como Francisco Dias Velho, prometendo-lhes vantagens que só a monarquia poderia oferecer: títulos, honras, mercês, privilégios comerciais e terras. O historiador Leandro Lima, pesquisando sobre as bandeiras que partiam de Taubaté na segunda metade do XVII para as descobertas de minas, aponta que “o bandeirismo como atividade intimamente relacionada à realidade local fazia parte da própria engrenagem responsável pelo andamento da colonização do Brasil, em especial, do seu desconhecido e temido interior”¹⁰⁸ – e a sua inabitada costa. Ele ainda lembra que o papel da coroa foi o de,

Incentivar, esta era a ordem expedida constantemente. Sem recursos suficientes para coordenar as ações de procura e exploração de metais e pedras preciosas, a Coroa passou a depender da iniciativa privada para tal, daí a enxurrada de cartas destinadas às autoridades do governo colonial e aos paulistas contendo palavras de incentivo à pesquisa de prospecção, lembrando sempre que tudo seria visto pelo Rei como digno de uma exemplar vassalagem.¹⁰⁹

¹⁰⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Op. cit.*, p. 203.

¹⁰⁷ Sobre as expedições que partiram em busca de gados entre finais do XVII e início XVIII na região do atual estado do Rio Grande do Sul, ver: HAMEISTER, Martha Daisson. *Op. cit.*

¹⁰⁸ LIMA, Leandro Santos de. *Op. cit.*, p. 242.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 43.

As correspondências endereçadas a Francisco Dias Velho, que o animavam a descobrir e se apossar de novos territórios em nome do rei, refletiam esse projeto maior de expansão dos interesses da coroa sobre o Atlântico Sul em busca de ouro ou do desbravamento de caminhos que a levasse até a prata espanhola. Nesse sentido, ela procurou transformar os sertanistas em fiéis vassalos, com direito a todas as recompensas que mereciam. Assim como acontecia com os bandeirantes de Taubaté para que explorassem as minas no interior Oeste.

É dentro desse contexto que localizamos a aparição de novos povoados no meridional português pós-1640, à exemplo de Paranaguá (1647), Nossa Senhora das Graças do Rio de São Francisco do Sul (1650), Curitiba (1654), Nossa Senhora do Desterro (1676) e Santo Antônio dos Anjos de Laguna (1684).¹¹⁰ A montagem dessa nova rede

¹¹⁰ A povoação de Paranaguá foi fundada em 1647 por Eleodoro Ébano Pereira e pelo capitão-mor Gabriel Lara, moradores de Santana de Parnaíba. Em 1653 Paranaguá foi elevada a condição de Vila. Por sua vez, a povoação de São Francisco do Sul foi fundada por volta de 1650. O pesquisador Manuel Eufrásio de Azevedo Marques escreveu que foram concedidas sesmarias para a região de São Francisco desde a década de 1640, conforme consta no “cartório da Tesouraria de Fazenda de São Paulo”, sendo a primeira para Antônio Fernandes, no dia 29 de novembro de 1642, e muito depois a que foi concedida para Manuel Lourenço de Andrade, que é considerado pela historiografia o fundador desta povoação no ano de 1658. No momento próximo a sua morte ele declarou em testamento que “quando Nosso Senhor seja servido levar-me d'esta vida presente, meu corpo, seja enterrado na igreja de Nossa Senhora da Graça d'esta villa, e como sou seu principal povoador, seja na capela da dita igreja, defronte da imagem da dita Senhora”. Já o povoado de Curitiba surgiu em decorrência das bandeiras que partem de Paranaguá em busca de metais. Segundo Azevedo Marques, foram os principais povoadores de Paranaguá, Gabriel de Lara e Eleonoro Ébano Pereira, que estimularam a criação de um núcleo de povoamento nesta região em 1654. Sobre Desterro, consideramos que o empreendimento de Dias Velho marca o início da sua povoação. A sua vizinha Laguna surge num momento muito próximo, como resultado das incursões feitas por Domingos de Brito Peixoto e seu filho Francisco de Brito Peixoto por volta de 1684. As datas de fundação de Laguna, assim como de Desterro, não são consenso entre os historiadores. Alguns afirmam que aquela povoação se deu no ano de 1676, enquanto outros, como Luiz Felipe de Alencastro, no ano de 1674, e Walter Piazza no ano de 1684. O historiador Fábio Khun discute as controvérsias dessas datas em sua tese de doutoramento, e procura situar a formação do povoado dentro da década de 1680. Cf. MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. Op. cit., (*Tomo I*), p. 209-210; MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. Op. cit., (*Tomo II*), p. 143-144 e p. 234.; PIAZZA, Walter

70

colonial anteciparia a instalação do efetivo político-institucional do Estado monárquico português – as burocracias régias como governadoria, ouvidoria, provedoria, etc. Mas antes disso, era preciso manter a posse desses novos territórios enquanto domínios da coroa. Uma função que caberia mais uma vez aos grupos paulistas recém-instalados na região a partir das incipientes repúblicas, as câmaras municipais que aos poucos iam surgindo.¹¹¹

A manutenção da Ilha de Santa Catarina como posse de Portugal era muito mais importante dentro do quadro logístico desse projeto de expansão em direção à região da bacia do Prata, do que do aproveitamento das riquezas naturais que possivelmente a coroa poderia extrair dali, a não ser o ouro, claro, porque a esperança de encontrar metais na região sempre esteve presente no imaginário dos bandeirantes e era mais do que bem-vindo aos cofres reais. Precisaria ainda algumas décadas para a atenção da coroa recair sobre as potencialidades extrativistas da Ilha e do seu continente, a exemplo das madeiras, pesca de baleias e do simples aproveitamento do solo para produção de novas culturas.

Esse interesse de salvaguardar os portos da Ilha é evidente no momento em que as operações da fundação da Colônia de Sacramento estavam sendo montadas por Dom Manoel Lobo, o então capitão-mor e governador da Capitania do Rio de Janeiro. No ano de 1679, quando da expedição do Tenente Mestre-de-Campo General Jorge Soares de Macedo, que partiu do porto de Santos para levantar fortaleza na Ilha de São Gabriel, às margens da bacia do Rio da Prata, quis o destino que um naufrágio sucedesse à sua flotilha, e que parte dos navios retornassem para Santos e outros aportassem na Ilha de Santa Catarina. Sem demora, Dom Manuel Lobo decide fazer da Ilha um entreposto para os preparos necessários à instalação da feitoria militar. Foi então que “sabendo da arribada à Ilha [...] determinou que a gente d'ella se empregasse em serrar madeira, preparar cal de ostras, e outros materiais de construção debaixo da inspecção do Vedor Manoel da Costa Duarte, para serem transportados à nova Colônia”.¹¹² O historiador Evaldo Pauli, analisando

F. *Op. cit.*, p. 111-117; ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Op. cit.*, p. 203; CABRAL, Oswaldo R. *Laguna e outros ensaios*. Florianópolis: Ed. do autor, 1939, p. 29-38; CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa...Op. Cit.*, p. 39-46.

¹¹¹ Uma discussão sobre o papel das câmaras ultramarinas no alargamento do império português está presente no segundo capítulo.

¹¹² COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. *Op. cit.*, p. 10

este episódio, revela que Francisco Dias Velho esteve envolvido diretamente na condução dos trabalhos para a nova expedição que dirigia-se ao Prata sob o comando de Manuel da Costa Duarte e Jorge Soares de Macedo, no ano de 1680. Dali partiram alguns sertanistas paulistas, provavelmente conhecidos de Francisco Dias Velho, como Antonio Afonso Vidal e Braz Rodrigues de Arzão, e mais centenas de índios que compreendiam a maior parte do efetivo militar, inclusive índios do povoado. No entanto, essa nova expedição acumularia mais um fracasso na sua tentativa de conquistar aquele território. Até que pessoalmente Dom Manuel Lobo, comandando nova frota marítima, estabeleceu definitivamente a fundação da fortaleza na margem esquerda do Rio da Prata, em frente à cidade de Buenos Aires.¹¹³

A respeito do ocorrido, podemos perceber que alguma vantagem o pequeno povoado do Desterro poderia obter, seja via o reconhecimento da sua importância na execução da conquista e defesa do mares do Sul pelos portugueses e brasílicos, seja em novos estímulos que daí poderiam surgir para garantir a sua manutenção como território da coroa.

Mas a década de 1680 reservara um destino diferente para o estabelecimento de Dias Velho. Ocorreu que no ano de 1687, Francisco Dias Velho, exercendo a função de principal povoador e defensor do território da Ilha de Santa Catarina, foi acometido por um ataque surpresa de corsários estrangeiros que o levou à morte. Conta Pedro Taques, que arribou na Ilha um patacho inglês cujo capitão era Thomaz Frins, pirata, e que Francisco Dias Velho “foi a bordo, prendeu este capitão e os mais ingleses, e baldeou para a terra por inventário todo o cabedal que lhe achou, e os remeteu presos à sua custa à vila de Santos, onde se achava então de correição o dr. Ouvidor Geral da repartição Sul Thomé de Almeida e Oliveira”.¹¹⁴ Anos depois, voltariam à Ilha os mesmos estrangeiros para vingar-se de Dias Velho, tirando-lhe a “vida dentro do próprio templo”, da pequena capela que pouco antes havia

¹¹³ PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 101-107.; FONTES, Henrique da Silva. *Op. cit.*, p. 13-15. Sobre a fundação da Colônia do Sacramento ver: POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento: uma praça de guerra do império colonial português. In: *História em Revista*, Pelotas, v.12-13, 2007, p. 09-28; PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 19, 2003, p. 79-104.

¹¹⁴ PAES LEME, Pedro Taques de Almeida, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Apud. SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. cit.*, vol 8, p. 28.

levantado.¹¹⁵

Para a historiografia, a morte trágica de Francisco Dias Velho levou o recém-povoado do Desterro ao completo abandono. A morte do patriarca fez com que a família Dias deixasse a Ilha de Santa Catarina por receio de novos ataques, estabelecendo-se noutros lugares. Para uns, eles retornaram para a vila de São Paulo, para outros, fixaram-se no povoado de Laguna, aproveitando-se do bom relacionamento que Dias Velho tinha com Domingos Brito Peixoto, povoador daquela região. Ficaram na Ilha somente alguns dos seus índios domesticados, um dos seus agregados de nome José Tinoco e família, e outros aventureiros que ali aportaram nesse entremeio.¹¹⁶ Dava-se início a uma nova fase da

¹¹⁵ A historiografia catarinense também não é concorde sobre a data da morte de Francisco Dias Velho, nem sobre a nacionalidade dos seus assassinos piratas. Mas aceita a hipótese dele ter sido mesmo assassinado por viajantes e/ou corsários estrangeiros. Alguns historiadores apontam o ano de 1692 como sendo o de sua morte, outros sugerem uma data por volta do ano de 1680. Diante de mais uma controvérsia sobre a biografia de Dias Velho, nos apoiaremos nas considerações de Evaldo Pauli, que tomando o inventário deste como uma referência a mais sobre os acontecimentos de princípios da década de 1680, sugere que o mesmo teria falecido por volta de 1687. Esta data também é o que sugerem o memorialista Paulo José Miguel de Brito e o historiador Oswaldo Cabral. O documento que confirma a morte de Dias Velho como sendo anterior a 1692 é o seu inventário, que foi feito no ano de 1689. Neste documento é possível recuperar um pouco dos últimos momentos de Dias Velho, que diante de uma situação de endividamento ainda se mantinha com inúmeras posses, das quais destacamos 25 escravos pretos, 89 índios, casa e um sobrado na Vila de São Paulo, ferramentas e utensílios diversos, e ainda vários bens espalhados ao longo da costa marítima, Santos, Iguape, Rio de São Francisco e Ilha de Santa Catarina. O arrolamento de todos os seus bens, incluindo dívidas a receber, foi de 728\$882 mil réis, sendo que as dívidas e os custos do processo somavam 850\$735 mil réis, acumulando um dívida final de aproximadamente 121\$000 mil réis. Ao que parece, todo o investimento que Dias Velho fez na Ilha de Santa Catarina ainda não tinha gerado lucros suficientes para quitar as suas contas. APESP. *Inventários e Testamentos*. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de órfãos da Capital. Publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1920, Vol. 20, p. 243-292; PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 130-132; CABRAL, Oswaldo R. *Op. cit.*, p. 12-13; PIAZZA, Walter F. *Op. cit.*, p. 114; BOITEUX, Lucas. *Op. cit.*, p. 62-63; MAGALHÃES, Basílio. Os bandeirantes em Santa Catarina. In: *Revista do IHGSC*. Florianópolis, vol. VII, n. 4, 1918, p. 360-361.

¹¹⁶ Dentre outros ver: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora...Op. cit.*, p.20.; BOITEUX, Lucas. *Pequena...Op. cit.*, p. 63; FONTES, Henrique da Silva. *Op.*

ocupação da Ilha e sua terra firme.

1.3 - Os “segundos povoadores” e as conquistas do Sul em nome d'El Rei

Para a historiografia local, a década de 1690 é considerada como de total abandono do povoado do Desterro, mesmo apresentando algumas condições de aumento populacional. Evaldo Pauli avalia que esse momento inaugura o início de uma fase de “paulatina estabilização”. Segundo ele,

na fase da paulatina estabilização do povoamento da Ilha de Santa Catarina é possível perceber três tempos: – o que vai de 1687 (morte de Dias Velho) até cerca do ano de 1700; – o que segue dali até 1713, caracterizado por novos povoadores em ingresso; – o que vai após e sob efeito de pequenos estímulos oficiais, entre outros o da Freguesia e Capitania, até 1726 (data da criação do município).¹¹⁷

Ele ainda acrescenta que o que importa perceber nessa cronologia é como o impulso povoador se desenvolve, que neste caso “a hipótese a provar é um caminhar em três tempos [...], os episódios [...] deverão ser arrolados como demonstração da hipótese [...] à medida que a demonstram, como esquema geral, nele se explicam e se tornam inteligíveis”. A sua dificuldade, como ele mesmo sugere, é explicar esse “tempo obscuro”, de relativo abandono, por que as informações são escassas.¹¹⁸ E de fato são.

Nesse sentido, vale aqui frisar que os processos de expansão levados a cabo pelos bandeirantes paulistas nem sempre seguiam um modelo contínuo de formação territorial, de expansão geográfica e dilatação de fronteiras, como parece sugerir Evaldo Pauli na elaboração

cit., p. 19-20; PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 134; BRITO, Paulo J. Miguel de. *Op. cit.*, p. 18.

¹¹⁷ PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 133.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 133-134.

da sua cronologia. E mesmo outros historiadores quando insistem no pioneirismo de Francisco Dias Velho, omitindo a importância das iniciativas anteriores de povoamento. O movimento das bandeiras nas suas variadas incursões pelos sertões e costas da América portuguesa caracterizava-se pelas reversões, descontinuidades e lacunas nesse processo de ocupação e povoamento dos territórios em nome da coroa.¹¹⁹ Ou seja, situações como essa de suposto “abandono” eram corriqueiras entre os bandeirantes. Embora no caso do Desterro tenha sido uma fatalidade em função da morte do seu principal povoador.

A história pregressa dos pequenos núcleos que surgiram na Ilha de Santa Catarina e no seu continente próximo demonstra bem isso. Nem sempre a criação de núcleos povoadores pelos sertanistas tinha como razão maior a sua continuidade, como um projeto territorial de ocupação permanente. Desde o início do XVII a Ilha vinha assistindo situações desse tipo. Por inúmeras vezes, diferentes grupos tentaram ali se fixar. Mas no geral, o que se viu, foram os agentes colonizadores (sertanistas, padres jesuítas, aventureiros) agirem de acordo com seus interesses particulares e circunstanciais: a catequização dos nativos; aguadas e comércio com os carijós;¹²⁰ apresamento de índios; busca por metais; aproveitamento do gado bravo solto nas planícies; ou ainda qualquer outra oportunidade de riqueza que daquela costa e/ou sertão fosse possível extrair.

Se numa escala de observação maior, da perspectiva das autoridades metropolitanas, a expansão sobre a América meridional sinalizava um esforço de controle e domínio efetivo dos territórios fronteiriços, esse projeto precisaria ser antes negociado com os agentes locais que viabilizariam tal avanço, e que tinham em mente outros interesses para com o seu próprio deslocamento. O sucesso da presença portuguesa no sul, nesse momento final do seiscentos e início do XVIII, dependeria disso: dos acertos feitos entre a monarquia e/ou autoridades desta com os colonizadores luso-brasílicos para assegurar a permanência desses nos lugares estratégicos da região meridional. Foi assim, como já

¹¹⁹ SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social/ FFLCH/USP, Tese de Doutorado, 2010.

¹²⁰ Desde o século XVI a Ilha de Santa Catarina ficou conhecida como um lugar de parada para os navegadores que rumavam em direção ao mares do Sul. Cf. CABRAL, Oswaldo R. *Op. cit.*, p. 20-31; PIAZZA, Walter F. *Op. cit.*, p. 77-102.

dito, que tentaram fazer D. Afonso VI e outras autoridades portuguesas quando procuraram incentivar sertanistas como Francisco Dias Velho na ocupação do interior e costa do Brasil, escrevendo-lhe cartas e oferecendo mercês em troca dos seus serviços de desbravamento e povoamento. É nesse sentido que tentaremos interpretar os “tempos” de Evaldo Pauli, como um período em que o sertão passou a acenar outro tipo de riqueza, não somente o “ouro vermelho”, os índios, mas as benesses advindas do monarca.

Em princípio temos o período dos “restantes primeiros povoadores”, que vai de 1687 até 1700. A morte de Dias Velho inaugurou esse momento de fragilidade da manutenção da póvoa do Desterro. Como citado anteriormente, após este trágico acidente, permaneceram na Ilha somente os índios administrados e os agregados do povoador paulista. Mas alguns trabalhos sugerem que por ali (Desterro ou Laguna) também permaneceu José Pires Monteiro, filho de Francisco Dias Velho. Esta hipótese tem como justificativa a necessidade de ter ali presente algum representante da família que pudesse cuidar do patrimônio deixado pelo patriarca como as terras, ferramentas, roças, gados, ranchos, etc.¹²¹ No entanto, isso não pode ser comprovado em virtude da falta de fontes. Apesar do abandono, não é difícil supor também que um tímido aumento natural daquela população pudesse ocorrer, tendo em vista as famílias que estavam ali estabelecidas desde a década de 1670, ou mesmo antes da chegada de Dias Velho, na sua maioria de índios e mestiços.

Contudo, tomando os dados das memórias escritas no século XIX para esse período, temos notícia de uma nova leva de colonizadores que chegou na Ilha por esse tempo. Manuel Joaquim de Almeida Coelho comenta que no ano de 1698¹²² veio estabelecer-se aqui um tal de Antônio Bicudo Camacho, com mais um grupo de vinte casais para “aumentar a povoação”.¹²³

Esta expedição parecia ter um sentido diferente, que não era aquele das bandeiras de décadas atrás. Bem provável que o principal motivo da migração fosse o atrativo de novas oportunidades de riqueza e engrandecimento social que a vida num povoado em fase inicial poderia oferecer. Ao encontro disso, existia ainda o estímulo das autoridades

¹²¹ BOITEUX, Lucas. *Op. cit.*, p. 63.

¹²² O historiador Lucas Boiteux sugere outra data, o ano de 1696. BOITEUX, Lucas. *Op. cit.*, p. 64.

¹²³ COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. *Op. cit.*, p. 11.

locais com as doações de terras, um incentivo necessário à permanência de famílias. Daí, é possível recorrer à viagem da família de Antônio Bicudo Camacho e das outras famílias que o acompanhavam como parte desse novo modelo de expansão territorial luso-brasílico em direção ao sul. Os bandeirantes desse momento não reconheciam mais aqueles “sertões” litorâneos como um ambiente hostil, mas como o da sua provável morada. As tropas não eram mais somente compostas por índios soldados, mas por todos os membros da família (esposas e filhos), parentes (consanguíneos ou não) e escravaria (negra e indígena).

Mas traços antigos do modelo anterior de ocupação ainda persistiam, sobretudo no que diz respeito à origem social dessas famílias que decidiam migrar a fim de estabelecer-se como moradores daquela costa. A família de Bicudo Camacho, por exemplo, era uma das principais famílias da capitania de São Vicente, e esteve ao longo do XVII intimamente ligada ao apresamento de índios. Os caminhos que levaram Antônio Bicudo Camacho naquela direção certamente já tinham sido trilhados por seus familiares. Talvez ele próprio tenha passado por ali em busca dos carijós no sertão de Patos. Eram esses povoadores também sertanistas, que agora desejavam não mais estarem ali somente de passagem, aproveitando a viagem para amealhar as riquezas do sertão, mas sim, de se fixarem, estabelecer residência e participar da gestão de um povoado incipiente, organizando a vida social, política e econômica do lugar.

O paulista Antonio Bicudo Camacho descendia de um importante bandeirante da vila de Santana da Parnaíba. O seu avô materno, Antonio Bicudo, fez “entradas no sertão onde conquistou muitos índios gentios que, depois de instruídos nos dogmas do catolicismo, lhe prestaram serviços no caráter de administrados”,¹²⁴ conforme anotou o genealogista Luiz Gonzaga da Silva Leme. Os “Bicudos” faziam parte da “nobreza” paulista. O pai de Antonio Bicudo, Antônio Bicudo Carneiro, participou “da governança da terra, ouvidor da comarca e capitania pelos anos de 1585; foi quem mandou levantar pelourinho na vila de São Paulo”.¹²⁵ Ele também fundou o arraial de Carapicuíba, ao sul da Vila de São Paulo, uma das mais populosas

¹²⁴ SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. cit.*, vol 6, p. 297. Sobre Antonio Bicudo conferir também: MARQUES, Manuel Eufráasio de Azevedo. *Op. cit.*, (Tomo I), p. 59.

¹²⁵ SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. cit.*, vol 6 p. 297.

aldeias de índios trazidos dos sertões da região paulista.¹²⁶ Ali ele estabeleceu sua família com propriedades e escravos indígenas. Assim como Francisco Dias Velho, Antonio Bicudo Camacho participava da mesma sociedade paulista ligada às bandeiras, na qual a estrutura social e escravista dependia das preias de índios do sertão.

A origem social de Antônio Bicudo Camacho é praticamente a mesma de Francisco Dias Velho. Os dois descendiam de índios e bandeirantes. Além disso, a família de Bicudo Camacho era aparentada da família de Dias Velho. A avó do primeiro, Maria Afonso, era irmã da avó do segundo, Isabel Afonso, ambas eram filhas de Pedro Afonso com uma índia tapuia.¹²⁷ E as aproximações familiares não param por aí. Uma das filhas de Francisco Dias Velho, Ignez Monteiro, era casada com Romão Freire, escrivo de órfãos de São Paulo e descendente de Antônio Bicudo Carneiro.¹²⁸

Antes de aportar na Ilha de Santa Catarina, Antonio Bicudo Camacho juntamente com seus dois irmãos, Sebastião Fernandes Camacho e Manuel Fernandes Camacho, participaram de bandeiras pelos sertões. Temos a informação de que uma viagem aconteceu por volta do ano de 1675, provavelmente seguindo o motivo comum dos jovens daquela época, o de buscar “*remédio para sua pobreza*”.¹²⁹ Os três irmãos eram órfãos de pai desde 1650, e isto, talvez, tenha acarretado na decisão da família de investir no apresamento de índios.¹³⁰

É provável que a notícia da morte de Francisco Dias Velho tenha alcançado Antônio Bicudo Camacho, onde quer que ele estivesse. E talvez junto com essa notícia a de que aquela povoação “abandonada” do Desterro tinha potencial para o estabelecimento de novas propriedades agrícolas. Pouco antes de sua morte, Francisco Dias Velho, na ocasião do inventário de sua mãe, escreveu uma carta ao seu cunhado para resolver os assuntos da partilha, e contou-lhe sobre as qualidades

¹²⁶ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Op. cit.*, (Tomo I), p. 170.

¹²⁷ SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. cit.*, vol 1, p. 6-7.

¹²⁸ SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. cit.*, vol 6, p. 466.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 338.

¹³⁰ A informação sobre a orfandade de Antônio Bicudo Camacho e seus irmãos foi retirada do inventário do seu avô, Antonio Bicudo. Cf. AESP. *Inventários e Testamentos*. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de órfãos da Capital. Publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1920, Vol. 15, p. 25-28. Conferir também: SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. Cit.*, vol 6, p. 338.

da Ilha. Dizia ele que, “de tudo muito abundantes, a terra é mais que boa, quem disser o contrário mente”. E continuava, exprimindo juízo sobre as terras e sugerindo um convite feito a novos povoadores, seus familiares possivelmente. Escrevia para que Pedro Jácome dissesse que “[eles] não podem estar onde há gente e não digam que não presta a terra, por falhar um ano não é defeito da terra senão causa do tempo. Eu me contento muito com a minha sorte.”¹³¹

É muito provável que Antônio Bicudo Camacho tenha recebido o recado enviado por Dias Velho, considerando a proximidade das famílias. Todavia, não era somente o povoador do Desterro que incentivava a vinda de parentes da capitania de São Vicente para o litoral sul. O povoador de Laguna, Domingos Brito Peixoto, também era aparentado da família Bicudo.¹³² E possivelmente estendeu o mesmo tipo de convite aos membros dessa família para aumentar a nucleação que começou a levantar no início da década de 1680.

De toda forma, Antônio Bicudo Camacho decidiu partir com outros casais para Ilha somente depois da morte de Francisco Dias Velho. E preferiu estabelecer-se em terras que pertenceram antes ao fundador do povoado, depois do rio Maciambú, nas planícies conhecidas como campos de Araçatuba, defronte à barra sul da Ilha de Santa Catarina, a mesma região onde antes já haviam registrado a presença de gados bravios. Segundo o memorialista Almeida Coelho, as terras doadas foram concedidas na forma de sesmária pelo capitão-mor Domingos Francisco Francisques – o Cabecinha¹³³ –, outro procurador bastante do Marquês de Cascaes. No dia em que concedeu sesmarias a Antônio Bicudo Camacho e sua gente, o mesmo capitão-mor emitiu outra data de terras em nome do seu sobrinho, o padre Matheus de Leão,

¹³¹ AESP. *Inventários e Testamentos*. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de órfãos da Capital. Publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1920, Vol. 20, p. 339-341; Este documento está transcrito também em: PAULL, Evaldo. *Op. cit.*, p. 113-115.

¹³² Um tia de Antônio Bicudo Camacho, Margarida Bicudo de Brito, era esposa de Braz Esteves Leme, tio de Ana Guerra, mulher de Domingos Brito Peixoto. Cf. SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. cit.*, p. 208; SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Op. cit.*, vol 2, p. 187-188; 209. Sobre a fundação de Laguna por Domingos Brito Peixoto e o seu filho Francisco Brito Peixoto ver: KHUN, Fábio. *Op. cit.*, p. 29-62.

¹³³ Sobre a atuação política (despótica) de Domingos Francisco Francisques ver: CABRAL, *Op. cit.*, p. 40-41.

e mais companheiros, na parte leste da Ilha, próximo à grande Lagoa.¹³⁴ Isso nos leva a crer que cada vez mais pessoas mostravam-se interessadas em ocupar aquela parte recém-povoada do meridional português.

Afora a iniciativa de Bicudo Camacho e demais casais que o acompanhavam, outros grupos familiares também decidiram povoar as terras catarinenses. Já no início do século XVIII uma nova leva de casais imigrantes se instalou na Ilha de Santa Catarina e no seu continente. Esse grupo ficou conhecido pelos historiadores como “segundos povoadores”.¹³⁵ Conforme Henrique da Silva Fontes, a maior parte provinha da vila do Rio de São Francisco do Sul. Mas também veio gente de Paranaguá, Curitiba, Cananéia, Santos e São Vicente.¹³⁶ Como bem sabemos, todas essas vilas e povoados surgiram em decorrência das bandeiras, dos primeiros movimentos de expansão dos paulistas em direção ao sul, e agora era delas que irradiavam os novos fluxos migratórios. De modo provável, esse movimento de gente tinha como base as conexões familiares dos primeiros povoadores do litoral de Santa Catarina, Francisco Dias Velho no Desterro e Domingos Brito Peixoto em Laguna, e de outros bandeirantes que passaram pela região.

Para Evaldo Pauli, foi neste “tempo dos segundos povoadores”, que compreende o período entre os anos de 1700 e 1713, que deu-se início a fase da “paulatina estabilização”.¹³⁷ A historiografia reconhece que esse grupo de pessoas foi responsável pela manutenção e continuidade do povoado do Desterro.

Dentre esses, destacavam-se Manoel Manso de Avelar e

¹³⁴ COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. *Op. cit.*, p. 11.

¹³⁵ Este termo já era de uso corrente pelos memorialistas do século XIX. O próprio Paulo José Miguel de Brito, em 1816, usou essa expressão para definir a leva de pessoas que chegaram a Ilha de Santa Catarina após Francisco Dias Velho; BRITO, Paulo José Miguel. *Op. Cit.* p.18. Sobre o seu uso na historiografia ver: FONTES, Henrique da Silva. *Op. cit.*, p. 20; PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 138-141.

¹³⁶ Henrique Fontes fala somente de pessoas vindo de São Francisco do Sul. Escreveu ele, que “este segundo movimento colonizador partiu de São Francisco, onde tinham residido Procuradores dos herdeiros de Pero Lopes, que muitas sesmarias concederam ao Sul e na Ilha.” FONTES, Henrique da Silva. *Op. cit.* p. 21; Para Evaldo Pauli, o grupo dos segundos povoadores provinha de outras vilas da Capitania de São Vicente, e não somente da de São Francisco do Sul. PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 139.

¹³⁷ PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 138-141.

Salvador de Sousa Brito, que partiram da vila de São Francisco do Sul no início do século XVIII. Provavelmente fizeram a viagem juntos até a Ilha de Santa Catarina, pois faziam parte do mesmo grupo familiar. Manso Avelar era casado com Urbana Rodrigues Velha, irmã de Teodósia Rodrigues Velha, esposa de Sousa Brito. Em geral, essas pequenas empreitadas de colonização eram feitas em grupo, que incluía sempre mais de um casal – um grupo familiar com seus parentes, agregados e escravos –, no sentido de afastar os perigos que poderiam surgir ao longo da jornada, como o ataque de índios hostis e animais selvagens. O apoio mútuo entre essas famílias era fundamental para o sucesso da viagem.

Henrique Fontes escreveu que “Salvador de Sousa e Manuel Manso de Avelar tinham família organizada, sabiam ler e escrever e dispunham de recursos.”¹³⁸ Ou seja, não eram dois miseráveis quaisquer que arriscavam tudo numa viagem a um lugar ermo e distante na busca somente de meios para sobrevivência de si e de sua gente. A migração para a Ilha de Santa Catarina indicava a possibilidade de participarem diretamente da formação de um povoado, que aos poucos tentava se consolidar como tal. Segundo Fontes, “Salvador de Sousa teria vindo com o posto de Capitão-mor das Ordenanças e Manuel Manso de Avelar com o de Sargento-mor”.¹³⁹ Esses títulos foram conferidos pelo capitão-general da vila de São Paulo, que provavelmente os concedeu como estímulo nessa tarefa de colonização da fronteira sul da América portuguesa.

Assim como esses dois povoadores, muitos outros sujeitos, sozinhos ou acompanhados de família, tentaram a sorte na aventura de colonizar aquela parte do litoral. Dentre as vantagens que esse espaço de fronteira oferecia estava a possibilidade dos colonizadores se tornarem senhores de terras e de gente. Este desejo “senhorial” provavelmente correspondia às expectativas dos sujeitos e famílias que gostariam de participar ou continuar participando dos espaços de poder que surgiam em decorrência dos movimentos de expansão luso-brasílico sobre as áreas ainda não totalmente apropriadas pela coroa portuguesa. E talvez tudo isso fizesse mais sentido para aqueles grupos familiares que não gozavam de nenhum tipo de prestígio social onde viviam, seja via o acesso aos ofícios públicos e militares, seja via a posse de terras e escravos.

¹³⁸ FONTES, Henrique da Silva. *Op. Cit.* p. 21.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 20.

Aqui é importante situar essas pequenas migrações dentro de uma nova conjuntura, que parece ter se configurado a partir do declínio do bandeirismo no sertões do sul. Se na primeira metade do século XVII o apresamento de índios conferiu riqueza e prestígio para as famílias paulistas que aventuraram-se pelo sertão de Patos e de Carijós, e que aos poucos foram se estabelecendo nos novos povoados que surgiam, na virada do século a situação de abundância dessas famílias já não era a mesma.

A geração de sertanistas que nasceu no final do período das grandes bandeiras, entre as décadas de 1620 e 1640, ainda conseguia administrar seu patrimônio familiar com as preias de carijós e a riqueza herdada da geração anterior que legou bens como índios, escravos, terras e casas, como aconteceu com Francisco Dias Velho e Domingos Brito Peixoto. Mas na medida em que a família aumentava em número de herdeiros o patrimônio familiar ficava ameaçado, caso não houvesse novas formas de acumulação que garantissem a sua manutenção. Entre finais do século XVII e o início do XVIII, as bandeiras de apresamento indígena passariam também por uma nova orientação, sobretudo no sul. As preias já não eram tão comuns, não na mesma proporção de número de viagens e indígenas capturados de antes, e as descobertas de minas concentrariam os novos esforços dos bandeirantes que viviam nos limites da capitania de São Vicente.¹⁴⁰ A dedicação em busca de ouro e prata na região parecia ter sido quase em vão. O que se encontrou nas minas de Paranaguá não foi suficiente para satisfazer os anseios metalistas dos sertanistas, tampouco os da coroa lusa. Décadas depois, a notícia da descoberta oficial do ouro chegava, e não vinha do sul, mas do oeste. Ao mesmo tempo, as guerras contras os índios vinham aos poucos sendo combatidas pelas autoridades portuguesas.¹⁴¹ Um alvará régio publicado no ano de 1680 declarava proibida a escravização de índios novos, gentios.¹⁴² Por outro lado, a presença dos escravos

¹⁴⁰ LIMA, Leandro. *Op. cit.*

¹⁴¹ Sobre a política indigenista no século XVII com suas várias resoluções, regimentos e alvarás que procuravam regular a prática da captura de índios e o sistema de administração ver: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Op. cit.*

¹⁴² Esta provisão refere-se especificamente sobre a região da capitania do Maranhão, mas demonstra a nova postura da coroa sobre como deveria funcionar a repartição dos índios. Os gentios do sertão deveriam ficar submetidos ao regime de aldeamentos organizados pelos padres da Companhia de Jesus. Cf. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Op. cit.*; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Inventário da Legislação Indigenista 1500-1800. In: CUNHA, Manuel

africanos começava a aumentar nas propriedades das capitanias de São Vicente e do Rio de Janeiro, o principal mercado das bandeiras indígenas.¹⁴³ Tudo isso proporcionaria uma nova condição de riqueza para as famílias de bandeirantes estabelecidas nos povoados e vilas recém-criadas no sul (Curitiba, Paranaguá e São Francisco).

Para os filhos de bandeirantes nascidos nesse novo momento na capitania de São Vicente, o “remédio para sua pobreza” estava nas entradas em busca de ouro nas “Minas Gerais”, no interior do Brasil, e não mais nos sertões de carijós nos atuais estados do Paraná e Santa Catarina. Já aos que viviam nos povoados da região Sul restavam somente as atividades agropecuárias que eram demandadas pelo incipiente comércio vicinal e marítimo. Este último acontecia nas vilas situadas na costa em razão do trânsito de embarcações que destinavam-se aos mares do sul. Nesse sentido, a administração equitativa do patrimônio familiar dependeria de outros investimentos, caso a geração vindoura quisesse manter a condição de riqueza e prestígio que a sua família viveu nos dias de glória das bandeiras.

Há ainda um outro fator que empurrava novos povoadores para a região meridional, e que é concernente a essa hipótese de trânsito geracional. Este diz respeito ao sistema de herança praticado nas regiões da capitania de São Vicente, e que beneficiava alguns filhos em detrimento de outros. A historiadora norte-americana Alida Metcalf, em seu trabalho sobre as famílias de Santana da Parnaíba, percebeu que era muito frequente a migração de filhos enfeitados no sistema sucessório de herança das famílias senhoriais paulistas. Ela ainda acrescenta que mesmo quando a partilha era feita de maneira igual, os filhos decidiam migrar. A isto se dava à pequena quantia que recebiam em função da divisão de bens entre um número grande de herdeiros.¹⁴⁴

Uma situação parecida com essa aconteceu com Antônio Bicudo Camacho, que era nascido também na região da vila de Santana da Parnaíba. No inventário do seu avô, Antonio Bicudo, consta uma lista de dez herdeiros, dos quais sua mãe, Isabel Bicudo de Brito, aparece como parte interessada. A divisão de um monte-mor de aproximadamente 117\$000 mil réis não fez de nenhum desses herdeiros

Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia da Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 2009, p. 529-566.

¹⁴³ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Op. cit.*

¹⁴⁴ METCALF, Alida C. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Texas: University of Texas Press, 2005.

peessoas abastadas, muito menos ainda “os órfãos filhos de Sebastião Fernandes Camacho.”¹⁴⁵

A impossibilidade de acolher todos os filhos dentro de uma mesma propriedade era uma realidade bastante evidente para as famílias paulistas. Antônio Bicudo Camacho e seus irmãos souberam disso muito cedo, e logo se aventuraram pelos sertões em busca de índios e outras oportunidades de riqueza.

Ao que parece, uma solução encontrada para as últimas gerações de bandeirantes foi aproveitar as oportunidades que os incipientes núcleos do litoral sul poderiam oferecer: terras, cargos públicos, patentes militares, títulos e privilégios que o monarca poderia dar em troca da prestação dos serviços a favor da colonização e defesa desta região.

O historiador Leandro Lima lembra que diante da emergência de novos grupos sociais economicamente fortes na região da capitania de São Vicente entre finais do século XVII e início do XVIII, os bandeirantes passaram a adotar outras estratégias de riqueza e promoção social. Segundo ele, os sertanistas de Taubaté,

Conscientes, talvez, da diminuição do seu poder econômico, buscaram cada vez mais ocupar cargos no governo local como uma forma de manter o antigo status de elite, mesmo que isso tenha permanecido apenas no campo simbólico. Daí o aumento da procura pelos cargos políticos e militares por parte dos sertanistas nas décadas iniciais do século XVIII. Portanto, o aumento no interesse pelos cargos camarários e patentes militares corresponderam a uma possível tentativa dos sertanistas taubateanos de manter o seu status de grupo dominante, fazendo com que mais bandeirantes buscassem estas distinções.¹⁴⁶

O próprio povoador do Desterro, Francisco Dias Velho, pareceu

¹⁴⁵ AESP. *Inventários e Testamentos*. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de órfãos da Capital. Publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1920, Vol. 15, p. 26.

¹⁴⁶ LIMA, Leandro. *Op. cit.*, p. 240.

se dar conta desse novo contexto das bandeiras, quando sozinho decidiu à sua custa montar estabelecimentos agrícolas na Ilha de Santa Catarina. Entretanto, embora ele não tenha tido a oportunidade de usufruir dos seus investimentos em vida, a perspectiva de riqueza não parecia ser tão certa naquela etapa inicial. O momento que antecede a sua morte era de dificuldades financeiras, como as dívidas que o seu inventário posteriormente confirmaram. Numa carta que endereçou ao seu cunhado, Pedro Jácome, ele confia o seu estado de aperto e chateação por estar sendo preterido na partilha dos bens de sua mãe, e como comumente parecia acontecer na capitania de São Vicente. Dizia ele,

Esteja muito certo que, qualquer homem de juízo que vir o testamento, me julgará por enjeitado, por que é muito não dizer sequer que haja por bem o deixa, quando tanto favorece aos mais [...] Vossa mercê bem sabe o estado em que estou, que o que tenho posso dizer está empenhado; a não ser isso, esteja vossa mercê muito certo, que não tratara dessa pouquidade.¹⁴⁷

Ao que parece, tudo que Francisco Dias Velho conquistou nos sertões foi investido no povoamento do Desterro. As dificuldades de levantar uma povoação inteira às custas próprias, numa região isolada, distante da vila de São Paulo, seu lugar de origem, lhe rendeu enormes prejuízos. Ele lembrava ao cunhado que a colheita de um ano foi prejudicada por que a terra “falhou” devido ao mal tempo. Mas pareceu confiante de recuperar tudo quando disse que se contentava com a sua “sorte”. Ele provavelmente sabia que o investimento era de risco, mas tinha a convicção de que os ganhos seriam certos, talvez não imediatos.

No entanto, para os “segundos povoadores” que chegavam à Ilha de Santa Catarina a situação mostrava-se um pouco melhor. É muito provável que não encontrariam as mesmas dificuldades pioneiras que Francisco Dias Velho encontrou – como a abertura dos primeiros caminhos que comunicava partes mais distantes da Ilha e do continente

¹⁴⁷ AESP. *Inventários e Testamentos*. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de órfãos da Capital. Publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1920, Vol. 20, p. 340; PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 113.

próximo, as clareiras para o estabelecimento de moradas de casas e lavouras, a incipiente rede de comércio com a vila de São Francisco, etc – e ainda teriam a vantagem de aproveitar dos seus esforços de povoamento como áreas de pastagens, ranchos, pequenos portos, etc. Aquele era um momento também em que as autoridades coloniais pareciam dedicar uma atenção maior para com aquela costa, uma vez que o interesse de Portugal aumentava mais para com a ocupação dos territórios de fronteira. Como sabemos, tempos antes, logo depois do estabelecimento de Dias Velho, já tinha sido fundada a Colônia de Sacramento, o que aumentava em muito o fluxo de portugueses e brasílicos por aqueles mares. Esses mínimos avanços poderiam significar muito para um lugar que sempre foi considerado desolado.

Além das pequenas migrações de grupos de casais das vilas de São Vicente, outro fator importante nesse processo de expansão foi a própria militarização da bacia do Rio da Prata. A fundação de um posto militar em frente à praça de Buenos Aires no ano de 1680, era só o primeiro passo para que Portugal pudesse, de fato, marcar e definir os limites do seu território no extremo-sul. Dali seria possível acessar com maior facilidade a prata que vertia das minas castelhanas nos Andes e ainda se ocupar do comércio de couros e aproveitamento dos gados que existiam em grande quantidade nos pampas.

Contudo, a reação dos espanhóis foi quase que imediata à instalação dos portugueses. Assim que Dom Manuel Lobo aportou por aquelas bandas com as suas tropas, as forças coloniais espanholas (espanhóis e indígenas) atacaram e os levaram como prisioneiros. Além disso, puseram por terra tudo que havia sido feito. A primeira tentativa da coroa portuguesa de levantar ali um ponto de colonização não durou cerca de oito meses. No ano seguinte, o rei de Portugal exigiu que a Espanha lhe restituísse a posse sobre o território de Sacramento via o Tratado Provisional de 1681. Dava-se início a uma disputa diplomática e armada que levaria décadas até que as duas coroas ibéricas chegassem a uma solução definitiva.¹⁴⁸

Pouco depois, uma nova fortificação foi erguida como mais uma ação militar da coroa na tentativa de manter firme aquele território sob ameaça espanhola. Mas não demorou muito para que novas investidas fossem feitas contra o forte português. No ano de 1705 os espanhóis invadiram e tomaram a Colônia de Sacramento novamente.

¹⁴⁸ POSSAMAI, Paulo César. *Op. cit.*; PRADO, Fabrício Pereira. *Op. cit.*;

Uma nova missão diplomática foi iniciada e no ano de 1716 Sacramento estava novamente sob domínio português. Para garantir definitivamente a posse desse território na bacia do Prata, Portugal passou a investir num plano mais eficiente de ocupação. Nesse sentido, a coroa passou a estimular a imigração de casais do reino e das ilhas atlânticas para se fixarem nas terras junto à fortaleza da Colônia de Sacramento.¹⁴⁹ Aumentou-se ainda mais o fluxo de gente para aquela região.

Não seria difícil supor, reconhecendo a importância logística do porto da Ilha de Santa Catarina naqueles mares, local de descanso e aguadas das embarcações, que algumas dessas pessoas acabaram fixando-se ali. Ou mesmo que desertores (soldados em geral) da Colônia de Sacramento alcançassem as praias e enseadas daquele litoral.¹⁵⁰ Ou ainda que alguma leva de casais fosse destinada para aquela região. Nesse contexto, segundo o historiador Jaime Cortesão, a coroa lusa, para bem atender às necessidades de povoamento e aliviar a pressão demográfica existentes em certas regiões de seus territórios, estimulava com certa frequência a migração de pessoas para as novas conquistas do ultramar, com a promessa de melhores condições de vida.¹⁵¹

Entretanto, a coroa usava também da artimanha das migrações

¹⁴⁹ POSSAMAI, Paulo César. *Op. cit.*; PRADO, Fabrício Pereira. *Op. cit.*; HAMEISTER, Martha Daissou. “No princípio era o caos”: a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações de compadrio. In: *Revista de História Regional*, n. 15(2), 2010, p. 95-128; HAMESTEIR, Martha Daissou; GIL, Tiago Luis. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio Carlos. (Org.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265-270; POSSAMAI, Paulo C. O recrutamento militar na América portuguesa: O esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737). *Revista de História (USP)*, São Paulo, v. 151, p. 151-180, 2004.

¹⁵⁰ A prática da deserção foi recorrente em todas as praças militares do Brasil colonial. Cf. BOXER, Charles. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 324; Especificamente sobre deserções na Colônia de Sacramento ver: POSSAMAI, Paulo C. Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da colônia do sacramento. In: *Revista Brasileira de História Militar*, ano 1, n. 2, 2010; POSSAMAI, Paulo C. *O recrutamento...Op. Cit.*

¹⁵¹ CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1951.

involuntárias. Através de seus agentes de governo ela servia-se de medidas coercitivas para aumentar o número de soldados e povoadores na colonização dos seus territórios, em especial os de fronteira. Fazia isso sob o pretexto do recrutamento militar e das punições legais contra os delitos cometidos pelos vassallos (degrado militar e civil). A historiadora Laura de Mello e Souza destaca que ao longo do século XVIII, o sul da América portuguesa foi o principal destino dos “desclassificados” da sociedade colonial. As medidas de repressão que as autoridades aplicavam contra os “perturbadores” da ordem pública (vadios, revoltosos, criminosos, etc) serviam também ao interesse de aumentar o efetivo de “voluntários” nas conquistas do sul.¹⁵²

Sobre esse assunto tratou também Marlon Salomon, quando escreveu que tanto a Ilha de Santa Catarina quanto a Colônia do Sacramento, no início do século XVIII, serviam como uma espécie de presídio além-mar. Para ele, aqueles espaços eram um “lugar de degrado, de confusão, de desterro e expatriação do desalinho”, sem praticamente nenhuma importância dentro dos projetos reais.¹⁵³ Por sua vez, Charles Boxer ressalta que por meio do degrado a coroa procurava tornar os “larápios insignificantes” e “criminosos menores” em pessoas úteis ao real serviço na expansão do império português.¹⁵⁴ A “utilidade” dessa gente criminosa era defendida pelas autoridades coloniais a partir da ideia da obrigatoriedade do trabalho, como bem assinalou Laura de Melo na criação das “leis repressivas” em Minas Gerais.¹⁵⁵

Dessa forma pensava o governador da capitania de São Paulo, D. Rodrigo de Cezar Menezes, ao qual a Ilha de Santa Catarina estava submetida. Decretou ele, no ano de 1726, atendendo aos anseios dos proprietários paulistas, que ainda exerciam controle direto sobre o trabalho indígena dentro do regime de administração, que se os índios deixassem de servir seus “tutores” seriam severamente punidos. Sobre a punição registrou ele o seguinte:

¹⁵² SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

¹⁵³ SALOMON, Marlon. O exílio da desordem e a segurança da Ilha de Santa Catarina no século XVIII. In: BRANCHER, Ana.; AREND, Sílvia Maria Fávero (org.) *História de Santa Catarina, Séculos XVI a XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004, p. 80.

¹⁵⁴ BOXER, Charles. *Op. cit.* p. 326.

¹⁵⁵ SOUZA, Laura de Mello. *Op. cit.*

Pelo grande prejuízo que se segue aos moradores desta Cidade e povos de toda a capitania, em saírem da sua administração os índios administrados, sendo muito necessários para o Sertão, os que se livraram, e livrarem daqui em diante, não tendo razão, ou achaque, *serão presos, para serem mandados para os Batates do Sertão dos Guayazes, a servirem a Sua Majestade ou para a povoação do Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina*, e para as mais parte aonde me parecer conveniente[grifo nosso].¹⁵⁶

O documento que seria publicado na praça e ruas da cidade, para que todos tivessem conhecimento, era apenas uma dentre as várias medidas repressivas que ocorreu na colônia brasileira a fim de aproveitar qualquer força de trabalho humano ociosa nos serviços do El-Rei.

No entanto, para alguns pesquisadores, o território da Ilha de Santa Catarina, no início do XVIII, só era habitada por este “tipo” de gente, que migrou até ali de maneira forçada, seja para cumprir as suas penas, seja para servir na defesa daqueles portos em prol da segurança do império português. A presença dessa gente naquele litoral servia somente para marcar a posse de um território que em algum momento interessaria a Portugal. A maneira como as pesquisas recentes referem-se ao grupo dos “segundos povoadores”, insistindo na ideia de que eram na sua maioria “criminosos”, “insubordinados”, “vadios”, serve de pretexto para lhes negar o seu papel histórico dentro do processo de formação territorial da Ilha enquanto domínio português. Na verdade, para alguns autores, aquele espaço só seria territorializado enquanto domínio português com a presença efetiva do Estado monárquico, que coincide com a criação da capitania de Santa Catarina em 1738, e depois a instalação das outras burocracias régias nas décadas seguintes.¹⁵⁷ Até

¹⁵⁶ *DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo (doravante DI)*. Volume XIII: Bandos e Portarias de Rodrigo César de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, 1895, p. 95-96. [Registro de hum bando que se lançou sobre os Carijós, e bastardos que se livraram da administração].

¹⁵⁷ SALOMON, Marlon. *Op. cit.*; SALOMON, Marlon. *O saber do espaço...Op. cit.*; SALOMON, Marlon; OLIVEIRA, Henrique Pereira. *A decadência de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010. SILVA, Augusto da. *Op. cit.*

então, a Ilha não passava de um ancoradouro marítimo habitado por uma espécie de gente “inútil”.

De certa forma, fica a impressão de que os autores reproduzem um pouco da ideia da historiografia da primeira metade do XX de que a Ilha vivia no abandono, e de que a história do período colonial de Santa Catarina se inicia com a construção do sistema de fortificações por José Silva Paes e a colonização dos casais das ilhas atlânticas no final da primeira metade do XVIII.

Este trabalho caminha num sentido diferente, de dar visibilidade a esses sujeitos, nem todos degredados, mas também famílias provenientes de outras partes da América portuguesa que buscavam novas oportunidades de riqueza e engrandecimento social dos pequenos locus de poder que surgiam na região sul, os povoados. O serviço de colonização que prestavam à coroa portuguesa serviria a esse fim, de novas possibilidades de vida. Participar do aumento de uma povoação como a do Desterro era contribuir para com os desígnios régios de dilatação das fronteiras meridionais. Ao mesmo tempo, o envolvimento em qualquer trabalho em prol dos interesses do império os transformava em súditos do rei de Portugal.

O viajante francês Amédée François Frézier quando aportou na Ilha no ano de 1711, escreveu que os moradores dali “embora não paguem tributo algum ao Rei de Portugal, são seus súditos e obedecem ao Governador ou Capitão que é nomeado para comandá-los em caso de guerra contra os inimigos da Europa e os índios do Brasil.”¹⁵⁸ O “governador” ou “capitão” ao qual Frézier se refere é Manuel Manso de Avelar, que chegou ali com a patente militar de sargento-mor concedida por uma autoridade da capitania de São Vicente. A decisão de manter ali alguém com algum tipo de conhecimento ou função militar era o de proteger, mesmo que minimamente, o porto em virtude das inúmeras embarcações estrangeiras que atracavam na Ilha para fazer aguadas, inclusive os inimigos castelhanos.¹⁵⁹ Ainda mais depois do ocorrido com Francisco Dias Velho.

¹⁵⁸ HARO, Martim Afonso Palma de. (Org.) *Relato de Viajantes. Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1996, p. 23.

¹⁵⁹ O viajante inglês George Shelvocke comenta que quando esteve na Ilha de Santa Catarina se deparou com várias embarcações, inclusive uma a serviço da monarquia espanhola. HARO, Martim Afonso Palma de. *Op.cit.*, p. 32-48.

Ou seja, o pequeno grupo de “portugueses”, “europeus fugitivos”, “negros” e “índios”¹⁶⁰ que Manuel Manso Avelar liderava percebia-se como vassalos a serviço do rei de Portugal, ao menos era essa a impressão que causavam. É muito provável que eles assumissem função de defesa da Ilha como um dever a serviço da monarquia, tornando-se úteis ao projeto de expansão da coroa sobre a região meridional. Talvez isso fizesse mais sentido para os dois militares residentes, Manuel Manso de Avelar e Salvador de Sousa Brito.

Exercer deveres para com a proteção e expansão do império português no Atlântico sul, como súditos fiéis à monarquia, era manter a expectativa de ter direitos reconhecidos pelo monarca. E sobre direitos na cultura política do “Antigo Regime dos trópicos” entenda-se recompensas e privilégios.

A lógica da prestação de serviços à coroa portuguesa se encaixa naquilo que muitos estudiosos denominam de “sistema de mercês”.¹⁶¹ A coroa distribuía uma série de privilégios como forma de agradecimento aos súditos que mobilizassem esforços e recursos próprios na execução de alguma tarefa em benefício dos seus interesses. Este campo de prestação de serviços abria uma série de obrigações recíprocas entre as

¹⁶⁰ Foi assim que Amédée Frézier definiu os moradores da Ilha. HARO, Martim Afonso Palma de. *Op. cit.*, p. 23.

¹⁶¹ Alguns autores usam outros termos para se referir a este tipo de prática da coroa lusa, como “economia de mercês” e “economia do dom”. Entretanto, as ideias a respeito dessa prática de prestação de serviços ao rei seguem praticamente o mesmo raciocínio: XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antônio Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel. (Coord.) *História de Portugal. Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998; OLIVAL, Fernanda. As Ordens Militares e o Estado moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001. Apud. BICALHO, M. F. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. In: *Revista Almanack Braziliense*. São Paulo, n.2, 2005, p.21-34; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A formação da economia colonial do Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 29-71. Sobre a aplicação desse sistema no Brasil ver: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materialidade e da governabilidade do Império. In: *Penélope: Revista de História e Ciências Sociais*, n. 23, 2000, p. 67-88.

partes envolvidas (monarquia e vassalos). E a distribuição de recompensas gerava um mercado de ávidos prestadores dos serviços régios no Reino e possessões coloniais.¹⁶²

Dentre as recompensas que estariam dispostas ao colonato brasílico, destacavam-se o acesso a cargos públicos (juiz de órfãos e ausentes, tabeliães, etc.), patentes militares (as das tropas de ordenanças), privilégios comerciais, isenção de impostos, terras (sesmarias), além de outros recursos que os favoreciam materialmente ou simbolicamente. A expansão sobre o sul apresentava-se como circunstância ideal para a prática desse sistema de mercês, que vigorava em Portugal desde o início do período moderno. A coroa portuguesa sempre serviu-se dessa estratégia no aumento e manutenção do seu império que expandiu-se pelos os quatros cantos do globo.

Há ainda um fator moral que moveria as ações do colonizadores. O historiador João Fragoso sugere que as ações de conquista e colonização na América portuguesa poderiam ter origem numa espécie de *ethos* aristocrático guerreiro, uma adaptação de um valor afeito ao Antigo Regime. Escreveu ele que isto coincidiria “com o fato de as famílias da nobreza da terra compreenderem como seu dever para com a monarquia atitudes como ocupar, povoar, defender as terras da América em nome de Sua Majestade.”¹⁶³

Mas as concessões régias geravam também uma cadeia de poder e rede de hierarquia que proporcionavam a execução dos projetos metropolitanos sobre seus domínios coloniais, orientada na construção de vínculos estratégicos com os colonos. A distribuição de privilégios ajudava a coroa a reforçar os laços de sujeição e pertencimento do colonato brasílico à mesma estrutura política de seu império, garantindo, assim, de antemão, governabilidade e domínio sobre as áreas recém-ocupadas. As mercês serviam como um eficiente “instrumento de gestão” do vasto império ultramarino.¹⁶⁴

¹⁶² FRAGOSO, João. *Op. Cit.* p. 43-50.

¹⁶³ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. In: *Revista de História (USP)*, v. 31, 2012, p. 122; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. In: *Revista Tempo*, Niterói, v.14, n. 27, 2009, p. 49-63.

¹⁶⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Modelos explicativos... Op. cit.*; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda.

Os termos dessa política de prestação de serviços e concessão de privilégios eram negociados a partir da lógica da dádiva. Segundo os historiadores portugueses Ângela Xavier e Antônio Manuel Hespanha,

O caráter ‘devido’ de certas retribuições régias, aos serviços prestados à coroa parece introduzir certa obrigatoriedade nos atos de benefícios reais, assim não apenas dependentes da sua vontade ou da sua *ratio*, mas muito claramente de uma tradição e de uma ligação muito forte com o costume da retribuição.¹⁶⁵

A posição do rei se legitimava em cada situação de entrega dessas benesses, “o ato de dar, subjaz uma ‘pouco virtuosa’ estratégia de valorização social e política, que expressa bem os traços daquilo que é apresentado, na época moderna, como reputação.”¹⁶⁶ Através das benesses, a monarquia além de reforçar os laços e sujeição com os vassallos, reproduzia uma nobreza dependente de tais benefícios. Do outro lado de Atlântico não foi diferente, por que a “nobreza da terra” da América portuguesa dependia das mesmas benesses para ser valorizada socialmente e politicamente.

Sobre a prática desse sistema de distribuição de mercês na Ilha de Santa Catarina as referências são poucas. Mas ao mesmo tempo são valiosas no entendimento do processo de ocupação territorial e formação social daquele povoado na costa. Os casos citados compõem um pequeno conjunto de indícios que nos leva a crer na aplicação da concessão desses benefícios para aqueles que se aventuraram por essas paragens, uma prática comum.

De início, temos o caso singular do próprio Francisco Dias Velho que, após elevar a capela de Nossa Senhora do Desterro, retornou à cidade de Santos e requereu ao governador da capitania de São Vicente a propriedade de várias terras. Segundo o pesquisador Basílio Magalhães, ele havia solicitado a posse de “duas léguas e meia em quadra” na Ilha de Santa Catarina, “onde levantara a igreja Nossa Senhora do Desterro e montara fazenda de culturas, duas léguas” em

Uma leitura do Brasil colonial... Op. Cit.

¹⁶⁵ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antônio Manuel. *Op. Cit.* p. 347.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 346.

terra firme, “onde também estabelecera feitoria”, e mais “duas léguas em quadra começando do rio Araçatyba”. Como forma de agradecimento pelos seus serviços, a coroa, através do seu representante em São Vicente, pareceu achar justo e outorgou todas as sesmarias que ele havia requerido.¹⁶⁷

Posteriormente, muitos outros povoadores foram agraciados por essa lógica do sistema de mercês, mesmo que através das autoridades coloniais. Foi o que aconteceu com Antônio Bicudo Camacho, Manuel Manso de Avelar, Salvador de Sousa Brito e os outros casais que receberam patentes e sesmarias dos capitães-mores das vilas da capitania de São Vicente.

Em que pese o recebimento desses privilégios, os “segundos povoadores” estavam sendo favorecidos em troca do serviço que prestavam a favor dos interesses régios. Mas por vezes, o monarca ou autoridades ligadas diretamente a ele nem precisava oferecer mercês para estimular os particulares a envolver-se nos afazeres do império. Era comum que o próprios súditos adiantassem seus préstimos em favor de Portugal. Foi o que aconteceu com Sebastião da Veiga Cabral, ex-governador da Colônia do Sacramento, quando escreveu a D. João V propondo ajuda para povoar e fortificar a Ilha de Santa Catarina. Em resposta ao seu pedido o rei dizia que,

Faço saber a vós Mestre de Campo Governador da Praça de Santos que por parte de Sebastião da Veiga Cabral se me fez a petição de que com esta se vos envia a copia assinada pelo Secretário do meu Conselho Ultramarino em que *pede lhe faça mercê do senhorio e propriedade da Ilha de Santa Catarina, deserta, e inabitada, na forma que se tem praticado com as pessoas que fazem e levantam a sua custa alguma vila*. E pareceu ordena-vos informeis com vosso parecer declarando o estado em que se acha a Ilha, circunferência que tem, a fortificação de que necessita, e gente para a guarnecer, artilheiros, e armas, e que Villas e povoações se poderão comodamente nela estabelecer, e de quantos vizinhos e qual é a qualidade da terra e que frutos nela se produzem, e podem produzir; e assentando

¹⁶⁷ MAGALHÃES, Basílio. *Op. Cit.* p. 361.

na fortificação e artilharias de que necessita, e direis pouco mais ou menos pelas informações que com os Engenheiros tomardes, a despesa que com a dita fortificação e artilharias se poderá fazer e com o presidio, cuja informação remeteréis com as mais declarações que entenderdes podem ser convenientes, e conducentes a mesma matéria; El-Rey nosso Senhor o mandou[...][grifo nosso]¹⁶⁸

O fidalgo português Sebastião da Veiga Cabral estava ciente da prática comum de prestação de serviço ao rei em troca de benefícios, quando escreveu pedindo mercê de “senhorio” e “propriedade” da Ilha de Santa Catarina para ali levantar uma vila. Ele ainda afirmava que a tal Ilha era inabitada e deserta, o que não é certo, porque sabemos da existência de um grupo de pessoas vivendo ali, como apontou o viajante Frézier em 1711 e outras fontes aqui citadas – não podemos esquecer que ele queria convencer Sua Majestade de que os seus serviços eram realmente necessários. A carta resposta do pedido de Viega Cabral é de 1717. Para quem ajudou a fortificar e povoar a Colônia do Sacramento com centenas de soldados e casais vindos do reino, reconhecer aquele pequeno povoado onde habitava um grupo na sua maioria de índios e mestiços, que ocupavam um território muito pequeno da Ilha e continente, sem nenhuma fortificação que comunicasse a real presença do poder militar do reino de Portugal, era o mesmo que estivesse abandonado. E reconhecendo a importância estratégica e logística daquele lugar na defesa dos territórios meridionais seria preciso fortificá-la nos moldes de uma praça militar como Sacramento e Santos. Entretanto, nada disso se confirmaria de maneira concreta, não naquele momento.

1.4 - O povoado do Desterro, um “território mestiço”?

Na medida em que a coroa incentivava os particulares para que

¹⁶⁸ *DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Volume XVIII: Avisos e Cartas Régias (1714-1729). São Paulo: Typographia Aurora, 1896, p. 08-09. [Carta regia sobre a Ilha de Santa Catharina ser dada a Sebastião da Veiga Cabral]

mobilizassem esforços para ocupar a região sul do continente, no sentido de marcar a presença da monarquia católica naqueles sertões inabitados, alargava-se a fronteira do seu território, o que viabilizaria ainda mais os designios de autoridades e comerciantes portugueses para com as possibilidades de riquezas advindas da bacia do Prata. Mas isso dependeria da ação de vassallos que pudessem em nome d'El Rei povoar aquela costa o mais próximo possível dos domínios castelhanos. O projeto imperial de expansão portuguesa sobre a fronteira meridional foi levado a cabo pelos luso-brasílicos dispostos a tal sacrifício. A organização político-territorial que o poder metropolitano procurava aos poucos impor sobre aquela imensidão de terras, dependia antes da apropriação desses espaços pelos grupos coloniais. E a coroa soube muito bem aproveitar dessa força colonizadora, em especial da bandeirante, na realização dos seus intentos.

Fosse como fosse, a costa dos atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul foi antes territorializada como domínio da coroa pela gente brasílica das bandeiras – portugueses, mamelucos, índios e em menor número os africanos. Foram eles, em expedições diversas ao longo do século XVII e começo do XVIII, de passagem ou fixando-se ali, que transformaram aqueles mangues, planícies, serras e florestas da Mata Atlântica em domínio português.

Contudo, esses agentes de colonização territorializavam aquela paisagem a partir das experiências acumuladas do bandeirismo paulista, um movimento que adaptava elementos da cultura portuguesa e indígena nos processos de expansão territorial em nome da monarquia. E foi dessa forma, adentrando por aqueles matos, florestas e rios, da Ilha de Santa Catarina e do seu continente, que esses conquistadores/povoadores transformavam aos poucos todo aquele “sertão” com artefatos humanos como roças, ranchos, pastos, portos, casas, capela, caminhos, canoas, etc. Ao mesmo tempo em que interferiam de maneira concreta na produção social daquele espaço geográfico, eles também o apreendiam simbolicamente, quando o nominavam e sinalizavam a topografia local nesse processo de reconhecimento e apropriação.

Os sertanistas Francisco Dias Velho, José Pires Monteiro, Antônio Bicudo Camacho, dentre outros que chegaram antes ou depois na Ilha de Santa Catarina, por onde passavam iam certamente nominando a paisagem dos novos descobertos com topônimos da “língua geral”.

A língua *tupi* foi durante muito tempo o idioma comum da gente brasileira, sobretudo dos bandeirantes paulistas que no geral tinham na sua família referência de línguas nativas, mas também por que faziam uso dela para comandar os índios de suas tropas. O português era a língua oficial, usada nos negócios, na política, na igreja, sobretudo nas principais cidades e vilas e no seio das famílias propriamente portuguesas. E mesmo o português como a língua do colonizador foi corrompida por palavras indígenas e africanas. Em geral, os bandeirantes conheciam perfeitamente a língua portuguesa, alguns dominavam até a escrita, como ocorria com Francisco Dias Velho, mas não era a partir dela que se comunicavam diariamente com a gente indígena e mameluca que os acompanhava. O historiador John Monteiro revela que, a rigor, a divisão linguística da região de São Paulo refletia a estrutura bipolar da sociedade colonial. Na base haviam os escravos que falavam a versão paulista da língua geral, com predomínio do guarani (tronco linguístico *tupi*), e no topo os luso-brasílicos que diferenciavam-se dos cativos por meio de um português colonial, a variação brasileira do português do reino.¹⁶⁹ Segundo as estimativas do geógrafo Theodoro Sampaio, no Brasil “até o começo do século XVIII a proporção entre as duas línguas faladas na colônia era mais ou menos de três para um, do tupi para o português”.¹⁷⁰ E ele ainda esclarece que,

Ao europeu, porém, ou aos seus descendentes cruzados que realizaram as conquistas dos sertões é que se deve a maior expansão do tupi como língua geral dentro das raíais actuaes do Brasil. As levas que partiam do litoral a fazer descobrimentos falavam, no geral, o tupi; pelo tupi designavam os novos descobertos, os rios, as montanhas, os próprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colônias que espalhadas no sertões, fallando também o tupi e encarregando-se naturalmente de difundil-o.¹⁷¹

¹⁶⁹ MONTEIRO, John M. *Negros da Terra...Op. cit.*, p. 164-165; Sobre a língua geral ver: MONTEIRO, John M. *Tupi, tapuias...Op. cit.*, p. 36-52.

¹⁷⁰ SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Typ. da Casa Ecletica, 1901, p. 12; Sobre a imposição da língua portuguesa na região Sul no século XVIII, ver: GARCIA, Elisa F. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa e a sua aplicação na América meridional. In: *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 33-48, 2007.

¹⁷¹ SAMPAIO, Theodoro. *Op. cit.*, p. 12.

Os pesquisadores da área da linguística interessados no estudo dos topônimos, revelam que a partir da análise sistemática dos nomes dos lugares é possível conhecer melhor as etapas do processo histórico da ocupação humana de qualquer espaço geográfico. Eles insistem que recuperando as motivações dos denominadores pode-se recuperar um pouco da cultura dos grupos humanos que viveram sobre os lugares. O conhecimento dos topônimos “reflete de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe, nada mais é que reconhecer o papel por ela desenvolvido na ordenação dos fatos cognitivos.”¹⁷² A denominação de um ponto geográfico qualquer ultrapassa a organização espacial. É antes um processo em que o denominador imprime um sentido sobre o lugar que quer referenciar.¹⁷³

No entanto, não queremos realizar aqui um estudo sobre as motivações toponímicas dos povoadores da costa meridional, tendo em vista a especialidade e rigor de tal matéria e mesmo o esforço particular que tal tarefa exige.¹⁷⁴ Longe disso. Queremos somente aproveitar dessa discussão para ressaltar a importância da toponímia da Ilha de Santa Catarina e região dentro de um quadro geo-histórico que marca o processo de formação territorial levado à cabo pelos agentes colonizadores aqui tratados, primeiro os conquistadores/povoadores luso-brasílicos e depois, mais adiante, como veremos, os agentes do governo português. Como lembra a linguista Maria do Amaral Dick, “as

¹⁷² DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990, p. 19.; DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e Cultura. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 27, 93-101, 1987.

¹⁷³ DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Op. cit.*, p. 49-50.; DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e Cultura. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 27, p. 93-101, 1987.

¹⁷⁴ A linguista Maria Dick adverte que “nem sempre será possível, pela ausência do denominador, ou pelo distanciamento cronológico do aparecimento do nome, assegurar-se plenamente da 'intencionalidade' que norteou o ato da nomeação. Assim, se o topônimo escolhido não estiver registrado, historicamente, em fontes fidedignas, a pesquisa resultará em longo e improficuo caminhar entre hipóteses e sugestões que dificilmente conduzirão à 'verdade' do designativo. Entretanto, o conjunto de circunstâncias sócio-culturais, em seu mais amplo sentido, que constitui a realidade na qual o denominador se integra, como membro participante de sua dinâmica, poderá facilitar o possível conhecimento dos motivos que o condicionaram, naquele momento preciso”. DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Op. cit.*, p. 49-50.

primitivas formações toponímicas podem ser entendidas como elementos auxiliares da pesquisa histórica.”¹⁷⁵ Nesse sentido, os topônimos podem ser elevados ao status de fontes históricas, porque assim como qualquer documento manuscrito, dentre outros, encerra a presença do homem sobre um dado tempo e espaço.

Assim, ainda hoje é possível notar a predominância desses topônimos na identificação da geografia da atual cidade de Florianópolis e dos municípios continentais litorâneos como marcas supostamente atemporais, mas que lembram o momento de conquista e povoamento do século XVII até o início do XVIII.

Como já destacamos acima, foi do aproveitamento dos saberes indígenas e europeus acumulados que esses agentes colonizadores construíram socialmente o espaço do povoado do Desterro e do todo seu entorno. Eles elaboraram uma espécie de “mapa mestiço” do lugar, que incluía atributos geográficos nominados pela combinação da língua indígena e portuguesa. Os topônimos por vezes revelavam diretamente esse intercuro cultural, quando há conjunção de vocábulos do léxico geográfico português (enseadas, pontas, sacos, campos, sertões, etc.) com nomes de origem tupi.¹⁷⁶ Assim, registrou-se algumas baías que funcionavam como portos da região. Ao norte do continente, antes de chegar a Ilha, registrou-se a “Enseada de Tujuca” e a “Enseada das Garoupas”. Na parte sul do continente defronte a Ilha havia os “Campos de Araçatuba” – as planícies onde Francisco Dias Velho e depois Antônio Bicudo Camacho tiveram sesmarias – e mais adiante as “Terras de Garupaba”. Não faltam também referências toponímicas em português, como o “Esteiro de Miguel Tavares” – este, morador da Ilha na década de 1720 –, e a “Enseada do Brito” – onde decidiu instalar-se Salvador de Sousa Brito, que fez daquele lugar um território de domínio pessoal.¹⁷⁷ E ainda topônimos essencialmente tupis, como “*Caiacanga-*

¹⁷⁵ Ibidem, p. 47.

¹⁷⁶ Sobre o intercuro cultural entre indígenas e portugueses ver: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras...Op. cit.*

¹⁷⁷ O historiador Lucas Boiteux em seus estudos sobre a toponímica da costa de Santa Catarina é contrário a hipótese de que a Enseada do Brito tem este nome por que ali instalou-se por um tempo Domingos Brito de Peixoto, antes de passar a Laguna. Segundo ele, “muito aceitável acho que a citada enseada tomasse o apelido do Capitão-mor Salvador de Souza Brito”, pelo fato de que naquela reentrância protegida havia um porto que ficou sob cuidados do mesmo, e do seu cunhado Manuel Manso de Avelar. BOITEUX, Lucas. Comentários sobre a Historia Catharineta. *Revista do IHGSC*. Florianópolis, vol VII, 4

açu”, “*Caiacanga-mirim*”, “*Itacorubi*”, “*Yurerê*”, “*Cacopê*”, “*Imarum*”, “*Embau*”, “*Itaguaçu*”, dentre outros nomes que designavam os vários acidentes geográficos da Ilha e da sua terra firme (rios, lagoas, praias, morros, etc).¹⁷⁸

Os topônimos exemplificam uma dimensão particular desse universo sócio-cultural que combinava elementos do mundo nativo americano e do mundo europeu colonizador, e no qual tinha o bandeirante mameluco o seu principal intermediador. Nesse sentido, podemos sugerir que a forma territorial que se impôs e gerou-se sobre aquele pedaço da costa foi, nesse primeiro momento do povoamento da Ilha de Santa Catarina a de uma “territorialidade mestiça”. Entendemos territorialidade aqui como o modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar, tornando-se conscientes do ambiente em que vivem.¹⁷⁹

Foi dessa forma que os bandeirantes apropriaram-se daquele território, com o uso dos saberes indígenas misturado aos costumes portugueses. E não é somente no nome dos lugares que isto está evidente. A prática de sinalizar e marcar pontos de orientação nas matas (pedras inscritas, árvores gravadas, queimadas, etc.) sugeria o esforço de

trimestre, 1918, p. 431-432.

¹⁷⁸ Seguindo as orientações da linguista Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick no sentido de não incorrer em nenhum erro absurdo, demos preferência aqui em citar somente os topônimos em uso até a década de 1730, e para os quais temos referência. Alguns desse topônimos se encontram presentes no “Vocabulário Geographico Brasilico” de Theodoro Sampaio. Cf. SAMPAIO, Theodoro. *Op. cit.*, p. 103-161.; Outros constam na documentação consultada da câmara municipal da vila do Desterro por José Gonçalves Santos Silva. SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Subsídios para a história da província de Santa Catarina (volume I)*. Florianópolis: IHGSC, 2007; A carta cartográfica de Améede François Frézier da Ilha de Santa Catarina, da segunda década do século XVIII também registrou alguns desses topônimos. Cf. FRÉZIER, Améede François. Carte particulare de l’Isle de Ste. Catherine: située à La Côte Du Bresil par 27.d 30 de l’atitude Australe, In: Idem. *Relation Du Voyage de La Mer Du Sud aux cotes Du Chily et Du Perou, fait pendant lês années 1712, 1713 & 1714*. BNL, D.S. XVIII-75. Projeto “A Cartografia do Brasil (1700-1822) nas Coleções da Biblioteca Nacional”: <http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/191/191.html> (acesso em janeiro de 2013); Ver também: PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Op. cit.*

¹⁷⁹ HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

referenciamento do espaço no sentido de tornar o sertão hostil num ambiente familiar e decifrável, um mapa possível de ser lido. A versão bandeirante desse sistema nativo incluía signos portugueses como sinal de localização, cruzes toscas de madeira e pedra, e também inscrições em árvores e rochas que homenageavam o monarca português.¹⁸⁰ É bem provável que a cruz de pedra que Francisco Dias Velho levantou por volta da década de 1650 – aquela que o memorialista Paulo Miguel José de Brito citou em seu trabalho no início do século XIX, fazendo referência às “memórias antigas” dos primeiros moradores da Ilha do início do XVIII – era um desses sinais da sua cartografia sertanista, que teria sido usado para marcar o lugar onde mais tarde seu filho, José Pires Monteiro, viria sozinho fundar um estabelecimento agrícola.¹⁸¹ Daí podemos dizer que o domínio português da Ilha de Santa Catarina era antes de tudo um “território mestiço”, como boa parte do Brasil daquela época.

¹⁸⁰KOK, Glória. *Op. cit.*, p. 91-109.

¹⁸¹ O fato de Francisco Dias Velho ter sinalizado uma das enseadas da Ilha de Santa Catarina com uma cruz de pedra, para que ele ou seu filho identificasse novamente o lugar, antes de fundar uma povoação, confundiria séculos depois a historiografia quanto a data de fundação do Desterro.

Capítulo 2 - A configuração social e política do Desterro

2.1 - Preâmbulo

Esta parte do trabalho tem como objetivo principal apresentar o quadro social e político que montou-se no povoado do Desterro no primeiro quartel do século XVIII. Na medida em que novos habitantes integravam-se ao povoado, garantindo-lhe maior estabilidade populacional, as estruturas locais de organização comunitária iam complexificando-se cada vez mais, fazendo irromper dali os postos de comando típicos de qualquer nucleação em formação. O poder seria definido através do controle que um seletivo grupo deveria exercer sobre os recursos do lugar, fossem eles quais fossem, materiais, naturais e/ou humanos. A emergência desse pequeno espaço político deve-se sobretudo à necessidade de autogoverno da comunidade, em virtude da distância e indefinição jurídica que existia do povoado em relação aos centros de poder estáveis da capitania de São Vicente, as vilas com câmaras municipais e outras instâncias do governo paulista como governadoria, ouvidoria e forças militares. Assim, não demorou para que membros dos “segundos povoadores”, grupo recém-instalado, figurassem entre os primeiros homens de governança da localidade. A partir daí, definiu-se os primeiros traços da hierarquia que passou a organizar a vida daquela pequena comunidade que espalhava-se pelas costeiras que separavam a Ilha de Santa Catarina do seu continente.

No entanto, esse espaço local de governo refletia as características comuns do processo de conquista e colonização da América portuguesa, em especial no que diz respeito aos critérios de seleção dos postulantes aos cargos de mando. Para figurar entre os “principais” da Ilha não bastaria somente ter participado do processo de territorialização daquele espaço longínquo enquanto domínio português, mas sim de ter à disposição recursos que qualificavam os sujeitos a ocupar as funções de controle sobre os demais. E nesse caso, dentre outras coisas, seria importante estar sendo agraciado com as mercês advindas da coroa ou autoridades locais, o que garantia qualificação social e política. A aquisição de patentes militares e sesmarias era condição essencial para o exercício do poder, por que permitia a acumulação de riqueza e controle sobre as pessoas. Naquele momento ainda não tinha sido institucionalizada nenhuma instância civil ou

religiosa de governo, o que sugere que o controle sobre as pessoas era legitimado em função da prática militar, da necessidade de proteção e defesa do território quando das ameaças de estrangeiros que por ali navegavam. A posse oficial das terras mediante uma situação de legalização jurídica, com as promessas reais de cartas de sesmarias assegurava a propriedade sobre os melhores solos, mas também o controle sobre o pequeno campesinato. Mas fora isso, outros fatores eram imprescindíveis na legitimidade social do poder da pequena elite que se formava.

Um deles diz respeito às redes de parentesco e clientelares desses povoadores em seus locais de origem, das vilas de onde provinham (São Francisco do Sul, Paranaguá, Curitiba, Parnaíba, etc.), do papel de destaque que eles e suas famílias desempenhavam antes de se deslocarem para a Ilha, o que justificaria ainda mais o merecimento às novas posições de mando. A isto alia-se a ancestralidade dos primeiros povoadores (bandeirantes) daquela parte do meridional em fins do XVII, descendentes dos conquistadores da capitania de São Vicente do século XVI. A memória da conquista e do povoamento foi certamente fundamental na base da construção da posição política e social dos segundos povoadores.

Nesse novo contexto de colonização os grupos de poder que surgiam justificavam sua liderança a partir de um contínuo familiar de prestação de serviço para o bem da monarquia. Dali surgia uma pequena nobreza, similar a de muitos outros lugares espalhados pela América lusa, embora não tão significativa quanto aquelas que existiam nos centros nervosos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Mas o fato dos segundos povoadores não serem uma “nobreza da terra” no sentido estrito do termo, como um grupo proeminente no controle do poder local, com privilégios e distinções significativas, e em ascensão no cenário ultramarino, não significa dizer que as suas carreiras não pudessem estar sendo geridas no nível menor de sua localidade.

Para o historiador João Fragoso, que foi quem formulou o conceito de “nobreza da terra” no contexto da América portuguesa, tomando como base a realidade política e social do Rio de Janeiro seiscentista e setecentista, esse grupo se assemelhava aos nobres existentes no reino, manipulando valores de Antigo Regime como a fidalguia, nobreza de sangue e a participação em guerras a favor da monarquia. Essas elites coloniais reconheciam-se e eram reconhecidas como “nobreza principal da terra” porque descendiam dos

“conquistadores” quinhentistas da baía de Guanabara e cercanias, exerciam os postos de mando da República (câmara municipal) em prol do bem comum, prestavam serviços ao rei às custas de suas vidas e fazendas, recebiam mercês dadas por Sua Majestade e mantinham-se como grupo restrito estabelecendo casamentos com pessoas de mesma “qualidade”.¹⁸²

Embora as nobrezas que cresciam nas novas vilas e povoados do sul não fossem tão “solares” quanto as fluminenses, elas procuraram adotar estratégias parecidas para com o seu reconhecimento. Nesse sentido, podemos dizer que mesmo exercendo o poder local sobre uma realidade social e política diminuta, a elite do Desterro que formou-se no início do seu povoamento foi quem organizou a vida das poucas famílias de portugueses, mestiços, índios, negros e estrangeiros que viviam ali, definindo o lugar e a função que cada um ocupava na comunidade. É sobre a trajetória desse grupo e seu projeto de poder sobre aquele território de que vamos tratar a seguir.

2.2 - A dinâmica sócio-demográfica da paróquia da Ilha

No dia 30 de março do ano de 1712, fundeou no continente próximo à ponta norte da Ilha de Santa Catarina a expedição do engenheiro militar francês Amédée François Frézier. O capitão da frota ainda não satisfeito, continuou a sondar um ancoradouro com boa profundidade para aportar as embarcações. No dia seguinte, partiu ele com uma guarnição em lanchas em busca de “um sítio apropriado para fazer aguada e às habitações dos portugueses, a fim de conseguir alguns refrescos”.¹⁸³ Ele procurava a enseada de “Arazatiba” que ficava a oeste da ponta sul da Ilha. Seguiu a indicação de dois capitães franceses que um ano antes haviam fundeado as suas embarcações ali. Tinha um sinal combinado com o “Capitão” Salvador de Sousa Brito, morador daquela

¹⁸² Cf. FRAGOSO, João L. R. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c. 1600-c.1750)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Tese de Livre Docência, 2005, p. 28-37.; FRAGOSO, João L. R. *Fidalgos...Op. cit.*, p. 33-120.; FRAGOSO, João L. R. *A nobreza vive em bandos...Op. cit.*

¹⁸³ HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Relato de Viajantes...Op. Cit.*, p. 19.

costa. O sinal serviria para indicar se as embarcações vinham em paz à Ilha de Santa Catarina. A notícia de que os franceses invadiram a cidade do Rio de Janeiro já tinha chegado aos ouvidos dos moradores do Desterro. Por isso de Sousa Brito ter combinado um sinal para receber os navegadores que vinham em paz. Eles deveriam erguer uma bandeira branca abaixo de uma inglesa no mastro grande e dar dois tiros de canhão. Mas o código não funcionou, o capitão da esquadra de Frézier deu apenas um tiro. Aconteceu que todos os moradores fugiram de suas casas escondendo-se nos matos, e não apareceu ninguém para receber aqueles viajantes. Prontamente, Manuel Manso de Avelar enviou uma “piroga” (canoa) com três homens para pedir que não invadissem suas casas, por que sabendo que eram franceses todos os moradores refugiaram-se nas encostas dos morros, sobretudo as mulheres que ficaram bastantes amedrontadas. Os mensageiros também adiantaram que se os estrangeiros não tivessem intenção de lhes fazerem mal eles ofereceriam víveres e refrescos.¹⁸⁴

Este relato dramático da chegada da frota de Frézier revela muito bem o papel que Salvador de Sousa Brito e Manuel Manso de Avelar ocupavam no povoado. Tornaram-se eles os líderes daquela gente. Ao mesmo tempo, demonstra o quão frágil era o “destacamento” dos militares que diziam defender aquele território em nome do rei de Portugal. Eles tinham plena consciência de que não teriam chances contra os 36 canhões e os 135 homens do navio *Saint Joseph*, sem falar nas armas e destacamento do *Marie*. A melhor estratégia era mesmo a fuga. Mas o importante é que tudo acabou bem. Os franceses buscavam apenas um *bon-port* para descanso, abastecimento e reparos no intuito de seguir viagem ao Pacífico.¹⁸⁵

Da estadia de doze dias na Ilha de Santa Catarina, Frézier deixou um dos mais importantes documentos que retratam a vida do povoado que havia ali na primeira metade do século XVIII. No entanto, as suas informações devem ser tratadas sob um olhar crítico, porque os fatos são relatados através dos olhos do viajante francês, incorrendo numa intencionalidade específica para com seus escritos, por vezes difícil de ser apreendida (e muito distante da nossa hoje).

Mas levando em consideração a historiografia das últimas décadas que já vem demonstrando a importância de pensar as fontes

¹⁸⁴ Ibidem, p. 19-22.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 19-23.

históricas a partir do contexto institucional da sua produção, sobretudo as fontes escritas, vamos fazer uso deste relatório atentando para os dados que traz como que se fossem pequenos indícios de um contexto maior que gostaríamos de alcançar; por isso, quando possível, deverá ser comparado com informações de outros tipos.¹⁸⁶ Não podemos esquecer que em geral esses relatos, diários de bordo, tinham como principal função informar aos futuros viajantes que por ali desejassem passar, detalhes do lugar (rotas, latitudes, portos, povoado, natureza, etc.). O próprio relatório de Frézier serviu como guia para a viagem de dois exploradores que navegaram pela Ilha de Santa Catarina alguns anos depois.¹⁸⁷

Sendo assim, sobre a passagem deste viajante francês na Ilha podemos destacar o primeiro quadro demográfico de que temos conhecimento do Desterro. Apontava ele que em 1712 viviam ali “147 brancos, alguns índios e negros libertos, dos quais uma parte acha-se dispersa pela orla da terra firme”.¹⁸⁸ A precisão censitária do europeu em relação ao número de “brancos” nos espanta, e sua intenção talvez esconda o papel de destaque que essas pessoas de pele clara ocupavam dentro daquela estrutura social. Mas também revela a proximidade que o francês tinha com aquela gente, que abriu as suas casas para recebê-lo, assim como aos outros membros da sua expedição.

Todavia, para Frézier pareceu que contabilizar índios e negros não seria tão importante assim, o que não significa dizer que estes estavam em menor número. A sociedade que aos poucos engrenava na Ilha de Santa Catarina, como noutros lugares do sul da América portuguesa, devia refletir bem a configuração populacional das vilas da capitania de São Vicente, que tinham índios e mestiços como maioria dos habitantes. Afinal, foram os mesmos bandeirantes predores de índios e dependentes da força de trabalho indígena que iniciaram aquele povoamento como vimos no capítulo anterior. O próprio Frézier relatou que encontrou ali índios “servindo voluntariamente aos portugueses” e outros “que são aprisionados de guerra”.¹⁸⁹ O trabalho “voluntário” dos carijós tinha outro nome, administração, e a guerra era sinal das

¹⁸⁶ CHARTIER, Roger. "Textos, impressões, leituras". In: HUNT, Lynn (ed.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, pp. 211-38.

¹⁸⁷ Os navegadores foram George Shevolke (1719) e George Anson (1740). Cf. HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Op. Cit.*, p. 29-48; p. 57-74.

¹⁸⁸ HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Op. Cit.*, p. 23.

¹⁸⁹ Idem.

bandeiras que continuava a existir, alimentando a estrutura escravista do Desterro. Ele ainda acrescenta sobre as bandeiras que quando os moradores “penetram na terra firme, que não é menos tomada de florestas que a ilha, não ousam fazê-lo em grupos menores de 30 ou 40 homens juntos e bem armados”.¹⁹⁰ Os “alguns” índios que o viajante francês afirmava ter visto certamente eram bem mais numerosos, porque a cada viagem feita ao sertão eles aumentavam como escravaria. Sobre os “negros libertos”, estes sim, é provável que fossem poucos mesmo, sobretudo se eles fossem forros como o viajante sugere.

Naquele momento o tráfico atlântico de escravos africanos ainda não vivia o seu auge na América portuguesa, e os preços desses cativos eram muito altos.¹⁹¹ Era provável que os poucos negros fossem escravos – se realmente fossem negros, e não índios, por que o termo “negro” também era aplicado para os referenciar¹⁹² –, porque as famílias de bandeirantes que ali estabeleceram-se certamente traziam escravos no seu patrimônio, como foi arrolado no inventário do próprio fundador do povoado, Francisco Dias Velho.¹⁹³ E a suposta “liberdade” dessas pessoas de cor escura, “dos quais uma parte acha-se dispostas pela orla da terra firme”,¹⁹⁴ pode estar relacionada à negociação costumeira entre senhores e escravos dos termos da escravidão que os últimos experienciavam, com direito e acesso a terras, mobilidade, família, roças, folga dos dias santos, etc.¹⁹⁵ Mas não esquecendo que deviam aos seus supostos senhores parte da sua produção e obediência. É bem possível que Frézier não estivesse inteirado sobre a complexidade das relações escravistas que começavam a surgir na América lusa.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ CAVALCANTI, Nireu. O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo. (Org.) *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 17-77.

¹⁹² MONTEIRO, John M. *Negros da Terra...Op. cit.*; Cf. O verbete “Negros da terra” em VAINFAS, Ronaldo. (org.) *Dicionário do Brasil colonial...Op.cit.*, p. 428-429.

¹⁹³ AESP. *Inventários e Testamentos*. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de órfãos da Capital. Publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1920, Vol. 20, p. 243-292.

¹⁹⁴ HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Op. Cit.*, p. 23.

¹⁹⁵ Sobre a escravidão no período colonial ver: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Frente a tudo isso seria muito difícil projetar um quadro da composição social do povoado do Desterro. No entanto, nada impede de reconhecer os senhores de escravos (índios e africanos) como aqueles que figuravam no topo da hierarquia existente. Como geralmente acontecia na América lusa, a posse de escravos ajudava a definir o lugar social dos homens livres. Isso muito mais do que a posse de terras, uma vez que aquela era uma região de fronteira aberta. O escravo índio e/ou negro era o principal capital econômico dos senhores ali existentes. E para quem liderava as entradas no sertão em busca sempre de mais índios, a riqueza era ainda maior, por que era acumulada a cada viagem.

Um outro dado demográfico da Ilha daquele tempo pode ser encontrado nos trabalhos de Oswaldo Cabral, mesmo que sem citar a sua origem – como sempre acontece com os historiadores catarinenses da primeira metade do século XX. Segundo Cabral, entre 1719 e 1720, na ocasião da correição do ouvidor da capitania de São Paulo, Rafael Pires Pardiniho,¹⁹⁶ o núcleo do Desterro já contava com 27 casas e 130 habitantes.¹⁹⁷ O que demonstra, quando comparados com os dados de Frézier, um decréscimo populacional, tendo em consideração somente os “habitantes”, que deveriam ser o mesmo tipo de gente “branca”, de origem portuguesa, que o viajante francês contou. Sobre os índios e negros nenhuma informação foi mencionada pelo autor.

Em sua tese de doutoramento, o pesquisador Fábio Kuhn apresentou um interessante quadro censitário dos três principais núcleos de povoamento do litoral de Santa Catarina (São Francisco, Desterro e Laguna). Tirado a mando do governo de São Paulo, este censo seguia as ordens da coroa portuguesa de planificar a ocupação do meridional. Naquela ocasião, no ano de 1726, o governo paulista enviou para essas povoadas da costa Sul o “mestre-de-campo” Davi Marques Pereira, sob a ordem de recrutar contingente humano para “dar calor” ao povoamento do Continente do Rio Grande de São Pedro. Ao que diz respeito à Ilha de Santa Catarina, o quadro apresentava os seguintes dados: 26 “casais

¹⁹⁶ Naquele momento a judicatura paulista era responsável por todas as repartições do Sul. Cf. PEGORARO, Jonas Wilson. *Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América portuguesa: a comarca de Paranaguá (1723-1812)*. Curitiba: Programa de Pós Graduação em História/UFRP, Dissertação de Mestrado, 2007.

¹⁹⁷ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Laudes, 1970, p. 50-51.

brancos”, 16 “casais bastardos” e 31 “homens de guerra”.¹⁹⁸

A descrição da população foi esquematizada de acordo com as unidades familiares, casais, e com o potencial militar, diga-se o número de homens disponíveis no povoado para defender aquela costa. Em princípio, tomando como referência a unidade casal como equivalente a família, ou seja, casa, o número de 26 casais brancos se aproxima muito daquele apresentado pelo ouvidor Rafael Pires Pardinho seis anos antes, que tinha contabilizado 27 casas, e que possivelmente fazia referência a gente de origem portuguesa que ocupava o lugar de destaque naquela comunidade. No entanto, se o censo de Pires Pardinho omitiu a população não branca, o mesmo não aconteceu com o recenseamento do mestre-de-campo Davi Marques Pereira, que parecia muito mais interessado em contar o real número da população, sem fazer distinção de suas “qualidades”, pensando na capacidade que teria aquele povoado de aumentar o efetivo das tropas e de gente para colonizar a região do atual estado do Rio Grande do Sul.

Sendo assim, impressiona o número de “casais bastardos” que perfazia um total de quase 40% daquela povoação. Sobre o significado do termo “bastardo”, o dicionarista português Rafael Bluteau explica que esta palavra servia para designar os filhos nascidos de uma relação ilegítima, ou não confirmada nos preceitos católicos (casamento), ou ainda não reconhecida publicamente diante da sociedade. O bastardo poderia ser portanto “filho de pai sabido, cuja mãe se ignora”, ou também o “filho de pai solteiro, e de concubina.”¹⁹⁹ Pensando no contexto colonial americano, o historiador John Monteiro, como já citado antes, revela que por bastardo entendia-se também o filho nascido de uma relação de concubinato, mas de pai branco com mãe índia. O rebento era criado e aproximado da condição materna, sujeito ao sistema de servidão. E não era reconhecido publicamente pelo pai português. Muito diferente do mameluco que era o filho de pai branco e mãe índia, fruto de uma relação estável e pública, em geral confirmada pelo casamento católico, e que aproximava-se mais da identidade paterna gozando de plena liberdade. No entanto, John Monteiro percebeu que a partir do século XVIII o termo bastardo passou a ser usado para os dois casos, fazia referência ao bastardo propriamente, e ao mameluco.²⁰⁰

¹⁹⁸ KHÛN, Fábio. *Op. Cit.* p. 54-55.

¹⁹⁹ Conferir o verbete “bastardo” em: BLUTEAU, Rafael. *Op. Cit.*

²⁰⁰ MONTEIRO, John M. *Negros da terra... Op. cit.*, p.166-167; MONTEIRO, John M. *Tupi, tapuias...Op. cit.*, p. 105-106.; A historiadora Maria Beatriz Nizza

110

Deste modo, podemos sugerir aqui que os casais bastardos do Desterro eram todos “mestiços da terra”. Em função da precariedade dos dados não é possível auferir um número aproximado desses habitantes, tampouco para os outros casais. Mas se levarmos em conta o número de famílias é notável que o grau de miscigenação daquela sociedade era bastante alto, e que suspeitamos ser bem maior do que foi colhido nesses primeiros censos.

O fenômeno da bastardia não era novidade dentro dos regimes demográficos da colonização da América portuguesa. O sistema de povoamento das áreas de fronteira no século XVII e também no século XVIII, em grande parte lançava mão de indivíduos solteiros, homens, que tentavam a sorte nos movimentos de expansão pelos sertões americanos “apoderando-se” das mulheres índias. A isto, acrescenta-se o fato de que os povoados incipientes como o do Desterro ainda viviam em trânsito demográfico, entre a sua estabilidade e mobilidade populacional. Não podemos esquecer que as migrações ainda ocorriam com frequência por aquela região, o que facilitava em muito a ocorrência de uniões consensuais desse tipo, entre mulheres indígenas e portugueses e luso-brasileiros de menor qualidade social (gente pobre, degredada, aventureira, etc.). Mas também continuavam a ocorrer as emigrações, sobretudo da população masculina, que contava sempre com a possibilidade de “sair de casa”, de buscar recursos e riquezas mais além, abandonando o domicílio. É bem provável que alguns dos moradores homens do Desterro tenham decidido aceitar o convite feito pelo mestre-de-campo Davi Marques Pereira para povoar o Continente do Rio Grande de São Pedro. Para o historiador-demógrafo Sérgio Odilon Nadalin, esse tipo de mobilidade que era proporcionada por uma espécie de semi-nomadismo das populações brasileiras, fruto da tradição das bandeiras, está ligada

à ética muito própria e original, com a 'posse' da terra, das riquezas e das mulheres indígenas – sem mencionar as africanas –, a uma moral particular desenvolvida na contradição entre os preceitos da Igreja e as necessidades cotidianas e de

da Silva lembra que no século XVI o termo bastardo era “simultaneamente um termo jurídico e racial, significando ao mesmo tempo ilegítimo e mameluco.” Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 16.

sobrevivência do 'colonizador'. Ajustava essas características um temperamento próprio, no qual predominava a 'aventura', articulado à mestiçagem racial e cultural.²⁰¹

Como sugere Sérgio Odilon Nadalin, a colonização da América portuguesa dependeu muito mais do contingente da escravidão indígena e africana do que da imigração das populações de origem portuguesa, visto que o reino apresentava um quadro demográfico insuficiente para atender a ocupação das possessões ultramarinas. Mas mesmo assim, a coroa sempre procurava estimular a emigração de seus súditos, seja ela voluntária ou involuntária, com a sua parcela de degredados e aventureiros. Entre os emigrantes nos primeiros momentos de colonização era muito maior o número de homens do que de mulheres. Daí decorre o processo intenso de miscigenação que originou-se na América nos tempos iniciais de conquista e povoamento, e que continuou com os novos movimentos expansionistas que alargavam as fronteiras do território luso-americano. As bandeiras paulistas foram durante muito tempo uma empresa eminentemente masculina.²⁰²

Como não poderia deixar de ser, o pequeno povoado que formou-se na Ilha de Santa Catarina nesse primeiro momento era resultado desse processo histórico-demográfico da América portuguesa, que resultava da escravização indígena e das bandeiras, e que arrastavam a gente brasílica (mestiços no geral) em busca de índios e de outras oportunidades, dentre elas a posse de novas terras. Para Sérgio Nadalin, o povoamento do século de XVII e XVIII em direção às fronteiras foi resultado da própria mestiçagem da sociedade colonial, e que também serviu de matriz cultural para as novas sociedades que nasciam nos limites do império luso. Segundo ele,

o povoamento, via mestiçagem, inserido numa cultura misógina e fundada na 'posse', atendia aos ditames institucionais; a estes, amoldam-se os valores da sociedade que se origina no ambiente colonial. Mestiçagem que não traduz

²⁰¹ NADALIN, Sérgio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. *Topoi*, v. 4, n. 7, 2003, p. 240.

²⁰² Sobre a miscigenação nos primeiros tempos da colonização ver SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Op. cit.*, p. 11-18.

simplesmente o resultado do intercuro sexual do português com a índia (a 'miscigenação'), mas uma relação cultural. Mestiçagem de tabus, de costumes mágicos, de representações, agigantados de certa forma pelo processo do 'pioneirismo aventureiro' da colonização [...] Mestiçagem, 'produto histórico dos latifúndios, mestiçagem indistinta da bastardia, tolerada, instigada ou, mesmo, favorecida pela Metrópole e pelas suas elites'.²⁰³

Por outro lado, a mestiçagem produzia também novas formas de hierarquização dentro das sociedades americanas. Assim acontecia nos povoados recém-formados do sul da América lusa, que em seu processo de formação intentavam adaptar valores do Antigo Regime português, levando em consideração as “qualidades” naturais e sociais de cada um para definir um parâmetro para o preenchimento dos lugares desiguais que existiam no seio das comunidades. Os mesmos valores que içavam a pequena nobreza ao topo da hierarquia social, empurravam os mestiços para mais perto da base, próximos aos índios administrados e escravos negros.²⁰⁴

Nesse sentido, a continuidade do fato social da mestiçagem acabava por configurar um tipo de gente que passaria a ser cada vez mais estigmatizada pela sua ascendência indígena e/ou africana, aproximados dos regimes de escravidão, sugerindo uma qualificação natural bem inferior. Assim, na medida em que o povoado da Ilha estabilizava-se e as hierarquias definiam-se a partir da sua pequena elite alimentada ainda pelo ingresso de novos escravos índios, frutos das preias que eram feitas no continente, o bastardo tendia a distanciar-se dos lugares mais altos do quadro social que estava sendo montado.

E para a pequena nobreza que insistia em continuar ocupando o seu lugar de destaque e de mando, seria necessário adaptar estratégias de manutenção e reiteração social do seu poder, caso quisesse legar seus atributos (status) às novas gerações.

²⁰³ NADALIN, Sérgio Odilon. *Op. cit.*, p. 256.

²⁰⁴ MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) *Op. Cit.* p. 141-162.; FRAGOSO, João L. R. *O Capitão João Pereira Lemos...Op. cit.*

Destarte, entre aqueles que ocupavam ou pleiteavam as posições cimeiras daquele povoado da Ilha, é bem provável que os enlaces matrimoniais dos seus filhos passariam a funcionar como uma das formas de diferenciação e restrição social do grupo frente aos demais, no sentido de distanciarem-se dos menos qualificados (bastardos e escravos) via o casamento. Esta seria a forma de manter a “qualidade” da pequena nobreza inalterada, como de fato acontecia noutros lugares.

Diante de uma sociedade em que provavelmente a maioria era de mestiços e escravos, índios e negros – estes últimos em menor número –, o mercado matrimonial para a primeira e a segunda geração dos luso-brasílicos (a gente bandeirante) recém-estabelecidos no Desterro era concorrido. Num primeiro momento, as escolhas matrimoniais deveriam estar restritas ao próprio grupo, como parte de uma estratégia endogâmica, muito convencional às elites senhoriais,²⁰⁵ mas que certamente não se mostraria suficiente. Seria preciso buscar outros nubentes de qualidade similar ao desta pequena nobreza. A isto somaria-se a chegada de novos imigrantes que tentavam ali estabelecer-se em busca de oportunidades, ou mesmo para cumprir penas, em geral todos de origem portuguesa.

Sobre esse comportamento matrimonial, sócio-demográfico, e que passou se tornar comum nas sociedades mestiças coloniais em plena formação, o historiador Sérgio Odilon Nadalin sugere que mesmo que os imigrantes portugueses não tivessem nada de nobreza, eles carregavam a cor como o seu principal atributo. Para ele,

é fácil entender como os imigrantes brancos, homens e solteiros, mascates, cristãos novos, ou seja, o que for, traziam consigo um capital importante: sua cor. Ao vencerem a barreira dos preconceitos da elite senhorial e, principalmente, se enriquecendo, constituem gradativamente um bom partido para a reprodução dos filhos e herdeiros da sociedade patriarcal e escravocrata – muitos, descendentes dos primeiros mestiços da colônia. A eles eram dadas as virgens resguardadas, trancadas, isoladas, mantidas a

²⁰⁵ FRAGOSO, João L. R. *Fidalgos...Op. cit.*, p. 33-120.; FRAGOSO, João L. R. *A nobreza vive em bandos...Op. Cit.*; KHUN, Fábio. *Op. cit.*

distância da maioria da sociedade, mas inseridas na mesma paisagem cujo clima moral consentia, como banal, as relações “ilícitas”, mancebas e concubinas; e, até, fechando os olhos à bigamia. Tudo era permitido a quem, condenado por antecipação, tinha que vencer o Purgatório.²⁰⁶

A presença desses portugueses representava uma espécie de “reserva” de noivos do tipo aceitável para os rebentos da elite recém-constituída do Desterro. Diante do quadro ideológico do Antigo Regime português, com seus valores desiguais e corporativos, a naturalidade desses recém-chegados, ou mesmo a sua cor branca, já seria suficiente como um indicativo de qualidade social e natural, especialmente num momento em que o mercado matrimonial desterrense carecia de pessoas de certo prestígio.

Segundo a historiadora Sílvia Lara, o adjetivo “branco”, quando se referia a uma pessoa nas sociedades portuguesas setecentistas, indicava a posição superior de alguém que é “bem nascido”, e que pelo tom da pele clara se diferenciava dos escravos, que em geral eram negros e mulatos, mas também os índios e “mestiços da terra”. Conforme a autora,

A definição aqui evidencia o movimento genérico de associar os não brancos à escravidão: na sociedade portuguesa, e sobretudo na área colonial, a cor da pele foi incorporada à linguagem que traduzia visualmente as hierarquias sociais. Assim, a cor branca podia funcionar como sinal de distinção e liberdade, enquanto a tez mais escura indicava uma associação direta ou indireta com a escravidão. Ainda que não se pudesse afirmar que todos os negros e mulatos fossem ou tivessem sido necessariamente escravos, a cor era um importante elemento de identificação e classificação social.²⁰⁷

²⁰⁶ NADALIN, Sérgio Odilon. *Op. cit.*, p. 256-257

²⁰⁷ LARA, Sílvia. A cor da maior parte da gente: negros e mulatos na América portuguesa setecentista. In: FURTADO, Júnia. (Org.) *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: Fapemig; PPGH-UFGM, 2008, p. 362.

Já para os imigrantes portugueses, quando da chegada num lugar totalmente novo e incerto, como as regiões de fronteira, as dúvidas sobre o futuro poderiam ser muito pungentes. De modo que o casamento com os locais atuava como uma importante estratégia de enraizamento, possibilitando a construção de vínculos e redes de apoio com a população estabelecida. Por mais que esses imigrantes não dispusessem de nenhum recurso material, como posses, as suas qualidades naturais (cor e origem) reforçariam a predileção dos principais da Ilha sobre quem poderia desposar as suas filhas. Este comportamento matrimonial exógeno da pequena nobreza do Desterro pode ser percebido a partir de algumas trajetórias familiares dos seus principais representantes.

No intuito de querer elaborar um quadro sócio-demográfico do povoado do Desterro, em especial naquilo que tange ao comportamento familiar da elite local, decidimos aqui nos apoiar nos estudos dos historiadores catarinenses que se detiveram sobre a análise desse primeiro momento da história colonial do litoral catarinense, sobretudo a literatura genealógica.

Em “Prosápia Catarinense”, Lucas Boiteux procurou reconstituir as linhagens das principais famílias de Santa Catarina e apresentou uma série de dados sobre esses personagens ditos “importantes”, que incluíam também os povoadores paulistas.²⁰⁸ Por sua vez, o historiador Jacintho Mattos, compartilhando dessa mesma visão de história, “genealógico-elitista”, escreveu também sobre as “personalidades” da história colonial catarinense. Os seus escritos foram publicados numa seção do principal caderno do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina que se intitulava “Material Histórico”.²⁰⁹ Seguindo essa mesma linha de pensamento, Henrique da Silva Fontes e Oswaldo Cabral também se debruçaram sobre a reconstituição das principais famílias do povoado do Desterro.²¹⁰

Entretanto, nenhum desses autores realizou um estudo mais

²⁰⁸ BOITEUX, Lucas Alexandre. *Prosápia Catarinense (volumes I, II e III)*. Transcrição de Marly A. F. B. Florianópolis: IHGSC - Núcleo de Estudos Genealógicos, 1999.

²⁰⁹ MATTOS, Jacintho. Material Histórico. In: *Revista do IHGSC*. Florianópolis, vol. VI, n. 2 e 4, 1917; Idem. Vol VII, n. 1, 1918.

²¹⁰ FONTES, Henrique da Silva. *Op. Cit.* CABRAL, Oswaldo. *Raízes Seculares...Op. cit.*

detido sobre as problemáticas sociais nos quais esses homens de condição elevada estavam envolvidos. Ao que nos parece, a idéia que cercava os estudos históricos feitos por esses pesquisadores era completamente tributária da tratadística histórico-positivista de fins do século XIX e início do século XX, e que tinha em seu programa disciplinar a preocupação central com a narrativa “verdadeira” dos fatos e a produção de uma memória heróica dos ilustres da história regional.

De qualquer maneira, esses trabalhos foram de fundamental importância para nos ajudar a compor o grupo que integrava a pequena nobreza, juntamente com os dois militares já conhecidos, Manoel Manso de Avelar e Salvador de Sousa Brito. Nesse sentido, afim de agregar dados para recuperar a trajetória individual e coletiva do grupo, esses trabalhos serão largamente referenciados aqui.

Contudo, faremos uso também de fontes primárias como os dados eclesiásticos do primeiro livro de casamento da paróquia do Desterro, um livro que aparentemente teve início no ano de 1714 e tem registros até o ano de 1775.²¹¹ É um livro que apresenta problemas quanto à sua escritura, feita em várias mãos, por vários padres que por ali passavam oficializando os matrimônios. Os registros para esse primeiro momento do século XVIII são pouquíssimos, e não respondem a uma sequência cronológica de organização dos assentos, intercalando casamentos de várias datas, saltando até algumas décadas. Apresenta muitas lacunas por conta da falta de páginas e do seu péssimo estado de conservação, o que impossibilita de tratá-lo de maneira serial para o recorte que nos interessa. O seu uso se dará aqui de modo qualitativo em virtude disso. Nessa direção, procuramos alinhar tais registros com os dados da literatura história e genealógica para os devidos fins desse trabalho.

Um outro livro que se encontra depositado na acervo do Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina ajuda a entender os problemas relacionados a essa fonte. Trata-se do “Índice dos Livros que existiam no Cartório Eclesiástico desta Cidade”, Capital do Desterro, entre 1867-1897, e que tinha a intenção de inventariar toda a documentação, livros de batismo, casamento e óbito, existente nas paróquias da província de Santa Catarina. Sobre o livro de número 1 de casamento da Igreja Matriz da antiga freguesia de Nossa Senhora do

²¹¹ Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina (doravante AHESC), Livro Catedral, Casamentos de Livres, 1714-1775.

Desterro, registrava que continha “os casamentos feitos desde 7 de janeiro de 1714, até 14 de junho de 1751 inclusivos”,²¹² e ainda “neste livro de folhas 116 até final existem os assentos dos Casamentos dos Escravos, desde 6 de janeiro de 1724, até 17 de Setembro de 1775.”²¹³ As informações que descrevem esta fonte sugerem que até a folha de número 116 estavam sendo registrados os casamentos das pessoas livres, celebrados até o ano de 1751, o que explica a existência de um livro de número 2 de casamentos, de 1751-1767, e que não se encontra depositado no arquivo atualmente, não como um livro separado, mas sim integrado ao primeiro livro. Mas também, que a partir dessa folha começou-se a anotar o matrimônio dos escravos até o ano de 1775 para separar dos registros dos livres, provavelmente por não haver um livro destinado para este fim, o que confere com o atual estado do livro. Assim, alguns registros do que seria do segundo livro perdido de livres, de 1751-1767, intercalam com o dos escravos no atual livro 1, como resultado de uma ação posterior de organização cronológica. Contudo, os registros referentes aos escravos só começam mesmo a partir da folha de número 95, o que significa dizer que nesse tempo foram perdidas no mínimo 21 folhas, e que devido às lacunas dos primeiros registros seriam aquelas que faziam referência aos casamentos realizados até a década de 1730. Ou seja, o atual livro número 1 da Matriz da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro ao longo desse tempo transformou-se num único livro que tinha três funções diferentes: anotar o casamento dos livres até 1751, dos escravos até 1775, e novamente dos livres após 1751 até 1767.

Uma outra fonte que poderia também ser útil aqui era o livro número 1 de batismos da Matriz do Desterro, que continha “todos os assentos desde 16 de janeiro de 1715 até 10 de maio de 1751”, e ainda depois da folha 160 arrolava “os assentos dos Escravos, desde 25 de maio de 1715, até 4 de junho de 1771”.²¹⁴ Mas isto não será possível, porque tal livro foi consumido pelo tempo. Entretanto, a notícia de sua existência reforça a ideia de que a escravidão era um fato presente desde o início do povoado. Índios e negros casavam e batizavam seus filhos como normalmente acontecia em qualquer outro lugar da América lusa.

A carência de fontes para o período aqui recortado, fruto do

²¹² AHESC, Índice dos Livros que existiam no Cartório Eclesiástico nesta Capital, 1867-1897, fl. 8

²¹³ Idem.

²¹⁴ Ibidem, fl. 1

descaso contínuo da preservação dos objetos de memória da cidade e região, foi assunto desde que os historiadores positivistas do IHGSC decidiram vasculhar os empoeirados arquivos atrás de vestígios do passado catarinense para colocar em prática a sua empresa historiográfica. Em 1918, escrevia o historiador Henrique Fontes que “a história catarinense é obscura, é falha de documentos, tem lacunas até hoje insupríveis, justamente no século XVII e nos primeiros anos do século seguinte.”²¹⁵ Um século depois esta situação não mudou muito, e continua a piorar.

Essa mesma escassez de fontes levou os historiadores vinculados ao IHGSC a discutirem sobre a data da criação da paróquia ou freguesia de Nossa Senhora do Desterro, o primeiro ato de institucionalização do povoado da Ilha de Santa Catarina frente às autoridades da coroa, no caso as eclesiásticas. Entre 1918 e 1919 ocorreu um debate acalorado nas páginas da revista do IHGSC que tinha como protagonistas os historiadores Lucas Boiteux, Henrique Fontes e Jacintho Mattos. Os três procuravam discutir qual teria sido a real data de fundação da freguesia e/ou paróquia de Nossa Senhora do Desterro. A discussão apontava para três direções, cada historiador defendia uma. De um lado, Jacintho Mattos afirmava que o ano de 1714 era a data oficial porque coincidia com a da abertura do primeiro livro da paróquia. De outro, Henrique Fontes dizia que “há fundamento para se admitir a criação da paróquia no tempo do colonizador Francisco Dias Velho”.²¹⁶ Por sua vez, Lucas Boiteux acreditava que a criação da freguesia se deu no dia 5 de março de 1732, quando da nomeação do primeiro “vigário colado”, o padre Estevam Simões Manso.²¹⁷

Não temos a intenção aqui de solucionar este imbróglio a respeito da criação da freguesia ou paróquia de Nossa Senhora do Desterro; nosso interesse vai além de querer registrar datas e nomes da história colonial de Santa Catarina. Porém, acerca do significado da instalação da circunscrição eclesiástica da Ilha queremos tecer alguns comentários.

De início, as palavras “paróquia” e “freguesia” traduzem o

²¹⁵ FONTES, Henrique. A criação da Parochia do Desterro. In: *Revista do IHGSC*, Typ. Da Escola de Artífices, volume IX, 1920, p. 121

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ BOITEUX, Lucas. Comentários a Historia Catharineta. In: *Revista do IHGSC*, Typ. Da Escola de Artífices, volume VII, 3 trimestre, 1918, p. 327-339.

mesmo significado. O dicionarista setecentista Rafael Bluteau anotou os dois termos como sinônimos, como sendo a unidade territorial que está submetida a uma igreja e um pároco, e que atende espiritualmente os habitantes da mesma.²¹⁸ No domínio eclesiástico português, a freguesia era a unidade espacial mínima, o domínio de jurisdição do pároco ou cura de almas, um território marcado pela centralidade das funções religiosas aí concentradas. Essas funções iam da prática do culto e da pregação à administração dos sacramentos, como batismo, matrimônio, crisma, extrema-unção, alguns desses até civilmente relevantes; o trabalho dos párocos tinha um impacto muito forte na regulação da vida individual e coletiva das comunidades paroquiais, seja estabelecendo normas de convivência, hierarquias sociais – o fato de anotar os registros dos sacramentos de livres e escravos em livros separados já denota isso –, compondo litígios, difundindo padrões culturais, disciplinando comportamentos, etc. Além disso, a paróquia também desempenhava funções políticas, “pela centralidade das suas funções e pela qualidade do seu equipamento administrativo, a freguesia foi, durante o Antigo Regime, uma circunscrição territorial decisiva no enquadramento político do espaço”²¹⁹ no reino de Portugal. Já na América portuguesa, conforme a historiadora Cláudia Damasceno,

os termos 'paróquia' e 'freguesia' tinham também várias significações: eles designavam o templo – a igreja matriz –, bem como a povoação que a continha (o arraial), o conjunto dos fregueses, e, por fim, o território paroquial, que incluía a povoação sede, áreas rurais e, por vezes, sertões residuais.²²⁰

E foi a partir da existência do direito régio do padroado, durante o Antigo Regime, que a monarquia portuguesa fez com que essas

²¹⁸ Freguês e paroquiano são utilizados como sinônimos também por Rafael Bluteau. Ambos os termos fazem referência ao habitante que vive no espaço de atuação de um pároco. Cf. “freguezia”, “freguez”, “parrôchia”, “parrochiano” e “pârroco”. BLUTEAU, Rafael. *Op. cit.*

²¹⁹ SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPAÑA, António Manuel. O quadro espacial. In: HESPAÑA, António Manuel (coord.). *História de Portugal - O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 38.

²²⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. cit.*, p. 85-86.

funções da paróquia de poder temporal e espiritual estivessem intimamente ligadas aos seus intentos. Com a instalação das freguesias, a coroa começaria a exercer um certo controle sobre os povoados que surgiam no vasto território do sul da América portuguesa.

No caso da Ilha de Santa Catarina, até 1712, através das anotações de Frézier, sabemos que os moradores dali tinham que buscar o pasto espiritual na paróquia de Santo Antonio dos Anjos de Laguna, vizinha ao sul. Mas a distância entre os dois povoados impedia uma maior atenção para com o ritos católicos por parte dos moradores do Desterro, e consequentemente a manutenção da fé cristã. O viajante francês deixou registrado que os moradores lamentavam a ignorância na qual viviam. Segundo ele, esses se consideravam “cristãos, é verdade, mas como podem ser instruídos em sua religião não senão um vigário na Lagoa que lhes vem rezar a missa somente nas principais festas do ano: pagam, no entanto, o dizimo à Igreja, que é a única coisa que deles exigem.”²²¹ A isto acrescenta-se a centralidade política e religiosa que o povoado de Laguna exercia sobre o do Desterro, o que se confirmaria anos depois com a criação da vila de Laguna no ano de 1715.²²²

De toda forma, a criação de uma paróquia na Ilha revela o desenvolvimento do seu povoado. A promoção da pequena ermida construída por Francisco Dias Velho à condição de Igreja Matriz, como vai registrado nos primeiros assentos do livro de casamentos, era uma das consequências do tímido crescimento e prosperidade da região. Como sugere a historiadora Cláudia Dasmasceno para os arraiais das “Minas Gerais” no mesmo período, “a história da organização eclesiástica da capitania confunde-se, pois, com a história da perenização dos estabelecimento humanos e do seu desenvolvimento.”²²³

Mas se até esse momento de criação da paróquia de Nossa Senhora do Desterro os moradores da Ilha confirmavam os seus sacramentos na Matriz de Laguna, não encontramos nenhuma referência direta sobre a existência desses supostos livros no Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. O livro mais antigo desse acervo é mesmo o primeiro de casamento da paróquia do Desterro. Vejamos as impressões gerais que podemos extrair dessa fonte.

²²¹ HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Op. Cit.*, p. 24

²²² Sobre a vila de Laguna ver: KHUN, Fábio. *Op. cit.*; CABRAL, Oswaldo R. *Laguna e outros ensaios*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1939.

²²³ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. cit.*, p. 83.

Em princípio, foi possível apreender dos dados existentes nesse primeiro livro de casamento o quão recente era o povoado do Desterro. Até o final da década de 1730, foram pouquíssimos os casamentos que tinham como nubentes pessoas nascidas naquele lugar. Dos 37 registros desse período encontramos somente oito pessoas naturais da Ilha de Santa Catarina ou do Desterro, sendo que seis eram do sexo feminino e dois do masculino. Até aquele momento, a população ali estabelecida ainda não havia produzido uma ampla geração em idade matrimonial. A proporção maior de mulheres noivas acontece provavelmente por que essas casavam em idade mais tenra que os homens. E dos oito nubentes dois foram declarados como índios administrados. Sobre o restante dos matrimônios, os noivos, sobretudo homens, eram nascidos fora do lugar, estrangeiros do reino e de outras freguesias e vilas da Colônia, mas a maioria do assentos tratava-se do matrimônio dos escravos, a parte mais completa dessa fonte.

Impressiona nesse livro o alto número de registros envolvendo índios administrados e escravos africanos. Foram 21 casamentos envolvendo “gentio da terra”, “carijó”, “carijó da terra”, “mameluco”, “gentio da Angola” e “gentio da Guiné”.²²⁴ Apenas quatro referem-se a africanos, sendo que estes que não casavam necessariamente entre si, mas trocavam núpcias com indígenas e descendentes de indígenas, tanto os homens quanto as mulheres. O restante era de uniões que envolviam pessoas de origem indígena, descendentes ou não. O número de matrimônios envolvendo noivos indígenas parece revelar a presença maior desse tipo de gente naquela povoação, comparados com a incidência de casamento de pessoas de origem africana, como suspeitávamos acima tendo por base a análise dos dados censitários disponíveis para o período.

De todo modo, é difícil inquirir aqui sobre questões mais profundas acerca da vida de parte dessa população, sobretudo pela ausência de dados que nos permitam fazer comparações para extrair mais detalhes acerca da trajetória social desse grupo, incluindo informações sobre o tipo de escravidão que viviam.

Todavia, a presença de um número elevado de casamentos de escravos índios e negros evidencia a excessiva preocupação dos párocos em regular a vida dessa gente nos preceitos religiosos do catolicismo, como também, demonstra a existência da família sob o regime da

²²⁴ AHESC, Livro Catedral, Casamentos de Livres, 1714-1775, fl. 96-101.

escravidão naquela comunidade. E mais ainda, as formas de sobrevivência recriadas por esses cativos dentro do sistema escravista, que longe de os anular socialmente, como que se vivessem num estado de plena anomia, os colocavam diante de situações de confronto que exigiam novas estratégias de composição familiar. Foi o que aconteceu com José, gentio da Angola, que contraiu núpcias com Thereza, carijó da terra, em 1730. Ambos eram escravos do capitão-mor Sebastião Rodrigues Bragança.²²⁵ Os consórcios interétnicos eram resultado das circunstâncias em que esses sujeitos estavam envolvidos.

Agora, sobre a composição familiar dos habitantes livres de ascendência portuguesa, em especial aqueles que integravam a pequena nobreza da Ilha de Santa Catarina e para quais temos mais informações, os casamentos entre as suas filhas e filhos tinham como regra aceitar os novos imigrantes de cor branca e origem estrangeira, seja da América lusa ou da Península, os membros do próprio grupo do qual faziam parte, fortalecendo as alianças entre as famílias, evitando contatos com africanos e indígenas. Analisando os primeiros casamentos do mesmo livro primeiro, entre 1714-1730, no início do século XX, Jacintho Mattos afirmou que dos nubentes havia “poucos naturais da Ilha, a maioria era do continente lusitano, da Galliza, das Ilhas, de São Paulo, Santos, Paranaguá, Ilha Grande, Angra dos Reis, São Francisco.”²²⁶

A fim de recuperar a trajetória familiar do grupo da pequena nobreza, temos o caso de Domingos Lopes Sertão, português que instalou-se na Ilha no segundo momento de povoação, em finais do seiscentos. O capitão Lopes Sertão estava entre os poucos homens de posses, senhor de terras e escravos, e um dos primeiros a assumir a vereança na câmara da Vila do Desterro logo após a sua instauração, no ano de 1726.²²⁷ E ao que tudo indica era alguém que gozava de prestígio na comunidade, e pareceu tentar garantir e conservar o *status* diferenciado da sua família. Ele promoveu para a sua descendência arranjos matrimoniais favoráveis aos seus interesses de homem de “nobre” que era.

Sobre a primeira geração da sua família temos conhecimento de cinco descendentes, todas mulheres. É bem possível que ele tivesse tido

²²⁵ Ibidem, fl. 99v-100.

²²⁶ MATTOS, Jacintho. Material Histórico. *Revista do IHGSC*. Florianópolis. Vol. VII, n. 1, 1918, p. 72.

²²⁷ BOITEUX, Lucas Alexandre. *Prosápia Catarinense...Op. Cit.*; MATTOS, Jacintho. *Op. cit.*, p. 73.

outros filhos, mas ao certo não podemos saber.²²⁸ Todas as filhas contraíram matrimônio nesse primeiro momento do século XVIII. A respeito delas é provável que todas tivessem nascido no povoado do Desterro. No entanto, só temos a naturalidade confirmada para duas, Paula Lopes Moreira e Domingas Gonçalves Moreira. A primeira casou-se em 1720, na pequena capela de Nossa Senhora do Desterro, com Manuel Duarte Camacho, filho do bandeirante Antônio Bicudo Camacho, um dos antigos povoadores do Desterro. A segunda, por sua vez, contraiu suas núpcias quatro anos depois, em 1724, na mesma capela do Desterro, com o doutor Manuel da Costa de Siqueira, natural do Rio de São Francisco. O título de “doutor” que precede o nome de Manuel de Siqueira foi anotado no seu próprio registro de casamento.²²⁹ O termo na época era corrente para designar os magistrados, mas se o genro Domingos Lopes realmente o era, de fato não podemos saber.

A respeito dos outros enlaces conjugais das filhas de Domingos Lopes, temos um caso bastante curioso, que é o de Maria Lopes. Ela contraiu as suas primeiras núpcias com o francês Pedro Jordão, comerciante que atuava nas vilas litorâneas do sul e que protagonizou um caso de contrabando com os franceses no litoral da capitania de Santa Catarina, do qual falaremos adiante, e após de ter ficado viúva, pelo que parece constar, ela casou-se novamente no ano de 1728 com outro também estrangeiro, o português Antônio de Medanha, que foi um dos oficiais da câmara municipal do ano de 1727.²³⁰ Ele detinha o cargo de juiz ordinário, ofício que fora um ano antes ocupado por seu sogro.²³¹

Os outros dois casamentos envolvem Anna Moreira e Josefa Maria Lopes. A primeira desposou Manuel Teixeira, açoriano de origem, e que também ocupou o cargo de juiz ordinário no ano de 1729 na câmara municipal do Desterro.²³² Por sua vez, Josefa Maria Lopes casou-se com Martinho de Arrioles, natural da vila de São Francisco do Sul, no ano de 1731. Sobre este genro de Lopes Sertão, sabemos entre finais da década de 1730 e o início da década de 1740 ele figuraria entre

²²⁸ A reconstituição de sua família levou em conta os estudos genealógicos de BOITEUX, Lucas Alexandre. *Op. Cit.*; CABRAL, Oswaldo R. *Raízes...Op. Cit.*; E as anotações de Henrique da Silva Fontes em FONTES, Henrique da Silva. *A irmandade...Op. Cit.*; Algumas dessas informações constatamos nos livros de casamento de Desterro de 1714-1775.

²²⁹ AHESC, Livro Catedral, Casamentos de Livres, 1714-1775, fl. 2 ;2v-3.

²³⁰ FONTES, Henrique da Silva. *Op. Cit.* p. 50.

²³¹ *Idem.*

²³² SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 197.

os oficiais camarários da vila Desterro.²³³

Até aqui podemos perceber, dentre outras coisas, que todos os noivos que desposaram as filhas de Domingos Lopes Sertão eram sujeitos estranhos ao povoado do Desterro, ou melhor, não eram nascidos na Ilha de Santa Catarina. Até porque naquele momento deveriam ser bem poucos os locais (ali nascidos) com algum prestígio que pudessem ser reconhecidos por ele, o chefe de uma família de destaque. Este tipo de gente de “melhor qualificação” estava ainda por ser gerada, e pela própria nobreza local que aos poucos aumentava. Entretanto, dos genros de Lopes Sertão sabemos que a maioria apresentava algum de tipo de distinção, que se não era a natural (a cor e a origem), era social, conforme a posição privilegiada que pareciam ocupar nas comunidades do Sul da América portuguesa (comerciante, magistrado, senhores de posses, oficial da câmara, etc.). De todo modo, podemos afirmar que Domingos Lopes Sertão esteve muito atento na condução do casamento de suas filhas, escolhendo os noivos da melhor “qualidade” que havia, a fim de perpetuar o seu legado de importância, mas também de fortalecer seus relacionamentos com seus pares da política local.

O tipo de política matrimonial adotado por Domingos Lopes Sertão não foi exclusiva de sua parte. A prática de arranjos de casamento entre a pequena elite, que tendia levemente a aceitar pessoas estranhas ao povoado, mas com atributo social e natural reconhecido como superior, influenciava a todos desse grupo. Mas as trocas matrimoniais entre as famílias do próprio grupo de poder local também aconteciam.

A preferência pelos nubentes que pertenciam às famílias do seletto grupo de homens com alguma distinção, possivelmente se apresentava como a melhor opção em relação aos recém-chegados do Reino e de outras partes da Colônia. O casamento de uma das filhas de Manuel Manso de Avelar demonstra essa estratégia intra-elite. Ele parece ter dado preferência em estreitar relações com a família de outros “nobres” via o casamento de suas filhas. A sua filha Margarida de Siqueira casou-se com Sebastião Fernandes Camacho, filho de Antônio Bicudo Camacho, em 1714, na pequena capela de Nossa Senhora do Desterro.²³⁴ Já Isabel Rodrigues Mira desposou com Baltazar Soares Louzada, reconhecido oficial militar, e um dos futuros membros da

²³³ BOITEUX, Lucas. *Op. cit.*

²³⁴ AHESC, Livro Catedral, Casamentos de Livres, 1714-1775, fl. 1.

câmara do Desterro.²³⁵

Por sua vez, Balthazar Soares Louzada também serviu-se da mesma estratégia, quando alinou-se via o matrimônio da sua filha, Pascoa Louzada, com João Bicudo Cortez, filho de Antônio Bicudo Camacho, alferes e outro futuro camarista do Desterro.²³⁶

De todo modo, ao que nos parece até aqui, das melhores opções que pareciam existir em termos de arranjos matrimoniais na Ilha de Santa Catarina em princípios do século XVIII, os membros da modesta elite local pareceu se servir de todas. Juntar as suas filhas seja com estrangeiros portugueses ou luso-brasileiros, com ou sem distinção social, ou seja, com membros da pequena nobreza, seria bem melhor do que consentir o casamento com qualquer mestiço – não que alguns desses não o fossem, como já sugerimos aqui, em gerações passadas –, indígena, africano, escravo ou liberto.

Podemos ainda situar o comportamento familiar desse grupo para com o casamento de seus filhos, optando por pessoas de mesma qualidade, como uma prática comum na sociedade colonial da América lusa. A historiadora Sílvia Maria Jardim Brugger aponta que o padrão matrimonial típico nesta sociedade era aquele que se pautava pela igualdade social entre os nubentes, e a própria Igreja parecia aceitá-lo como necessário. E numa sociedade escravista o pressuposto da igualdade social era condição jurídica.²³⁷ A autora confirmou em sua pesquisa sobre as famílias mineiras do século XVIII e XIX que “livres casavam-se com livres, libertos, com libertos e cativos, com cativos.”²³⁸

²³⁵ Sobre Balthazar Soares Louzada ver: BOITEUX, Lucas Alexandre. *Op. Cit.*; MATTOS, Jacintho. Material Histórico. *Revista do IHGSC*. Florianópolis. Vol. VII, n. 1, 1918, p. 73; Jacintho Mattos aponta Soares Louzada como um dos quatro capitães que existiam na Ilha no ano de 1714. Em um documento da Câmara transcrito por José Gonçalves dos Santos Silva ele aparece como procurador do povo da Vila do Desterro: SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 183 e 185; Ver a família de Manuel Manso de Avelar em: BOITEUX, Lucas Alexandre. *Op. Cit.*; CABRAL, Oswaldo. *Raízes Seculares...Op. Cit.*, p. 15.

²³⁶ SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 183, 192, 195 e 197; CABRAL, Oswaldo. *Op. cit.*, p. 12. João Bicudo Cortês aparece na documentação transcrita por Santos Silva como alferes e capitão de infantaria e depois como juiz ordinário da câmara do Desterro no ano de 1729.

²³⁷ BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei - Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 221-282.

²³⁸ *Ibidem*, p. 224.

Nessa época, o casamento era algo que interessava diretamente à família, aos seus interesses de grupo, e não à felicidade ou satisfação pessoal dos nubentes.

Mas as estratégias que tais famílias mobilizaram para permanecer distantes dos menos qualificados conformariam também as estruturas hierárquicas que iam moldando-se numa sociedade típica de “Antigo Regime dos trópicos”, como também acrescia um forma social ao grupo hegemônico local. As posições privilegiadas, os lugares de mando próprios da pequena nobreza do Desterro, deveriam ser ocupados por aqueles que realmente tinham “qualidade”, reconhecida também nos laços de pertencimento familiar.

Entretanto, os arranjos de casamentos que iam sendo firmados, em especial com os membros de maior destaque da elite, poderiam representar as possíveis junções e disjunções que davam dinâmica ao grupo proeminente local. Mas não só. Diante do movimento crescente de pessoas que integravam a comunidade, que também concorriam em termos de qualidade para ocupar as posições privilegiadas, as operações sociais desse grupo pareceram sempre caminhar no sentido de preservar e proteger o seu status de “nobreza da terra”. Nesse sentido, seria preciso reinventar novas formas de distinção, das quais provavelmente o ato de ter participado da conquista daquelas terras em nome da monarquia, os qualificava ainda mais enquanto verdadeiros postulantes ao governo do povoado. Assim sendo, a construção de laços sociais, sejam eles de parentesco ou não, que conectavam os sujeitos e o grupo como um todo, parecia agora se definir enquanto estratégia de reforço das posições desiguais que existiam no seio da própria nobreza local, e daquela sociedade que tendia a se transformar frente aos pequenos fluxos migratórios.

Nesse sentido, no intuito de entender melhor este processo inter-relacional que dava dinâmica ao grupo dos segundos povoadores, vamos optar por analisar a trajetória de um dos seus principais representantes, o sargento-mor Manuel Manso de Avelar, para tentar apreender quais as estratégias políticas e sociais utilizadas de conservação do poder sobre aquele espaço recém-ocupado, a Ilha de Santa Catarina. Além disso, nos interessa aqui também reconhecer os projetos que estavam sendo colocados em prática sobre aquele território, enquanto espaço de domínio e controle de uma elite de pequena nobreza.

2.3 - Manuel Manso de Avelar: o chefe do bando

Para melhor descrever o funcionamento da política local, aproveitando das tendências micro-analíticas em história, e que andam tão em voga nesta fase da historiografia nacional, analisaremos aqui a trajetória de Manuel Manso de Avelar no sentido de entender algumas das possibilidades de projeção social, política e econômica que estavam abertas aos novos ocupantes do povoado do Desterro, como os projetos de poder que foram organizados por este à frente da elite local sobre território recém-ocupado. O seu caso é exemplar não apenas por ele ter figurado como parte da “nobreza da terra”, mas por ter participado dos principais lugares de destaque, o que denotava maior prestígio e reconhecimento social de sua pessoa por parte dos seus congêneres. A produção social do seu status seguiu certamente a orientação dos ideais de um nobre dos trópicos da América portuguesa.²³⁹

Nesse sentido, a sua trajetória nos guiará no estudo das dinâmicas internas da primeira elite desterrense que havia se constituído no principiar do século XVIII. Sendo esta a mesma que quando da elevação do povoado à condição de vila no ano de 1726 continuaria a ocupar os cargos de governança da incipiente República da Ilha de Santa Catarina, no sentido de buscar autonomia na condução política dos seus interesses junto ao território que ocupavam, e que desde de 1720 passou a fazer parte da jurisdição da vila de Laguna.²⁴⁰

²³⁹ Sobre os vetores culturais e políticos do Antigo Regime que orientaram as elites no contexto de colonização da América portuguesa, ver: FRAGOSO, João. A formação da economia colonial do Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) *O Antigo Regime nos trópicos...Op. Cit.* p.29-72; FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). In: *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 45-122; STUMPF, Roberta Giannubilo. Nobrezas na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na capitania de Minas Gerais. In: *Almanack*, Guarulhos, n.01, 1º semestre, 2011, p. 119-136.

²⁴⁰ O historiador Lucas Boiteux cita que em 1720, o ouvidor geral de São Paulo, Rafael Pires Pardini, confirmaria num provimento que deixou registrado na vila de São Francisco, os limites entre as vilas de Laguna e a de São Francisco. Segundo o ouvidor, “sendo a última do Estado do Brasil a de Santo Antonio da Laguna, que foi creada no ano de 1714 por mandado do general do Rio de Janeiro Francisco Távora, que então se não limitou terreno, o Ouvidor geral lhe limitou, e com consentimento da Câmara de São Francisco, até a ponta da parte

Henrique da Silva Fontes, escrevendo sobre os antigos povoadores da Ilha de Santa Catarina classificou a pessoa de Manuel Manso de Avelar como membro do grupo dos “segundos povoadores”, ao lado do seu aparentado Salvador de Sousa Brito. Como se sabe, a maior parte desse grupo de povoadores era colonos luso-brasílicos, alguns bandeirantes, provenientes das vilas e povoados da capitania de São Vicente, e que por volta da última década do século XVII e a primeira do século seguinte desceram para povoar as terras contíguas à Ilha de Santa Catarina em busca de novas oportunidades de riqueza. Mas esta segunda etapa da ocupação do território ilhéu não se deu de uma única vez, como se fosse um movimento planejado e coletivo. Aos poucos os colonos chegavam e acomodavam-se, com intervalos de tempo não muito longo sendo provavelmente incentivados pelos familiares que por ali já haviam passado ou já estavam estabelecidos.

Sobre essas levas de casais que vieram a permanecer naquela costa, o memorialista Manoel Joaquim de Almeida Coelho diz que, “em o ano de 1714 veio daquela Província [São Paulo] uma terceira porção de índios domesticados, e algumas famílias, entre as quais se distinguia a de Salvador de Souza, nomeado capitão-mor, e a de Manoel Manso de Avelar, nomeado sargento-mor, e outros naturais de Portugal”.²⁴¹ O historiador catarinense Oswaldo Cabral, por sua vez, acredita que Manuel Manso chegou aqui por volta da primeira década do século XVIII, anos antes do que aponta Almeida Coelho.²⁴² Aliás, este último provavelmente se apoiou nos registros eclesiásticos que constam no primeiro livro de casamento da paróquia de Nossa Senhora do Desterro, aberto em 1714.

Temos a informação de que Manso Avelar esteve nas imediações do litoral de Santa Catarina pouco antes do que Manuel Joaquim Almeida Coelho sugere. Trata-se do testamento e inventário de Isabel Fernandes Padilha, moradora de Laguna, feito em 1711. O então “capitão” Manuel Manso de Avelar aparece no documento como “procurador bastante” da herdeira legítima de Isabel, a sua filha Maria André Padilha, que vivia nas redondezas da Vila de Paranaguá.

do norte da Enseada de Garoupas da qual para o sul sendo Termo da Vila de Santo Antonio, incluída a povoação da Ilha de Santa Catarina [...]”. BOITEUX, Lucas. Limites com o Rio Grande. *Revista do IHGSC*. Florianópolis, vol VII, 3 trimestre, 1918, p. 256-257.

²⁴¹ COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. *Op. cit.*, p. 11

²⁴² CABRAL, Oswaldo. *Historia de Santa Catarina...Op. Cit.* p. 47.

Curiosamente, a inventariada era muito próxima de Antonio Bicudo Camacho, que naquele momento já vivia em Laguna.²⁴³ Aos poucos vamos percebendo que as relações entre Manuel Manso e a família Camacho, uma das principais que existiam no Desterro, vão se estreitando. Mas também que as conexões com gente de outras vilas continuavam sendo mantidas, como com a da moradora de Paranaguá.

Manuel Manso era nascido no reino, segundo a literatura genealógica, que pouco informa sobre a sua vida no Velho Mundo.²⁴⁴ Não é possível saber qual foi o real motivo que o trouxe para a América, sobretudo para a sua parte meridional. Provavelmente as motivações que teriam levado este reinol, assim como muitos outros portugueses emigrados, a se transferir para cá devem ter sido as habituais do período, entre elas a de buscar melhores condições de vida. Os ideais de “conquista” organizavam o pensamento comum de homens de condição incerta de Portugal, de pequena fidalguia. A aventura da exploração dos domínios do além-mar gerava para esses homens de posição inferior a oportunidade de ampliar seu cabedal material, social, político, e também simbólico. Era nesses confins do império que o imigrante português teria a chance de mudar de “qualidade”, de se tornar parte de uma nascente nobreza da terra e, por conseguinte, de exercer mando sobre outros homens e de ser reconhecido como autoridade por eles. O *Mare lusitano* surgia como a possibilidade concreta de adquirir poder e prestígio àqueles que não tinham condições de ter no reino.²⁴⁵

O contexto da ocupação recente do Sul da América portuguesa acenava para Manso Avelar uma alternativa possível para que ele pudesse adquirir o que buscava, ou seja, prestígio, mando e riqueza. Talvez tenha sido por esta razão que lhe ocorreu a ideia de envolver-se no serviço de colonização a favor da expansão e defesa desse território recém-apropriado pela coroa.

Afim de que pudesse efetivar o seu plano “nobilitador”, que doravante parece ter sido de muito sucesso, Manuel Manso de Avelar precisaria antes se servir de algumas artimanhas sociais. Na qualidade

²⁴³ Este documento foi transcrito e publicado na *Revista do IHGSC*. Florianópolis, Vol. VIII, 1-4, 1919, p. 72-75.

²⁴⁴ Para um esboço biográfico de Manuel Manso de Avelar, ver: FONTES, Henrique da Silva. Manuel Manso de Avelar. In: *Revista do IHGSC*. Florianópolis, Vol. III, 1914, p. 76-81.

²⁴⁵ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) *O Antigo Regime nos trópicos...Op. Cit.* p. 21-25. (introdução)

de imigrante recém-chegado, possivelmente finais do XVII, tentar uma aproximação com grupos já estabelecidos que já assumiam o poder político e detinham certo prestígio social, seria uma estratégia um tanto compreensível. Tal aproximação, certamente, permitiria a aceitação de sua pessoa como também o estabelecimento de vínculos de apoio para sustentar uma carreira ultramarina. Esta atitude traduz também numa escala menor o estado contínuo dos valores que permeavam a cultura política do Antigo Regime, de que as relações pessoais influenciavam diretamente no projeto ascensional dos indivíduos.²⁴⁶

Em termos metodológicos, este processo de busca pelos fatos respeitantes à trajetória deste colonizador português, seguiu a norma prática de pesquisa nominal, do qual exploramos aqui de maneira muito módica frente às poucas referências que temos sobre este período da história colonial de Santa Catarina. O método está assentado sobre a premissa onomástica dos historiadores italianos Carlo Ginzburg e Carlo Poni, que tem como elemento central o nome do indivíduo, que no universo desconexo das fontes históricas, possibilita a recuperação da trajetória individuais das pessoas. O nome é aquilo que distingue um indivíduo do outro em qualquer sociedade e, quando aplicado à pesquisa histórica (cruzamento nominal), serve como fio condutor na busca por dados pessoais aos quais as fontes reportam.²⁴⁷

Para trazer à tona o universo relacional no qual Manso de Avelar estava inserido, a fim de recuperar os móveis sociais e políticos de suas agências frente à situações de encontro com outros indivíduos, faremos uso do método das redes sociais (*social network analysis*). Para demonstrar o argumento que será desenvolvido aqui faremos algumas considerações acerca do uso desta ferramenta na análise histórica.²⁴⁸

²⁴⁶ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.; IMÍZCOZ, José M. Comunidad, red social y élites: un análisis de la vertebración social em el Antiguo Régimen. IMÍZCOZ, José M. (dir.) *Elites, poder, red social. Las élites del País Vasco y Navarra em la Edad Moderna*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1996, p. 13-50.

²⁴⁷ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

²⁴⁸ As análises de redes sociais como metodologia da pesquisa histórica estão cada vez mais sendo utilizadas pelos historiadores. Dentre outros trabalhos ver: IMÍZCOZ, José M. Parentesco, Amistad y Patronazgo. La economía de las relaciones familiares em la Hora Navarra del siglo XVIII. In: FERNÁNDEZ,

A rede social é o conjunto de interconexões entre pessoas em um determinado sistema, conexões estas que são estabelecidas pelas diversas relações (familiar, amizade, cliente, etc.) que os indivíduos sustentam uns com os outros. A preocupação central deste método são os tipos e formas de relacionamentos mantidos pelas unidades de análise, as pessoas, e de como isso influencia no comportamento e escolhas destas. As redes sociais podem ser completas ou parciais, dependendo da amostragem das relações. A rede é completa quando contempla os vínculos de cada unidade com os demais, reconstruindo todas as relações existentes num dado sistema no tempo. Este enfoque deve congrega o máximo de informação, mas se torna muito difícil e custoso de ser aplicado nos trabalhos históricos. A rede pode ser parcial se apresenta um número menor de relações, como as de um único ator ou de um conjunto determinado de atores.²⁴⁹

C.; MORENO, Antonio (ed.) *Familia y cambio social en Navarra y País Vasco. Siglos XIII al XX*. Pamplona: Instituto de Ciencias para la familia, 2003, p. 165-216; IMÍZCOZ, José M. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. In: *Revista da Faculdade de Letras/HISTÓRIA*, Porto, série III, v. 5, 2004, p. 115-140; LEIVA, Pilar Ponce; AMADORI, Arrigo. Redes sociales y ejercicio del poder en la América hispana: consideraciones teóricas e propuestas de análisis. In: *Revista Complutense de Historia de América*, v. 34, 2008, p. 15-42; BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociología* 61, no. 02 (1999): 107-135; BERTRAND, Michel. Elites, parentesco y relaciones sociales em Nueva España. In: *Tiempos de América*, n. 3-4, 1999, p. 57-66; KHUN, Fábio. *Op. cit.*; HAMESTEIR, Martha Daissou. *Para dar calor à nova povoação. Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, Tese de Doutorado, 2006, p. 400-445; HAMESTEIR, Martha Daissou; GIL, Tiago Luís. *Fazer-se elite no extremo-Sul... Op. Cit.*; GIL, Tiago Luís. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das social network analysis. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, 2001, 82-96; GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ, Tese de Doutorado, 2009.

²⁴⁹ HANNEMAN, Robert A. *Introducción a los Métodos del Análisis de Redes Sociales*. Universidade da Califórnia Riverside/Departamento de Sociologia. Tradução de Maria Ângela Petrizzo, 2001. disponível: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/text.htm> [acesso em novembro de 2012]; GONZÁLEZ, José Luís Molina. El estudio de las redes personales: contribuciones, métodos y perspectivas. In: *EMPIRIA*. Revista de Metodología de Ciencias Sociales, n. 10, 2005, p. 71-105.

A existência de uma rede social depende exclusivamente da sua funcionalidade, que tem a ver com o compromisso que as pessoas assumem para com as relações mantidas por elas mesmas. A rede funciona a partir de um fim específico, que é a troca de bens e serviços entre os seus participantes. O apoio entre essas pessoas é o que configura e sustenta a rede. Se assim não for, a rede se torna apenas um círculo de conhecidos.²⁵⁰ Entretanto, para saber se a rede funciona conforme seu fim, devemos reduzir a escala de observação ao ponto de recuperar a qualidade das relações.

A opção pelo método das redes sociais não se deu aqui de forma aleatória, como apenas parte de uma estratégia de organização dos dados relacionais que recuperamos acerca de Manuel Manso de Avelar e a elite política e senhorial da Ilha de Santa Catarina. Foi sim porque este método serve também como uma poderosa ferramenta analítica, encerrando inúmeras possibilidades de análise para a história social. Entretanto, o objeto do qual se ocupa a metodologia, as relações interpessoais, suscita algumas implicações teóricas, especialmente sobre o tipo de enfoque que se quer obter para com o passado histórico.

Segundo o historiador Michel Bertrand, a estrutura interna dos vínculos entre os indivíduos constitui uma variável com grande capacidade explicativa sobre os fenômenos histórico-sociais.²⁵¹ A compreensão de uma sociedade por meio dos elos interpessoais se torna possível porque são esses laços que organizam as ações impetradas pelos indivíduos no seio da sua comunidade, e que caminham de acordo com modos operacionais específicos levando em consideração a presença do outro, possibilitando assim a inferência sobre um sistema complexo de trocas e comportamentos.²⁵² Da mesma forma, a partir daí seria possível apreender a agência dos atores históricos, que dentro das

²⁵⁰ GÓMEZ, Carmen Imelda González; HERNÁNDEZ, Manuel Basaldúa. In: La formación de redes sociales em El estudio de actores y familias. Perspectiva de estudio em historia y antropología. In: *REDES*. Revista hispana para el análisis de redes sociales, vol. 12, n.8, 2007.

²⁵¹ BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociología* 61, no. 02 (1999): 107-135; _____. Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Coloquios, Puesto en línea el 12 noviembre 2009.

²⁵² A referência aqui é sobre o trabalho de Fredrik Barth, e a sua idéia de “rede” enquanto modelo de organização social. Ver: BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*, v. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, p. 32-47.

redes sociais, o constructo das coletividades reais, mobilizam seus esforços na execução dos seus intentos e, conseqüentemente, fazem caminhar a história proporcionando mudanças no seu estado. Conforme o historiador José Maria Izquíroz,

El descubrimiento de los lazos que relacionaban a las personas en la vida económica, social y política há dado una nueva centralidad al estudio de las relaciones de familia, parentesco, amistad o clientelismo como articulaciones privilegiadas de los actores sociales y políticos del Antiguo Régimen. Por estas diversas vías, se há cuestionado el valor de las categorías con las que se venía trabajando y se há transferido el protagonismo histórico de los 'actores alegóricos' clásicos (las clases, los grupos sociales, el Estado) a los actores efectivos de los procesos históricos, los individuos buscando sus configuraciones colectivas reales, sus motivaciones, experiencias y valores, así como sus interacciones en contextos cambiantes.²⁵³

Devido à escassez de dados e informações, nem sempre foi possível recuperar a concretude dos laços mantidos por Manuel Manso de Avelar na América portuguesa. De todo modo, recuperamos algumas das relações mais antigas e próximas que ele sustentou quando da sua estada na Ilha de Santa Catarina. Demos preferências às relações que podem suscitar aqui algum tipo de identificação coletiva, que agregava os indivíduos em torno de objetivos comuns, como os vínculos mantidos entre os pares do grupo da elite local e os da sua família.

As relações familiares foram muito importantes na elaboração do sistema parcial de relacionamentos mantidos por Manso de Avelar. Até mesmo por que o parentesco é o primeiro vínculo estabelecido pelo sujeito com a sociedade. Ao mesmo tempo, a família assumia nas sociedades de Antigo Regime uma particularidade importante, que era a

²⁵³ IMÍZCOZ, José M. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global. In: IMÍZCOZ, José M (dir.) *Redes familiares y patronazgo. Aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001, p.20.

de organizar os comportamentos individuais em razão do interesse coletivo do lar ou da “casa”.²⁵⁴ A família surge neste contexto como um importante ator social.

A família no contexto do Antigo Regime funcionava sobre uma base mais ampla de relações de parentesco, de amizade, de cliente e de patronagem. A respeito disso, José Imízcoz escreveu que,

Esta concepción estrecha se abre en los estudios que se centran no tanto en 'la familia' como objeto, analizada en sus formas y tipologías, sino en explorar la dinámica interna de una sociedad: en los actores sociales, en su acción. Por lo tanto, en la familia como 'sujeto', esto es, como forma de articulación privilegiada – pero entre otras – de los hombres y mujeres como sujetos de la historia.²⁵⁵

Desta maneira, passaremos adiante à análise da trajetória social de Manuel Manso de Avelar quando de sua estada na Ilha de Santa Catarina nas três primeiras décadas do século XVIII, tomando por base os laços sociais vinculados a sua família, a sua casa. Estaremos aqui atentos às estratégias relacionais por ele desenvolvidas frente aos seus empreendimentos nos contextos político, social e econômico do pequeno povoado do Desterro como parte de uma estratégia familiar mais ampla.

Provavelmente, em um momento não muito depois de ter arribado no Novo Mundo, foi que Manuel Manso de Avelar casou-se com Urbana Rodrigues Velha, moça natural da vila do Rio de São Francisco.²⁵⁶ Ali, temos o conhecimento que ele teve duas filhas. Não sabemos ao certo quanto tempo ele morou naquela vila, mas acreditamos não ter sido muito, conforme veremos a seguir.

²⁵⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998; HESPANHA, Antonio M. A família. In: HESPANHA, Antonio Manuel (coord.) *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 245-246.

²⁵⁵ IMÍZCOZ, José M. *Parentesco, Amistad y Patronazgo...Op. cit.*, p. 171.

²⁵⁶ BOITEUX, Lucas. *Prosápia catarinense... Op. cit.* 46-47.

Urbana Rodrigues Velha, esposa de Avelar, era filha de Manuel Velho Rangel e Isabel Rodrigues de Mira. A sua origem social é a de uma moça que integrava a pequena nobreza de São Francisco. Lucas Boiteux revela que Manuel Velho ocupou o cargo de juiz ordinário da Câmara de São Francisco no ano de 1678. O cargo de juiz ordinário era um ofício público que tinha como principal atribuição a organização da justiça local.²⁵⁷ Por vezes, o juiz ordinário assumia a função de juiz de órfãos, figura responsável pela administração dos bens das crianças órfãs e dos ausentes. Esta ocupação permitia o acesso direto a um dos principais sistemas de crédito do mundo colonial, a arca dos órfãos, sobretudo numa sociedade onde órfãos e ausentes eram produzidos constantemente em função das entradas nos sertões. O lugar do sogro de Manso Avelar, era mesmo um lugar de prestígio. É ainda possível que Manuel Velho Rangel descendesse ou mesmo participasse do grupo de bandeirantes paulistas que povoaram São Francisco em meados do século XVII, quicá até fosse aparentado de Francisco Dias Velho, como o sobrenome sugere, ou ainda de Domingos Jorge Velho, um dos mais importantes sertanistas de São Paulo. Certamente era proprietário de terras e escravos, de muitos índios serviçais, alguém com a prerrogativas de um homem “nobre” dos trópicos.²⁵⁸

Portanto, sem dúvida, o casamento com Urbana Rodrigues serviu de algum proveito ao imigrante português recém-chegado, Manuel Manso de Avelar.

O matrimônio com uma herdeira da elite são-franciscuense facilitou a primeira estada do lisboeta no solo americano, e isso se deu por ele fazer o tipo ideal de noivo para desposar moças casadoiras das sociedades coloniais em formação. Os “valores” naturais que carregava, homem português, nascido na capital do império, e branco, influenciaram positivamente na sua aceitação e confirmação de núpcias com a filha de Manuel Velho Rangel. Ele ainda se veria beneficiado na partilha do patrimônio familiar, pensando que aquela deveria de ser o mesmo tipo de sociedade paulista seiscentista que beneficiava os genros na divisão dos bens. Em geral, os dotes adiantados às filhas no casamento eram bem maiores do que a legítima dos herdeiros.²⁵⁹

O estabelecimento de uma família representou para Manso de

²⁵⁷ SALGADO, Graça. (coord.) *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 129-131, 149, 207-208 e 262.

²⁵⁸ FONTES, Henrique da Silva. *A irmandade do senhor...* *Op. cit.*, p. 41-42.

²⁵⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.*, p. 11-49.

Avelar um meio de inserção na sociedade colonial, facilitado ainda mais por integrar uma família dos principais da terra. Contudo, as suas intenções pareciam serem a de não permanecer em São Francisco por muito tempo, desejando buscar mais oportunidades de engrandecimento. Provavelmente, em virtude das notícias que ecoavam no contexto da expansão sertanista e povoadora sobre o meridional, e pensando nos recursos que estariam disponíveis a quem se aventurasse para as fronteiras, tenha ele decidido se fixar na Ilha de Santa Catarina. Ele previa a oportunidade de ampliar as suas riquezas, materiais e simbólicas, sobretudo depois de ter sido agraciado com um título militar, a patente de sargento-mor, por uma autoridade da capitania, e ainda parte da herança do seu sogro via o dote de sua esposa.

Mas ele não foi o único a sair de São Francisco. Ao que consta ele conduzia uma leva de casais dispostos ao mesmo objetivo: melhorar de vida. Como já citado anteriormente, dentre esses, encontrava-se Salvador de Sousa Brito, o capitão-mor do grupo de povoadores. Este era seu aparentado, o que sugere pensar que esta empreitada de povoamento fosse uma “missão” familiar. Assim como Manso de Avelar, Salvador de Sousa Brito também era um estrangeiro quando chegou à vila de São Francisco. Ele era natural de Ilha Grande, na região do atual Rio de Janeiro e desposou outra filha de Manuel Velho Rangel, Teodósia Rodrigues Velha.

Escrevendo sobre a família Velho Rangel, Henrique da Silva Fontes os considerou como sendo parte do grupo dos segundos povoadores da Ilha de Santa Catarina e seu continente. Ele acrescentou que existia um tal de José Velho Rangel que integrava o grupo, e que também era morador da vila de São Francisco, e um provável parente de Manuel Velho Rangel.²⁶⁰ O parentesco não foi explicitado por este historiador, no entanto, Lucas Boiteux, em seus estudos genealógicos das primeiras famílias do Desterro, acredita que o vínculo familiar que unia os dois seria ou de irmãos, ou de filho e pai. Conjecturando, pela atitude comum que marcava os movimentos migratórios familiares, de que geralmente eram os filhos que migravam em vez dos pais, acreditamos que José Velho Rangel era filho de Manuel Velho Rangel, portanto cunhado de Manuel Manso.

Tudo leva a crer que os casais imigrantes que integravam a expedição que saiu da vila de São Francisco para a Ilha de Santa

²⁶⁰ FONTES, Henrique da Silva. *Op. cit.* 41-43.

Catarina em finais do século XVII, formassem um grupo estendido que fazia parte de uma das principais famílias da vila de São Francisco do Sul. É provável que a organização hierárquica do grupo que faria parte depois da pequena nobreza da Ilha já tivesse sido antes definida. E estas conexões entre as elites locais do Desterro e de São Francisco permanecerão por quase todo o século XVIII.²⁶¹

Aproveitando do poder social já acumulado, não demorou muito para que Manso de Avelar tivesse logo o seu papel de destaque reservado e reconhecido em Desterro. No entanto, isto exigiu muito das suas “habilidades” relacionais. A partir dos registros de casamentos da pequena paróquia de Nossa Senhora do Desterro, e também das informações reproduzidas pela literatura histórica e genealógica, podemos entrever as operações sociais mobilizadas por este sujeito na execução de seus projetos políticos, sociais e econômicos.

No ano de 1714, em um dos primeiros registros do livro de casamentos da paróquia do Desterro, encontramos o casamento de Margarida de Siqueira, filha de Manuel Manso de Avelar, com Sebastião Fernandes Camacho,²⁶² um dos filhos do então capitão Antonio Bicudo Camacho, que veio primeiramente a ocupar as terras das imediações da Ilha de Santa Catarina em fins do século XVII, e que supomos ter sido pouco antes da expedição colonizadora que partiu de São Francisco. Os vínculos de proximidade que Manuel Manso de Avelar procurou estabelecer com a família Camacho não param por aí. Três dias após o casamento de sua filha com Sebastião Fernandes Camacho, ele testemunhou o casamento de outro aparentado de Antônio Bicudo Camacho, Sebastião Rodrigues Camacho, que contraiu núpcias com Thereza Ribeira.²⁶³ Lembramos ainda que outra filha de Manso de

²⁶¹ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. A “Nobreza da Terra” nas vilas de Paranaguá, Curitiba e São Francisco do Sul. Lisboa, Trabalho apresentado no Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime, Maio de 2011.

²⁶² AHESC. Livros Catedral, Casamentos dos Livres, Desterro, 1714-1775; As referências sobre a filiação de Sebastião Rodrigues Camacho não são muito claras, conforme anotou Lucas Boiteux. Cf. BOITEUX, Lucas Alexandre. *Prosápia Catarinense Op. cit.*

²⁶³ Idem. Lembramos ainda que três anos antes em 1711, no referido testamento de Isabel Fernandes Padilha, ambos, Antônio Bicudo Camacho e Manuel Manso de Avelar pareciam ter se encontrado em Laguna, onde o primeiro foi morador.

Avelar, Isabel Rodrigues Mira, também contraiu matrimônio com outro partícipe da nobreza local, Balthazar Soares Louzada.

A produção ou manutenção de laços familiares com os moradores de mesma condição social que a sua, estavam entre as principais estratégias de proximidade que Manso de Avelar procurou firmar no contexto de sua chegada no Desterro. Certamente essas relações afinavam o seu entendimento com os partícipes da pequena elite local, promovendo o reconhecimento de sua pessoa e autoridade. Por outro lado, esses mesmos arranjos matrimoniais também serviriam às famílias recém-estabelecidas como uma forma de cooptar aqueles que teriam as possibilidades reais, recursos, de alcançarem ou concorrerem um lugar de destaque e prestígio na comunidade. Possivelmente, compartilhando desse mesmo código valorativo, tenha Manso de Avelar concedido, alguns anos depois, a mão de sua filha, Clara Mansa de Avelar, ao espanhol Francisco Antonio Branco.²⁶⁴

Pesquisando sobre a sociedade quinhentista e seiscentista do Rio de Janeiro, João Fragoso apontou para a importância das alianças matrimoniais no conjunto das estratégias de reprodução e afirmação social das elites senhoriais. Segundo o autor, o matrimônio acabou por ser um dos mecanismos mais importantes nos ajustes entre aqueles que decidiam integrar e continuar fazendo parte da nobreza principal da terra.²⁶⁵ O matrimônio constituía-se também como um importante meio de inserção social na comunidade e, por conseguinte, no seu grupo hegemônico. Evidencia o autor que, “uma das vias de acesso a este grupo era através do casamento, com as moças de famílias senhoriais já estabelecidas”.²⁶⁶ As ligações por parentesco permitiam, assim, uma consubstanciação de interesses entre as diversas parcelas das elites coloniais (senhores de terras, comerciantes, funcionários régios, oficiais da câmara, militares, entre outros possíveis), e o reforço das suas alianças e reciprocidades. A estratégia matrimonial foi usada largamente por aqueles que insistiam em ocupar e disputar os principais postos de governança daquela cidade. Para Sílvia Brugger,

²⁶⁴ AHESC. Livros Catedral, Casamentos de Livres, Desterro, 1714-1775; BOITEUX, Lucas. *Op. cit.* 46-47.

²⁶⁵ FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial do Rio de Janeiro... Op. cit.*

²⁶⁶ FRAGOSO, João. *A nobreza vive em bandos... Op. cit.* p. 58.

as uniões matrimoniais selavam alianças entre grupos familiares que tinham algo a se oferecer, reciprocamente, fosse prestígio social, riqueza, acesso a redes de poder, entre tantas outras possibilidades [...] a ideia de comunhão de bens integrava-se perfeitamente a lógica da troca entre iguais.²⁶⁷

Afora as relações constituídas por laços de parentescos diretos, como de “genro-sogra” e “marido-mulher”, Manso de Avelar buscou também construir outras formas rituais de afinidades parentais para com os membros da elite local, buscando “trocar” recursos com eles.

Entre as duas primeiras décadas após seu estabelecimento no povoado, fora ele um das pessoas mais requisitadas para testemunhar as núpcias dos nubentes que pertenciam às famílias de destaque local, ou de pessoas ligadas diretamente a elas. A sua presença nos eventos matrimoniais sem dúvida acabava por reforçar o seu papel de homem importante que era na comunidade.

Assim, em 28 de outubro, do ano de 1714, esteve Manso Avelar presente como testemunha da união de Sebastião Rodrigues Camacho e Teresa Ribeira. Além dele estiveram também presentes como atestadores deste matrimônio, a sua cunhada Teodósia Rodrigues Velha, Domingos Carvalho Quintal e Paula Moreira.²⁶⁸ Sobre Carvalho Quintal, sabemos que ele foi identificado como um dos quatro “capitães” da Ilha, conforme as anotações de Jacintho Mattos, e era casado com Sebastiana Fernandes Camacho, filha de Antônio Bicudo Camacho. Já Paula Moreira, esta era a esposa de Domingos Lopes de Sertão, outra figura de importância na comunidade.²⁶⁹ De fato, aqueles que estavam presentes naquela ocasião eram as pessoas da melhor estirpe do povoado. Noutra situação, a do casamento de José Rodrigues e Maria Francisca da Silva, em 1727, Manso de Avelar aparece também como testemunha ao lado do capitão José Pires Monteiro, filho e herdeiro de Francisco Dias Velho, o fundador do povoado de Desterro, que vivia em Laguna na época.²⁷⁰

²⁶⁷ BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Op. cit.*, p. 226.

²⁶⁸ AHESC. Livros Catedral, Casamentos dos Livres, Desterro, 1714-1775, fl. 1.

²⁶⁹ BOITEUX, Lucas. *Op. cit.*; MATTOS, Jacintho. *Op. cit.*

²⁷⁰ AHESC. Livros Catedral, Casamentos dos Livres, Desterro, 1714-1775, fl. 5-5v. Para saber mais sobre José Pires Monteiro, ver: FONTES, Henrique da

140

Os encontros de Manso de Avelar com o grupo proeminente local não param por aí. Em 1720, a sua mulher Urbana Rodrigues testemunhou o casamento de mais um dos filhos de Antonio Bicudo Camacho. No dia 21 do mês de janeiro, Manuel Duarte Camacho casou-se com Paula Moreira, filha de Domingos Lopes Sertão e Paula Moreira.²⁷¹ Ao que nos consta, os nubentes aproveitaram a ocasião da visita de correição do ouvidor de São Paulo Rafael Pires Pardiniho, para contraírem seu matrimônio. Este também assinou como testemunha, ao lado de Urbana Rodrigues. Aliás, cabe ressaltar o importante papel que as mulheres tinham enquanto organizadoras desses laços sociais entres as famílias. Das mulheres partícipes da elite local que encontramos testemunhando as uniões matrimoniais, além de Urbana Rodrigues, temos Paula Moreira, mulher de Domingos Lopes, Isabel Rodrigues Mira, filha de Manuel Manso e esposa de Balthazar Soares Louzada e Thereza Ribeira, mulher de Sebastião Fernandes Camacho.²⁷²

Além dos laços que envolviam os testemunhos matrimoniais, possivelmente também tenha Manuel Manso de Avelar investido noutros tipos de vínculos parentais, como os de compadrio. E isto provavelmente viria a somar muito no conjunto das suas estratégias de reconhecimento público de sua pessoa e autoridade. Entretanto, não temos dados a respeito disso. Como citado anteriormente, não encontramos o primeiro livro de batismo da paróquia do Desterro no arquivo eclesiástico catarinense, nem em nenhum outro arquivo histórico local. A hipótese é que tal fonte tenha sido perdida ou extraviada no século passado, tendo em vista que até o final da segunda metade do XIX a mesma existia no acervo do cartório eclesiástico da Igreja Católica na capital da província de Santa Catarina.²⁷³

Contudo, vale aqui reforçar que das relações que Manuel Manso de Avelar sustentou, e das quais tomamos conhecimento, a maioria delas parecia dirigir-se a um grupo específico de pessoas, que seriam aquelas ligadas a uma das mais importantes famílias do Desterro e de Laguna, os Camachos. Como sabemos, a família de Antônio Bicudo Camacho descendia dos conquistadores quinhentistas e dos principais bandeirantes paulistas do XVII, participavam há séculos da

Silva. *Op. Cit.* p. 47; BOITEUX, Lucas. *Op. cit.*

²⁷¹ AHESC. Livros Catedral, Casamentos dos Livres, Desterro, 1714-1775, fl. 3v.

²⁷² Idem.

²⁷³ AHESC, Índice dos Livros que existiam no Cartório Eclesiástico... *Op. cit.*

nobreza principal da terra da capitania de São Vicente. Os seus investimentos relacionais pareciam traduzir uma estratégia premeditada de se associar aos mais importantes, buscando trocar riqueza, prestígio e acesso as redes de poder que os Camachos detinham há muito tempo com as autoridades de São Vicente.

Conforme procuramos demonstrar, a “engenharia parental” típica das elites senhoriais e políticas de outras partes da América portuguesa modelou-se às operações sociais das elites congêneres do Sul. A partir dos arranjos familiares desses sujeitos que ocupavam as posições cimeiras da sociedade desterrense, nos foi possível também verificar que este entendimento “familiar” sinalizava possíveis distinções no seio da elite, de alguns pequenos “clãs” que pareciam se formar através do parentesco. Isso nos ajuda a reforçar a idéia de que o grupo da pequena nobreza do Desterro era um grupo dinâmico e heterogêneo, e, como tal, produzia as suas próprias particularidades, revelando alianças entre membros com maior afinidade. Nesse sentido, podemos perceber a existência de uma leve tendência de endogamia no centro do grupo que ia aos poucos se constituindo, e, neste, se encontrava Manuel Manso.²⁷⁴

As estratégias relacionais tomadas por Manso de Avelar ampliavam a sua margem de manobra frente às incertezas do mundo colonial, sobretudo vivendo numa região de fronteira onde os fluxos de gente e materiais eram bem constantes. Diante disso, era necessário ter à sua disposição uma forte base social, construída não somente para com membros do grupo local de poder, mas também com escravos, libertos, autoridades coloniais, nobrezas de outras vilas, fazendo com que pudesse alcançar recursos dentro e fora do povoado do Desterro e mobilizá-los quando necessário. Foi esta rede alargada que possibilitou o aumento de sua capacidade de interferir no rumo da vida, produzindo resultados de sucesso para com seus interesses, dentre os quais a garantia e manutenção do seu poder. E isto passava pelo reconhecimento

²⁷⁴ O historiador Michel Bertrand percebeu um comportamento parecido em relação às elites novo-hispânicas no momento inicial de sua formação. Segundo ele: “A estratégia matrimonial exógamica de la elite novohispana, y muy especialmente de la de la ciudad de México, parece ser un rasgo muy forte y compartido a pesar de que varíe de manera significativa según el nivel al que se pertenezca dentro de esta elite colonial. La llamada ‘elite principal’ mantiene de manera obvia un control más riguroso sobre sus alianzas matrimoniales que la elite ‘secundária’[...]”; BERTRAND, Michel. Elites, parentesco... *Op. cit.*, p. 60.

social dos seus pares e subordinados.

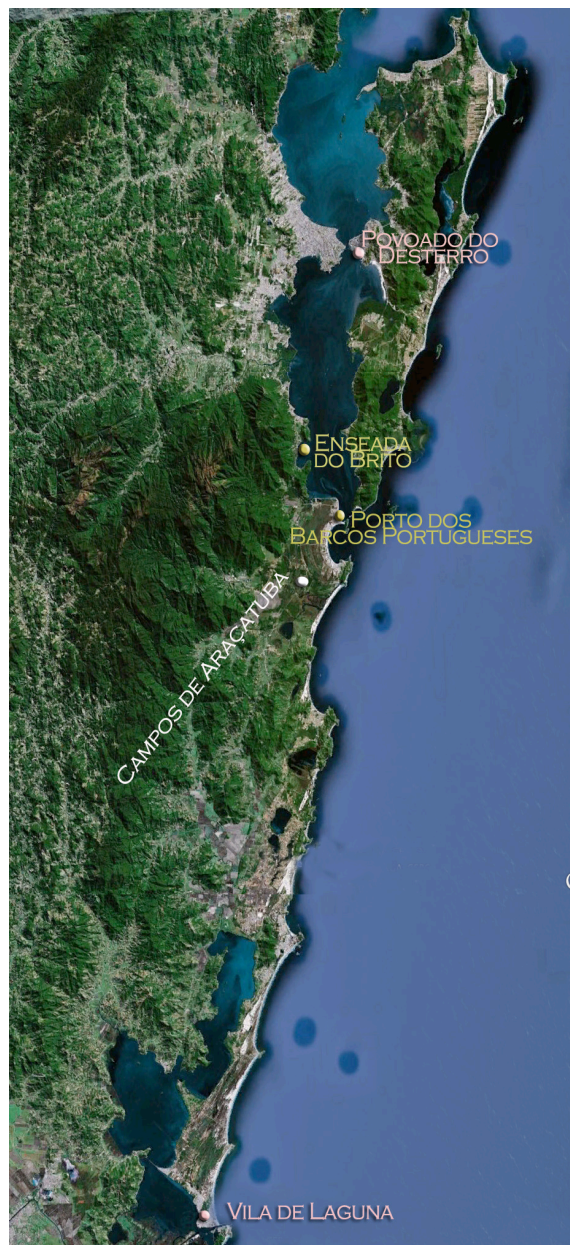
A sua trajetória nas terras catarinenses evidencia o sucesso dos seus empreendimentos na conquista, desde sua chegada à América lusa. Depois de integrar a pequena nobreza de São Francisco, ele foi agraciado com doação de terras (sesmarias) e a concessão de um alto posto militar para conduzir o povoamento da Ilha. Ele se tornou também senhor de gente, de índios e escravos negros que os serviam “voluntariamente”, parafraseando o viajante francês Frézier, em seus sítios. Não somente isso, também passou a liderar um potentado local no Desterro.

Mas Manso Avelar também ensaiava uma carreira de homem de negócio por aqueles sítios. Em 1712 ele detinha uma embarcação que controlava a passagem dos habitantes do Desterro para Laguna, quando da necessidade de visita à Igreja para atendimento espiritual e visita aos familiares, mas sobretudo para servir ao comércio de cabotagem que existia com os povoados e vilas costeiras, como Laguna, São Francisco e Rio de Janeiro.

Escreveu Frézier que, “à frente e perto da terra firme está uma última ilhota, atrás da qual existe um pequeno porto, onde o Governador da Ilha mantém ordinariamente uma barca que para o serviço dos moradores; e que comumente serve para fazer comércio de peixe seco, transportado para a Lagoa (Laguna) ou ao Rio de Janeiro.”²⁷⁵ Com base na geografia atual, o porto citado pelo viajante francês localizava-se entre a Praia do Sonho (município de Palhoça) e as três ilhas que lhe fazem frente no mar, a Ilha do Papagaio Grande (Ponta do Papagaio), a Ilha do Papagaio Pequeno e a Ilha de Araçatuba, todas na barra Sul da Ilha de Santa Catarina. No continente esta área foi denominada como parte da enseada de Araçatuba, planície onde viviam os gados selvagens conforme anotou Frézier. Em sua carta cartográfica, este porto está marcado como *Port des Barques Portugaises*.²⁷⁶

²⁷⁵HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Op. cit.*, p. 22.

²⁷⁶Cf. FRÉZIER, Améed François. Carte particulare de l'Isle de Ste. Catherine: située à La Côte Du Bresil par 27.d 30 de l'atitute Australe, In: Idem. *Relation Du Voyage de La Mer Du Sud aux cotes Du Chily et Du Perou, fait pendant lès années 1712, 1713 & 1714*. BNL, D.S. XVIII-75.



**Mapa 2 - Campos de Araçatuba e o Porto de Manuel Manso de Avelar
(1715)**

Caso os outros proprietários e pequenos produtores quisessem acessar os mercados fora da Ilha, em busca de artigos não produzidos ali ou de melhores preços dos seus produtos, eles deveriam se entender primeiramente com a pessoa de Manso de Avelar.

Ele ainda controlava o abastecimento de alimentos que os habitantes realizavam com as embarcações que por ali aportavam de passagem. É novamente o viajante francês que nos informa sobre o funcionamento desse pequeno comércio, do qual ele próprio se beneficiou. Segundo o relato de Frézier,

Os portugueses que nos haviam visto passar com a bandeira inglesa no escaler e sem pararmos em suas habitações, vieram, quando regressávamos, ao nosso encontro em suas pirogas, para nos oferecer refrescos; recebemos suas ofertas e em troca demo-lhes aguardente, licor que muito apreciam, ainda que ordinariamente costumem só beber água. Chegamos enfim, quase à meia-noite ao navio, onde encontramos o Governador Emanuel Mansa com alguns portugueses que haviam trazido os refrescos; após ter recebido as boas vindas a bordo do navio, ao sair apresentamos nossas saudações. Esta recepção impressionou de tal modo que os habitantes que, a partir de então chegavam diariamente com suas pirogas carregadas de galinhas, fumo e frutos.²⁷⁷

²⁷⁷ Sobre os frutos e alimentos que existiam na Ilha, Frézier comentou que encontrou milho, batatas, limas, limões, goiabas, bananas, melancia, melões, jerimuns, cana-de-açúcar, além de uma grande variedade de peixes. Os habitantes também apreciavam carne de caça e de gado vacum. Segundo ele, o macaco era a carne mais apreciada. HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Op. cit.*, p. 22.; Sobre a utilização de pirogas (canoas) pelos habitantes da Ilha de Santa Catarina, Antoine Joseph Pernetty, em sua passagem por ali em 1763, observou que esta era “um bote feito de um só tronco da árvore, côncavo, que os selvagens da América meridional tinham costume de usar. Acrescentam na parte traseira algumas planchas para tornar mais altas as bordas. Às vezes costumam desenhar figuras de selvagens ou coisas grotescas. Cheguei a ver até doze homens em uma só destas pirogas. Disseram-me que as maiores carregam até cinquenta pessoas, com suas munições de guerras e víveres.” HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Op. cit.*, p. 80.

O viajante francês ainda acrescenta que não era somente em troca de bebidas que os moradores do Desterro ofereciam víveres, mas também de panos, fazendas e vestuário (calças e camisa). Em geral eles não aceitavam moedas em troca, visto que aquela era uma realidade econômica onde havia pouca ou nenhuma circulação de dinheiro, um verdadeiro mercado de escambo.²⁷⁸ Os negócios de Manso Avelar até aquele momento não eram nada se comparados aos negócios ultramarinos dos comerciantes das praças mais robustas do império português.

Um outro viajante que atracou na Ilha no ano de 1719, George Shelvocke, descreve o papel que Manso de Avelar exercia à frente das trocas feitas com os estrangeiros; dizia ele que “nesse entretanto, o Capitão da Ilha e o resto dos habitantes vinham a bordo todos os dias, trazendo os produtos do lugar, os quais eu comprava em troca de sal, que estava sobrando no navio.”²⁷⁹ Muito diferente do que Frézier acentuou, de que os moradores da Ilha não faziam uso de dinheiro, Shelvocke constatou o contrário. Ele comentou que ali comprou, antes de partir, 21 cabeças de gado, “algumas a 4 dólares e outras a 8”, diversos porcos, que custou cada um 4 dólares, 200 peixes grandes salgados, a 10 dólares o cento, que adquiriu juntamente com “150 arrobas de farinha de pau, que é a farinha da raiz de mandioca, tão fina como a nossa farinha de aveia; trata-se de comida muito substanciosa e é preparada sem grande trabalho, bastando para isso derramar uma quantidade dessa farinha nela, o que vem a formar uma espécie de pirão.”²⁸⁰ E mais, ele comprou também 160 arrobas de trigo, “algumas das quais paguei em dinheiro, ao preço de 1 dólar por arroba; as outras, troquei por sal, arroba por arroba.”²⁸¹ Tudo indica que sete anos depois de Frézier aportar ali os habitantes da Ilha já estavam dando mais valor para o dinheiro, o que significa uma maior circulação de moedas e, por conseguinte, um maior desenvolvimento da economia local.

Até aqui o sal era também o outro produto da preferência nas trocas no povoado do Desterro, o que se deve à sua utilidade na secagem e armazenamento dos peixes, criação de gado *vacum* e preparação e conservação da sua carne – carne salgada (charque). A aquisição desse artigo trazia retorno à pequena produção pesqueira e pastoril da região,

²⁷⁸ Ibidem, p. 27.

²⁷⁹ Ibidem, p. 33.

²⁸⁰ Ibidem, p. 45.

²⁸¹ Idem.

sobretudo aos rebanhos mantidos pela pequena nobreza nos Campos de Araçatuba, dentre os quais estava à frente Manuel Manso de Avelar. Aquelas planícies haviam sido dadas como sesmarias aos seus aparentados da família Camacho, em finais do século XVII. Escreveu o viajante inglês que “nas savanas de Arezitiba, no continente, bem em frente à parte extrema sul da Ilha de Santa Catarina, eles têm gado preto em grande número, algumas cabeças dos quais nos foram fornecidas e que compramos a preço razoável.” O francês Frézier também notou a criação de gados que existia ali, recomendava ele que a melhor carne “para os navios em estadia é a dos bois, dos quais há uma grande quantidade em terra firme, por perto de Arazatiba, como já disse.”²⁸² Ali deviam estar instalados os pequenos currais e matadouro de Manuel Manso de Avelar e seus aparentados, bem próximo ao porto que ele mantinha com a sua embarcação. Nesse caso, a sua rede de relacionamentos parecia confundir-se com a sua rede mercantil da qual beneficiava-se com a venda e transporte de alimentos. E sobre a sua atuação como homem de negócios, George Shelvocke lhe fez alguns elogios: “Emanuel Mansa, que era o assim chamado Capitão da Ilha, já era o chefe deles no tempo do Sr. Frézier. Porém, de minha parte, eu lhes devo fazer a justiça de dizer que sempre negociaram honestamente comigo e foram sempre muito educados para com todos nós.”²⁸³ Adiante falaremos mais sobre a participação de Manuel Manso de Avelar no comércio local, o que lhe rendeu uma acusação de contrabando.

O circuito de trocas dos portos da Ilha de Santa Catarina demonstra o que geralmente acontecia nas sociedades pré-capitalistas do período moderno, que era o mando político que detinha o controle sobre a atividade econômica. Na América portuguesa esta era uma função que cabia à Câmara municipal, que administrava o comércio da vila, taxando preços, impostos, etc., mas na falta dela, a função cabia aos mandões locais, que no exercício do poder político organizavam a economia local.

Assim, o controle sobre os principais portos da Ilha e o negócio de abastecimento de víveres com os navegadores estrangeiros, a posse de uma embarcação com capacidade para negociar mar afora, mais a propriedade sobre os rebanhos de gado *vacum*, eram recursos que somavam na produção de clientes para Manuel Manso de Avelar. Sem falar também na sua participação e/ou organização do apresamento de

²⁸² Ibidem, p. 27.

²⁸³ Ibidem, p. 47.

índios que continuava a existir quando das entradas nos sertões do continente contra as aldeias guaranis, garantindo-lhe acesso direto ao mercado de cativos, e um dos bens mais valiosos daquela sociedade, os carijós.

Tudo isso fez de Manso de Avelar, tomando de empréstimo as palavras de Oswaldo Cabral, “o maioral, chefe de um numeroso clã, um verdadeiro ditador nestas plagas a quem temiam brancos e pretos, de qualquer condição, fazendo da sua vontade a única lei que por aqui vigorava.”²⁸⁴

Ao que parece, pela descrição de Cabral, a Ilha era um território de domínio pessoal deste português. Talvez aí encontre-se alguma verdade, por que, de fato, o grupo dos segundos povoadores do qual ele participava novamente territorializou aquele espaço, apropriando-se dos recursos disponíveis, e entendendo que lhes cabia o direito de administrá-los, uma vez que participaram da “conquista” e “povoamento” daquele lugar ermo, e que o defendiam em nome da monarquia, que mantinha seus representantes a certa distância dali. Na falta de uma estrutura político-institucional residente do Estado luso, os povoados eram chefiados pelos particulares que às suas custas investiram no seu desenvolvimento, passando somente depois a adquirir os títulos honoríficos que confirmavam as autoridades locais perante ao governo colonial.

Entretanto, o povoado do Desterro e suas autoridades estavam submetidos a um centro político-administrativo que assumia a organização e controle dos territórios do sul no início do XVIII em favor do império português, mesmo que a muitas léguas de distância dali. Este povoado passou pelo governo da capitania de São Paulo de Minas e Ouro, criada em 1709, e depois, em 1720, pela capitania régia de São Paulo, e pela ouvidoria geral para as repartições do sul em 1700, e depois, em 1723, pela comarca de Paranaguá, com sede na vila de Paranaguá.²⁸⁵ O principiar dos setecentos indicava uma postura mais eficiente da coroa no controle e fiscalização das fronteiras meridionais,

²⁸⁴ CABRAL, Oswaldo. *Op. Cit.* p. 47.

²⁸⁵ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1535-1822). In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n.2, jul/dez, 2009, p. 251-294; SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.)...[et al.] *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 89-90 e p. 150; PEGORARO, Jonas Wilson. *Ouvidores régios...Op. cit.*

sobretudo da sua costa marítima, por onde circulavam inúmeros estrangeiros das nações inimigas de Portugal, França e Espanha. Aos poucos a coroa lusa articulava medidas institucionais para vincular aqueles novos territórios à sua estrutura de governo mais próxima, que estava sediada nas capitanias do centro-sul. Adiante falaremos sobre esse assunto.²⁸⁶

Mas, no primeiro momento, a defesa e administração dos territórios mais longínquos do sul da América ficaram a cargo efetivamente dos grupos locais que fundaram e povoaram os núcleos. É bem provável que no momento em que a expedição de Manso de Avelar dirigiu-se à região da Ilha de Santa Catarina para “dar calor” aquela povoação, os títulos conferidos pelas autoridades coloniais, que suspeitamos serem as da vila de São Francisco, serviram mais de incentivo ao deslocamento dos casais imigrantes, que deveriam já partir com alguma liderança instituída, do que realmente a cessão de patentes militares de um corpo oficial das milícias d'El Rei. Mas isto, claro, não significa afirmar que os agraciados com essas mercês não comportavam-se como se de fato fossem “sargento-mor” ou “capitão-mor” de um tropa de ordenança regular, a força militar da paróquia, e as primeiras a serem oficializadas nas vilas.²⁸⁷ Assim acontecia com Manuel Manso e

²⁸⁶ No reinado de D. João V (1706-1750), a coroa portuguesa passou a investir mais na colonização, desenvolvimento e defesa na América portuguesa. Como destacou o historiador português Pedro Cardim sobre as ações do governo deste monarca, “a grande prioridade, porém, foi sempre o Brasil, a defesa das suas rotas e a definição e a proteção das suas fronteiras. Embora os feitos os portugueses no Oriente fossem celebrados com inultrapassáveis econômicos e para lá se encaminhassem como vice-reis alguns dos mais destacados fidalgos do Reino [...] pelo contrário, o Brasil registrava um momento de grande prosperidade econômica e de apreciável crescimento demográfico, nele se ancorando, em larga medida, o equilíbrio financeiro da monarquia”. Cf. CARDIM, Pedro. O processo político (1621-1807) In: HESPANHA, Antonio Manuel (coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 414; SILVA, Augusto da. *Op. Cit.*, p. 41-45.

²⁸⁷ Em sua secção de escritos, *Material Histórico*, Jacintho Mattos cita várias pessoas que detinham a patente de capitão. Segundo ele, “apenas, com o espaço de dois anos, decorridos daquele ano, isto é, em 1714, fui encontrar residindo na Ilha, nada menos de quatro capitães, além de Avelar e do vigário e que eram: [Domingos] Carvalho de Quintal, Sebastião Rodrigues Camacho (provavelmente também José Pires Monteiro), Domingos Lopes Sertão e Balthazar Soares Louzada...”; MATTOS, Jacintho. *Op. cit.*, 1918, p. 73. Sobre Manuel Manso de Avelar, consta que ele, em um registro de casamento de 1714,

150

Salvador de Sousa. Havia outros moradores que também foram reconhecidos com títulos militares nos registros de casamento da paróquia, em especial o de “capitão”, mesmo que não existisse ali efetivo militar suficiente para as várias tropas que o número desses oficiais sugeria. É bem provável que o fato deles se autodeclararem como capitães de tropas tenha a ver com o imaginário nobiliárquico luso que manteve-se preso ao ideário cavaleiresco que predominou em Portugal até o final do Antigo Regime. A hierarquia nobiliárquica portuguesa em certa medida foi designada por uma taxionomia militar medieval.²⁸⁸ Não seria estranho supor que os membros da pequena nobreza da Ilha, por mais que não tivessem seus títulos conferidos pelo monarca, os desejassem e, de fato, os utilizassem à moda dos nobres portugueses, reinventando-se como homens de prestígio.

Mesmo sobre a patente militar que qualificava Manuel Manso de Avelar como a principal autoridade local, não temos qualquer confirmação de que ele a recebeu em carta régia ou em qualquer outro documento que atestasse que este título foi emitido pelo rei ou alguns dos seus subordinados na América portuguesa.

Naquele momento inicial, a estrutura político-administrativa do povoado do Desterro era de todo muito simples: não havia ainda a Câmara municipal e os postos de governo eram ocupados por aqueles que se diziam capitães e assumiam as funções militares, bastando para isso ter à sua disposição armas de fogo e escravos índios e negros.²⁸⁹ Entretanto, não demorou muito para que logo fossem institucionalizados as tropas de ordenanças daquela paróquia.²⁹⁰ Isso ocorreu na ocasião da

aparece com a patente de capitão, sete anos depois, em 1727, é identificado como sargento-mor. Concernente as suspeitas de Jacintho Mattos, sabemos que José Pires Monteiro, o filho de Francisco Dias Velho, fundador do povoado do Desterro, era de fato reconhecido também como capitão de tropas. Ver: AHESC. Livros Catedral, Casamentos dos Livres, Desterro, 1714-1775.

²⁸⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “Ethos” Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack Braziliense*, n. 2, 2005, p. 6.

²⁸⁹ Frézier anotou que as armas comuns dos moradores da Ilha eram “facões de caça, flechas e machados; possuem poucas espingardas e raramente pólvora.” HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Op. cit.*, p. 23. Por sua vez, o viajante George Shelvocke também revelou que os moradores “dispunham de armas e fogo suficiente para seu uso.” HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Op. cit.*, p. 47.

²⁹⁰ As companhias de Ordenanças surgiram em Portugal em meados do século

correição do “Desembargador Ouvidor Geral” Rafael Pires Pardinho, em visita a vila de Laguna e a Ilha de Santa Catarina no ano de 1720. Nesse esforço de regulamentação dos novos domínios portugueses no extremo-sul, a fim de institucionalizá-los perante a malha político-administrativa do império, reordenando as estruturas política, militar, administrativa e da justiça local, ele deixou ali uma série de provimentos para servir de base ao funcionamento para aquelas povoações da costa catarinense. Ele dedicou 100 provimentos para servir ao bom governo do povoado da Ilha de Santa Catarina e da vila de Laguna.²⁹¹ Sobre a organização militar ele escreveu no capítulo 97 que,

nesta povoação houvesse um Capitão da ordenança como há na Laguna, o qual terá o seu Alferes e dois Sargentos, e para lista de todos os moradores capazes de [tomarem] armas e os obrigará a terem-nas, e todas as vezes que lhe parecer os fará ajuntar com as suas armas para

XVI como sendo um esforço de reorganização da força militar que existia no Reino e além-mar. Num dos documentos que regulamentava essa corporação, sob o reinado de D. Sebastião, a “Provisão da Ordenanças”, de 15 de maio de 1574, dizia que todos os homens livres com idade entre 16 e 80 anos deveriam ingressar nos serviços da armas na forma de “terços” e “companhias” nas suas localidades. As Companhias de Ordenanças eram uma das três forças militares portuguesas. Em caso de ameaças externas ou de precisão na defesa de um território, a função das Ordenanças era a de prestar auxílio as tropas de primeira linha, ou “tropas pagas”, o exército profissional do el-rei, e também as tropas ditas de segunda linha, as “milícias”, ou “tropas de auxiliares”. Sobre as companhias de Ordenanças na América portuguesa ver: COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade, Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, IFCS-UFRJ, Dissertação de mestrado, 2006; GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *As milícias d’el rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Dissertação de mestrado, 2009.

²⁹¹ SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 146-160. Estes provimentos foram feitos em presença dos oficiais da vila de Laguna e também da povoação da Ilha de Santa Catarina “para bem se governarem”. Dentre os presentes e que assinaram o termo de encerramento perante o ouvidor Rafael Pires Pardinho estavam Manoel Manso, Sebastião Fernandes, Domingos Lopes Sertão, Balthazar Chaves (que deve ser Soares, a grafia deste nome provavelmente está incorreta), Elias de Moura, e mais outros homens de destaque da Ilha.

lhes fazer exercício e estarem destros para qualquer ocasião de rebate, que se lhe oferecer. E fará com que todos estejam avisados e prontos para que a um sinal acudam todos ao mesmo tempo e lugar e unidos possam defender-se dos assaltos que por vezes tem aqui experimentado das nações estrangeiras, e o dito Capitão ouvirá como convém aos que sem causa faltarem aos exercícios de rebate.²⁹²

No capítulo seguinte ele ainda continuava com regulamentações acerca das patentes militares. Deixou registrado que,

as eleições de Capitães se devem fazer na forma da lei, juntando-se os Juizes e Oficiais da Câmara com as honras da governança, com assistência dos Ouvidores Gerais ou dos Capitães Mores e cada um per si dará o seu voto em três pessoas dos mais capazes para servir de Capitão, e os ditos Juizes e oficiais da Câmara apurarão três que mais votos levarem e farão termo disso no livro das eleições, do que mandarão passar certidões pelo Escrivão da Câmara, e qual remeterão ao Governador e Capitão General do Rio de Janeiro para que dos três sujeitos propostos nomeie um e lhe mande passar a sua Patente, por que só ele pode e deve fazer; esta Patente de Capitão de Ordenanças se registrará no livro da Câmara, aonde se lhe dará posse.²⁹³

Ao que tudo indica, as nomeações que existiam antes das autoridades militares da Ilha não seguia nenhuma dessas formalidades e obrigações, tampouco pareceram ser legítimas. O próprio Manuel Manso de Avelar reconhecia o estado de “ignorância” em que se encontravam as povoações recentes do litoral de Santa Catarina. Dizia ele em carta endereçada ao governador de São Paulo, D. Rodrigo César de Meneses, defendendo-se de uma acusação de contrabando em que estava envolvido, de que a vila de Laguna e a Ilha de Santa Catarina não

²⁹² SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 157-158.

²⁹³ *Ibidem*, p. 158.

passavam de “duas meras povoações pobres e limitadas, e para melhor dizer são duas pescarias aonde não houve ainda justiça nem Regimento algum, e somente agora no ano de 1719 e 1720 ir a elas o doutor Raphael Pires Pardini e então somente é que ficamos com alguma luz de justiça.”²⁹⁴

Mas os erros ou abusos quanto à organização das tropas de ordenanças, e a nomeação dos seus oficiais, não foram cometidos somente pelos moradores da Ilha, mas sim por todas a vilas recentes da comarca paulista. Em 1722, o governador D. Rodrigo César de Menezes procurou dar um basta nesta situação publicando um “regimento e forma em que se hão de governar as ordenanças e das obrigações que tem os oficiais de guerra desta capitania”, que devia ser registrado em todas as câmaras das vilas do seu governo. Escreveu o governador que “tendo consideração ao mau estado, e pouca disciplina com que se acham as ordenanças desta cidade, e das vilas da sua comarca; por não saberem a forma em que devem servir, e obedecer aos seus oficiais maiores, e estes ignorarem as obrigações dos seus postos”,²⁹⁵ decidiu publicar aquele documento até que Sua Majestade o mandasse o contrário. Na lista de

²⁹⁴ DI, vol XXXII: Correspondência e papéis avulsos de Rodrigo César de Menezes. São Paulo: Typographia Andrade & Melo, 1901, p. 502. [Anexo M - Cartas de Manoel Manso de Avelar, prezo em Santos e acusado de passar contrabandos em Santa Catherina]. Esta carta é datada de 10 de agosto de 1722.

²⁹⁵ DI, vol XII, Bandos e Portarias de Rodrigo César de Menezes. São Paulo: Typographia da Industrial de São Paulo, 1895, p. 30. [Registro do regimento e forma em que se hão de governar as ordenanças e das obrigações que tem os oficiais de guerra desta capitania que se mandou registrar em todas as Câmaras das vilas deste governo]; No ano de 1722, com base na avaliação dos ofícios feitos pelo então ouvidor Manoel de Mello Godinho, faziam parte da capitania de São Paulo as seguintes vilas: “Cidade de São Paulo”, “Parnahiba”, “Outu” (Outu Guaçu, a vila de Itu), “Sorocaba”, Jundiahy”, “Mogi”, “Jacarahy”, “Taubathe”, “Pindamonhangaba”, “Guaratinguetá”, “Santos”, “São Vicente”, “Conceição”, “Iguape”, “Cananéa”, Pernagoá”, “São Francisco”, “Curitiba” e “Laguna”. Nesta relação constava que havia na vila de Laguna “juizes para servir um de órfãos”, “enqueridor”, e “contador”, e outro na Ilha de Santa Catarina. Havia também, completando os oficiais da câmara, um “Escrivão de tudo”, “Alcaide” e “Carcereiro”. Cf. DI, vol. XIII: Bandos e Portarias de Rodrigo César de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, 1895, p. 164-170. [Avaliação dos ofícios desta Capitania de São Paulo fica por ordem de Sua Majestade que Deus guarde no princípio de Dezembro de 1722, por carta de 21 de Maio de 1722]; Ver também: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *Dilatação dos confins...Op. cit.*, p. 251-294.

40 artigos ele se prestou a explicar todo o funcionamento das ordenanças e as atribuições de cada oficial que dela fazia parte.²⁹⁶

E sobre a patente militar de Manuel Manso, se não havia confirmação anteriormente, o mesmo não parece acontecer no início da década de 1720. Em carta escrita ao governador de São Paulo, D. Rodrigo César de Meneses, em 1722, Francisco de Brito Peixoto, o então capitão-mor da vila de Laguna, comentou que, quando de sua passagem pela Ilha de Santa Catarina em diligência, perguntou por Manuel Manso e lhe disseram “que tinha ido para o Rio de São Francisco a mandar fazer um bastão de Sargento-Mor.”²⁹⁷ É bem provável que assim como fez com Brito Peixoto, confirmando sua posição de mando com o título de capitão-mor, tenha o governador paulista feito o mesmo para com Manuel Manso, outorgando-lhe a patente de sargento-mor, que no quadro hierárquico daquela comarca “paulista” do sul seria a segunda autoridade, abaixo da patente do povoador de Laguna. Segundo os termos da nomeação de Francisco de Brito Peixoto, ficava ele responsável pelas “terras da Laguna e seu distrito, com a ilha de Santa Catarina sua anexa, e do Rio Grande do São Pedro”.²⁹⁸

Acerca do posto de sargento-mor da comarca, que teria sido o de Manuel Manso de Avelar, escreveu D. Rodrigo César de Meneses que esta função tinha como obrigação “saber a gente de que se compõe as companhias, fazer-lhe exercício todas as vezes que as ordenanças foram para alguma parte marchar com elas.” Esta patente estaria acima das de capitães-mores, sargentos-mores e alferes das ordenanças. Lembrava o governador paulista que “todos os oficiais, de alferes para cima inclusive, serão homens dos principais das terras, de melhor consciência, e os mais ricos.”²⁹⁹

²⁹⁶ DI, vol XII, p. 30-42. [Registro do regimento e forma em que se hão de governar as ordenanças e das obrigações que tem os oficiais de guerra desta capitania que se mandou registrar em todas as Câmaras das vilas deste governo]. Este documento é datado de 05 de fevereiro do ano de 1722.

²⁹⁷ DI, vol. XXXII, p. 270. [Anexo K - Correspondência do Capitão-Mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto]

²⁹⁸ A carta patente de Francisco Brito de Peixoto vai transcrita em: DI, vol. XIII, p. 199-200. [Anexo C]

²⁹⁹ DI, vol XII, p. 31-32. [Registro do regimento e forma em que se hão de governar as ordenanças e das obrigações que tem os oficiais de guerra desta capitania que se mandou registrar em todas as Câmaras das vilas deste governo]

De tal modo, mesmo não que não tivesse uma patente confirmada pelo poder régio num momento anterior ao ano de 1722, Manuel Manso de Avelar era reconhecido como a principal autoridade militar que existia na Ilha de Santa Catarina. Os viajantes constantemente o confundiam como o governante local. O explorador francês Amédée Frézier, quando da sua chegada na Ilha, disse que fora recebido pelo então “governador da Ilha” que se chamava Emanuel Mansa.³⁰⁰ O inglês George Shelvocke o designou como o “Capitão da Ilha”, “o chefe deles no tempo de Sr. Frézier.” E era o próprio Manso Avelar que intermediava as relações políticas e “diplomáticas” com as instâncias do governo colonial e os visitantes mais ilustres, assumindo a liderança do povoado.

Em uma dessas situações que exigiam do protagonismo político de Manuel Manso no entendimento dos acordos e pactos que estavam sendo firmados com outras autoridades das capitanias do centro-Sul, podemos perceber não somente o seu papel de interlocutor frente a essas mesmas autoridades, mas também o lugar de destaque que ocupava dentro do grupo dos principais da terra, organizado à sua volta mediante seus vínculos familiares.

Veja-se o exemplo de diligência que Manuel Gonçalves de Aguiar, sargento-mor da Praça de Santos, no biênio de 1714-15 fez às paragens da Ilha de Santa Catarina.³⁰¹ Após arribar em Desterro, os principais moradores locais lhe entregaram uma petição na qual apresentavam medidas para a promoção econômica daquela região. Nesta ocasião, Manuel Gonçalves de Aguiar inspecionava a região Sul a mando do governador do Rio de Janeiro, com a missão de juntar informações sobre as povoações do litoral a fim de planificar a área para as prováveis intervenções coloniais que a coroa portuguesa parecia reservar àquela parte meridional do seu continente.³⁰²

De início, este caso acena para um entendimento comum do grupo proeminente local sobre a proposta de projeto colonial para aquele território que administravam. Sabendo da visita de um

³⁰⁰ Relatou o viajante francês que, “chegamos enfim, quase à meia-noite ao navio onde encontramos o Governador Emanuel Mansa com alguns portugueses que haviam trazidos os refrescos[...]” HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Relato de Viajantes... Op. Cit.* p. 22.

³⁰¹ Manuel Gonçalves de Aguiar havia feito uma visita de inspeção na Ilha de Santa Catarina no ano de 1711. SILVA, Augusto da. *Op. Cit.* p. 46-48.

³⁰² Ibidem.

representante do poder central que, mesmo por intermédio de outras autoridades coloniais, prestava naquele momento serviços diretos à coroa, a pequena nobreza do Desterro organizou-se para fazer suas queixas e propostas buscando melhorias para aquele espaço recém-ocupado. Eles aconselharam o oficial militar santista sobre os benefícios de se povoar e militarizar a Ilha, especialmente “para defender as aguadas e lenhas dos navios inimigos”, problema que há muito os atormentava. Informaram também sobre as potencialidades da terra para cultivo e fabricação de engenhos de açúcar, e diziam que dali “se podiam sustentar todos os portos do Brasil, como os de Portugal, de trigo e tudo o mais.” Reclamavam ainda exclusividade sobre os possíveis favorecimentos reais em detrimento da região do Rio Grande de São Pedro, que estava sendo povoado por Francisco de Brito Peixoto naquele momento. Diziam eles sobre as paragens rio-grandenses que era “capaz para acomodar muitos mil moradores, mas com muitas dificuldades, em razão da barra não estar sondada nem se saber por onde tem os canais e juntamente ser terra rasa. E, sem torres que nela se façam se não poderá buscar para entrar e se povoar”. Finalizavam dizendo que o povoamento do Rio Grande exigirá “muita despesa e muito trabalho” à coroa.³⁰³

Ao que parece, a nobreza da Ilha demonstrava grande interesse nas intervenções coloniais que a coroa parecia planejar, e que certamente serviriam de aumento para o prestígio e riqueza deste grupo. A presença de novos imigrantes ampliaria conseqüentemente a estrutura produtiva, demográfica e fiscal local, o que implicaria em novas oportunidades de mando e gerência de recursos, uma função compatível para aqueles que já detinham influência e poder sobre aquele espaço.

Assinaram esta petição em presença de Manuel Gonçalves de Aguiar, os seguintes moradores: Salvador de Sousa Brito, Manuel Manso de Avelar, Domingos Tavares, Baltazar Soares Louzada, Sebastião Fernandes Camacho, Manuel Correia da Fonseca, Manuel Domingos Lopes, Manuel Teixeira, Domingos de Brito, Jerônimo Gomes, João Lopes Biscardo, Salvador Dias Botelho, José Velho Rangel, Diogo Camacho e Francisco Martins.³⁰⁴ Além das condicionantes materiais e políticas que colocavam esses homens em comum acordo sobre os possíveis investimentos régios, alguns

³⁰³ Este documento foi citado pelo historiador Henrique da Silva Fontes. Apud. FONTES, Henrique da Silva. *Op. Cit.* p. 29.

³⁰⁴ *Ibidem.*

mantinham laços familiares entre si.

A partir de um olhar mais apurado percebemos que no seio desta pequena elite havia um grupo seletivo e fechado em torno de laços familiares, indicando aqui um nível mais elevado de comprometimento social, político e econômico, reforçados aqui por uma “rede de parentela”.³⁰⁵ Nesse sentido, a intervenção que defendiam sobre o espaço da Ilha pode ser pensada como parte de um projeto familiar estendido, e do qual Manuel Manso de Avelar era parte fundamental.

Em primeiro lugar, temos o próprio Manuel Manso, que sustentava ligações parentais com Sebastião Fernandes Camacho, seu genro, José Velho Rangel, seu cunhado, e Salvador de Sousa Brito, que era casado com a irmã de sua esposa. Em seguida temos Diogo Camacho, irmão de Sebastião, filho do bandeirante Antonio Bicudo Camacho. É bem provável que as afinidades familiares não parassem por aí, uma vez que nossos dados não contemplam todos os signatários. Esses laços de maior proximidade, entre outros possíveis, estavam por encerrar uma dinâmica um tanto excludente no seio da elite desterrense, estabelecendo, possivelmente, a formação de um grupo de poder mais elevado. As estratégias matrimoniais de Manuel Manso de Avelar o ligavam à maior parte daquela pequena nobreza da terra. Tudo isso reforça a posição que ocupava entre aqueles signatários, o que nos ajuda a pensar que os projetos ali apresentados a Manuel Gonçalves de Aguiar certamente correspondiam aos interesses da parte “forte” da elite, e, consequentemente, de Manuel Manso.

Alguns anos depois, em 1717, Manuel Gonçalves de Aguiar foi solicitado novamente por D. João V para averiguar e prestar algumas informações sobre aquela costa meridional. O monarca português, preocupado com a posse daqueles seus domínios em tempos de disputa com os reinos da França e Espanha, dirigiu-se ao “Mestre de Campo

³⁰⁵ Sobre o termo “redes de parentela” ver: PEDROZA, Manuela da Silva. Capitães de bibocas: casamentos e compadrios construindo redes sociais nos sertões cariocas (Capela de Sapopemba, freguesia de Irajá, Rio de Janeiro, Brasil, século XVIII. In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, UFRJ, vol. 9, 2008, p. 70. Entende-se que as “redes de parentela engendram uma série de outras relações e dinâmicas sociais em seu seio: padrão-cliente, amizade, reciprocidade, crédito, trocas comerciais, através de uma quase infinita variedade de caminhos, que passam por relações consanguíneas, rituais e afins.” Ver também: PEDROZA, Manuela. *Engenhocas da moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional*. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 2008.

Governador da praça de Santos” ordenando que examinasse

se a entrada dos Navios no porto da Ilha de Santa Catarina é com facilidade e se tem monção em algum tempo do ano assim por ventos como pela correnteza das águas, e se no dito porto estão de todo o tempo seguras as embarcações, e no dito porto há abundância de peixe e se pode haver pescaria de Baleias e se a dita Ilha é sadia e de bons ares e se tem boas águas, e se a terra é montanhosa, ou campinas, a que chama de Macapés, e do tempo em que esteve povoada e se lhe ficou algum gado ou tem alguns frutos, e pela parte do mar, se tem algum desembarcadouro por causa da terra ser baixa e se a Ilha da Gallé tem porto por alguma parte e se tem água, e lenha, e inquirireis também da Ilha do Arvoredo, e se a terra fronteira de Santa Catarina, a quem chamam de Mandoui, é montanhosa, com matos, e se tem abundância de água e é sadia, informado-vos também da Baía, que fica de frente da Ilha da Gallé, enseada das Garoupas, e do Rio Tramande se há gentio no dito sítio apontado do Rio Mandoui até o Rio Tramande, e se ficam os Campos perto, e se neles há gado, ou gentio faz algum resgate, se há notícia que os Castelhanos venham aquele Sertão buscar a erva Congonha por que os moradores do distrito de São Paulo já os encontraram, se feita uma Fortaleza em terra firme, ou na entrada do porto da Ilha de Santa Catarina defenderá que entrem levantados, ou outras quaisquer embarcações procurando todas estas notícias do dito porto e distrito, tirando as de homens Sertanejos, e Práticos da navegação por termos judicial feito por escrivão e nas perguntas se saberá se se fez esta diligência conforme vos mando, e declarareis também se o povoar-se o dito distrito, poderá servir para o aumento da Nova Colônia [Sacramento] pela prontidão dos socorros, e navegação dos Castelhanos para Buenos Aires [...]³⁰⁶

³⁰⁶ DI, vol. XVIII: Avisos e Cartas Régias (1714-1729). São Paulo: Typographia Aurora, 1896, p. 9-10. [Carta Regia sobre as vantagens do porto de Santa

Para auxiliar nessas questões que interessavam diretamente à monarquia portuguesa, o governador do Rio de Janeiro, Antonio de Brito Meneses, em 1721, levantou uma sindicância junto a Manuel Gonçalves de Aguiar com 21 perguntas sobre a situação dos povoados do sul. Uma delas questionava sobre em qual parte da costa “se pode fazer uma Povoação conveniente assim para se aproveitar de toda a utilidade, como para aumento da nova Colônia, e prontidão para os seus socorros, assim dentro deste Porto do Rio Grande como fora da Costa do mar, ou perto da Ilha de Santa Catarina?”³⁰⁷

Prontamente respondeu o governador da praça de Santos que sobre o “Rio Grande de São Pedro, dizem todos os que nele estiveram, e cursaram aquelas campanhas, Rios, matos, e serras, que não só pode fazer uma cidade muito grande, mas de grandes conveniências para sua Majestade, e seus Vassalos.”³⁰⁸ E sobre a Ilha de Santa Catarina que,

Pela facilidade com que se lhe pode acudir daquela Ilha por mar, e em todo tempo, assim como madeiras que as tem excelentes, como com mantimentos que os produz de todo o gênero com abundância. Povoando-se esta Ilha poderão formar nela seus moradores alguns Engenhos de açúcar, por que as suas canas, são tão pingues e açucaradas, que de qualquer pingo delas se faz um açúcar; a sua entrada não depende de monção, de dia ou de noite e pode tomar qualquer navio, e sair dela; e para a sua defesa bastará uma única fortaleza no Estreito, e para impedir dos inimigos as lenhas, e as aguadas com uma companhia de Infantaria paga (...)³⁰⁹

Ao que tudo indica, para Manuel Gonçalves de Aguiar a Ilha

Catharina, abundancia de peixes e outras comodidades]. Este documento é datado de 10 de abril de 1717.

³⁰⁷ Affonso de E. Taunay. Notícias Práticas da Costa e Povoação do Mar do Sul. In: Relatos Sertanistas. São Paulo: Itatiaia: EdUSP, 1981, pp. 213-225. Apud. SILVA, Augusto da. *Op. cit.*, p. 48.

³⁰⁸ Ibidem, p. 49

³⁰⁹ Idem.

apresentava condições favoráveis para receber uma povoação “oficial” e um sistema de defesa, financiado pelo governo português, e que tinha como principal objetivo a garantia dos territórios do sul que vinham sendo ameaçados pelos espanhóis. Dali partiria a “prontidão de socorros” para atender a Colônia do Sacramento nos momentos de necessidade, sobretudo em momentos de guerra. Mas isto viria a se confirmar somente décadas depois, com a criação da capitania de Santa Catarina em 1738 e o deslocamento de casais das ilhas atlânticas entre 1740-1750, ainda no governo de D. João V.

No entanto, as inspeções e os relatórios enviados pelo governador da praça de Santos demonstravam o interesse de fortificar e desenvolver as fronteiras meridionais o quanto antes, e ainda serviriam como um importante instrumento de apoio e conhecimento sobre aquele espaço a fim de ajudar na definição das futuras estratégias de reordenamento político-territorial, que implicavam na montagem de uma estrutura militar, política e administrativa permanente, com o auxílio direto da coroa e seus oficiais de governo. Mas ali também viviam os moradores do Desterro, invisibilizados nos discursos e documentos oficiais, porém presentes, sendo que há muito foram eles que protegeram aquele espaço em nome da coroa, e certamente buscariam defender seus projetos e manutenção do poder sobre a localidade onde viviam. Não à toa, nas expedições feitas por Manuel Gonçalves de Aguiar os mesmos apresentaram suas queixas e sinalizaram os caminhos por onde deveriam seguir as intervenções da coroa. E o próprio Gonçalves Aguiar pareceu segui-las, quando preferiu indicar a Ilha de Santa Catarina como lugar mais apropriado para os investimentos de uma “Nova Colônia”, do que o Rio Grande de São Pedro, e ainda sugeriu a fabricação de engenhos de açúcar.

Mas também o sucesso de um futuro empreendimento da coroa lusa ali dependeria do saber acumulado dos mesmos habitantes da Ilha, que há muito dominavam a geografia local, os sertões e as costeiras, que agora, nesse momento do século XVIII, já vislumbravam potencialidades, recursos que poderiam interessar à real fazenda, como baleias, gados e madeiras. E foram os mesmos moradores os informantes e guias de Manuel Gonçalves de Aguiar quando passou por aquela região. E os recursos que agora despontavam o interesse da coroa já estavam sendo explorados pela pequena nobreza do Desterro. Os gados criados nos Campos de Araçatuba, as baleias que pescavam nos

mares até a Laguna,³¹⁰ e as madeiras de que faziam uso para produção dos seus utensílios, como as pirogas, barcos, casas, lenha, etc.

E não demorou para que as notícias de Manuel Gonçalves de Aguiar estimulassem os investimentos na Ilha de Santa Catarina. Em uma carta dirigida ao governador da capitania de São Paulo, D. Rodrigo César de Meneses, em junho de 1723, D. João V ordenava que este desse início ao contrato de arrematação da pesca de Baleias na costa Sul, incluindo a Ilha de Santa Catarina, para particulares que estivessem dispostos a investir em tal empresa. Escreveu ele que,

Faço saber a vós Rodrigo César de Meneses Governador e Capitão Geral da Capitania de São Paulo, que se viu a conta que me destes em carta de vinte de Setembro do ano passado em como todo o vosso desvelo era descobrir caminho com que a minha real fazenda tenha aumentos, e vos parecia não ser para despreza o fazer-se uma feitoria na Ilha de Santa Catarina em que se tire azeite de Baleias pelo grande número delas que ali costumam andar, e se vos ofereciam algumas pessoas para arrematarem este Contracto sendo uma delas e a mais segura Manoel Ribeiro de Araújo, que se oferecia a dar oito até nove mil [cruzados] com a condição de não poderem vender azeite em mais portos que na Vila de Santos, Pernaguá e Rio de São Francisco, e como esta conveniência não era para rejeitar vos parecera fazer [ma] presente para que resolvesse o que for servido. Me pareceu dizer vos que como tenho resoluto que se rematem todos os contractos da minha real fazenda neste Reino que para a rematação deste contracto de Baleias que referes fáceis por editais em Santos, Pernaguá e Rio de São Francisco, declarando neles que quem quizer

³¹⁰ Em um dos provimentos que o ouvidor Rafael Pires Pardinho deixou para a Ilha de Santa Catarina no ano de 1720, ele “proveu o requerimento deste povo da Ilha de Santa Catarina, que sem embargo que até o presente se lhe impedia o irem pescar as baleias da Laguna, qualquer moradores da Ilha, que quizer ir pescar à Laguna o possa fazer sem impedimento algum, pois não pode haver razão justa, que impeça os vassallos de Sua Majestade [...]” Cf. SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 157.

intentar nele procuração sua a quem lhe parecer [...] ³¹¹

Pelo que consta na carta acima, o rei de Portugal tinha urgência para que os contratos de arrematação da pesca de baleias fossem logo adiantados, tendo em vista os aumentos que a real fazenda teria com a produção e comércio do óleo extraído da gordura desses cetáceos. Ele pedia uma atenção especial para o governador da capitania de São Paulo na condução desse assunto. As medidas de D. João V caminhavam no sentido de estimular mais a atividade da pesca de baleias na América portuguesa, que naquele momento parecia estar estagnada visto que todos os interesses mercantis desviavam-se para o ouro nas Minas Gerais.³¹² No entanto, não seria por agora que se estabeleceriam os primeiros contratos e feitorias no litoral de Santa Catarina.

Mas todo esse clima de expedições, relatórios, discussões sobre defesa, melhorias e o desenvolvimento da costa Sul já indicava um novo olhar da coroa para com a colonização e administração daqueles territórios, que se mantiveram como domínios portugueses até aquele momento pelas iniciativas particulares de povoamento dos bandeirantes e seus descendentes entre finais do XVII e início do XVIII. Até que a coroa consolidasse definitivamente a sua presença no extremo-Sul, os grupos estabelecidos nas vilas e povoados daquela costa o faziam em seu nome e em interesse próprio, aproveitando-se da distância e das indefinições político-jurídicas do poder metropolitano. Ciente disso, o nosso personagem Manuel Manso de Avelar envolveu-se em um comércio de contrabando com os estrangeiros franceses, movido, talvez, pela ignorância de seus atos ilícitos, como alegou em sua defesa posteriormente, ou na certeza de que a fiscalidade naqueles lugares distantes quase nunca imperava. Ao mesmo tempo, este caso demonstra o uso social consciente de um espaço que ele e todo o grupo “conquistaram”, do qual se apropriaram enquanto domínio português e

³¹¹ DI, vol. XVIII, p. 83-84. [Carta Regia declarando que o contracto da pesca da baleia e venda do seu azeite seja arrematado em Lisboa e não em São Paulo]

³¹² No século XVII a pesca da baleia era praticada nas costas da Bahia e do Rio de Janeiro, com contratos e armações organizados pelos principais homens de negócio daquela praças. Cf. DIAS, Camila Baptista. *A pesca da Baleia no Brasil Colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História/UFF, Dissertação de Mestrado, 2010.

que administravam como se lhes coubesse este direito.³¹³

Este caso nos permitirá perceber também a rede de relacionamentos que conectava boa parte da elite da Ilha de Santa Catarina, acionada por Manuel Manso numa circunstância real de se fazer valer a defesa de seus interesses. Revelará ainda conflitos político-territoriais que existiam entre as duas facções políticas daquela costa, a chefiada por Manuel Manso de Avelar no Desterro e a de Francisco de Brito Peixoto em Laguna. As disputas entre esses dois mandões locais apontam para os impasses que existiam quanto à indefinição jurisdicional da Ilha de Santa Catarina enquanto parte do termo da vila de Laguna, desde pelo menos 1720, quando os dois núcleos passam a dividir a mesma câmara municipal. Foi possível reconhecer que as autoridades do Desterro não aceitavam que o domínio do seu território estivesse submetido politicamente aos homens bons lagunenses. A solução deste problema parecia caminhar na direção da autonomia política do antigo povoado fundado por Francisco Dias Velho.

2.4 - O contrabando com os franceses

As iniciativas de intervenção colonial e militar que estavam sendo discutidas pela coroa portuguesa na segunda década do século XVIII para a costa sul têm uma razão especial de existir. Naquele tempo a presença de navios estrangeiros era cada vez mais frequente pelas baías e praias da costa do Brasil. Não que não fossem percebidos antes; a costa americana sempre foi uma rota necessária aos navegadores que navegavam pelos mares do Atlântico sul e do Pacífico desde o século XVI. Mas agora a sensação de perigo com a presença desses navios nos portos da América lusa aumentava entre as autoridades coloniais e metropolitanas, porque tinham obrigação de defesa de uma grande riqueza que fora recém-descoberta, o ouro das Minas Gerais. Assim, como aconteceu um século atrás para com a prata espanhola, invasores e

³¹³ Este caso de contrabando já foi discutido e referenciado nas páginas da historiografia dita tradicional e em trabalhos recentes, ver: BOITEUX, Lucas Alexandre. *Op. cit* p. 190; CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Op. Cit.* p.48-49; FONTES, Henrique da Silva. *Op. Cit.* p.37-38; PAULI, Evaldo. *Op. Cit.* p. 158-160; KHÜN, Fábio. *Op. Cit.* p. 44-54; SILVA, Augusto da. *Op. Cit.* p. 21-51.

piratas de outras bandeiras poderiam também estar interessados no ouro português.

Maria Fernanda Bicalho, pesquisando sobre a cidade do Rio de Janeiro, um dos principais portos da América portuguesa, escreveu que entre finais do século XVII e por todo o século XVIII, os portos daquela região eram constantemente assediados por navios de diferentes nações, que permaneciam na costa sob “pretextos afetados”, alegando falta de víveres, saúde ou condições de seguir viagens. Mas a percepção das autoridades locais sobre a presença desses estrangeiros era a de que levados por sua “ambição” buscavam introduzir “fazendas” em troca de ouro.³¹⁴ Em uma carta endereçada ao então governador do Rio de Janeiro, D. João V ordenava a proibição da entrada de estrangeiros nas conquistas por que eles “têm passado e passam em grande número, não somente a habitar nas Praças marítimas delas, mas ainda nos sertões e principalmente nas minas dessa capitania, cuja ambição os desperta.”³¹⁵ O contexto da Guerra de Sucessão ao trono espanhol, entre 1704 e 1712, colocou Portugal em lado oposto ao reino da França, que passou a realizar várias ações de corso e invasões militares sobre a costa brasileira.

Entre 1710 e 1711 duas invasões francesas tentaram tomar a cidade do Rio de Janeiro. A primeira aconteceu sob o comando de Jean-François DuClerc, que com uma esquadra de seis veleiros tentou romper as defesas montadas na entrada da baía de Guanabara. Nesse caso, a resistência luso-brasileira saiu vitoriosa, conseguindo expulsar os invasores. Entretanto, não demorou muito para que uma nova frota armada francesa intentasse a tomada da cidade, agora mais preparada. Assim, em 12 de setembro de 1711, aportou os navios e forças comandadas por René Dugauy-Trouin, que adentraram a baía de Guanabara e iniciaram um cerco à cidade, que durou várias semanas e só terminou depois do pagamento de um alto resgate em moedas e produtos.³¹⁶

³¹⁴ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 34-35.

³¹⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Cód. 952, vol. 16, fl. 255. Carta régia de 28 de fevereiro de 1707. Apud. BICALHO, Maria Fernanda. *Op. cit.*, p. 36.

³¹⁶ SANTOS, Fábio Lobão Marques dos. *Entre honras, heróis e covardes: invasões francesas e disputas político-familiares (Rio de Janeiro, século XVIII)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História/UFF, Dissertação de Mestrado, 2012; BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império... Op. cit.*, p. 268-279.

Todo esse clima de insegurança fez com que o rei de Portugal endurecesse as suas leis contra a presença de estrangeiros, negando por vezes o “direito de hospitalidade” em tratados de paz e navegação firmados com outras nações européias, e ainda exigindo medidas práticas de segurança por parte de seus subordinados, que deveriam manter sempre vigilância sobre os portos da costa, sobretudo do Sul, a sua parte mais deficiente em termos de defesa militar.

Após o incidente da invasão de Dugauy-Trouin no Rio de Janeiro, tentando reprimir a presença de corsários que ainda existiam na costa, escreveu D. João V ao governador da praça de Santos em outubro de 1711 para que destacasse um capitão ou sargento-mor para a vila do Rio de São Francisco para

buscar seis Franceses que haviam ficado naquela vila dos Corsários que andarão nessa costa, como tão bem um pratico português que andava com eles ensinando-lhes os portos, para os remeter-lhes a esta Corte, por terdes por notícia que se andavam das minas de ouro; e pareceu-me dizer-vos que a diligência de mandares buscar estes Franceses é utilíssima, e ter-des obrado conforme as minhas ordens; por ter resoluto que todos venham para este Reino, e ainda os que estiverem na terra casados. E assim vos ordeno os remeta-os ao Governador do Rio de Janeiro para os mandar a esta Corte como tenho disposto.³¹⁷

Ao que parece, a preocupação maior do rei era para com a minas recém-descobertas de ouro, a fim de evitar que os “descaminhos” acontecessem com a presença dos estrangeiros em prejuízo da fazenda real. A colônia do Brasil no governo de D. João passaria a ser responsável pelo equilíbrio das finanças de Portugal, em lugar das possessões na Índia. Mas a carta acima revela também a colaboração de portugueses com os corsários franceses, que repassavam as informações sobre toda a geografia local, indicando possíveis caminhos, portos, rotas, para acessar as riquezas do Brasil. Pelo que consta, os estrangeiros não estavam ali somente de passagem; havia alguns que moravam e viviam nos povoados, como parece suceder no Rio de São Francisco,

³¹⁷ DI, p. 62-63.

quando o rei ordenava que levassem presos os franceses casados.

Maria Fernanda Bicalho revela que alguns desses estrangeiros residentes, que em princípio estiveram em expedições por aquela costa e que por alguma razão acabaram permanecendo ali, mantinham contatos com os navegadores europeus, instruindo-os sobre as defesas, portos e costumes da terra. Este foi o caso de Ambrozio Jauffret, francês nascido em Marselha, que viveu e constituiu família em São Paulo ao longo de trinta anos. Em 1704, ele enviou ao ministro da Marinha do seu país natal uma relação informando-o do estado das capitanias do Sul do Brasil, do Rio de Janeiro até o Rio da Prata. Foi este relato que serviu de base para a *Mémoire et Projet pour enlever Riojaneiro*, que, por sua vez, instruiu a frota de Dugauy-Trouin.³¹⁸ Depois do acontecido em 1711, as autoridades metropolitanas estavam mais vigilantes com a presença desses “espiões” franceses.

Mesmo depois das ordens expressas ao governador da Praça de Santos no ano de 1711, navios franceses insistiam em continuar a rondar por aquela costa, o que levou o rei a escrever em 1719 outra carta solicitando maior vigilância para com o porto de Santos e atenção para o Alvará que foi recém-outorgado sobre essa questão dos estrangeiros na costa do Brasil. Dizia ele que,

como esse porto seja de tanta importância, e fique mui vizinho as minas, e a este respeito se entenda que será mui procurado das Nações Estrangeiras, para que suscite toda a dúvida que se possa oferecer sobre a inteligência do meu Alvará de cinco de outubro de mil setecentos e quinze: Me pareceu mandar-vos declarar por resolução de vinte deste presente mês e ano em Consulta do meu Conselho Ultramarino, que sendo caso aí vá alguma embarcação de Estrangeiros faça a diligência dos exames que se aponta no dito Alvará o juiz de fora, e vos julgareis se [a] arribada foi justa ou afetada [...]³¹⁹

O Alvará que foi expedido no ano de 1715, ao qual o rei pedia

³¹⁸ BICALHO, Maria Fernanda. *Op. cit.*, p. 39-40.

³¹⁹ DI, vol. XVIII, p. 13-14. [Carta Régia sobre visitas de navios estrangeiros ao Porto de Santos]

atenção do governador da praça santista para que este não caísse em dúvidas sobre o entendimento do seu conteúdo, tinha como principal objetivo coibir a prática do comércio entre estrangeiros e os moradores das vilas e povoados da costa brasileira. A promulgação de uma lei como esta servia a necessidade de criminalizar as trocas mercantis que comumente aconteciam quando das aguadas dos navios estrangeiros no portos da América lusa, como ocorria na Ilha de Santa Catarina na passagem de viajantes estrangeiros como Frézier e Shelvocke. A intenção era a de fiscalizar essas paradas garantidas pelo “direito de hospitalidade” a fim de evitar a “ambição” dos viajantes sob os seus “pretextos afetados”. Ao mesmo tempo, a lei definia o que poderia ser considerado contrabando e o que não seria. E caso fosse constatada a prática do comércio ilícito, as autoridades locais como o juiz de fora, deveriam seguir à risca as prescrições do Alvará punindo os contraventores, estrangeiros ou colonos. Adiante segue o texto da lei.

Eu El-Rei faço saber aos que este meu Alvará virem que Eu hei por bem e mando que a Lei que fui servido mandar passar em 8 de fevereiro de 1711 sobre se não admitir que os navios estrangeiros que foram ao Estado do Brasil, façam negócio algum nele se execute da mesma maneira que nela se declara, e para que o Vice-Rei e Governador do mesmo Estado melhor instruídos a façam dar execução lhes ordeno guardem com os navios estrangeiros, que forem buscar aqueles portos a forma seguinte:

1 - Todos os navios estrangeiros que forem a qualquer porto do dito Estado não justificando que o foram buscar precisados de alguma tempestade ou necessidade urgente, fazendo-se para esse efeito os exames necessários, serão confiscados na forma da Ordenação do Reino e Leis extravagantes dele.

2 - Justificando-se que foram buscar o dito porto constringidos da urgente necessidade ou tempestade se deve dar aos navios assim arribados tudo o de que necessitarem, comprando-o com o seu dinheiro ou letras será a contento dos vendedores.

3 - No caso que os ditos navios ou outras quaisquer embarcações estrangeiras não tenham dinheiro e letras, ou crédito para pagar o de que necessitam e beneficiar os mesmos navios e bem embarcações declarando-o assim os Capitães e Mestres neste caso se lhes permitirá descarregarem as fazendas, que trouxeram assinando-lhes sítio ou armazém em que se guardem com toda a boa arrecadação para serem embarcadas para o Reino, em navios da frota para descarregarem nos portos dele e pagarem os direitos que deverem nas minhas Alfândegas, e as despesas que se fizerem nesta arrecadação em benefício das mesmas fazendas e no mais que for preciso se pagará neste Reino feita a conta da sua importância, não se consentindo que para a satisfação do referido se venda no Brasil coisa alguma.

4- Acontecendo que as ditas fazendas assim recolhida como armazenadas se tire ou venda alguma, será toda confiscada para a minha Fazenda e se incorrerá nas mais penas estabelecida na dita Lei de 8 de fevereiro de 1711; e as fazendas confiscadas se remeterão a este Reino e não se venderão no Brasil, exceto se a carga for de negros, como abaixo se declara.

5 - Como no caso que a carga seja de negros se não pode praticar o referido pondo-se em armazém e ali esperar até a frota para virem para este Reino pela despesa que se faria de sustentá-los tanto tempo, se permitirá neste caso, que logo vendam-se os negros, que forem necessários para pagar a despesa, pagando-se destes os direitos dobrados, que se costumam pagar à minha Fazenda dos negros, que vão para aquele Estado.

6 - E por ser preciso fazer-se um rigoroso exame em todos os navios, que forem por portos do estado do Brasil para se averiguar-se a causa da arribada a eles é falsa ou verdadeira (...)³²⁰

³²⁰ Documento transcrito por José Gonçalves dos Santos Silva, ver: SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Op. Cit.* p. 132-136.

E é diante de toda essa situação de combate e fiscalização das praças marítimas a fim de evitar prejuízos a fazenda real contra a presença de navios e gente estrangeira, em geral franceses, que buscavam o ouro da Minas ou comerciavam produtos nos portos, que situamos a notícia de contrabando que correu na Ilha de Santa Catarina, um dos portos naturais mais requisitados pelos navegadores para fazer aguadas e reparos que as viagens de longa distância necessitam.

Sendo assim, em setembro do ano de 1721, o governador paulista D. Rodrigo César de Meneses, sob suspeitas da prática de contrabando na Ilha de Santa Catarina, entregou para o capitão-mor de Laguna, Francisco de Brito de Peixoto, uma ordem para que ele coibisse qualquer comércio ilícito envolvendo estrangeiros,

No caso que a dita Vila de Santa Catarina vá navio Estrangeiro, a negociar, o não consentirá, porém constando ir com necessidade precisa e querendo algum mantimento lhe poderá mandar dar, por troco de munições de Armas, e pólvora, e constando-lhe que alguma pessoa concorre para que venham aí navios negociar, o dito Capitão o prenderá remetendo-lhe à Vila de Santos a minha ordem, com tudo o mais que se lhe oferecer disporá o dito Capitão Mor, com aquele acerto, e prudência que espero da sua pessoa, préstimo e atividade [...]³²¹

Dois meses depois, após ter reunido mais informações sobre o suposto contrabando no litoral próximo da Ilha, D. Rodrigo César de Meneses ordenou novamente a Brito Peixoto que prendesse o principal suspeito, o francês Pedro Jordão.

Por me constar que na vila de Laguna, se acha Pedro Jordão da Nação Franceza, que depois de ter andado muito anos por alguns portos do Brasil, e se haver embarcado para o [Rio de Janeiro]

³²¹ DI, vol. XII, p. 7-8. [Ordem que levou o Capitão-Mor Francisco de Brito Peixoto que vai para a Laguna, e Vila Santo Antonio dos Anjos, e Santa Catarina]

passou dele ao de França, donde veio em uma Nau em direitura a Ilha de Santa Catarina, que fica na mesma costa da Laguna, da jurisdição deste Governo a fazer negócios com os moradores, e Índios que habitam naquela costa, sujeitos a Coroa de Portugal, e depois de haver despedido a dita Nau para França se deixou ficar em terra com negócios e fazendas, que anda vendendo pelas Vilas da Costa do Sul [...]³²²

A descrição feita dos negócios de Pedro Jordão é bastante detalhada e envolve parte da nobreza do Desterro. Isso indica uma rede de informação que o governador paulista parecia manter ali, provavelmente através dos contatos com Francisco de Brito Peixoto, que tinha família e parceiros espalhados por vários pontos da costa. O francês Pedro Jordão era um daqueles estrangeiros residentes que aproveitando-se do casamento com uma moça da terra, fortaleceu suas relações com moradores da costa afim de obter informação sobre as boas oportunidades de negócios que poderiam ser feitas ali. Ele atuava, aparentemente, por todas as vilas daquele litoral (Laguna, Ilha de Santa Catarina, Rio de São Francisco e Paranaguá). E isto tornou-se possível graças ao matrimônio que ele firmou com Maria Lopes, filha de Domingos Lopes Sertão, um dos principais da Ilha de Santa Catarina.

Um arranjo matrimonial desse tipo possivelmente baseava-se nas trocas que poderiam ser efetivadas entre os pares envolvidos, neste caso entre o genro e o sogro. Como sabemos, o casamento no período colonial traduzia o jogo de interesses entre as famílias dos nubentes. É bem provável que para o estrangeiro Pedro Jordão desposar a filha de um membro da elite local seria fundamental para adquirir a confiança dos moradores da Ilha, potenciais parceiros, como também o caminho mais eficiente para acessar redes de relacionamentos que alguém de importância mantinha, ligando-o a outras praças e comerciantes, o que ampliaria ainda mais os seus negócios. O seu sogro, Domingos Lopes Sertão, era natural da vila de São Francisco e ainda mantinha contatos com pessoas desse lugar. Posteriormente, ele casou outras duas filhas com pessoas de importância dessa região, como o doutor Manuel da

³²² DI, vol. XII, p. 17. [Registro de uma ordem que se mandou ao Capitão-mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto, para prender Pedro Jordão e tirar um sumário de testemunha dos confidentes]

Costa de Siqueira, que contraiu núpcias no ano de 1724 com Domingas Gonçalves Moreira, e Martinho Arrioles, que desposou Josefa Maria Lopes no ano de 1731.³²³ Ambos os genros eram naturais da vila do Rio de São Francisco, a mesma por onde andaram seis franceses em 1711, e que supostamente participaram da invasão do Rio de Janeiro. Talvez Pedro Jordão fosse um daqueles franceses, que D. João V alertou ao governador da praça de Santos dizendo que estavam “na terra casados”, e que buscavam as rotas para as minas de ouro. E não seria estranho imaginar que isso fosse verdade, porque, aparentemente, Lopes Sertão buscava casamentos para suas filhas naquela vila, ou até mesmo, noutra hipótese, ele ainda estivesse vivendo ali, e só depois do casamento de Maria Lopes com o francês decidiu vir para a Ilha de Santa Catarina.

Ao mesmo tempo, Domingos Lopes Sertão passou a integrar o grupo de senhores e comerciantes do Desterro, do qual fazia parte Manuel Manso de Avelar e os filhos de Antônio Bicudo Camacho. Sobre Manso de Avelar já sabemos que o mesmo detinha embarcação com capacidade para negociar mar afora, o controle sobre o principal porto da região, acesso aos gados dos campos de Araçatuba, e ainda era a principal autoridade local. A família Camacho, por sua vez, espalhava-se por aqueles portos, Laguna, Desterro e São Francisco, tinham sido os primeiros proprietários das planícies onde criavam-se gados na região continental defronte ao Sul da Ilha; ainda participavam do governo local nas várias localidades em que estavam presentes. O sogro de Pedro Jordão mantinha bons relacionamentos com toda essa gente. Outra filha sua, Paula Lopes Moreira, casou-se com Manuel Duarte Camacho. Ele também detinha uma “falsa” patente de capitão de tropas da Ilha, o que o equiparava em condição social aos outros membros da pequena elite do povoado do Desterro. Sem dúvida, todos esses contatos serviriam de grande utilidade para o contrabandista francês, que viu naquela gente e lugar a chance de ampliar seus negócios, aproveitando-se certamente de uma estrutura comercial já montada e mantida pelos desterrenses, como as redes mercantis estabelecidas entre os portos do Sul.

Por outro lado, o contato com o francês Pedro Jordão também sinalizava aos principais do Desterro a oportunidade de fazer negócios para além-mar, oportunizando o início de uma carreira ultramarina de comércio, mesmo que sendo ilegal. Ele mantinha relações com os franceses que viajavam pelos mares, transacionando várias mercadorias de várias partes do mundo. Isso renderia o acesso a um mercado de

³²³ Conferir as notas 230 e 234.

grandes proporções, por vezes inimaginável para moradores de uma vila da periferia do império português.

E não demorou muito para que essas parcerias viessem de fato a acontecer. Na carta que o governador paulista enviou ao capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, o seu “humilde escravo”, como o próprio gostava de assinar, sugerindo lealdade e compromisso que dizia ter para com os afazeres régios, foi revelada a participação de Manuel Manso de Avelar e do juiz ordinário de Laguna, Manuel Gonçalves Ribeiro. Segundo o governador Rodrigo César de Meneses, depois das investigações, descobriu-se que Pedro Jordão, que negociava pelas “Vilas da Costa do Sul, da jurisdição deste Governo”, sem ser conhecido por que “costuma mudar de vestidos”, tinha como sócios nos seus negócios

Manuel Manso de Avelar, Português, e morador na Ilha de Santa Catarina, o qual veio a Vila de Laguna com seiscentos mil réis de fazenda em uma sumaca, que carregou de peixe, e mandou vender ao Rio de Janeiro por conta do mesmo contrato como também Manoel Gonçalves Ribeiro morador na Vila de Laguna, que serve de Juiz Ordinário da dita Vila, o qual esquecido da obrigação de Juiz, e de vassalo de Sua Majestade que Deus Guarde tem trato, e correspondências com os Franceses [...]³²⁴

O apoio dessas duas autoridades dos povoados do Sul era imprescindível para o trato mercantil, certamente cabia a eles o papel de “descuidar” da presença de estrangeiros que comerciavam por aquelas bandas, como também o de prestar auxílio logístico e financeiro na aquisição e venda dos produtos que interessavam aos franceses contatados por Pedro Jordão.

Mas esta trama de negócios não envolvia somente os parceiros de Laguna e Desterro; outro nó importante era Manuel Gonçalves de Aguiar, o mesmo que havia feito visitas à Ilha de Santa Catarina anos antes, e que detinha a patente de “Mestre de Campo Governador” da praça de Santos. Esta rede de contrabandistas ampliava-se por um

³²⁴ Idem.

espaço marítimo-comercial de dimensão inter-regional, ligando as praças de Laguna, Desterro e Santos.

O juiz de fora que ficou responsável por este caso, Francisco Correa de Souza, em visita a Laguna, prestando as “verdadeiras contas da execução das ordens” que Rodrigo César de Meneses recomendava, descobriu que Manoel Gonçalves de Ribeiro “era a menina dos [...] olhos” de Gonçalves de Aguiar, “que em todos os seus negócios eram meieiros.” Ele ainda continuava com as acusações contra o oficial santista, dizendo que Gonçalves Ribeiro era “um dos procuradores [...] por certidão do Escrivão do Cartório desta Vila [Laguna], que lá vai para Vossa Excelência ver a verdade e por isso que ele o dito Manuel Gonçalves de Aguiar desfazer a minha pessoa para com Vossa Excelência só a fim de me destruir.” Procurando defender-se das acusações que estavam sendo feitas contra sua pessoa, Manoel de Aguiar tentava polemizar esta questão atacando a imagem do próprio juiz frente ao governador. E, segundo Francisco Correa de Souza, ele assim o faz por que está acostumado a fazer isso com “as pessoas a quem ele tem ódio a desfazer [dele]”.³²⁵ Mas as intrigas entre acusadores e acusados não param por aí.

Analizando este mesmo caso, mas preocupado em entender as dinâmicas políticas da vila de Laguna no início do XVIII, o historiador Fábio Kuhn revela que Manuel Gonçalves Ribeiro, o juiz ordinário desta vila, fazia oposição à facção política do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, que era responsável pelas investigações de contrabando juntamente com o juiz Francisco Correa de Souza. E deste mesmo grupo opositor a Brito Peixoto fazia parte Manuel Manso de Avelar, sócio de Gonçalves Ribeiro.³²⁶

Mas ao que consta, nem sempre Manuel Gonçalves Ribeiro e Francisco de Brito Peixoto foram inimigos. Segundo o capitão-mor de Laguna, aquele em “seu princípio na mesma povoação foi o pior que de um negro, e eu o fiz branco, pois o fiz mestre da lancha do Sargento-Mor [Manuel Gonçalves de Aguiar].”³²⁷ Ou seja, Brito Peixoto se dizia responsável pelo crescimento social de Gonçalves Ribeiro, que quando

³²⁵ DI, vol. XXXII, p. 259-260. [Anexo J - Ofícios de Francisco Correa de Souza, com algumas informações sobre o que se estava passando em Santa Catharina]

³²⁶ KHUN, Fábio. *Op. cit.*, p. 43-46.

³²⁷ DI, vol. XXXII, p. 280. [Anexo K - Correspondência do Capitão-Mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto]

chegou ali em Laguna vivia em condições piores do que de um “negro”, e que foi por causa dele que o mesmo se tornou “branco”, alguém de condição social elevada. O discurso do capitão-mor era afinado com as hierarquias costumeiras do “Antigo Regime dos trópicos” de que a mobilidade social estava relacionada a uma mudança de “cor”, possível nesse caso a qualquer um que se aventurasse na tarefa da conquista.³²⁸ É bem provável que Manuel Gonçalves Ribeiro fosse, além de pessoa pobre, um mestiço, sem nenhum nobreza, mas que depois de ter auxiliado na povoação da fronteira, tenha se tornado homem nobre, branco. No entanto, isso se deu com a ajuda de Brito Peixoto, que o qualificou.

A respeito das disputas protagonizadas por essas duas facções políticas do litoral Sul catarinense, o historiador Oswaldo Cabral dá o seu parecer:

Não tardou que Manoel Manso entrasse em luta com Brito Peixoto, capitão-mor da Laguna. Este, homem de princípios rígidos e obediente à lei, não lhe aprovava os processos de dirigir sua povoação, nem dos artifícios que usava para subsistir. É provável que à Laguna chegassem os queixosos do Desterro, escapos ao gênio irascível do seu chefe, como aos desmandos de seus familiares, aos quais aquele prestigiava, empregando meios violentos, mesmo, para impor a liderança dos seus. E, também, a notícia do comércio ilícito a que se dedicava Manoel Manso, de parceria com um francês, de nome Pedro Jordão.³²⁹

Para Cabral, que se posicionou à favor do seu “conterrâneo” lagunense, as contendas que envolveram esses dois mandões marcaram todo o processo das investigações sobre as suspeitas de contrabando

³²⁸ FRAGOSO, João L. Ribeiro. O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla M. Carvalho de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 157-207.

³²⁹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Op. Cit.* p. 48.

com franceses na Ilha de Santa Catarina.³³⁰ E não era por menos; como sempre acontecia, as disputas pessoais eram constantemente politizadas no contexto do Brasil colonial, sobretudo entre famílias poderosas que intentavam exclusividade no exercício do poder local. Provavelmente para Francisco de Brito Peixoto, o território da Ilha, assim como o litoral sul de Santa Catarina, era uma área que deveria estar submetida aos interesses dos seus aparentados e afilhados políticos, que desde muito estiveram ali com bandeiras levantando as primeiras povoações, como aconteceu com seu pai Domingos de Brito Peixoto, e Francisco Dias Velho, que participavam do mesmo grupo político em São Paulo.³³¹

Manuel Manso de Avelar tinha seus aliados em Laguna que certamente o auxiliavam nas brigas e querelas que enfrentava contra Francisco de Brito Peixoto. Temos notícia de que este último, antes de iniciar as investigações sobre o caso de contrabando na Ilha, estivera preso a mando do juiz ordinário da câmara da vila de Laguna, Manuel Gonçalves Ribeiro, em virtude, provavelmente, de contendas políticas sobre a disputa do poder local. E no plano dos negócios, sabemos também que a parceria entre Manso de Avelar e Gonçalves Ribeiro não se deu somente por conta do comércio com os franceses. Alguns anos antes, os dois mantinham um contrato de venda de peixe seco para a praça do Rio de Janeiro, como tinha observado o viajante Frézier no ano de 1712. Em Laguna também viviam Antônio Bicudo Camacho e alguns de seus filhos, como Domingos de Oliveira Camacho, que se tornou juiz ordinário daquela Câmara em 1723, substituindo Gonçalves Ribeiro.³³² Ainda há pouco vimos que Manso de Avelar firmou vários laços sociais e familiares com a família Camacho.

Mas a situação agora era outra, porque o capitão-mor de Laguna trazia uma ordem de prisão para os seus dois principais desafetos, e que havia sido emitida pelo então governador da capitania. Ao que parece, nesse primeiro momento das investigações, D. Rodrigo César de Meneses esteve favorável às informações e diligências que

³³⁰ Ver os seus trabalhos sobre Laguna: CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Notas históricas sobre a fundação da póvoa de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Santo Antônio dos Anjos da Laguna: seus valores históricos e humanos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1976; CABRAL, Oswaldo. *Laguna...Op. Cit.*

³³¹ KHUN, Fábio. *Op. cit.*, p. 32.

³³² Ver a família “Camacho” em: BOITEUX, Lucas. *Prosápia catarinense... Op. Cit.* p. 25-29.

vinham sendo feitas e dirigidas por Brito Peixoto no intuito de fazer valer a legislação metropolitana de combate à presença de estrangeiros e os virtuais descaminhos do ouro. E o empenho de Francisco Brito Peixoto nesta tarefa era coerente com o seu desejo de mercês que advinham da autoridade paulista. Em carta escrita ao governador, dando notícias do que se passava em Laguna e na Ilha de Santa Catarina, ele não esqueceu de agradecer os favores e préstimos recebidos, como também se mostrava disposto ao exercício dos serviços régios naquele litoral,

pois só na generosidade e grandeza de Vossa Excelência espero, e tenho recebido o empenho de Vossa Excelência, e não menos nos meus acrescentamentos, pois estou no conhecimento dos meus particulares ser eu bem sucedido com o poderoso patrocínio de Vossa Excelência. Em companhia desta, Excelentíssimo Senhor, remeto a relação que Vossa Excelência me recomendou das diligências e o mais que se tem resultado pertencentes ao Real serviço de Sua Majestade que Deus Guarde, e nela entenderá os meus erros, do que peço perdão a Vossa Excelência que a minha vontade é desejar em tudo dar a gosto a Vossa Excelência. Ficando sempre ao dispor de Vossa Excelência a quem Deus Guarde [...] Deste humilde escravo de Vossa Excelência, Francisco de Brito Peixoto.³³³

O capitão-mor de Laguna estava ciente de que o rei havia delegado ao governador D. Rodrigo de César de Meneses a faculdade de prometer hábitos de Cristo e outras honrarias a quem se distinguisse no serviço real, por isso o seu empenho nas questões do contrabando, e que tinha como motivação mais um “acerto de contas” com os seus desafetos políticos, os principais suspeitos.³³⁴ Aqui temos a evidência de prática da “economia das mercês” pelas autoridades coloniais, que em nome da coroa buscavam firmar laços e pactos de confiança dos seus subordinados e súditos do rei via as benesses que provinham da

³³³ DI, vol. XXXII, p. 271-272. [Anexo K - Correspondência do Capitão-Mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto]

³³⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.)...[et al.] *História...Op. cit.*, p. 149-150.

monarquia.

O empenho de Francisco de Brito Peixoto o levou a descobrir, ou a forjar, um plano audacioso dos franceses, que pretendiam levantar ali na Ilha de Santa Catarina uma feitoria “em que levantarão casas e deixarão nela alguns Franceses.” E tudo com a colaboração de Manuel Manso de Avelar e Manuel Gonçalves Ribeiro, que tinham acertado isso alguns anos antes com três naus francesas que passaram por aqueles mares.³³⁵ Descobriu-se também que esses mesmos vassallos do rei tinham feito uma escritura de contrato no ano de 1720 com um tal de Monsieur Doloso, capitão de uma embarcação francesa que vinha de Maldonado. Os termos desse acordo foram relatados pelo governador da capitania de São Paulo na ordem dada ao capitão-mor para prender os contrabandistas de Laguna e Desterro, e o francês Pedro Jordão. O referido contrato expunha as obrigações das partes envolvidas nos dois lados do Atlântico, em que

ambos se assinaram para ir a nau de França carregar a costa da Mina de pretos, e lhes trazer, como também certas fazendas de França dando-lhas pelo que lá custassem, e lhe fazerem pago em courama, de que resultou ir a dita Nau a França e depois indo a costa de Mina roubou uma Sumaca nossa, que vinha carregada de pretos metendo homens que nela vinham do Porão com os quais chegou a Ilha de Santa Catarina, e por não achar a courama junta, prendeu ao dito Manoel Manso de Avelar, tomando-lhe tudo o que lhe achou, vindo reconhecer a terra, tornando conhecimento da nossa costa, e das forças, e defesas, que tem aquelas povoações de que, se podem recear graves danos pelas conseqüências que se seguem de que as nações estrangeiras, contratem nos portos desta Capitania (...).³³⁶

Percebe-se que o principal interesse dos colonos luso-brasílicos,

³³⁵ DI, vol. XII, 1895, p. 17. [Registro de uma ordem que se mandou ao capitão-mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto, para prender Pedro Jordão e tirar um sumário de testemunha dos confidentes]

³³⁶ Ibidem, p. 17-18.

em associação com os franceses, era de comércio de africanos escravizados. O negócio de contrabando tomava uma proporção atlântica, ligando a costa da África com a costa sul do Brasil através de parcerias com navegadores franceses, que por vezes nem sequer adquiriam escravos diretos do continente africano, quando saqueavam embarcações lusas envolvidas no tráfico negreiro. No entanto, ao que consta, o trato não foi cumprido pelos prepostos da costa brasileira, que não conseguiram juntar a quantidade de couro necessária para trocar pelos negros. A quebra do acordo que havia sido firmado levou os franceses a se levantarem contra Manuel Manso de Avelar tirando-lhe tudo que tinha.

Por mais que esta informação da escritura de contrato não fosse uma prova irrefutável da suspeita dos moradores daquela costa, tendo em vista o contexto político de onde surgiram as notícias da prática de contrabando, das disputas que antecederam os acusadores e acusados, não seria implausível pensar na veracidade de um negócio desse tipo.

A fim de pensar sobre a possibilidade dessa situação comercial existir, reconhecemos que os prepostos luso-brasílicos dispunham de meios para firmar um contrato dessa dimensão, por mais que não o tenham conseguido cumprir com o sucesso esperado. A “courama” que deveria ser juntada para pagar os negros da Costa da Mina era artigo comum da produção agropastoril local. Tanto Manuel Manso de Avelar, quanto Manuel Gonçalves de Ribeiro tinham currais nas planícies do continente, próximo à ponta Sul da Ilha. Como bem sabemos, Manso de Avelar tinha acesso à criação de gados que existia nos Campos de Araçatuba, onde também mantinha um porto e embarcação numa enseada bem próximo dali. E ele já vinha comerciando gados com os estrangeiros que arribavam por aquela costa. Por sua vez, Manuel Gonçalves vivia na vila de Laguna, que desde o início de sua povoação teve a criação de gado como uma das principais atividades econômicas locais, quiçá a mais importante delas.³³⁷ Mas não só. Temos a informação de que Manuel Gonçalves tinha uma data de terras próximo aos pastos comuns de Laguna, que ficava na região do Morro de Itapiruvá, no atual município de Imbituba, seguindo em direção ao norte. Aqueles campos tinham sido antes dados a Antônio Bicudo Camacho, que abriu mão da posse daquelas terras por outras mais ao Sul, deixando-as para Manuel Gonçalves de Ribeiro – talvez aqui

³³⁷ HAMESTEIR, Martha. *O continente do Rio Grande de São Pedro... Op. Cit.* p. 32-33.

evidencie-se uma relação de proximidade entre os Camachos e Gonçalves Ribeiro, e com os quais Manso de Avelar já era chegado.³³⁸ E certamente foi naquelas terras que ele mantinha os seus currais de gado vacum.

No entanto, o porto da Ilha de Santa Catarina era o ponto de encontro e desfecho dos negócios, em razão das vantagens naturais que a barra Sul da Ilha tinha em relação a barra de Laguna, aparentemente preterida pelos navegantes. Mas também por estar distante dos olhos “lagunenses” da gente do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto. É provável que a função de recolher e amealhar a courama produzida ficasse a cargo de Gonçalves de Ribeiro, visto que a região de Laguna tinha uma produção mais avantajada deste artigo, ali os rebanhos eram mais numerosos que nos campos próximos à Ilha. Sendo assim, caberia a Manuel Manso recolher em sua sumaca a “courama” e entregá-la aos franceses. Talvez ele ainda pudesse se envolver com a produção de couros em Araçatuba, caso houvesse necessidade. E para fechar o negócio, eles teriam a ajuda de Pedro Jordão, o contato com os comerciantes/corsários franceses.

Ao certo não podemos saber o que de fato se passou naquele tempo, como haviam sido pensados os termos daquele suposto contrato, mas as intenções de efetivá-lo certamente não faltavam para os comerciantes e senhores locais, seja do Desterro ou de Laguna. Os escravos africanos que seriam negociados eram um bem indispensável para a ampliação das lavouras de alimentos – talvez até de cana-de-açúcar, como nobreza da Ilha sugeriu a Manuel Gonçalves de Aguiar quando de sua visita em 1714, indicando que ali deveriam ser levantado engenhos, e como o próprio recomendou à coroa lusa, caso desejasse estimular o desenvolvimento daquela região. O sistema de administração dos indígenas, que garantia o acesso à força de trabalho dos carijós do litoral, vinha sendo combatido na capitania de São Paulo por aquela época. Um dos capítulos dos provimentos que o ouvidor

³³⁸ Sobre as terras do “capitão” Manuel Gonçalves Ribeiro, como também os pastos comuns de Laguna, ver o capítulo de número 38 dos provimentos que deixou o ouvidor Rafael Pires Pardinho em correição em Laguna. Cf. SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 150. Sobre “Itapiruvá”, escreveu o padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva no seu dicionário topográfico do século XIX, que este “Morro sobe a costa oriental da Laguna, o qual forma uma ponta distante 3 léguas ao norte da barra daquela cidade.” PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. *Op. cit.*, p. 139.

Rafael Pardinho deixou para Laguna quando de sua correição em 1720, dizia que os juízes daquela vila não podem mais “avaliar os carijós administrados, por serem libertos, como em repetidas Leis se acha declarado, e não admitirem valor, nem estimação.”³³⁹ Um outro capítulo proibia as “correrias no sertão ao gentio para os obrigarem a serviço, por ser contra Lei expressa de Sua Majestade e ainda contra o serviço de Deus.” E ainda havia outro que obrigava a matrícula do carijós, “que há liberto nesta Vila para que em nenhum tempo venha em dúvida, se eles, seus filhos e netos são obrigados a esta tal e qual servidão e administração em que os outros moradores desta comarca.”³⁴⁰ Ou seja, ficariam proibida as bandeiras que produzia novos escravos, os índios não poderiam contar mais como parte do patrimônio senhorial, e ainda poderiam requerer a sua liberdade. Nesse sentido, os empecilhos legais que surgiam em prol de acordos a favor da liberdade indígena na primeira metade do XVIII, fruto da política indigenista de D. João V, faziam com que os senhores procurassem outras alternativas para garantir a continuidade do trabalho nas lavouras.³⁴¹ Mas a opção pela substituição do escravo índio pelo negro africano custava muito caro. Um jovem escravo africano por volta da década de 1710 girava em torno de 250\$000 mil réis, uma pequena fortuna para os moradores da Ilha e Laguna.³⁴² Sendo assim, a oportunidade de firmar um negócio que lhes dava acesso direto à compra de negros novos da África em troca de produtos locais, a um custo relativamente baixo, era muito bem-vinda. Além do que, um trato desse tipo permitiria que Manuel Manso e Manuel Gonçalves acumulassem riqueza material e simbólica. Eles se tornariam senhores de escravos africanos como poucos no Brasil colonial, e ainda adquiririam um patrimônio considerável e valioso.

Curiosamente, por volta do mesmo ano em que se iniciaram as investigações desse caso de contrabando na Ilha, e de quando se teve notícias deste contrato que envolvia escravos negros, um navio francês foi preso e confiscado no litoral próximo ao porto de Santos. Assim noticiou o provedor real da fazenda, Temotheo Correa de Góes, em carta endereçada ao rei de Portugal em trinta de março de 1721. Em resposta, D. João V, através dos seus conselheiros, dizia ter sido “bem confiscado o Patacho Francês”, e a sua principal carga, o negros, “que logo se

³³⁹ SILVA, José Gonçalves Santos. Op. cit., p. 154.

³⁴⁰ SILVA, José Gonçalves Santos. Op. cit., p. 168-169.

³⁴¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.)...[et al.] *Op. cit.*, p. 113-119.

³⁴² O valor aproximado de um escravo africano por volta desse período consta em MONTEIRO, John M. *Negros da terras...Op. cit.*

venderão.” O dinheiro dessa carga viva do Patacho LeSutil, do capitão João Gelen, deveria ser usado na “obra da Camara, Casa de Cadeia, Igreja dessa Vila.”³⁴³

Em razão de todos esses fatos que se sucederam no início da década de 1720 na costa Sul do Brasil, talvez tivesse sido feito mesmo um contrato que firmava a parceria entre os franceses e as duas autoridades de Laguna e Desterro, envolvendo couros e escravos.

Todos os indícios levavam as autoridades coloniais a crer que de fato existia na Ilha de Santa Catarina a prática de comércio ilícito com estrangeiros. Mesmo depois de ter passado ali o ouvidor geral Rafael Pires Pardinho, que deixou anotado num dos seus provimentos “que não se admita que estrangeiros entrem, nem sondem a barra; e nem aqui, nem na Ilha de Santa Catarina se faça com eles a troca [de] fazenda.”³⁴⁴ Assim, vendo que persistia tal prática decidiu o governador Rodrigo César de Meneses enviar a diligência de Francisco de Brito Peixoto, que estava em Santos na época, para aquele litoral a fim de

queimar a feitoria que fizeram os franceses na Ilha de Santa Catarina e havendo dentro das casas alguma fazenda será também sequestrada e para a execução de tudo ordeno ao Ajudante, e soldados, que se acham naquela Vila obedeçam ao dito Capitão-mor em tudo quanto se lhe mandar, e depois de tudo executado mandará o Capitão-mor os presos para esta cidade a minha ordem, os quais virão entregues ao Ajudante, e soldados para que os tragam com toda a segurança, e também virão os franceses, que lá estiverem, e o sumário que mando tirar sobre este particular, e a fazenda que se confiscar virá remetida a praça de Santos, com o inventário que se fizer, e com uma relação que mandará fazer o dito Capitão-mor de tudo o que obrar neste particular [...]³⁴⁵

³⁴³ DI, vol. XVIII, p. 122-123. [Carta Regia sobre o confisco de um navio francês]

³⁴⁴ SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 151.

³⁴⁵ DI, vol. XII, 1895, p. 19. [Registro de uma ordem que se mandou ao capitão-mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto, para prender Pedro Jordão e tirar um sumário de testemunha dos confidentes]

Com o apoio das forças locais, que tinham sido recém-montadas pelo ouvidor Pires Pardinho, o capitão-mor Francisco de Brito Peixoto deveria prender a quadrilha de contrabandistas residente na Ilha de Santa Catarina e Laguna e confiscar todos os seus bens. Na época o Ajudante das ordenanças daquela vila era Sebastião Rodrigues, que julgamos ser Sebastião Rodrigues de Bragança, conhecido dos principais suspeitos. Foi ele quem colocou à disposição do capitão-mor para execução deste serviço a tropa de infantes³⁴⁶. O juiz Francisco Correa de Sousa, que também esteve em diligência com Brito Peixoto, escreveu a D. Rodrigo César de Meneses, que os três principais suspeitos, Manuel Manso de Avelar, Manuel Gonçalves Ribeiro e Pedro Jordão, “andavam receosos e dormiam pelos matos, que tudo isso tem quem se sente culpado [...] e pela muita astúcia do Capitão-mor, que usou com os ditos, os mandou prender, e logo fiz o fisco que Vossa Excelência me recomendou.” Mas consta que o dito juiz não achou “nada de precioso senão cousas de pouco valor, e todos os fiscos que fiz do três nomeados todos foram à vista dos infantes, os quais todos me serviram de testemunhas e vão assinados nos termos dos fiscos que fiz e depusitei-os logo em poder de homens dos principais da terra.”³⁴⁷ Ele ainda acrescenta que teve que usar parte dos bens sequestrados para pagar os infantes da tropa de Sebastião Rodrigues de Bragança.

Logo após a prisão dos acusados, o juiz de fora Francisco de Sousa ouviu ameaças dos mesmos, que diziam que assim que chegassem à praça de Santos “iam estender a língua só a fim de nos fazer todo o mal que pudessem, a mim e ao Capitão-mor, e dizem que os ferros em que eles vão que [houveram] de tornar em busca de mim.” O juiz ainda acrescentava que era “malquisto” por fazer a justiça “direita”.³⁴⁸ Os presos Manuel Manso e Manuel Gonçalves pareciam falar a verdade, porque lá haveriam de buscar ajuda com outros poderosos locais, conhecidos, para que pudessem intervir a favor deles, como Manuel Gonçalves de Aguiar, que foi sargento-mor da praça de Santos e que era também desafeto de Francisco de Brito Peixoto. Como bem lembrou o juiz, não demorou para que Gonçalves de Aguiar, também suspeito, logo desfizesse da sua “pessoa para com Vossa Excelência só a fim de me destruir”.

³⁴⁶ “Infante” é o mesmo que “soldado de pé”, que não pertence a cavalaria. Cf. BLUTEAU, Rafael. *Op. cit.*

³⁴⁷ DI, vol. XXXII, p. 256. [Anexo K - Correspondência do Capitão-Mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto]

³⁴⁸ *Ibidem*, p. 258.

Oswaldo Cabral, analisando este mesmo caso, escreveu que o diligente Francisco de Brito de Peixoto tratou de abrir uma sindicância contra Manuel Manso que foi “acusado não apenas de contrabando, mas também de outros crimes, inclusive de morte e, apesar de haver fugido, acabou sendo preso e remetido para Santos, onde foi recolhido a ferros, numa fortaleza”. Preso num calabouço, “três meses e meio muito vexado e passando mil misérias”, Manuel Manso tentou recorrer “ao governador e usado de toda a influência de sua família para libertar-se”.³⁴⁹

Mesmo antes de ser preso e metido num calabouço na praça militar de Santos, Manso de Avelar já procurou acessar a sua rede de relações para tentar se livrar das punições que estavam sendo aplicadas a sua pessoa. Ainda na Ilha de Santa Catarina, ele conseguiu reunir “muitos papéis falsos de vários homens que lhes tem afeição”. Um desses era o próprio Ajudante Sebastião Rodrigues de Bragança, que deveria auxiliar o capitão-mor de Laguna na prisão dos suspeitos, mas que se mostrou mais “empenhado a seus livramentos com alguns infantes seus apaniguados, que são homicidas a encobrir com os presos alguma coisa sonogada.”³⁵⁰ Provavelmente, não podendo livrar Manuel Manso de Avelar da prisão, Rodrigues Bragança tentava ajudar como podia, escondendo o que fosse necessário e útil para o livramento desse, como alguma prova que o incriminaria ainda mais ou alguma riqueza para que não fosse confiscada. Isso de fato aconteceu, o que explica o porquê do juiz relatar que logo após a prisão do acusado nada achou de valor.

Tempos depois soube-se que o ajudante Sebastião Rodrigues de Bragança confiscou por si próprio várias fazendas dos presos como “duas saias de seda, quinze pistola de coldres, sessenta e quatro carapuças de tesume de várias cores, seis pistolas de algibeira”,³⁵¹ dentre outras coisas, e as escondeu na casa de outro morador do Desterro a fim de evitar que essas riquezas caíssem nas mãos do juiz Francisco Correa de Sousa. Ele ainda vendeu várias desses objetos e enviou uma caixa de fazendas para Santos, mas o juiz não conseguiu averiguar para quem foram entregues. Não seria difícil de imaginar que aqueles bens

³⁴⁹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina... Op. Cit.* p. 48-49.

³⁵⁰ DI, vol. XXXII, p. 258. [Anexo K - Correspondência do Capitão-Mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto]

³⁵¹ Ibidem, p. 264.

destinavam-se aos presos, ou para alguém que os beneficiasse a fim de livrá-los daquele aperto. A sua fidelidade a Manuel Manso de Avelar ainda lhe rendeu uma prisão a mando de Correa de Sousa.³⁵²

Outra figura do grupo dos principais do Desterro que mostrou-se fiel a Manuel Manso de Avelar foi Balthazar Soares Louzada, seu genro. Como tinha exercido a função de juiz na localidade, sabendo da diligência do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto que vinha de Santos, ele logo tratou de antecipar a guarda de uma soma de dinheiro de Manso de Avelar e Gonçalves Ribeiro, para evitar o fisco do juiz Francisco Correa de Sousa. Ele também juntou “papéis falsos na Ilha de Santa Catarina em favor de seu sogro.”³⁵³ A rede social de Manso de Avelar mostrava-se eficiente para tentar livrá-lo. Várias ameaças foram feitas ao juiz de fora que ajudou a prendê-lo e confiscou os seus bens. Dizia Francisco de Sousa ao governador que vivia “ameaçado tanto dos seus procuradores [dos presos] como dos seus parentes”, e que pelo bom zelo que tinha “no tocante aos fiscos de El-Rey meu Senhor e por me verem ser reto me tomarão ódio. Tanto os presos como os parentes que me desejam beber o sangue.”³⁵⁴ Não somente isso: as ameaças também eram dirigidas ao capitão-mor Brito Peixoto, que em carta disse que “quando o dito juiz esteve tirando a devassa [retirou-se] da Vila para a minha fazenda, por me livrar de alguns aleives que são costumados contra mim, e nem assim escapei como tributário neles.”³⁵⁵

Já do ouro que as autoridades coloniais suspeitavam que poderia ter sido desviado pelos contrabandistas para os franceses, encontraram somente “cousa de duzentos mil réis em prata e ouro lavrado de um enteado de Manuel Gonçalves Ribeiro, os quais pertenciam aos órfãos.”³⁵⁶ E nada mais se apurou, a não ser que estivesse sonogado pela gente Manuel Manso e Gonçalves Ribeiro, o que não é de duvidar.

No tocante ao fisco das coisas de Pedro Jordão, Francisco Correa de Sousa descobriu duas mulas “que estavam sonogadas por causa de Manuel Gonçalves Ribeiro”, e algumas correspondências que aquele mantinha com outros parceiros de negócios. Ao que consta, o francês mantinha uma rede mercantil que incluía não só moradores de

³⁵² Ibidem, p. 264-265.

³⁵³ Ibidem, p. 275.

³⁵⁴ Ibidem, p. 264.

³⁵⁵ Ibidem, p. 275.

³⁵⁶ Ibidem, p. 264.

vilas costeiras, mas também do interior, como alguns da vila de Curitiba, e também a de Paranaguá.³⁵⁷ As mulas que foram confiscadas faziam parte de sua empresa. Possivelmente serviam para transporte de suas fazendas, cargas, ou como peças a serem negociadas com os mineradores nas lavras de Curitiba e Paranaguá, ou ainda de regiões mais distantes onde novas minas estavam sendo descobertas.

Após ser preso e metido num calabouço em Santos, por volta de maio de 1722, Manso de Avelar enviou algumas correspondências ao governador D. Rodrigo de César de Meneses, procurando se defender contras as acusações de contrabando que lhe impuseram os seus “inimigos”. Escreveu ele que se via numa “tão rigorosa prisão, tão injustamente, onde estou e me acho muito obediente a ordem de Vossa Excelência, pedindo-lhe porém [que] se queira compadecer de mim com idade de sessenta anos, cheio de achaques³⁵⁸ e pai de tão grande família como tenho naquela Ilha.” Além desses apelos emotivos, defendia-se dizendo que pretendia trocar os couros com os franceses por dinheiro e não por fazendas, “porque esta sabia era contrabando”.³⁵⁹ Provavelmente ele tinha conhecimento do alvará de 1715, ou lembrava-se dos provimentos que o ouvidor Rafael Pires Pardinho havia deixado alguns anos atrás no Desterro, alertando para não se praticar comércio com os estrangeiros em troca de fazendas.³⁶⁰ Alegou também que os moradores da Ilha eram forçados a atender as exigências comerciais que impunham os estrangeiros a fim de não sofrerem violências por parte deles. Sobre os papéis que serviram de prova contra a sua pessoa, de que mantinha contatos com os franceses, ele alegava que não sabia que era considerado crime guardar tais correspondências. Segundo ele, é que só depois da correição que o ouvidor Pires Pardinho fez aquela povoação foi que tiveram contato com as leis metropolitanas, que impediam contatos comerciais ou de qualquer outro tipo com estrangeiros. Dizia que mesmo sendo “filho de Lisboa vim de pouca idade para este Brasil e por querer eu seguir a doutrina do dito ministro e guardar os seus provimentos tive que uma carta de um Capitão Francês de uma nau que

³⁵⁷ Ibidem, p. 265.

³⁵⁸ “Mal que sobrevem depois de uma grave doença, ou que nasce de má disposição do temperamento”. Cf. O termo “Achaque” em BLUTEAU, Rafael. *Op. cit.*

³⁵⁹ AESP. Lata 257, maço 25, pasta 4, 25.4.1. Carta de Manuel Manso de Avelar ao governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses. Santos, 18.06.1722. Apud. KHÜN, Fábio. *Op. Cit.* p. 50.

³⁶⁰ SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Op. Cit.* p. 145-160.

iam para o mar do Sul, que chegaram aquele porto [...] e assim sempre estivemos vivendo cegamente.”³⁶¹ Ele também fez questão de lembrar toda a sua dedicação ao serviço régio, alegando fidelidade à monarquia lusa, e declarou que aquelas acusações não passavam de injúrias que seus inimigos faziam sobre sua pessoa, porque

Na Ilha de Santa Catarina onde assisto há [quarenta] anos servi sempre a Sua majestade e me ocuparam muitas vezes os Senhores Governadores que passaram a esta [América] para muitas cousas do serviço de Sua Majestade, e sempre acharam fazer eu minha obrigação; não tive fortuna que houvesse pessoa que informasse a Vossa Excelência disto mesmo, mas antes achei a desgraça de que informasse a Vossa Excelência e ao ouvidor geral inimigos meus que tenho a quarenta anos, e a razão que tem é a inveja de eu viver bem e eles mal, eu [achando-me] e meu companheiro Manoel Gonçalves Ribeiro destruído e roubado pelos nossos inimigos sem nem eu, nem ele, me achar com a mais leve culpa; eu não tenho nestas partes a quem recorrer senão a Vossa Excelência [...]³⁶²

Pelo que parece constar, os desafetos políticos que Manso de Avelar colecionava na América portuguesa o perseguiram desde a sua instalação na Ilha de Santa Catarina, no mesmo momento em que Francisco de Brito Peixoto dava início à povoação de Laguna. Os conflitos entre esses dois “maiorais” poderiam ter origem em questões envolvendo a descoberta e posse das novas terras daquela fronteira em finais do XVII, tendo em vista que os dois povoados que lideravam eram limítrofes. Sem falar, claro, na disputa pela exclusividade de autoridade e poder naquela parte da costa. E tudo isso, décadas depois, acabou rendendo meses de prisão a Manso de Avelar. Ele acusava seus opositores de terem “inveja” dele, provavelmente pela carreira e fortuna que construiu naquela paragem ao longo de quarenta anos. Mas, diferente do que alegava ao governador, de que não tinha a quem

³⁶¹ DI, vol. XXXII, p. 502. [Cartas de Manoel Manso de Avelar, preso em Santos e acusado de passar contrabando em Santa Catharina]

³⁶² Ibidem, p. 504-505.

recorrer, ele teve quem o amparasse daquela situação. O seu principal inimigo, o capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, não satisfeito depois com a sua liberdade e inocência, escrevia a D. Rodrigo de César de Meneses que este livrou-se somente por que teve como “padrinho” um “Capitão de mar e guerra de uma nau de Macau que nesse tempo se achava na Ilha de Santa Catarina.”³⁶³

Mas também teve Manuel Manso de Avelar a seu favor toda a sua “grande família” da Ilha de Santa Catarina, ou melhor, o seu bando³⁶⁴. Aquele grupo que liderava incluía gente de toda qualidade, envoltos numa vasta rede de relações recíprocas e que num momento como aquele de dificuldades foi preciso articular. “A seu favor intercederam Manoel Gonçalves de Aguiar e Sebastião Rodrigues de Bragança”,³⁶⁵ mas também o capitão Domingos Carvalho de Quintal, que foi até a capitania de São Paulo “beijar os pés do governador”, entre outros membros do grupo que liderava.³⁶⁶

Diferente de Manuel Manso de Avelar e Manuel Gonçalves Ribeiro, o francês Pedro Jordão não conseguiu libertar-se tão facilmente. Até março de 1723 ele ainda estava preso em Santos, conforme relatou o governador Rodrigo César de Meneses ao vice-rei do Brasil. Na carta ele comentava sobre a administração e as necessidades daquela capitania de São Paulo, e aproveitou para citar o caso da prisão de um contrabandista estrangeiro como um dos seus trunfos. Dizia ele que há muito tempo prendeu um francês que achava-se na capitania e que corria a maior parte do Brasil “com prejuízo considerável dos direitos reais

³⁶³ DI, vol. XXXII, p. 281. [Anexo K - Correspondência do Capitão-Mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto]

³⁶⁴ Para Tiago Luís Gil termo “bando” “*significa uma organização de pessoas de diferentes estratos sociais, associados através de diversos vínculos, especialmente parentais e de reciprocidade*”. GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, p. 123. [dissertação de mestrado]; João Fragoso se apropria do termo ressaltando o mesmo significado: “*Uso a palavra bando para me referir à teia de alianças que as famílias da fidalguia tropical criavam entre si e com outros grupos sociais, tendo por objetivo a hegemonia política ou a sua manutenção*”. FRAGOSO, João. *Fidalgos e parentes de pretos...* Op. Cit. p. 69. Ver também: FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa. *Revista Tempo*. Niterói, UFF, vol. 15, p. 11-35, 2003.

³⁶⁵ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina...* Op. Cit. p. 49.

³⁶⁶ Ver a família Camacho em: BOITEUX, Lucas. Op. Cit. p. 29.

[...] por estar continuamente fazendo negócios, mandando vir fazendas em navios franceses, que espalhava e vendia por todas as Vilas da Marinha.” Contava que este francês tinha conluio com alguns portugueses “que ando no alcance.”³⁶⁷ E ainda, escrevia César de Meneses tentado adiantar ao vice-rei os detalhes sobre os crimes cometidos pelo dito francês, prevenindo-o de alguém o interpelar a favor deste preso que,

este sujeito é o mais ardiloso, e nocivo homem que pode haver, por que além de ter correspondência com muita gente, e ainda na nossa Corte com pessoas de distinção, não convém de nenhuma sorte, quando os seus crimes não mereçam a última demonstração, que ele seja solto, por que será o flagelo de toda a América, pois sabe mais, que o melhor prático, todos os portos e enseadas. Antecipo-me em dar esta conta a Vossa Excelência, por que sei que tem bastante valedores, e como lhe não falta dinheiro e sabe dá-lo, poderia ser bem sucedido, além do grande negócio que este homem fazia, consta ter comunicação grande e comércio com os Padres da Companhia Castelhanos, e ajustado com eles que no caso, que o descobrimento das Minas do Cuiabá se adiantasse irem a elas [...] para fazer esquecer as culpas passadas, e encobrir as futuras se ajustou a casar com uma moça pobre na Vila de Laguna, a última deste governo, [porpincoa] aos ditos Padres, mas nunca deixando a correspondência em França da qual pontualmente lhe vinham os avisos e as fazendas, e por que os seus pecados não são só estes, e se tem dos mais, pretendeu fugir da fortaleza da barra de Santos aonde o tenho prezo [...]³⁶⁸

Esta carta do governador paulista, com o exagero comum de quem quer sobrevalorizar suas ações a um superior, resume toda a trama dos negócios em que o francês Pedro Jordão estava metido na América portuguesa. Embora ele não representasse tão grande ameaça à

³⁶⁷ DI vol. , p. 43-44.

³⁶⁸ DI, vol. , p. 45.

colônia brasileira como quis dar a entender César de Meneses, sugerindo que a sua liberdade seria o “flagelo de toda a América”, a preocupação para com a presença de estrangeiros que mantinham contato com nações inimigas de Portugal é totalmente plausível num momento em que a coroa tinha acabado de encontrar a sua “mina de ouro”. Talvez, em razão desse contexto repressivo contra os estrangeiros, sobretudo os franceses, Pedro Jordão não tenha conseguido facilmente se libertar da prisão, nem mesmo acessando os seus contatos com gente de distinção.

Contudo, até onde alcançamos, o desfecho final desse caso de contrabando indica que Manuel Manso de Avelar foi absolvido e “voltou, assim, ao Desterro, onde continuou a sua vida, respeitado por uns, e temidos por outros”.³⁶⁹ Alguns anos depois, em janeiro de 1725, D. Rodrigo César de Meneses escreveu uma carta a Manuel Manso a fim de que este preparasse o povoado para a recepção do ouvidor geral da recém-criada comarca de Paranaguá, Antônio Alves Lanhas Peixoto, e lhe transmitiu as seguintes ordens:

Por ser conveniente ao serviço de Sua Majestade que Deus guarde, que a povoação da Ilha de Santa Catarina se aumente, procurará Manoel Manso de Avelar pôr todo o cuidado em fazer-se tão importante serviço, concorrendo com a sua atividade, préstimo e zelo para que em breve tempo execute a diligência de que o encarrego e também que as casas dos moradores sejam de telha, e o capitão-mor Francisco de Brito Peixoto lhe não porá impedimento, antes lhe dará toda a ajuda necessária, sendo-lhe pedida pela confiança que faço do dito Manuel Manso de Avelar espero obre de sorte no que lhe encarrego que tenha que agradecer-lhe e Sua Majestade que Deus guarde que remunerar-lhe.³⁷⁰

As acusações contra Manso de Avelar não foram

³⁶⁹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Op. Cit.* p. 49

³⁷⁰ Este documento consta em: FONTES, Henrique da Silva. *Manuel Manso de Avelar... Op. cit.*, vol. III, p. 80-81. Oswaldo Cabral aponta que este mesmo documento tratava das ordens para preparar o povoado para a solenidade da criação da vila do Desterro. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Op. Cit.* p. 53.

suficientemente poderosas ao ponto de sua pessoa cair em “descrédito” frente às autoridades coloniais. O governador D. Rodrigo César de Meneses confiava à sua pessoa novos afazeres em prol do império português. Ele ainda garantiria que o desafeto de Manso de Avelar, Francisco de Brito Peixoto, não lhe traria mais problemas. O serviço que Manso de Avelar voltava a prestar a favor dos interesses da monarquia, reforçava a sua legitimidade sobre o espaço de governo da Ilha de Santa Catarina. Talvez o fato de a coroa lusa relevar os delitos cometidos por este vassalo, tenha o seu valor na medida em que as autoridades metropolitanas tentavam construir novos laços de pertença e sujeição através da política de prestação de serviços e concessão de mercês, sobretudo naquela costa que demonstrou ser de muita fragilidade em relação ao governo e controle do Estado português. Provavelmente tinham entendido as autoridades que as acusações de contrabando contra Manuel Manso de Avelar resultavam dos conflitos entre representantes de grupos políticos opostos que atuavam na região, disputando o poder local. Eles reconheceram que a melhor forma de conter aquelas práticas de contrabando seria mesmo a de estabelecer novos pactos entre esses vassalos e o império português.

Ao que parece, a solução deste caso demonstra que o mais importante para coroa foi reforçar os laços de compromisso (vassalagem) com aqueles súditos que detinham autoridade reconhecida sobre o espaço local, tornando possível o seu domínio para com aquelas áreas recém-ocupadas do meridional, sobretudo ali onde nenhum aparato político-administrativo se fazia presente. A instalação de uma ouvidoria em Paranaguá, em 1724, que marca a criação de uma nova comarca de justiça destinada à região sul, era condizente com essa necessidade da coroa de reforçar o seu poder metropolitano sobre aqueles territórios.³⁷¹

Sem dúvida, o papel de destaque de Manuel Manso de Avelar enquanto um “chefe” de um grande bando nas imediações da Ilha de Santa Catarina, fez dele um potencial aliado para a segurança e estabilidade que a coroa buscava naqueles portos. Da mesma forma aconteceu com Francisco de Brito Peixoto, que em Laguna mostrava-se outro importante chefe de bando.³⁷² O estado monárquico português fazia-se cada vez mais presente naquela fronteira através dos acertos políticos que firmava com esses grupos locais de poder, incluindo-os na

³⁷¹ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. cit.*

³⁷² KHÜN, Fábio. *Op. Cit.* p. 39-58.

estrutura política de governo do seu império. No ano de 1722, Francisco de Brito Peixoto já detinha a patente de capitão-mor de Laguna e da Ilha de Santa Catarina, mas em 1727 ele seria reconduzindo ao posto por convir ao “real serviço”.³⁷³ Provavelmente as mesmas honras também alcançaram Manuel Manso de Avelar, como a confirmação da patente de sargento-mor daquela mesma comarca, embora, para efeitos de comprovação, não tenhamos notícia da sua carta de nomeação. No entanto, lembrando o seu papel de principal interlocutor entre o governo da capitania de São Paulo e a Ilha de Santa Catarina, como pessoa responsável por conduzir os trabalhos em prol dos interesses régios, como aconteceu com os cuidados e preparativos da recepção para o novo ouvidor de Paranaguá, é provável que tenha ele de fato assumido tal função. Logo após o desfecho do caso de contrabando, um ano depois de Francisco Brito de Peixoto ter sido reconduzido ao posto de capitão-mor, um novo posto de governança foi criado para a Ilha de Santa Catarina, independente do de Laguna, e quem o assumiu foi um apadrinhado de Manso de Avelar, o ex-ajudante Sebastião Rodrigues de Bragança.

A coroa dependia dessas forças locais para governar aquele território de fronteira, e por isso reconduzia-os aos novos cargos que estavam sendo criados dentro da sua estrutura política de governo. A distribuição desses cargos e mercês era forma como ela criava os laços de sujeição e compromisso dos seus súditos. Por isso, achou-se conveniente ao seu serviço “conservar o posto de Capitão-Mor na Ilha de Santa Catarina para aumentar o número de moradores, que nela se acham”, e também lembrava, em razão do ocorrido anos antes, que

por ser uma das últimas povoações do mar do sul embarçar qualquer desembarque que queiram fazer alguns navios estrangeiros e proibir que não lancem fazenda em terra por ser contra as ordens Reais e tendo atenção aos merecimentos, requisitos e mais partes, que concorrem em Sebastião Rodrigues Bragança [...]³⁷⁴

³⁷³ DI, vol. XVIII, p. 228. [Carta Regia ordenando que Francisco de Brito Peixoto seja reconduzido como capitão-mor da vila de Laguna]

³⁷⁴ SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 193.

Outros homens próximos a Manso de Avelar, membros do seu bando, foram agraciados com patentes, como as das tropas de ordenanças que foram reorganizadas naquele novo contexto político-institucional da costa sul, e onde aos poucos a coroa procurava afirmar a sua presença. A relação enviada pelo então capitão-mor da Ilha, Sebastião Rodrigues de Bragança, trazia os nomes de Domingos Carvalho Quintal e João Bicudo Cortês, que para o novo governador da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, “não tem dúvida conservá-los, segundo a sua informação de serem capazes, mas é necessário que recorram a mim para lhes mandar passar as patentes por ser de estilo.”³⁷⁵

Entretanto, o caso de contrabando com os franceses que analisamos aqui, não somente serviu para demonstrar a fragilidade do governo português sobre os novos territórios do sul, como também permitiu visualizar o funcionamento das redes de poder construídas em torno de Manuel Manso de Avelar, o principal representante da pequena nobreza da Ilha. E mais, expôs os conflitos locais, político-territoriais, que envolvia os dois principais grupos de poder que atuavam ali.

Ao que tudo demonstra, outra solução adotada pelas autoridades metropolitanas a fim de apaziguar os ânimos dos dois grupos rivais da costa catarinense, foi a de tentar definir melhor a situação jurídica da Ilha de Santa Catarina. Mesmo sabendo que o território da Ilha fazia parte do termo da vila de Laguna, que estava submetido politicamente ao concelho da câmara lagunense, e ainda militarmente ao capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, em razão da sua patente de capitão-mor da comarca, o governador Rodrigo César de Meneses procurou garantir ou legitimar espaços de autonomia para com a povoação da Ilha. O que mais tarde viria a se confirmar também com a criação do novo posto de capitão-mor da Ilha, como vimos acima.

Em 1725 o governador paulista enviou um regimento ao capitão-mor de Laguna para que este observasse as matérias em que ele não poderia se envolver na Ilha de Santa Catarina. Em primeiro lugar, destacou a questão dos portos da Ilha, garantindo que “toda a embarcação que for em direitura à Ilha de Santa Catarina, não será obrigado o Mestre dela a dar entrada na Vila de Laguna.”³⁷⁶ Ele também não poderia mais impedir que os índios e castelhanos que vinham dos

³⁷⁵ Ibidem, p. 192.

³⁷⁶ DI, vol. , p. 47.

Pampas negociassem gados com os moradores da Ilha, por que ali “se poderão fazer nas campanhas muitas carnes secas, para se transportarem para todos os portos, de que se segue utilidade à real fazenda, e bem comum, e como na dita Ilha é a barra mais franca, com mais facilidade se poderão carregar nas embarcações, não só carnes, mas bestas muares.”³⁷⁷ Mas também que o mesmo não poderia mais se intrometer nas eleições dos juizes e mais oficiais que são feitas na câmara municipal da Laguna, onde também eram eleitos os juizes do povoado do Desterro.³⁷⁸ A necessidade de adotar um regimento para regular o poder que teria o capitão-mor Francisco de Brito Peixoto sobre os territórios da povoação da Ilha, sobretudo nos assuntos ligados à vida econômica e política, sugere a existência de abusos praticados por sua parte, que certamente não eram aceitos pelos moradores dali. A direção parecia ser esta mesma de estabelecer um acordo a fim de garantir maior autonomia à nobreza da Ilha sobre a ingerência do seu território.

É bem provável que a origem do conflito entre os dois grupos rivais se desse em razão da submissão ou não submissão dos território da Ilha frente às autoridades da vila de Laguna, a câmara e ao seu capitão-mor. Os “segundos povoadores” do Desterro, que participaram da reconstrução daquele núcleo, certamente tinham consciência dos seus direitos históricos sobre a posse daquelas terras, que eles conquistaram e povoaram décadas antes.³⁷⁹ O fato de terem territorializado aquele “sertão litorâneo” em nome da coroa era motivo para argumentarem à favor da sua capacidade e liberdade de gerência sobre aquele espaço. A ideia da ancestralidade da posse advinha da territorialidade que aquele grupo desenvolveu sobre aquele território, que foi apropriado há muito pela ocupação e modificação do espaço a partir dos seus interesses de vida: levantaram paróquia, casas, fazendas, sítios, portos, desenvolveram plantios e criações de animais, dentre outras formas de apoderamento sobre os solos, campos, rios, enseadas e praias do lugar.

Desde que Laguna foi elevada à condição de vila, em 1715, os moradores da Ilha já não deveriam aceitar facilmente a sua anexação à

³⁷⁷ DI, vol. , p. 48.

³⁷⁸ Segundo a relação de 1722 dos officios da comarca de São Paulo a Ilha de Santa Catarina possuía juizes independentes dos de Laguna. Cf. DI, vol. XIII, p. 164-170.

³⁷⁹ Sobre a ideia de “direitos históricos” como sinônimo de direitos territoriais adquiridos pelo pioneirismo sobre a ocupação ou criação de um povoado ou arraial no Brasil colonial, ver: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. cit.*, p. 286

194

circunscrição política-territorial da mesma. E isto refletia até na maneira como as autoridades tratavam as duas povoações, como se fossem territórios distintos, o que fez com que o ouvidor Rafael Pires Pardinho, em 1720, dedicasse provimentos específicos para a Ilha de Santa Catarina, justificando uma administração independente. E o sentimento de propriedade sobre aquele espaço era tão forte entre os moradores da Ilha, que o próprio ouvidor Pires Pardinho precisou advertir num dos seus provimentos,

que os moradores desta Ilha tivessem entendido que estas terras eram de Sua Majestade, que Deus Guarde, e que os moradores deviam tirar suas Cartas de Sesmarias dos sesmeiros que o dito senhor tinha determinado e que os que estarão acomodados em terras, nelas se acomodassem sem que pessoa alguma tivesse a inquietá-los.³⁸⁰

Ao mesmo tempo em que o ouvidor advertia os moradores da Ilha sobre aquelas terras pertencerem a coroa, ele também reconhecia como legítimo o direito territorial dos mesmos. Entretanto, não demorou muito tempo para que os principais moradores da Ilha obtivessem de fato a livre ingerência sobre o seu território, toda a Ilha e o seu continente próximo, até as terras de Garopaba, o que coincidiu com a elevação daquela povoação à condição de vila em 26 de março de 1726 pelo ouvidor Antônio Alves Lanha Peixoto. Esta situação proporcionaria uma nova re-configuração territorial e política sobre aquela costa do Sul, fazendo emergir um novo centro de poder, que mais tarde abrigaria a sede da futura capitania de Santa Catarina no ano de 1738.

³⁸⁰ SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 159.

Capítulo 3 - A vila de Nossa Senhora do Desterro e a capitania de Santa Catarina

3.1 - Preâmbulo

Entender as causas das contendas político-territoriais em que as duas facções da costa catarinense estavam envolvidas, o bando de Brito Peixoto e o bando de Manso de Avelar, foi importante para situar a criação de uma vila na Ilha de Santa Catarina como solução adotada pela coroa para apaziguar os ânimos entre aqueles que disputavam o poder no litoral sul. A elevação da vila de Nossa Senhora do Desterro também serviria à monarquia como um mecanismo de controle sobre aqueles espaços periféricos, uma vez que institucionalizava as relações político-administrativas entre esses e as centralidades régias do reino e da colônia. Na medida em que a instalação de uma câmara municipal formalizava o contato entre o poder monárquico e poder local, suscitando canais diretos de comunicação política, outros sentidos passaram a ser incorporados àquela conquista do sul da América portuguesa, como a ideia de autogoverno e a cidadania dos súditos residentes. Por ora, esses súditos teriam os seus direitos respeitados perante a estrutura jurídico-administrativa do império português. Isto implicava na legitimidade daquela pequena nobreza como o grupo gestor daquele território, incidindo daí a real possibilidade de projetos locais para com o uso e administração dos recursos disponíveis sobre aquele espaço geográfico em prol do bem comum da República recém-instaurada.

Mas a coroa portuguesa também aventava a possibilidade de implementar um plano de ordenamento territorial sobre o mesmo espaço que agora competia a vila do Desterro e aos seus representantes. Há muito tempo que já vinha sendo discutido no governo de D. João V a montagem de um sistema de defesa militar e a criação de colônias para o desenvolvimento daquela parte do meridional, como pudemos constatar nas expedições realizadas pelo oficial militar Manuel Gonçalves de Aguiar na década de 1710, que tinham como principal intenção o reconhecimento das potencialidades daquela costa marítima para

viabilização de tal projeto. Nesse tempo, a necessidade e urgência de uma intervenção desse tipo pela coroa agravou-se quando da constatação do perigo real e imediato que a presença de estrangeiros na costa sul passaram a representar, como no caso dos corsários franceses que invadiram a cidade do Rio de Janeiro em 1711 e de outros franceses que se fixaram nas vilas e povoados do litoral, a exemplo do contrabandista Pedro Jordão. A intervenção colonial e militar pensada para a Ilha de Santa Catarina seria ajustada também dentro de um conjunto maior de ações que estava sendo planejado pela coroa para garantir a posse e o domínio da América meridional frente as investidas espanholas no extremo-Sul, em especial na Colônia do Santíssimo Sacramento, que constantemente vivia sob ameaça, desde a sua fundação em 1680.

Assim, esta parte do trabalho tem como principal motivo entender esse novo processo de territorialização por qual passaram a Ilha de Santa Catarina e sua terra firme, estimulado, de um lado, pela instalação da Câmara municipal do Desterro, e, de outro, pela transferência dos aparatos e agentes régios na primeira metade do século XVIII, a fim de preparar o espaço para viabilizar o projeto de defesa e colonização que a coroa portuguesa estaria por implementar sobre territórios do sul entre as décadas de 1730-1750.

Num primeiro momento, a criação da vila de Nossa Senhora do Desterro implicou no esquadramento territorial daquele espaço que deveria ser planejado para bem atender aos interesses gerais da povoação. A isto, somam-se as iniciativas de demarcação e gestão de um patrimônio fundiário do município, que deveria reservar terras para lavouras e moradas de casa particular, e áreas de plantio e pastagem comum. Mas também outras iniciativas, como o controle sobre o uso dos portos e praias para pesca e transporte de pessoas e cargas, o controle sobre as matas para caça e obtenção de madeiras, o controle sobre rios e ribeirões que serviam como fontes de água potável, dentre outras medidas de gerenciamento dos recursos naturais por onde estendia-se o governo da República, o território de sua jurisdição, e que deveria ser administrado e defendido pelos prestativos oficiais camarários.

Não somente isso; outras circunscrições político-territoriais foram criadas na localidade em função das obrigações que a Câmara municipal agora assumia para com a administração e controle do seu território, reconfigurando completamente aquele “sertão litorâneo” da

Ilha e do seu continente próximo. Eram novos espaços que deveriam ser destinados para aplicação da justiça local (pelourinho e cadeia), para atender ao comércio e o abastecimento de víveres (mercado, armazéns, tabernas e açougue público), para atividades civis, religiosas e político-administrativas (as casinhas onde funcionavam as vereanças³⁸¹ e os largos para as festividades e o treinamento militar das ordenanças). Havia ainda os lugares que seriam ordenados com os equipamentos públicos como arruamentos, pontes, chafarizes, trapiches, dentre outros. E nesse ínterim, toda essa reconfiguração espacial fomentou a aparição de um centro para a onde toda a povoação deveria convergir. No local que abrigava a capela fundada por Francisco Dias Velho a câmara foi instalada, reforçando ainda mais o sentido de capitalidade do lugar onde o primeiro povoador decidiu décadas atrás fixar uma cruz de pedra como o marco inicial do povoamento do Desterro.

Pouco tempo depois, o estabelecimento das burocracias como governadoria, ouvidoria, provedoria, e os aparatos militares como fortes, fortalezas, dentre outras formas de expressão e designios do poder régio, inaugurou um outro momento de territorialização da Ilha de Santa Catarina e seu continente, que já estava sendo administrado e defendido pelos agentes locais de governo a partir da câmara municipal e das tropas de ordenanças. A repartição do poder sobre aquele diminuto espaço “geo-histórico”³⁸² implicaria evidentemente em tensões acerca do

³⁸¹ VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1993; REIS, Sara Regina Poyares dos. *A Casa da Câmara e Cadeia da antiga vila de Nossa Senhora do Desterro: sua história*. Florianópolis: Papa-Livro, 2008.

³⁸² A noção de espaço geo-histórico vem da própria conexão entre a geografia e a história, do campo de estudo que se chamou de “geo-história”. Foi ainda na primeira metade do século XX que os historiadores se deram conta da importância de incluir na prática historiográfica as questões espaciais, de entender o espaço também como um produto histórico, de reconhecer a interferência humana na produção do espaço ao longo do tempo, e vice-versa. Pouco depois da máxima ontológica do francês Marc Bloch, de que a história seria a ciência que estuda o homem no tempo, os historiadores se deram conta de que este homem não se encontrava suspenso no ar, mas fixado num espaço físico, natural, que dava suporte a sua existência. O principal entusiasta deste campo geo-histórico foi, sem dúvida, o francês Fernand Braudel, que no seu clássico “Mediterrâneo” lançou as primeiras balizas para entender as relações possíveis entre tempo e espaço no campo da pesquisa histórica. Diferente de Braudel, nossos recortes espaciais são bem mais modestos, e lembram muito mais as micro-regiões ou espaços localizados das tendências historiográficas de

exercício de mando das respectivas instâncias político-administrativas. Como bem lembrou Antonio Manuel Hespanha, “fazer a história da divisão político-administrativa é fazer a história entre o poder e o espaço.”³⁸³ É nesse sentido que destacaremos aqui os conflitos e negociações em que se envolveram os atores locais e metropolitanos dentro desse contexto de redefinição das formas espaciais em que se assentava o poder naquela localidade periférica do império colonial português. Acima de tudo, a ênfase nessa questão nos permitirá identificar as variadas dinâmicas de apropriação do território da recém-criada vila do Desterro, de 1726, e da capitania real de Santa Catarina, de 1738.

Essas reformas jurisdicionais que foram impulsionadas pela coroa sobre aquela região, seja outorgando o título de vila ao povoado da Ilha de Santa Catarina, seja implementando um sistema de defesa militar e povoamento das áreas devolutas, devem ser entendidas aqui como esforços de manifestação do poder monárquico numa parte ainda não totalmente apropriada dos domínios americanos, constantemente contestados e ameaçados pelos inimigos espanhóis e franceses, que era o sul da América portuguesa.

No entanto, a percepção dessas intervenções da coroa assumiu significados próprios na comunidade da Ilha de Santa Catarina, em especial na vila do Desterro, onde ficavam sediados a instituição camarária e os outros aparatos locais de governo, na parte estreita da Ilha junto ao seu continente. Ali onde funcionava o centro decisório da localidade viria a se tornar também a sede da capitania. Se, por um lado, a coroa esforçava-se para afirmar a sua soberania com base na expansão dos seus aparatos burocráticos e também da implementação de projetos de ocupação para aquela área, no sentido de exercer ali um governo mais presente dos domínios meridionais, por outro, a comunidade desterrense esforçava-se na construção de canais de comunicação para com esta nova realidade político-institucional, sobretudo a pequena elite

pesquisa da história local inglesa e/ou francesa dos anos 1950 e 1960. Sobre esse assunto ver: BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983; BARROS, José D’Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. In: *Varia História*, Belo Horizonte, 22 (36), 2006, p. 460-476.

³⁸³HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994, p. 85.

local, que tentava salvaguardar o seu lugar de mando.

Para entender e dar sentido a todas aquelas mudanças que vinham a surgir em meados do setecentos, a pequena nobreza da Ilha deveria lançar mão do seu conjunto de referências, das experiências que foram e/ou estavam sendo produzidas sobre o lugar que ocupavam a fim de construir modelos de adaptabilidade – instrumentos de negociação –, buscando não alterar as formas já conhecidas ou desejadas em que poderiam continuar exercendo o poder local. As estratégias usadas na comunicação com o corpo político-administrativo régio deveriam de ser forjados na própria localidade, como um produto daquilo que o historiador italiano Edoardo Grendi chamou de “consciência social do espaço”.³⁸⁴ Os antigos povoadores e conquistadores daquele espaço, mesmo agora oficialmente fazendo parte da governança local, que foi instituída pelo rei, tinham consciência dos seus direitos políticos e territoriais e agiriam em prol da defesa dos mesmos.

³⁸⁴ O historiador Edoardo Grendi procurou sintetizar neste conceito algumas das suas preocupações quanto ao papel que a dimensão “topográfica” (espacial) deveria assumir na pesquisa histórica. Para este historiador, a morfologia cultural e social de uma dada comunidade se encontra inscrita na relação que esta desenvolve com o seu ambiente, o seu território. Sobre uma discussão deste conceito ver: GRENDI, Edoardo. Cartografia e disegno locale. La coscienza sociale dello spazio. In: GRENDI, Edoardo. *Lettere Orbe. Anonimo e potere nel Seicento genovese*. Palermo: Gelka, 1989, p. 135-162. Apud. RAGGIO, Osvaldo; TORRE, Angelo (org.) *Edoardo Grendi. In altri termini: etnografia e storia di una società di antico regime*. Milano: Feltrinelli, 2004, p. 19-25. Ver também: LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 209-210. As questões que Grendi procurava responder sobre a relação entre território e comunidade podem ser melhor exploradas em: GRENDI, Edoardo. *Il Cervo e la repubblica. Il modello ligure di antico regime*. Torino: Einaudi, 1993. Em entrevista concedida a Henrique Espada (25 de dezembro de 1998), Grendi afirmou seu interesse por uma abordagem histórica que levasse em conta o problema do território da seguinte maneira: “*Per me, che non possiedo le conoscenze e le metodologie dell'ecologia storica, la cosa ha un senso come terreno problematico generale: come collegare questi studi di terreno (boschi, coliche erbose ecc.) che danno dei risultati storici con lo straordinario sviluppo della storia sociale passato attraverso la demografia storica, la storia della famiglia, la prosopografia storica, la "network analysis", i circuiti di scambio distinti e così via*”. Aproveitamos para agradecer ao professor Dr. Henrique Espada Lima por ter cedido gentilmente esta entrevista inédita com Edoardo Grendi.

Assim, pressupomos que as estratégias de ação e resposta dos grupos locais de poder – em especial a elite camarista do Desterro – frente a esse processo de afirmação territorial da coroa, foram modeladas tomando por base as experiências de conhecimento e apropriação do ambiente, da sua territorialidade, que foram forjadas nos primeiros momentos de conquista e povoamento. Nesse sentido, não há motivo para não considerar as dinâmicas pela gestão desse território como objeto histórico privilegiado para perceber a atuação do grupo local em defesa de seus interesses, sobretudo num momento em que as ações políticas estariam enquadradas nos moldes da câmara ou concelho municipal. Um ponto importante que justificava essas ações era o entendimento de um direito adquirido sobre aquele território que esses mesmos povoadores e seus descendentes conquistaram e defenderam às custas de suas riquezas e gente em nome da coroa.

Vale também frisar que a presença do Estado monárquico português sobre esta parte da América meridional dependeu dessa configuração sócio-espacial dos conquistadores e povoadores entre finais do XVII e início do seguinte. Para os agentes da coroa (governadores, ouvidores, oficiais militares, etc.) isto implicaria no estabelecimento de formas dialógicas das suas práticas de governança para com as instituições de poder local já estabelecidas, sejam elas formais ou informais. Esse movimento de sobreposição jurisdicional da vila do Desterro e da capitania de Santa Catarina na primeira metade do XVIII deve ser entendido à luz dos novos pressupostos historiográficos sobre a arquitetura política do Estado moderno português e as “autoridades negociadas” entre o reino e seu ultramar.³⁸⁵

Nesse sentido, cabe lembrar que a presença dos aparelhos burocráticos da coroa lusa não implicava necessariamente numa centralização do poder político sobre o território. A estrutura político-administrativa do império marítimo português baseava-se num sistema “jurisdicionalista” e “poli-sinodal” de governo, isto é, no funcionamento colegiado das diversas instâncias de poder, fossem elas ultramarinas ou metropolitanas, isto é, com concorrência e negociação dos mesmos poderes. No entanto, cada um desses deveria ter a sua funcionalidade respeitada perante o monarca. A ele caberia a função de coordenar toda essa “constelação de poderes” que compunha a estrutura de governo do seu império. Em termos das relações político-administrativas, esta

³⁸⁵ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (org.) *O Antigo Regime nos trópicos... Op. cit.*

arquitetura política corporativa impõe o reconhecimento de uma organização do poder que requer a preservação da autonomia e a diferença dos corpos sociais e políticos em relação ao todo do reino, em especial a sua cabeça, o rei. Este último tem como principal incumbência a preservação da harmonia de todas as instâncias de governo com base no exercício da justiça, o seu principal atributo.³⁸⁶

Desta maneira, a governança da Ilha de Santa Catarina e sua terra firme, assim como acontecia no reino, deveria ser negociada entre as instâncias de poder ali residentes, onde cada uma deveria respeitar os limites das suas respectivas circunscrições jurisdicionais, suas áreas de influência: a câmara municipal, provedoria, ouvidoria, governadoria, etc. Entretanto, o que perceberemos é que este sistema corporativo de governo nem sempre funcionou da maneira harmônica prevista. Os abusos de poder de alguns oficiais, em especial os governadores, foram quase que constantes contra as prerrogativas dos oficiais da câmara do Desterro.

Antes de iniciarmos a análise dos embates que marcaram a reconfiguração do território da Ilha e do seu continente, seja como circunscrição político-civil da vila de Nossa Senhora do Desterro, seja como circunscrição militar, fazendária e governativa da capitania real de Santa Catarina, gostaríamos de dedicar aqui algumas linhas sobre os pressupostos em que nos baseamos para entender as dimensões político-jurisdicionais de um território português numa comunidade periférica do sul da América na primeira metade do XVIII.

3.2 - A estrutura político-geográfica portuguesa no sul da América

De início, partindo do princípio de que território e espaço não são noções equivalentes, queremos enfatizar aqui o caráter humano do

³⁸⁶HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal - século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994, p. 277-294; HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de F. (org.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188.

primeiro, que não pode ser tomada apenas como um dado da natureza, ou uma paisagem natural, mas como um artefato social e político dotado de historicidade. Tomando de empréstimo as palavras do geógrafo-historiador Antônio Carlos Robert Moraes, “o território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo inexistente como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza”.³⁸⁷ E mais, “a constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento. Enfim, um modo parcial de ler a história”.³⁸⁸ Seguimos esse raciocínio para pensar que o território da vila do Desterro e posteriormente da capitania real de Santa Catarina resultou de um processo que teve como principais agentes os grupos sociais que apropriaram-se daquela região no exercício de suas obrigações de vida no lugar. É provável que, pelo papel estratégico que ocupavam no quadro decisório daquela comunidade, os atores políticos, locais ou metropolitanos, foram os que mais influenciaram na territorialização de tal espaço geográfico. Nesse sentido, propomos que este processo de configuração territorial deve ser entendido a partir das ações desses sujeitos que exerciam o domínio e o controle sobre aquele espaço, e da dinâmica social e política que isto implicava. É um território que movimenta-se em razão das pessoas e instituições que o transformam enquanto tal, suscetível a mudanças, e que não pode ser definido como algo estático, como que se desde seu início já estivesse dado como pronto e acabado, organizado por um “saber de espaço” distante das práticas políticas e sociais concretas. O território da Ilha de Santa Catarina é antes de tudo uma realidade histórica.

O debate sobre o conceito de território na teoria geográfica e histórica não é de todo consensual. Não é a nossa intenção aqui realizar uma análise profunda sobre o tema, a fim de alinhar todos autores e ideias sobre o assunto, matéria esta já bastante discutida nas ciências humanas, tanto na geografia, quanto na história. Entretanto, queremos apenas reforçar um ponto comum entre geógrafos e historiadores que diz respeito a esse conceito, no sentido de o diferenciar da ideia corrente de ambiente natural ou paisagem. O conceito de território aqui aplicado

³⁸⁷ MORAES, Antonio C. Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 18.

³⁸⁸ MORAES, Antonio C. Robert. A geografia humana como história territorial. In: *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 45.

é entendido a partir da interferência humana na produção de um dado espaço geográfico. Esta concepção assinala o uso social e político da superfície terrestre, pressupondo a apropriação (concreta ou subjetiva) de um grupo humano e/ou corpo político sobre o seu ambiente.³⁸⁹

Pensando especificamente nos espaços do império marítimo português, o conceito de território estava ligado diretamente à realidade político-jurisdicional promovida pelo Estado moderno. A modernidade desde seu início legou ao Estado uma referência supra e clara do seu domínio e poder para com a superfície terrestre, que foi a ideia de jurisdição. Esse mecanismo de controle transformou o Estado moderno num “Estado territorial”.³⁹⁰ A construção política de uma jurisdição pressupõe um controle espacial abrangente – ou ao menos tende a ser na sua racionalidade –, que vai expresso na extensão dos aparatos estatais e na delimitação e alcance das ações político-administrativas, na manutenção das linhas de fronteira, mesmo que estas fossem incertas e móveis, como as possessões ultramarinas portuguesas. Mas jurisdição

³⁸⁹ Para uma discussão mais ampla do conceito de território no campo das ciências sociais ver: RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, vol. VIII (Região), p. 262-290. Sobre os debates histórico-geográficos em torno da ideia de território, ver: MORAES, Antonio C. Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008; MORAES, Antonio C. Robert. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2007. Ainda sobre o conceito de território, mas numa perspectiva diferente daquela de Antonio Moraes, ver o trabalho do geógrafo franco-suíço Claude Raffestin. Enfatizando o caráter político do território, em especial as relações de poder que envolvem o processo de configuração territorial, Claude Raffestin também define o território como sendo posterior ao espaço. Para ele, “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”. RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 143.; Para o historiador Antônio Hespánha, que ressaltou a importância das ideias da teoria geográfica moderna para pensar a estrutura política e jurídica do Estado português do século XVII, “as realidades espaciais, tal como são ‘percebidas’, não constituem realidades, dadas uma vez por todas, dependentes da própria estrutura da extensão, mas produtos de uma prática organizadora do espírito humano que, além de recortar em ordens e classificações o material bruto da extensão, valoriza cada uma destas ordens e hierarquiza-as entre si.” Cf. HESPANHA, Antonio M. *Op. cit.*, p. 86.

³⁹⁰ MORAES, Antonio C. Robert. Estado e território numa perspectiva histórica. In: *Território e história no Brasil... Op. cit.*

na constituição do Estado moderno português se aproxima mais da ideia corrente da expansão da justiça régia sobre uma área geográfica próxima, do que de uma organização territorial ampla que obedecia às características de unidade, monopolização e contiguidade, polarizados em torno de um centro político comum e absoluto. Como citamos anteriormente, o principal atributo do rei era a justiça, e era dessa forma que ele governava o seu império.

Para o geógrafo-historiador Antonio Carlos Robert Moraes a jurisdição serviu como o substrato espacial na origem do Estado moderno, sendo que este, por sua vez, estaria na “base da formação dos territórios estatais-nacionais do século XIX”.³⁹¹ A imagem de Estado projetada por este autor sobre as monarquias européias se confunde com a contemporânea, ou melhor, com a do Estado liberal (dos governos iluminados) e nacional dos séculos XIX e XX, que tinham como a sua principal característica a centralização do poder político sobre todo o espaço geográfico. Este autor constrói o seu argumento acerca do Estado moderno a partir da ideia do “absolutismo”, e que hoje vem sendo considerada bastante inapropriada para pensar o sistema político das monarquias da Europa moderna até a primeira metade do XVIII. Para Robert Moraes,

o absolutismo promove um forte (e conflituoso) movimento de afirmação de fronteiras na Europa, que reforça a associação entre as casas reais e o domínio e o governo de certas porções do continente, num quadro no qual a legitimação da posse territorial era pactuada em termos dinásticos (garantidos pelo poderio bélico).³⁹²

Assim, para Robert Moraes, o território do Estado moderno português foi resultado da vontade explícita e arbitrária do monarca de expandir seu poder político sobre os territórios contíguos e coloniais, suprimindo as espacialidades locais em torno de um governo absoluto que verticalizava-se sobre o espaço geográfico constituindo o seu domínio imperial.

³⁹¹MORAES, Antonio C. Robert. *Bases da formação... Op. cit.*

³⁹²MORAES, Antonio C. Robert. Estado e território numa perspectiva histórica. In: *Território e história no Brasil... Op. cit.*, p. 55.

O historiador Antonio Manuel Hespanha já nos advertiu sobre a necessidade de pensar o sistema político moderno a partir da sua própria racionalidade, e não através das imagens retrospectivas de modelos políticos e estatais posteriores. Entretanto, não discordamos aqui de que a jurisdição – o poder político na linguagem da época – serviu de referência espacial para a afirmação territorial do Estado moderno português, conforme sinalizou Antonio Carlos Moraes, mas a atualizamos lembrando que a doutrina jurídica comum europeia (*ius commune*) favorecia os poderes e espaços periféricos ante aos poderes “absolutos” do rei. O direito régio não se sobrepunha ao direito comum. Nesse sentido, a aplicação da justiça, ou de qualquer outra função administrativa desempenhada pela monarquia, seja ela qual fosse, militar ou fazendária, não suprimia a participação das comunidades locais neste processo de construção do território-jurisdicional do Estado moderno luso, pelo contrário, ela os incluía, respeitando seus estatutos diferenciados e direitos territoriais antes adquiridos.³⁹³ Aqui, podemos falar de uma pluralidade de espaços, e de poderes, que serviram a metáfora de um Estado territorial. Até porque, como lembra Maria Fernanda Bicalho, aquilo que designamos por coroa, ou Estado português, “não era algo unitário, mas sim um agregado de órgãos e de interesses, que não funcionava como pólo homogêneo de intervenção sobre a sociedade”.³⁹⁴ Assim também seria o território do império

³⁹³ O debate sobre a limitação do poder real e a importância dos poderes periféricos na constituição da monarquia portuguesa consta em: HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan...* Op. cit., p. 471-522.; Ver também: HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de F. (org.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188. HESPANHA, Antonio M. *As vésperas do Leviathan...* Op. cit., p. 352-380.; Para Antonio Hespanha, o processo do trânsito desse modelo político moderno para o Estado contemporâneo está ligado a mudança de uma concepção e prática corporativa da sociedade e do poder político, que distribuíam-se pelos vários corpos sociais, para uma outra concepção em que o poder se concentra no Estado, dele esvaziando a sociedade, que agora se tornava civil. Cf. HESPANHA, Antônio Manuel.

³⁹⁴ BICALHO, Maria Fernanda. As Tramas da Política: conselhos, secretarias e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 343-372.

ultramarino português, um agregado de espaços coloniais que não traduzia necessariamente a homogeneidade de um domínio territorial muito bem definido, polarizados em torno de um centro único e absoluto.

Conforme o dicionário etimológico de Raphael Bluteau, de 1712, os termos jurisdição e território aparecem associados. Território seria o “espaço de terra nos contornos, jurisdição de uma cidade”. Estar nos contornos e sob a jurisdição de uma cidade significava ser parte de um reino ou império. Lembrando que jurisdição seria o “poder que o público concede, que o bom governo introduziu para a decisão das causas”, ou ainda, “que jurisdição é a autoridade de ofício de justiça, ou de outra dignidade”, foi dessa e não de outra maneira que os prolongamentos do aparelho estatal, os braços da coroa portuguesa, estenderam-se sobre o seu virtual território.³⁹⁵ A ideia de jurisdição se aproxima aqui da área de abrangência dos ofícios públicos que serviam ao bom governo, em especial o da justiça, seja ela de uma comunidade ou de um reino. Aqui vale lembrar as palavras do historiador português José Subtil de que “a função suprema do rei era ‘fazer justiça’ [...] a justiça era, portanto, não apenas uma das áreas de governo, mas a sua área por excelência.”³⁹⁶ E foi essa justiça o substrato espacial do reino e do império ultramarino.

Mas a justiça no Antigo Regime, como já dito, partia de um princípio jurídico onde o direito comum (*ius commune*), que era o das comunidades locais, escapava ao arbítrio da vontade do rei. O direito era antes uma razão (*ratio*) do que uma vontade (*volutas*), por isso não era arbitrário.³⁹⁷ Assim, a superioridade jurisdicional, quando passou a existir para o Estado monárquico português, não correspondeu necessariamente a um laço de subordinação e hierarquia que fundamentava a noção de um território unificado, que seria fruto explícito da vontade pessoal de um rei, a projeção de um poder único e não dividido de uma unidade política superior. Pelo contrário, o domínio territorial português consistia na organização e harmonização das

³⁹⁵ Ver os termos “território” e “jurisdição” em: BLUTEAU, Raphael. *Op. cit.*

³⁹⁶ SUBTIL, José. Os poderes do centro. In: HESPAÑHA, Antonio Manuel (coord.) *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 141.

³⁹⁷ *Ibidem*, p. 173-176. Esta parte do capítulo de José Subtil foi escrita pelo historiador Antonio Manuel Hespanha, conforme consta numa referência ao lado do próprio texto.

comunidades locais e periféricas tomando por base a jurisdição de cada uma delas. Nas palavras de Antonio Hespanha, “os domínios jurisdicionais destes poderes inferiores [mantinham] a sua autonomia e, por aí, uma expressão político-territorial autónoma”³⁹⁸, frente àquela promovida pela organização político-jurisdicional da coroa. Nesse sentido, a própria ideia corrente de jurisdição garantia que o território a ser governado pelo monarca respeitasse a autonomia das unidades político-territoriais de nível local. Daí, que a produção territorial da coroa lusa foi realizada com base no aprimoramento de mecanismos de comunicação e negociação para com essas unidades político-espaciais periféricas como as paróquias, coutos, julgados, concelhos e vilas.³⁹⁹

Nesse sentido, a dilatação das circunscrições político-territoriais da coroa portuguesa, o que dava materialidade ao Estado monárquico na delimitação e extensão das suas fronteiras, dependeu, sobretudo, da sua abrangência jurisdicional, e que não diz respeito somente sobre à justiça, mas também fazenda e milícia. Lembrando dos escritos de Antonio Manuel Hespanha, naquilo que toca os prolongamentos pelos quais a coroa lusa entrava em contato com as estruturas locais, concordamos que, “as intenções de controlo da vida política e administrativa periférica verificavam-se, fundamentalmente, nos três campos da actividade político-administrativa dos sistemas de poder da época moderna: a justiça, a fazenda e a milícia”.⁴⁰⁰ Estas foram as três principais áreas por onde a coroa estendeu-se sobre o seu virtual território, tentando comunicar ações político-administrativas a todas comunidades e espaços periféricos.

Por outro lado, o contato prolongado de uma comunidade por várias gerações com as suas terras impunha certos limites a uma alteração brusca do estatuto político do espaço, e introduzia uma rigidez sensível ao recorte político-administrativo em que estava assentada. Esse rigor contra a possibilidade de uma alteração do quadro territorial de uma aldeia ou vila em Portugal se deve ao caráter patrimonial do poder político-administrativo, jurisdição local, da própria comunidade.

³⁹⁸ HESPANHA, Antonio M. *Op. cit.*, p. 91.

³⁹⁹ HESPANHA, Antonio M. *As vésperas do Leviathan... Op. cit.*, p. 85-111. Uma análise específica sobre a configuração territorial do Estado português nos domínios coloniais americanos, e que leva em consideração esses apontamentos teórico-metodológicos, dos quais também compartilhamos, pode ser encontrado em: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el Rei...Op. cit.*, 2011.

⁴⁰⁰ HESPANHA, Antonio M. *Op. cit.*, p. 196.

Para Antonio Hespanha, “uma vez concedido ou apropriado, o território (ou seja, o espaço 'equipado' do ponto de vista político e administrativo) adquire a inviolabilidade dos direitos de natureza patrimonial, tornando-se indisponível para todas as modificações, quer da sua configuração espacial, quer do seu estatuto jurídico.”⁴⁰¹ A patrimonialização das funções ou cargos político-administrativos atribuídos a um senhor ou a uma comunidade sobre uma determinada faixa de terras, e que no geral foram adquiridos por base da tradição de uso comum do espaço pelo grupo (*usucapio iurisdictionis*), permitia que os poderes antes incorporados estivessem indisponíveis para qualquer outro poder político, mesmo superior como o do rei.⁴⁰²

No entanto, este espaço comunitário é reconhecido como o espaço político tradicional, a miniatura político-territorial do reino e/ou império português. E foram estas circunscrições de tamanho reduzido, uma vez incorporadas à jurisdição da monarquia, que permitiram que a comunicação político-administrativa alcançasse os limites distantes e imprecisos dos espaços periféricos que estavam incluídos no domínio da coroa portuguesa. As técnicas de informação da época eram baseadas na oralidade e dependiam de um raio de amplitude menor para que a ação político-administrativa tivesse êxito. Mesmo com a miniaturização dessas unidades político-espaciais, o território pretendido pela coroa não era de todo preenchido, fazendo com que ainda permanecessem lugares de fronteiras abertas, com um estatuto jurídico e político indefinido. Rigorosamente, eles não pertenciam ao território, mas também não estavam fora dele, eram “zonas de expansão política legítima dum espaço político”⁴⁰³, como talvez tenha sido a Ilha de Santa Catarina por quase todo o século XVII, numa área onde durante muito tempo não havia qualquer aparato régio ou comunidade instalada que representasse a monarquia.

Uma vez concedido ou legitimado o território de uma comunidade, ou do concelho, este deveria ser respeitado pela coroa em razão do princípio da “inalterabilidade do território”. Os concelhos portugueses, que confundem-se com as câmaras municipais em muito lugares do império, passaram a ser a unidade básica do corpo territorial da monarquia lusa, miniatura do quadro político-institucional de

⁴⁰¹ Ibidem, p. 93.

⁴⁰² Ibidem, p. 90.

⁴⁰³ Ibidem, p. 92.

Portugal, como das suas possessões coloniais.⁴⁰⁴ No Antigo Regime português havia “uma consciência difundida de que os concelhos tinham direito aos seus termos”, e de que se o monarca decidisse alterar os limites deles isso constituiria uma “ofensa”. Esta rigidez quanto aos espaços dos termos dos concelhos estava “tutelado pelo princípio de aderência essencial entre território e jurisdição. Pelo que qualquer atentado a integridade territorial do concelho seria, ao mesmo tempo, um ataque à sua jurisdição.” Para Antônio Hespanha, território e jurisdição eram realidades que “mutuamente se aderiam (*iurisdictio cohaeret territorio*), figurando esta como uma qualidade ou atributo do primeiro.”⁴⁰⁵

Para Cláudia Damasceno Fonseca, em seu trabalho sobre o processo de territorialização da região das “Minas Gerais” no setecentos, este fato da inalterabilidade do território, como colocou Antônio Hespanha, está associado à ideia dos direitos históricos que os moradores das vilas mineiras, representantes do concelho municipal, reivindicavam quando da necessidade de proteger e defender os limites dos respectivos termos frente às ameaças das vilas vizinhas e/ou dos arraiais que, respectivamente, confrontavam domínios ou buscavam autonomia. Este direito territorial baseava-se na antiguidade da posse das terras que foram conquistadas nos momentos iniciais do povoamento daqueles sertões.⁴⁰⁶

É esse entendimento jurídico do espaço que garantirá que os territórios das vilas, seja no reino ou na América portuguesa, se mantenha praticamente inalterado, até pelo menos o final do século XVIII, quando esta concepção do território vai progressivamente perdendo força para “uma nova leitura política do espaço” que não levará mais em conta a manutenção da tradição e o respeito aos direitos históricos.⁴⁰⁷

⁴⁰⁴ Os concelhos no império português era designados oficialmente como cidades, vilas, concelhos, coutos e honras, sem muitas diferenças entre essas designações. Todos os concelhos eram dirigidos por uma câmara municipal onde seus oficiais foram eleitos localmente e confirmados pela administração central da coroa. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. HESPANHA, Antonio Manuel (coord.) *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 269-295.; Na América portuguesa perdurou o mesmo tipo de

⁴⁰⁵ HESPANHA, Antonio M. *Op. cit.*, p. 93-94.

⁴⁰⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. cit.*, p. 300.

⁴⁰⁷ HESPANHA, Antonio M. *Op. cit.*, p. 95.

Contudo, para que a coroa pudesse dilatar sua jurisdição sobre seu virtual território, incluindo a sua estrutura política os concelhos que espalhavam-se por todo o espaço físico, ela deveria lançar mão de estratégias eficazes que pudessem melhor negociar ou comunicar suas ações político-administrativas, procurando não desrespeitar os direitos político e territorial antes adquiridos e legitimados por essas comunidades. Segundo os historiadores Antonio Manuel Hespanha e Ana Nogueira da Silva, uma das formas encontradas para que o domínio territorial da coroa portuguesa se estendesse efetivamente sobre todas as zonas de Portugal foram as reformas jurisdicionais. A ideia dessas reformas era regularizar a malha político-administrativa a partir de um modelo reinol, sobrepondo-a de maneira distributiva em face das populações e regiões que lhe serviam, no intuito de acabar com as “promiscuidades de jurisdições diferentes”,⁴⁰⁸ das formas “arcaicas” e “disfuncionais” de organização política do espaço⁴⁰⁹ – como aquela que pareceu existir entre os povoados de Laguna e a Ilha de Santa Catarina nas duas primeiras décadas do XVIII, onde os limites jurisdicionais não pareciam ser muito claros acerca das atribuições de ambas sobre aquela costa, até ter sido feito o arranjo “disfuncional” de Rafael Pires Pardini de estabelecer que os dois povoados dividissem a mesma câmara municipal, embora lidassem com territórios diferentes.

Deste lado do Atlântico, esses movimentos de submissões jurisdicionais foram muito praticados no sentido de planejar melhor os territórios onde as ações político-administrativas fossem mais difíceis de serem comunicadas, como no caso do sul da América portuguesa, que desde a segunda metade do século XVII vivia um movimento contínuo de expansão de suas fronteiras. Assim foi com a incorporação das capitanias donatárias de São Vicente, Santo Amaro e Santana, adquiridas pela coroa lusa por compra e desmembradas do Rio de Janeiro para formar a capitania geral de São Paulo e Minas do Ouro no ano de 1709 – estas capitanias ficavam localizadas mais ao sul do continente, sendo que a de Santana incluía os territórios da Ilha de Santa Catarina e Laguna. A instalação dessa nova unidade regional de governo tinha como função estabelecer o controle de uma região que dilatava-se a todo momento em função das novas descobertas de minas na fronteira oeste e dos movimentos migratórios para o sul. Em seguida, a elevação

⁴⁰⁸ HESPANHA, Antonio M.; SILVA, Ana C. Nogueira da. O quadro espacial. In: HESPANHA, Antonio (coord.) HESPANHA, Antonio Manuel (coord.) *História de Portugal... Op. cit.*, p. 38-39.

⁴⁰⁹ HESPANHA, Antonio M. *As vésperas do... Op. cit.*, p. 94.

da vila de São Paulo à condição de cidade em 1711, sede da capitania, pode ser tomada também como outro ajuste que tinha como intenção integrar e fortalecer a relação entre aqueles territórios recém-apropriados dentro da estrutura político-administrativa da coroa. Na época, o título de cidade era somente atribuído a “localidades que exerciam papéis importantes do ponto de vista religioso, político ou militar – não sendo, portanto, concedido somente às sedes de bispado, mas também, entre outros casos, a povoações litorâneas ou fronteiriças, dotadas de praças-fortes.”⁴¹⁰

Dentre os papéis que a cidade de São Paulo desempenharia sobre o seu vasto território – a nova capital passava agora a ser responsável por um território superior a três milhões e meio de quilômetros quadrados, quase metade do Brasil ⁴¹¹ – a sua função militar representou, talvez, a mais importante tentativa de controle imposta sobre as vilas e povoados da costa sul. Nesse ínterim, como vimos no capítulo anterior, o governador da capitania Rodrigo César de Meneses baixou todas as patentes militares desses núcleos, reorganizando-as a partir do seu regimento, que seguia o modelo de organização das tropas de ordenanças como funcionava no reino. Ele ainda criou novos postos militares para melhor comunicar ações de defesa daquela costa, como foi o caso da patente de capitão-mor doada a Francisco de Brito Peixoto, e depois a Sebastião Rodrigues de Bragança. Ainda nesse primeiro momento do século XVIII, foram instaladas as tropas pagas, o exército profissional da monarquia, no presídio de Santos, que permaneceu no seu início sob a jurisdição do governador do Rio de Janeiro, voltando para São Paulo logo depois da nomeação de Rodrigo César de Meneses, que além de governador era também “Capitão General da capitania”.⁴¹²

A ampliação da justiça sobre os novos territórios do sul a partir de São Paulo também estendia jurisdicionalmente a presença do Estado monárquico português sobre aquelas zonas periféricas. Antes mesmo da criação da capitania geral em 1709, já havia sido criado o cargo de ouvidor-geral da vila de São Paulo, em 1699, como medida para estabelecer a presença da justiça régia sobre as capitanias donatárias do

⁴¹⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. cit.*, p. 29.

⁴¹¹ Com base nos cálculos aproximados de BUENO, Beatriz P. Siqueira. *Dilatação dos confins...Op. cit.*, p. 272.

⁴¹² SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.)...[et al.] *História de São Paulo Colonial...Op. cit.*, p. 89-97.

sul (Santo Amaro, São Vicente e Santana).⁴¹³ Mas a primeira ação concreta de comunicação dessa justiça sobre aquelas vilas e povoados, os concelhos recém-instalados daquela região, somente veio a acontecer quase vinte anos depois, com a visita do ouvidor Rafael Pires Pardinho, que ao longo de dois anos ausentou-se da capital paulista para, nas palavras citadas de Manuel Manso de Avelar, o sargento-mor da Ilha de Santa Catarina, trazer alguma “luz de justiça” àquelas povoações.

Essa ação de justiça vinha da prática corrente da correição. Segundo Stuart Schwartz “fazer a correição” era,

levar criminosos a julgamento, supervisionar os serviços públicos, inspecionar as eleições municipais, fazer com que os decretos reais fossem obedecidos e salvaguardar as prerrogativas reais. No correr do ano o Corregedor⁴¹⁴ deveria visitar todas as cidades e vilas sob sua jurisdição sua jurisdição para se certificar do estado de justiça [...].⁴¹⁵

Por onde passou fazendo correição, Pires Pardinho procurava instruir os grupos locais sobre o funcionamento correto dos concelhos acerca dos assuntos que estavam ligados a sua competência, ordenando-os sobre os fundamentos da estrutura jurídica do império português. A correição deste ouvidor e os provimentos que ele deixou registrados para cada concelho em que esteve, uma espécie de documento regulamentador da governança municipal, tinha como função normatizar vários aspectos político-administrativos dessas vilas; como a justiça local, definindo as atribuições dos juizes e juizados; os bens patrimoniais do município, demarcando os limites do termo, rossio e das áreas comuns; a regulamentação da cobrança dos tributos, como sizas; a defesa da terra, reformando as tropas de ordenanças e organizando a

⁴¹³ Ibidem, p. 150.

⁴¹⁴ No ultramar não havia distinção entre corregedor e ouvidor. Cf. MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Administração, justiça e poder: os ouvidores gerais e suas correições na cidade do Rio de Janeiro (1624-1696)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História/UFF, Dissertação de Mestrado, 2009, p. 30.

⁴¹⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 6.

eleição para capitães e sargento-mores; a organização e funcionamento dos portos, instruindo que os moradores não deveriam realizar comércio com estrangeiros; e até mesmo a resolução dos assuntos ligados a administração e liberdade dos índios, dentre outros temas que iam muito além do exercício da justiça propriamente.⁴¹⁶ O historiador Oswaldo Cabral chegou a afirmar que foi Rafael Pires Pardinho que “deu forma à vida civil das fundações catarinenses, que então contavam duas vilas e uma povoação”: São Francisco, Laguna e Desterro.⁴¹⁷

O itinerário da correição de Rafael Pires Pardinho sobre as povoações do sul começou pelo litoral em Rio de São Francisco, passando para Ilha de Santa Catarina e Laguna, e depois Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba e Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Estas duas últimas eram as mais desenvolvidas vilas daquela parte da América portuguesa, as mais populosas. Escrevendo para D. João V, Pires Pardinho destacava que depois de ter gasto dois anos fazendo visitas àquelas “quatro vilas, penúltimas povoações do Estado”, ou melhor, depois que esteve ali para “as criar”, reconhecia que fazia Vossa Majestade o “maior serviço, e bem a estes povos, que vivem em tão grande distância”. E ainda lembrava, que demorou nesta tarefa por que foi aquela a “primeira correição, que nelas se fez, e onde não é fácil fazerem-se a miúde, vir, e passar por elas, em pouco tempo se não podia atender ao muito que necessitavam, para em parte se emendarem os erros, e abusos passados, e se reparar aos futuros.” Por fim, ele reclamava que seria “de que mais útil me havia de ser no mesmo tempo correr a maior parte das vilas da Comarca, e circunvizinhas àquela cidade, do que andar nestas últimas pobres, e miseráveis: ao que espero

⁴¹⁶ Os provimentos dedicados para Laguna e a Ilha de Santa Catarina encontram-se em: SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 146-160; Os provimentos de Curitiba podem se conferidos em: Provimentos da Vila de Curitiba, 1721. In: *Revista Monumenta*, Curitiba, vol. 3, n. 10, 2000, p. 27-80; E os de Paranaguá em: Provimentos de Paranaguá, 1721. In: *Revista Monumenta*, Curitiba, vol. 3, n. 10, 2000, p. 81-175.; Sobre a correição de Rafael Pires Pardinho pelas vilas de São Paulo ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Op. cit.*, p. ; PEGORARO, Jonas. *Op. cit.*, p. ; SANTOS, Antonio César de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Para o bom regime da república: ouvidores e câmaras municipais no Brasil colonial. In: *Revista Monumenta*, Curitiba, vol. 3, n. 10, 2000, p. 01-19.

⁴¹⁷ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A organização das justiças na colônia e no império e a história da comarca de Laguna*. Porto Alegre: Estabelecimento gráfico Santa Terezinha, 1955, p. 44.

atenda para os meus acrescentamentos a grandeza de Vossa Majestade.”⁴¹⁸

Depois disso, o próprio Rafael Pires Pardinho sugeriria ao rei que se criasse uma nova ouvidoria para a capitania régia de São Paulo, visto a extensão territorial e a distância que muitas vilas mantinham para com a cidade de São Paulo, a sede administrativa regional, sobretudo as novas povoações do sul e oeste. E não demorou muito para que as autoridades metropolitanas entendessem a necessidade de bem atender as povoações distantes da capital, criando a comarca de Paranaguá quatro anos depois da primeira correição feita por Rafael Pires Pardinho, no sentido de evitar os erros do passado para aquela região, os que levaram ao seu completo abandono no século anterior e nas primeiras décadas do XVIII.⁴¹⁹

A nova ouvidoria de Paranaguá surgia então como um repartição da comarca de São Paulo. A nomeação do primeiro titular do cargo de ouvidor se deu por provisão régia de 21 de agosto de 1724, que fazia “mercê ao Bacharel Antônio Alves Lanhas Peixoto, por tempo de três anos e mais que houver por bem enquanto lhe mandar tomar residência. Mandada cumprir pelo Governador Rodrigo César de Menezes em São Paulo.”⁴²⁰ Um ano depois, um auto foi redigido para decidir sobre a repartição das vilas e povoados que ficariam destinados para cada um das duas ouvidorias, a de São Paulo e a de Paranaguá. O documento registrava a discussão realizada entre o governador Rodrigo de César de Meneses, o ouvidor de São Paulo Francisco da Cunha Lobo, o ouvidor de Paranaguá Antônio Alves Lanhas e os juízes e os oficiais da câmara da cidade de São Paulo para esta questão. Ficou decidido, em nome de Sua Majestade que

atendendo com sua costumada piedade à comodidade dos seus vassalos e a grande distância desta Capitania, em que os moradores dela experimentaram prejuízo em recorrerem de grandes distâncias a procurarem recurso de suas

⁴¹⁸ Carta do ouvidor geral de São Paulo Rafael Pires Pardinho ao rei D. João V, 30 de agosto de 1721. In: *Revista Monumenta*, Curitiba, vol. 3, n. 10, 2000, p. 21-26.

⁴¹⁹ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. cit.*, p. 46-47.

⁴²⁰ Documento transcrito em parte por José Gonçalves dos Santos Silva. Cf. SILVA, José G. Santos. *Op. cit.*, p. 176.

causas, assim cíveis, como crimes, por compreender uma só correição toda a Capitania, fora servido mandá-la dividir em duas Comarcas, ficando cada uma com um Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca; e como para a que novamente se nomeará de Paranaguá, que ficava na costa do mar, se lhe deviam ajuntar as vilas da marinha que ficassem mais perto da dita Vila, para que os seus moradores experimentassem toda a comodidade [...] assentaram todos uniformemente, que devia pertencer à Comarca de Paranaguá a Vila de Iguape, a Vila de Cananéia, a de São Francisco, Ilha de Santa Catarina, a Vila de Laguna e daí por diante até o rio da Prata, e de serra acima, a Vila de Nossa Senhora dos Pinhais de Curitiba, correndo até o lugar das furnas [inclusive] o que é sertão povoado, e que no que estava por povoar, fazendo-se daqui em diante descobrimentos ou povoações pelas suas demarcações, ficariam as inovadas povoações pertencentes a Paranaguá, lançada uma linha imaginária de nascente ao poente do termo em que hoje fica confinado com a última baliza e divisão entre as terras de São Paulo e Paranaguá [...]⁴²¹

A distância que aquelas vilas longínquas do sul, no litoral e no continente,⁴²² mantinham dos aparatos governativos régios instalados em

⁴²¹ Ibidem, p. 176-177.

⁴²² Aqui vale destacar que a Ilha de Santa Catarina ainda não possuía o título de vila, o que só lhe ocorreria um ano depois, mas mesmo assim foi referenciada como uma povoação independente. Em todos os documentos desse período as autoridades sempre designavam a Ilha de Santa Catarina como um povoado autônomo, mesmo que estranhamente dividisse câmara com a vila de Laguna. A situação de jurídica da Ilha lembra a do “julgado” português, expressão que era equivalente a do “concelho”, ou melhor, da vila que tinha câmara. O julgado em Portugal era uma designação reservada para as terras com uma autonomia jurisdicional incompleta, nomeadamente por lhes faltar a jurisdição crime, sendo dependente da jurisdição de outras terras próxima. O dicionarista Rafael Bluteau define julgado como “povoação que não tem pelourinho, nem goza dos privilégios de Vila, mas tem justiça, juizes, que julgam.” Cf. BLUTEAU, Rafael. *Op. cit.*; Sobre julgado no reino de Portugal no século XVII ver: HESPANHA, Antonio M. *Op. cit.*, p. 104.; Até onde sabemos, a Ilha dispunha de um juizado independente, conforme foi relatado em 1722 na avaliação dos

São Paulo foi a principal razão para a criação de uma nova comarca, da incapacidade que havia de uma só ouvidoria atender as demandas dos súditos que viviam às margens da capitania paulista. Mas isto não significa dizer que nenhuma justiça estivesse ao alcance daquelas populações, que detinham desde muito juízes e juizados que aplicavam a disciplina na localidade, como os das câmaras municipais. Ou ainda, para aquelas povoações que não possuíam câmara, como a Ilha de Santa Catarina, que dividia com a de Laguna, certamente haviam outras formas de gerenciamento dos conflitos internos, instituídas de dentro da própria comunidade – provavelmente a função da justiça deveria ser administrada por mandões locais como Manuel Manso de Avelar e/ou sua parentela, no intuito de trazer soluções às contendas entre moradores do Desterro, embora em 1720 Rafael Pires Pardinho tivesse instituído um juiz ordinário para arbitrar na localidade.

Nesse sentido, a presença de um ouvidor destinado a intervir em favor daquelas povoações implicava em instituir novas regras de justiça, em substituição das práticas locais que há algum tempo regulavam a conduta dessas comunidades. Esses aspectos informais de uma prática de justiça local deveriam ser reordenados dentro de uma nova matriz de justiça e direito, administrada agora pelos ouvidores. Estruturar uma justiça do reino, ou criar uma jurisdição para aqueles espaços periféricos, significava para a coroa ampliar os limites do seu território sobre uma região onde a sua voz ainda não se fazia ecoar plenamente. Mas a adesão dessas comunidades a uma nova forma de solucionar seus conflitos deveria ser feita de uma maneira dialógica, entre autoridades reinóis e locais.

Talvez a nova justiça aplicada pela ouvidoria de Paranaguá nem sequer alterasse as formas locais e informais existentes de solução de conflitos. E isso se deve ao fato dos ofícios locais, os juizados, continuarem sendo monopolizado pelos grupos locais de antes, o que vem a sugerir uma institucionalização e legitimação de práticas costumeiras de justiça sobre outra roupagem, aquela formal do Estado monárquico.

ofícios da capitania de São Paulo feito pelo ouvidor geral Manoel de Mello Godinho. Mas haviam outros juizados que pertenciam à câmara de Laguna. Cf.: DI, vol. XIII, p. 169. Aqui ainda vale lembrar que a partir de 1720 a Ilha de Santa Catarina passou a eleger um juiz ordinário e um vereador na câmara de Laguna, conforme foi designado nos provimentos de Rafael Pires Pardinho. SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 166-167.

O historiador italiano Osvaldo Raggio, estudando a dinâmica da sociedade rural dos vales de Fontanabuona, uma região na costa noroeste da Itália, na parte da Ligúria, entre final do século XVI e início do XVII, se deparou com uma situação semelhante. Ao tentar analisar as relações entre os grupos locais, as facções que gerenciavam os conflitos da comunidade e os agentes da justiça republicana de Gênova, percebeu que a fiscalidade imposta pelo Estado genovês só se tornou possível porque partiu da aceitação das regras locais da justiça, que eram baseadas no uso da violência e banditismo monopolizadas pelos chefes e parentela desses clãs, a *faide* e sua *parentele*. O sistema de justiça a ser implementado pelo Estado deveria incluir a rede ampliada dos chefes desses clãs para se fazer ali presente como legítimo. Os funcionários da República genovesa passaram a reconhecer as *faide* como o princípio geral de agregação social, e foi devido a isso que os mesmos chefes dessas facções continuavam a reter a solução para os conflitos, mesmo que dentro de uma estrutura jurídico-institucional nova, incorporados ao modelo republicano. O estudo microanalítico de Raggio tinha como intenção entender o alargamento do Estado moderno sobre as sociedades rurais italianas não como um resultado político da imposição de suas “forças impessoais”, que não leva em conta a presença da sociedade que ali existia, e toda as suas regras de convivência. Pelo contrário, o trabalho deste autor nos sugere que a eficácia das práticas normatizadoras do Estado dependeria, antes de tudo, da aceitação das realidades locais com o seu conjunto de práticas que envolvia toda a organização da vida social e cultural, adaptando-as a sua nova estrutura jurídico-institucional num processo dialógico.⁴²³

Nesse sentido, podemos também sugerir que as reformas jurisdicionais e territoriais praticadas pelo Estado monárquico português sobre as vilas e povoados da região Sul foram direcionadas no início do XVIII como um conjunto de práticas normatizadoras que deveriam ser negociadas na própria localidade, e que seriam constantemente remodeladas levando em conta os custos sociais e políticos das transações empreendidas entre os atores locais e os agentes régios envolvidos nesse processo. E isto se deve ao simples fato de serem os mesmos grupos de poder, aqueles que antes detinham o controle e domínio sobre a organização da vida social, política e econômica comunitária, que continuariam a exercer o mando a partir dos concelhos,

⁴²³ RAGGIO, Osvaldo. *Faide e parentele: lo stato genovese visto dalla Fontanabuona*. (Microstorie, n. 18). Turin: Giulio Einaudi, 1990.

agora reformados. Como bem lembrou Antônio Manuel Hespanha, o poder local tinha algo de patrimonial no reino de Portugal, muito parecido como que o poder político-administrativo foi entendido e praticado pela “nobreza da terra” fluminense de João Frágoso, e de certa maneira pelos descendentes dos primeiros povoadores da capitania de São Paulo, os grupos que conquistaram a região sul da América portuguesa e que continuavam a ocupar os cargos das repúblicas incipientes. Se o estado genovês dependeu da *faide* para se fazer presente em Fontanabuona, aqui o estado português dependeu das facções políticas (os bandos) atuantes nas serras e costas meridionais, que passaram a ser incluídas à sua estrutura político-administrativa, como aconteceu com a “grande família” de Manuel Manso de Avelar, que assumiu os novos postos criados pelas autoridades régias (concelhos e militares), com o mesmo objetivo de garantir a estruturação social daquele espaço periférico do Desterro.⁴²⁴

Mas mesmo assim, reconhecendo as atribuições de mando dos grupos locais, a coroa ia aos poucos fortalecendo a sua presença nesses espaços distantes. As medidas de expansão da justiça, como também da jurisdição militar, nesse primeiro momento, foram eficazes na centralidade que o Estado monárquico luso queria impor, mesmo considerando os níveis de estruturação social, político e econômico dessas comunidades. Estudando o funcionamento da ouvidoria de Paranaguá, desde a sua criação em 1724 e por todo o século XVIII, o historiador Jonas Pegoraro concluiu que a instalação daquela comarca serviu como uma ação direcionada para aperfeiçoar os aparatos jurídico-administrativos na região, que tinha como finalidade a promoção das leis e a justiça régia naquele território para melhor administrar e controlar o sul da América portuguesa. Mas o autor também reconhece

⁴²⁴ Esta é uma hipótese que deve ser melhor trabalhada para as outras comunidades distantes da comarca paulista, seja no sul, seja no oeste, no sentido de entender de que maneira os grupos locais de poder (povoadores e conquistadores desses territórios) foram incorporados à estrutura política-administrativa do governo português na América. A proliferação de câmaras ultramarinas, que transformavam esses arraiais, sítios e povoados em vilas, como aconteceu na primeira metade do século XVIII nas recém-criadas capitanias de Minas Gerais (1720) e de Mato Grosso e Goiás (1738), sugere um caminho possível de inclusão desses grupos ao império via a participação dos mesmos nos concelhos municipais. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. cit.*; JESUS, Nauk Maria. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados: Editora da UFGD, 2011.

que o efeito centralizador inscrito na racionalidade régia se deparou com as dificuldades imanentes do sistema de poder moderno, que deveria respeitar as instituições locais – lê-se as câmaras municipais – com seus estatutos jurídicos e territoriais. Para Pegoraro, desde que a “ouvidoria de Paranaguá foi inserida no espaço colonial, ela passou a dividir as ações jurídico-administrativas com as instituições subordinadas a ela”. Ela passou a “dividir o próprio poder político na localidade”.⁴²⁵

Para Antônio Manuel Hespanha a interferência das instituições locais de poder na ação de justiça da monarquia se deve à própria jurisprudência portuguesa, que na solução jurídica prática reconhecia o direito comum ao invés do direito geral prescrito nas leis do reino. Em suas palavras,

Isso que dizer que a centralidade do direito se traduzia, de fato, na centralidade dos poderes normativos locais, formais e informais, dos usos da terra, das situações 'enraizadas' (*iura radicata*), na atenção às particularidades de caso; e, em resumo, na decisão das questões segundo as sensibilidades jurídicas locais, por muito longe que andassem daquilo que estava estabelecido nas leis formais do reino.⁴²⁶

Nesse sentido, as leis do reino, quando comunicadas pelos ouvidores de Paranaguá às comunidades periféricas, eram antes interpretadas e negociadas pelas elites locais que testavam a sua aplicabilidade em seus respectivos territórios. No contexto do Brasil colonial, as posturas municipais, o código civil local, em vários momentos contrapunham-se às leis gerais do Estado português. No caso das câmaras das vilas da América lusa meridional, essas posturas estiveram atreladas ao conjunto dos provimentos que anteriormente haviam sido criados pelo ouvidor Rafael Pires Pardinho em sua correição, e que mesmo assim foram alvo de disputa em suas interpretações pelos oficiais locais e régios. O próprio caso de contrabando analisado no capítulo anterior é prova disso. Um dos capítulos dos provimentos deixados pelo ouvidor Rafael Pires Pardinho

⁴²⁵ PEGORARO, Jonas. *Op. cit.*, p. 85.

⁴²⁶ HESPANHA, Antônio Manuel. Depois do Leviathan. In: *Almanack braziliense*, n. 5, 2007, p. 57.

alertava para que os moradores não fizessem negócio com os estrangeiros, e isto não foi suficiente para que os contrabandistas do Desterro estabelecessem parcerias com os franceses. Em sua defesa, Manuel Manso de Avelar alegava que não sabia que o trato feito com Pedro Jordão era considerado crime. Um outro caso é sobre as eleições dos oficiais das tropas de ordenanças na Ilha, que pareceu não seguir os critérios determinados pelo mesmo ouvidor em 1720, o que levou dois anos depois o governador da capitania de São Paulo a reformar essas milícias e confirmar novos oficiais com base nos nomes indicados pelos representantes das comunidades, respeitando as “qualidades” dos postulantes ao cargo.

A “resistência” à adaptação a essas novas formas jurídicas pelos grupos locais levou os ouvidores a colocarem em prática diversos instrumentos de fiscalização como a correição e a residência. Este último implicava na feitura de um relatório para a avaliação do desempenho de um oficial da administração régia ou local. Este documento era geralmente tirado ao final do cumprimento do mandato do oficial para saber se a sua função foi realizada de maneira adequada.⁴²⁷ No caso da comarca de Paranaguá, essas ações dos ouvidores de tirar residências foram importantes para a adaptação das comunidades às leis do reino, por que reprovavam as condutas consideradas inadequadas ou ainda enalteciam aquelas consideradas corretas.⁴²⁸

Na povoação de Laguna, em correição de 1726, o novo ouvidor de Paranaguá, Antonio Alves Lanhas Peixoto, tirou residência do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto a fim de verificar a sua atuação naquela localidade, chegando a juntar depoimento de alguns moradores que atestaram o seu bom desempenho.⁴²⁹ Não temos informação se ele fez o mesmo para alguma autoridade da Ilha de Santa Catarina.

Mas além dessas reformas jurisdicionais que partiram da capitania e cidade de São Paulo, outras passaram a ser engendradas a partir da capitania do Rio de Janeiro em direção aos territórios do sul. Desde finais do XVII, a capitania fluminense já vinha se consolidando como a principal unidade política do centro-sul, desempenhando papel estratégico na defesa dos interesses metropolitanos.⁴³⁰ A partir do

⁴²⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*, p.

⁴²⁸ *Ibidem*, p. 35; 83-89.

⁴²⁹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Op. cit.*, p. 47

⁴³⁰ Em finais do século XVII e início do século seguinte, a posição

segundo quartel do XVIII, a reorganização da malha político-administrativa das áreas meridionais se daria através da capitania fluminense, numa tentativa de vincular hierarquicamente todos os aparatos jurídico-institucionais daquelas localidades ao novo centro colonial do poder monárquico. Em meados do setecentos, todas as vilas, concelhos, paróquias, dentre outras unidades político-espaciais que iam da capitania do Espírito Santo até o extremo-sul na Colônia do Sacramento, responderiam hierarquicamente às instâncias superiores do Rio de Janeiro.⁴³¹

preponderante do Rio de Janeiro sobre a região Sul esteve ligada a sua participação em favor dos projetos metropolitanos para a área. A localização geográfica da capitania no centro meridional da América portuguesa, conferiu-lhe condições excepcionais de trânsito entre os enclaves negreiros da África e o estuário do Rio da Prata, nos domínios espanhóis. A triangulação Rio de Janeiro-Angola-Buenos Aires deu sustentação a uma rede de comércio vultuosa, que elevou o porto fluminense a condição do principal entreposto do Atlântico Sul. Aos poucos, os interesses régios desviaram-se para o controle dessas atividades de comércio, em especial o comércio da prata. Um fato que proporcionou maior importância político-administrativa da capitania fluminense fora a descoberta das minas de ouro no território que pertencia a capitania de São Vicente, extinta em 1709, coincidindo com a criação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Logo depois, a capitania fluminense assumiria a jurisdição sobre os territórios auríferos da capitania de Minas Gerais (1720), na década de 1730. Ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 109-116; SAMPAIO, Antonio C. Jucá. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

⁴³¹ A cronologia desse processo de extensão da área jurisdicional da capitania do Rio de Janeiro pode ser resumida da seguinte forma: Em 1698, ganha jurisdição sobre a Colônia de Sacramento; Em 1735, ganha jurisdição sobre a capitania de Minas Gerais; Em 1738, amplia sua jurisdição sobre a capitania de Santa Catarina, bem como todo o território do Rio Grande de São Pedro; Em 1748, assume jurisdição sobre as capitanias de Goiás e do Mato Grosso. Para Maria de Fátima Gouvêa a criação dessas novas capitanias revelavam a “*progressiva eliminação do sistema de capitanias hereditárias, na medida em que a Coroa ia substituindo pelo de capitanias régias [...] Mudança essa que reforçava o poder monárquico frente os particularismos e privatismos administrativos decorrentes da autonomia associada às capitanias hereditárias*”. A projeção político-administrativa da capitania fluminense se consolidaria ainda mais com a criação do Tribunal de Relação, em 1751, e a transferência da capital do vice-reinado para a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1763. GOUVÊA, Maria F. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português

Na medida em que a capitania do Rio de Janeiro crescia em termos de importância no quadro decisório da coroa sobre o sul da América portuguesa, a capitania paulista via a sua jurisdição sendo cada vez mais reduzida. Primeiro, no ano de 1720, a capitania de Minas Gerais foi desmembrada do seu território com governo próprio. Depois, em 1738, Rio Grande de São Pedro e a Ilha de Santa Catarina também adquiriram jurisdição. Dez anos mais tarde, por conta de uma política mais eficiente de controle e fiscalização das áreas de mineração na fronteira oeste, a coroa decidira criar a capitania de Mato Grosso e Goiás, ou seja, mais um território daquela capitania. Todas essas novas circunscrições político-territoriais passariam a responder diretamente às autoridades residentes da capitania fluminense.

Até que, em 1748, o cargo de governador da capitania régia de São Paulo chegou a ser extinto, e o seu território foi anexado como comarca da capitania do Rio de Janeiro. As forças militares foram alocadas e atribuídas ao governador da praça de Santos. Nesse momento, a coroa já procurava fortalecer militarmente toda sua costa sul, unificando todos as praças e/ou territórios litorâneos da capitania de São Paulo até Colônia de Sacramento sob o comando militar do Rio de Janeiro. As disputas entre as coroas ibéricas já estavam bastante acirradas.⁴³²

Para Maria de Fátima Gouvêa, este contexto da primeira metade do XVIII ocorreram “frequentes alterações nos atributos de sujeição e jurisdição dos vários oficiais encarregados do governo nesses territórios, revelando os desafios enfrentados na definição de uma política de ação que melhor pudesse assegurar a implementação dos objetivos encaminhados pela Coroa”.⁴³³

Mas convém dizer que essas reformas jurisdicionais e territoriais dependeram antes de tudo de uma rede de atores, individuais e/ou coletivos, para tornarem visíveis no espaço recém-ocupado as circunscrições correspondentes à política e administração da coroa lusa.

(1645-1808). In: GOUVEA, Maria F.; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. (org.) *O Antigo Regime nos trópicos... Op. cit.*, p. 285-315.

⁴³² BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007.; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 238-239, 2009.

⁴³³ Ibidem, p. 302.

O impacto de qualquer projeto real só pode ser medido pelas estruturas humanas que o levam a cabo. O território-estatal português sobre a América meridional não se originou de uma ação “demiúrgica”, como se fosse simplesmente projetado e construído de “cima para baixo”, mas da ação de agentes que representavam e/ou espacializavam os poderes régios nos lugares em que viviam ou para onde fossem designados. Entretanto, isso não invalida a assertiva de que a afirmação desse território também fosse feita tomando por base as imagens do Estado luso em nome d'El Rei, do aproveitamento de discursos e símbolos que os próprios agentes régios lançavam sobre a produção do espaço, mesmo que este não tivesse sido totalmente ocupado. Era dessa forma que a coroa portuguesa produzia também a sua “consciência” sobre o espaço colonial.

Na primeira metade do século XVIII foram várias as expedições de agentes régios, sobretudo militares e oficiais da justiça, para os territórios do sul em correições, residências e destacamentos. A passagem desses funcionários ajudava a mapear e demarcar as linhas reais dos domínios da coroa sobre aquelas povoações na medida em que comunicavam a presença e a autoridade da monarquia. Entre os anos de 1711 e 1726, a Ilha de Santa Catarina chegou a receber cinco visitas de oficiais régios.⁴³⁴ Esses representantes da coroa portuguesa anotavam e indicavam as normas sobre a formatação do modelo de organização político-territorial a ser seguido pela elites sobre o seus espaços, como as câmaras municipais e tropas de ordenanças. Ao mesmo tempo, tais viagens também serviram para produzir informação sobre o povoado, como censos, relatórios e descrições geográficas, que mais tarde poderiam ser utilizadas como instrumento de poder e controle pela coroa na aplicação do seu projeto de defesa militar e colonização.

O historiador Jacques Revel analisando o processo de afirmação territorial do Estado moderno francês revelou o quão foi importante para a monarquia o uso de novos e constantes inquéritos a fim de exercer um controle mais rigoroso do seus domínios. As primeiras ações direcionadas sobre o espaço geográfico na constituição do reino francês foram as viagens de Estado, que tinham como intenção construir um vínculo entre o rei e as comunidades que ele representava. Entre os séculos XIV e XVII, o rei passou a deslocar-se frequentemente pelo seu território a fim de delimitá-lo, mas também a fim de estabelecer relações

⁴³⁴ Manuel Gonçalves de Aguiar (1711 e 1714); Rafael Pires Pardini (1720); Antônio Alves Lanhas Peixoto (1725); David Marques (1726).

contratuais com os súditos que viviam nas cidades periféricas. O principal objetivo da viagem para a monarquia era “fazer um reconhecimento e fazer-se reconhecer”. A entrada do monarca era tantas vezes repetidas ao longo do percurso, que o ritual reiterava simbolicamente o contrato que ligava a cidade ao soberano. Nesse sentido, “da mesma forma que a cidade [escolhia] dar-se ao rei enquanto corpo, [era] toda a comunidade territorial que se oferece àquele que escolheu ir à sua descoberta.”⁴³⁵

Aqui vale lembrar uma daquelas viagens feitas à Ilha de Santa Catarina, que mesmo não sendo do monarca português, foi de um dos seus principais representantes naquele espaço colonial, o ouvidor de Paranaguá, Antônio Alves Lanhas Peixoto. Alguns meses antes da sua visita ao povoado do Desterro no ano de 1725, o então governador da capitania de São Paulo, D. Rodrigo de César de Meneses, escreveu ao principal representante da comunidade, Manuel Manso de Avelar, para que este cuidasse de preparar o povoado para receber o ouvidor, e um dos pedidos feitos pelo governante era que se cobrisse de telhas todas as casas dos moradores, melhorando a sua aparência. Esta viagem marcaria a solenidade da elevação do povoado do Desterro à condição de vila. O ritual que envolvia a chegada de oficiais desse tipo, figuras identificadas com a monarquia, provavelmente causavam o mesmo efeito simbólico que a entrada triunfal do rei nas cidades distantes francesas, suscitando ou reforçando algum tipo de vínculo da comunidade territorial local para com o Estado monárquico luso.⁴³⁶

⁴³⁵ REVEL, Jacques. Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII e XIX. In: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro; Bertrand, 1989, p. 108-109.

⁴³⁶ O debate na geografia e história sobre a produção simbólica do espaço não é também consensual. Entretanto, a maioria dos estudiosos hoje reconhecem as subjetividades como fatores importantes na construção do território. Para dar conta dessa questão, e sem abrir mão da sua perspectiva marxista, o geógrafo-historiador Antônio Carlos Moraes forjou o conceito “ideologias geográficas”, a fim de ressaltar os valores simbólicos que orientariam os processos de apropriação/dominação do espaço. MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005. Por seu turno, os geógrafos Rogério Haesbaert e Ester Limonad sugerem que o território apresenta as seguintes dimensões: “o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação

226

Assim, como já assinalado anteriormente, o território tem uma história, e esta só se torna objetiva a partir da ação dos “sujeitos concretos da produção do espaço”, para usar uma expressão do geógrafo-historiador Antonio Carlos Robert Moraes.⁴³⁷ E, tendo em vista a opção teórico-metodológica aqui adotada, a de entender os fenômenos histórico-espaciais a partir do ponto de vista dos atores sociais, partiremos para análise das relações estabelecidas entre os agentes políticos produtores do território da vila do Desterro e da capitania real de Santa Catarina, o que resulta dizer que este processo de territorialização das primeiras décadas do XVIII foi extremamente dinâmico.

A multiplicidade das experiências dos indivíduos que influíram sobre esse processo de formação territorial põe em cheque a noção de linearidade temporal, de uma lógica estrutural que reconhece o processo histórico-espacial como tendo um sentido único e geral ao longo do tempo. A presença estatal e burocrática portuguesa na região sul é um fato. Mas o processo da instalação desses aparatos e os projetos que comunicavam nos instantes em que aconteceu foi por muitas vezes difícil de prever o seu resultado. A cada interferência do poder real na Ilha, como a criação de uma nova circunscrição jurisdicional, ou ainda a aplicação de um projeto militar e colonial, uma nova possibilidade de transformação se abria sobre aquele espaço e sociedade – vale lembrar que as primeiras medidas tomadas pela coroa para viabilização de um projeto sobre aquele espaço são datadas do início do século XVIII, e que de fato só vieram a se concretizar na década de 1750, levando quase meio século. E é através da análise da participação individual ou coletiva dos atores humanos em cada situação histórica dessa que

político-econômica”. HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: *Etc: espaço, tempo e crítica*. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, n. 2 (4), vol. 1, 2007, p. 43. Ao se apropriar do debate geográfico sobre a produção do espaço, o historiador Antonio Hespanha considera que, “esta idéia de que existem relações entre os quadros mentais de organização do espaço e as condições da prática humana é particularmente importante. Mas é preciso notar que estas relações não existem apenas com a prática de nível econômico [...] Hoje, a perspectiva é muito mais alargada, esforçando-se a teoria geográfica por considerar todos os outros níveis de valorização humana do espaço”. HESPAÑA, Antonio M. *As vésperas do Leviathan...* Op. cit., p. 87.

⁴³⁷ MORAES, Antonio C. Robert. *Território e história no Brasil...* Op. cit., p. 45.

podemos nos informar sobre o ritmo e as características da mudança que está sendo gerada. Como sugeriu o historiador Paul-André Rosental, essa “gama de possíveis” faz da história um processo dinâmico cujo resultado é difícil de prever se não for pela análise interacional dos sujeitos que participam e produzem a própria história, assim como do espaço geográfico.⁴³⁸

Nesse sentido, a fim de contextualizar o momento, ou melhor, de situar os fenômenos históricos que foram pertinentes na (re)definição da espaço local da Ilha de Santa Catarina na primeira metade do XVIII, foi que nos propomos entender essa trama política dos atores em foco – agentes régios e a comunidade política local. O processo de afirmação territorial do Estado português naquele espaço “geo-histórico” foi modulado especificamente tomando por base o conjunto das reações que os grupos locais, a elite camarista, sobretudo, manifestaram frente às ações político-administrativas que se tentava impor. Contudo, esses atores atuaram em diversas situações de encontro – ou de *contest*, como preferiria Fredrik Barth – e dentro das circunstâncias que lhes eram impostas pelo ambiente e pelos outros atores no momento da interação. As respostas foram pensadas e definidas em cada “partida” de “jogo” de relações, e era a soma dessas “jogadas” que faziam com que o processo de afirmação política da coroa portuguesa naquela área fosse dinâmico, aberto e fragmentado. As possibilidades de ação desses atores históricos em defesa dos seus interesses estariam por ser abertas no desenrolar do próprio processo interacional, tanto para os agentes régios, que representavam os interesses da coroa (e também os seus próprios), quanto para os grupos locais de poder da Ilha de Santa Catarina, que tentavam defender seus projetos políticos, sociais e econômicos. Parafraseando o antropólogo norueguês Fredrik Barth, a sociedade e o território ilhéu de meados do setecentos eram um “resultado cumulativo

⁴³⁸ ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p.151-172; A geógrafa inglesa Doreen Massey ressalta que o espaço deve ser compreendido a partir de três pontos: 1) o espaço é um produto de inter-relações, construído através de interação, do nível global até o local; 2) o espaço possibilita a existência da multiplicidade, como uma esfera na qual distintas trajetórias coexistem; 3) o espaço é uma simultaneidades de “estórias-até-agora”, ele está sempre em construção, sempre no processo de fazer-se. Cf. MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 29-30.

de um número de escolhas separadas e de decisões tomadas por pessoas que agiam frente a frente, um com o outro”.⁴³⁹

3.3 - Os “*homens bons*” e o território da vila do Desterro

A decisão da coroa portuguesa de estabelecer uma câmara municipal na Ilha de Santa Catarina surgiu certamente das dificuldades enfrentadas de repartir a gestão político-territorial daquela costa sul entre as duas facções políticas que atuavam ali, a de Francisco Brito Peixoto e a de Manuel Manso de Avelar. Em 1720, esses bandos disputavam o mesmo espaço político, com desvantagem para o grupo do povoado do Desterro que tinha a sua disposição somente dois cargos do oficialato camarário de Laguna, uma vereança e um juizado. É bem provável que essa situação de subordinação e indefinição jurídica incomodava a pequena nobreza da Ilha, que reconhecendo o interesse manifesto da coroa lusa em se fazer cada vez mais presente sobre aqueles espaços periféricos, aproveitou a oportunidade para ter acesso ao privilégio e a honraria de abrigar em seu território uma câmara própria e elevar sua povoação à condição de vila.

O importante para aquela elite local era estabelecer um canal direto de comunicação política com a monarquia, sem intermediação, no sentido de tentar adquirir as vantagens que poderiam ser negociadas com o rei em prol dos seus projetos para aquele território. Ao mesmo tempo, os principais da Ilha de Santa Catarina ofereciam seus préstimos e fidelidade à coroa, estabelecendo um pacto político entre vassalos e rei. Nesse sentido, eles reconheciam-se como os principais gestores daquele espaço, os verdadeiros “homens bons” daquele litoral, e assim esperavam ser reconhecidos pelas autoridades régias. A instalação de uma Câmara municipal consistia na aceitação do poder soberano do rei sobre aquela conquista. Parafraseando Jacques Revel, a povoado do Desterro dar-se-ia ao rei enquanto corpo político, na medida em que toda a comunidade territorial oferecia-se àquele que escolheu ir à sua

⁴³⁹ BARTH, Fredrik. *Process and Form... Op. cit.*, p. 133. Apud. GRIBAUDI, Maurizio. Introduzione. In: *Mondo operaio e mito operaio: spazi e percorsi sociali a torino nel primo novecento*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1987, p. 22. O micro-historiador Maurizio Gribaudi cita esta frase de Fredrik Barth da seguinte maneira: “I modelli della forma sociale possono essere spiegati se assumiamo che essi sono il risultato cumulativo di un numero di scelte separate e di decisioni prese da gente che agiva faccia a faccia, l’uno con l’altro”.

descoberta. Até mesmo porque o título de vila só poderia ser outorgado pelo monarca, ou autoridades que representavam diretamente o seu poder como a de um ouvidor geral.

Assim, após terem realizado todos os cuidados para com a povoação, atentando para o melhoramento das casas dos moradores e reparos de outros espaços públicos como os portos, largos e capela,⁴⁴⁰ na expectativa de convencer o ouvidor da comarca de Paranaguá, Antonio Alves Lanhas Peixoto, de que aquele povoado poderia ser agraciado com o título de vila, os principais do Desterro manifestaram prontamente o desejo de formalizar a governança local via as vereanças quando da visita deste representante da monarquia.

A instalação da câmara da vila de Nossa Senhora do Desterro formalizaria um ajuste político-institucional entre a monarquia e os súditos que viviam naquele espaço ermo do sul da América portuguesa. Espaço este que foi garantido como domínio português por conta da ação desses súditos e/ou seus antepassados, que às suas custas povoaram e defenderam o território em nome do rei e em defesa de sua coroa desde fins do século XVII. De certa forma, a concessão do título de vila poderia ser interpretado pelos agentes locais como uma exigência do reconhecimento dos serviços prestados a favor da expansão do império, vindo a agraciar os esforços particulares desses colonos luso-brasílicos na montagem e manutenção daquele ponto de colonização no litoral sul.

Por outro lado, para a coroa, a instituição de uma câmara naquele que era um dos principais portos de acesso aos mares do sul, rota para a bacia do Prata, garantiria uma certa estabilidade do seu governo, sobretudo no contexto de tensão militar com os reinos da França e Espanha. Como já assinalamos anteriormente, as câmaras municipais, ou o concelho, era a miniatura política-espacial do império português. A partir dessas instâncias locais de governo a coroa

⁴⁴⁰ A historiadora Cláudia Fonseca, estudando o caso das vilas na região de Minas Gerais, reconheceu que um dos argumentos à favor da transformação dos arraiais em vilas era o da “nobreza arquitetônica” do lugar. A presença de sobrados e equipamentos públicos como pontes de pedra e chafarizes, dentre outros, demonstrava o grau de riqueza e desenvolvimento da localidade. Além desses critérios urbanos eram também importantes o demográfico e o econômico. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. cit.*, p. 131-176.; FONSECA, Cláudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais. In: *Varia História*, n. 29, 2003, p. 39-51.

comunicava suas ações político-administrativas às elites e as comunidades periféricas, distantes dos centros de poder. Nas conquistas espalhadas pela América, Ásia e África foram essas miniaturas político-espaciais que garantiram a uniformidade institucional e territorial do império ultramarino, e da sua “monarquia pluricontinental”. Como ressalta o historiador João Fragoso, “a ideia de monarquia pluricontinental tende a sublinhar tais acordos entre os que ocupavam os cargos honrosos da república (município) e a Coroa.”⁴⁴¹ Na mesma direção, o historiador Charles Boxer assinalou que as câmaras ultramarinas eram um dos “pilares” da sociedade colonial portuguesa. Do “Maranhão até Macau”, elas “garantiam uma continuidade que os governadores, os bispos e os magistrados transitórios não podiam assegurar. Seus membros provinham de estratos sociais [...] [que] constituíam, até certo ponto, as elites coloniais.”⁴⁴²

Vale lembrar que por monarquia pluricontinental entendemos a estrutura de governo que permitiu ao reino de Portugal a gestão política-territorial sobre suas inúmeras conquistas ultramarinas espalhadas pelos três continentes. Esta ferramenta teórica, como proposta por seus formuladores, João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, procura dar inteligibilidade ao complexo processo de amálgama entre a arquitetura política portuguesa de Antigo Regime – polissinodal e corporativa – e a de pacto político entre os espaços colonias, que está fundamentada na monarquia, e que garante, por princípio, a autonomia do poder local.⁴⁴³ Esta autonomia local, como vimos, era garantida pelo direito prescriptivo comum, ao qual o direito régio deveria estar submetido. Nas palavras desses autores,

A monarquia pluricontinental se torna uma realidade graças à ação cotidiana de indivíduos que viviam espalhados pelo império em busca de oportunidades de acrescentamento social e material; indivíduos que não se colocam passivos diante de regras gerais e que se utilizam das fraturas existentes no permanente diálogo travado entre regras gerais e locais. O mecanismo

⁴⁴¹ FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental...* Op. cit., p. 118.

⁴⁴² BOXER, Charles. Op. cit., p. 286.

⁴⁴³ FRAGOSO, João L. R.; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII...* Op. cit., p. 49-63.

decisório aqui é totalmente mediado. Traduções e mediações possíveis entre os diversos idiomas se constituem em um processo permanente, possibilitando assim que a vontade de Sua Majestade e de seus vassallos de fato preservada e garantida.⁴⁴⁴

Destarte, o entendimento das normas (jurídicas, culturais, etc.) do reino passaria a ser formalizado na Ilha de Santa Catarina e contiguidades através das vereanças da câmara da vila do Desterro, visto que essa instituição exercia oficialmente o controle e a gestão do cotidiano da sua comunidade, fazendo chegar à população os direcionamentos da monarquia.

Entretanto, no caso de condutas jurídico-administrativas, os oficiais camarários, juizes, sobretudo, deveriam discutir essa matéria junto aos ouvidores da comarca de Paranaguá. Esses últimos teriam por função exercer a fiscalização das novas autoridades constituídas, mediando as normas do reino e regras locais. Assim também aconteceu nas vilas circunvizinhas (São Francisco, Paranaguá, Curitiba e Laguna) quando da correição do ouvidor de São Paulo, Rafael Pires Pardiniho. Essas elites camaristas locais negociaram os termos dos provimentos que estavam sendo proposto por aquele numa ação de centralidade político-jurídica da coroa sobre a região sul. De certa forma, até os principais da Ilha, que na época não faziam parte de nenhuma câmara, negociaram com este prático da justiça da monarquia alguns termos acerca da extensão do seu território e os outros aspectos da vida civil. Mais adiante veremos o quanto foi importante a definição conjunta entre este ouvidor e moradores sobre os limites territoriais do povoado, uma vez que essa definição confirmaria o uso comum e tradicional de certos espaços, como o campos de Araçatuba.

Após a nomeação do novo ouvidor de Paranaguá em 1724, este levaria ainda mais dois anos até fazer uma nova correição para fiscalizar as vilas e povoados da sua jurisdição. A intenção certamente era a de perceber como estariam atuando os poderes locais depois dos provimentos deixados pelo ouvidor de São Paulo, Rafael Pires Pardiniho. Foi então que depois de ter percebido a situação jurídica da Ilha de Santa Catarina e a provável insatisfação dos seus moradores que Antônio Alves Lanhas Peixoto decidiu criar a vila do Desterro.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 56.

Assim, no dia 23 de março de 1726, se dirigiram os principais moradores do povoado a uma das casas de residência onde se encontrava em correição Lanhas Peixoto, para que este fizesse a “eleição das justiças, que nesta Vila hão de servir no presente ano de 1726 e nos seguintes [1727] e [1728], e ser criação de novo por ser separado as justiças desta e a da Laguna.”⁴⁴⁵ Para esta comunidade, dispor de justiça própria era ter a sua jurisdição definida e respeitada, assim como o seu território.

A “eleição das justiças” implicava na escolha dos funcionários que atuavam na câmara. Havia dois tipos de funcionários dessa instituição. O primeiro deles, o dos oficiais, eram cargos eletivos, ou melhor, eram escolhidos a partir do voto. Os ocupantes não recebiam remuneração, mas tinham direito de receber propinas e outros privilégios. O exercício dessas funções estava atrelado a um certo grau de prestígio e de riqueza do postulante ao cargo. Esse oficialato era composto por dois juizes ordinários, por vezes chamado de juiz da terra, e sem obrigação de conhecimento de lei⁴⁴⁶, de dois a quatro vereadores, dependendo do tamanho da vila, e um procurador, geralmente o mais velho, que ficava responsável pelas finanças da casa. Outros cargos eram os de escrivão e tesoureiro, que não tinham o direito de sufrágio, mas eram considerados membros oficiais.⁴⁴⁷ E ainda havia funcionários subalternos que eram os cargos de juiz vintenário, almotacé, juiz de órfãos, porteiro, carcereiro, dentre outros. Estes cargos eram indicados pelos oficiais que assumiam a câmara e eram remunerados. Eles não tinham o direito de votar nas decisões do concelho, que era formado pelos oficiais somente. As funções desses membros eram basicamente compreendidas como a extensão das atividades dos oficiais nas regiões mais afastadas da sede do termo da vila.⁴⁴⁸

⁴⁴⁵ SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 178-179.

⁴⁴⁶ O historiador Stuart Schwartz descrevendo as funções desse oficial no império português anotou que ele “era responsável pela manutenção da lei e da ordem dentro da cidade; no entanto, seus esforços para a consecução desse fim eram frequentemente obstruídos. Na sua condição de oficial de justiça e membro da comunidade, o juiz ordinário e sua família sofriam ameaças e pressões por parte dos fidalgos e de outros grupos ou indivíduos poderosos. Por outro lado, o juiz ordinário podia abusar de sua autoridade para favorecer amigos e parentes.” Cf. SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*, p. 5.

⁴⁴⁷ BOXER, Charles. *Op. cit.*, p. 287.

⁴⁴⁸ Um análise sobre o atribuições de cada um desses cargos consta em: SALGADO, Graça (coord.) *Op. cit.*, 1986.

Quanto ao sistema eleitoral das câmaras, este seguia um modelo intrincado de indicação indireta, que deveria ser repetido a cada três anos. Num primeiro momento, o conjunto dos “homens bons” – como eram conhecidos os sujeitos elegíveis aos postos camarários, gente de destaque na comunidade –, exercendo as suas funções na câmara, elegiam, por voto secreto, seis eleitores. Depois, esses eleitores eram divididos em dupla e cada uma delas escolhia as pessoas mais aptas, outros “homens bons”, para servirem nos cargos do concelho (os oficiais da câmara: vereador, juiz e procurador) do triênio seguinte. Essa relação era “ajustada” depois pelo juiz mais velho do concelho vigente, e daí então os nomes eram separados em três listas, cada qual contendo os nomes e funções de um virtual concelho. Posteriormente eram enfiadas no pelouro (uma bola de cera)⁴⁴⁹ e depois metidos num saco para o sorteio, que acontecia ao final de cada ano. Por fim, um menino era escolhido para tirar um dos pelouros, que quando aberto tinha a sua lista revelada para o concelho do próximo ano. Este processo eleitoral tinha lugar a cada três anos para preparação das listas e, anualmente, no mês de dezembro, para o sorteio do concelho próximo.⁴⁵⁰ Caso algum indivíduo escolhido não pudesse exercer a função, por qualquer motivo que fosse, um substituto era nomeado pelos oficiais camarários, este membro era conhecido como oficial de “barrete”.⁴⁵¹ Segundo Antônio Hespanha, este sistema eleitoral era um misto de “cooptação da aristocracia da terra”, “eleição aristocrática” e “sorte”.⁴⁵²

Assim, depois de estarem todos reunidos na casa que abrigava o ouvidor e a sua comitiva, a eleição da vila deu prosseguimento. O momento mais aguardado certamente era o do sorteio do pelouro, onde

^{449c} Pelouros, i.e., pequenas bolas de cêra onde se introduzia um papel com o nome da pessoa de que se havia feito escolha para Juiz Ordinário ou Vereador. Essas bolas tiravam-se à sorte no fim de cada ano, e os nomes dos indivíduos nelas encerrados eram os dos escolhidos para servirem no ano seguinte.” Cf. ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro I, Título LXVI (Dos Vereadores), p. 147, nota 2.

⁴⁵⁰ Uma descrição completa do sistema eleitoral dos oficiais das câmaras no império português pode ser conferida nas ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro I, Título LXVII (Em que modo se fará a eleição dos Juizes, Vereadores e Almotaces e outros oficiais); Esse sistema de eleição também foi descrito por, COMISSOLI, Adriano. , p. 23.; FIORAVANTE, Fernanda. , p. 12-13.; NASCIMENTO, Livia. , p. 34.; BOXER, Charles. *Op. cit.*, p. 286-287.; HESPANHA, Antônio M. *As vésperas do Leviathan...* *Op. cit.*, p. 367.

⁴⁵¹ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro I, Título LXVII, p. 153.

⁴⁵² HESPANHA, Antônio M. *Op. cit.*, p. 367.

estava enfiado o “escritinho em que vão os nomes das pessoas, que hão de servir de Juiz, Vereadores e Procurador do Concelho”.⁴⁵³ E não demorou para que este fosse revelado. Após ter recolhido a lista com os votos dos “homens bons” do Desterro, o ouvidor Antônio Alves Lanhas de Peixoto “lançou em chapéu os três pelouros dos três anos, e, baralhando-os, mandou a um menino de 6 ou 7 anos tirasse um deles”.⁴⁵⁴ Naquela lista constavam os seguintes: Domingos Lopes Sertão, juiz; Francisco Martins Pereira, vereador; e Antônio de Castilhos, procurador; Sebastião Rodrigues Camacho, escrivão.⁴⁵⁵

Comentando sobre o sistema de eleição das vilas coloniais, o historiador catarinense Oswaldo Cabral acreditava que estas, quando obedecidas as Ordenações, o código das leis do reino, eram democráticas, mesmo levando em conta o princípio excludente que a categoria de “homem bom” encerrava.⁴⁵⁶ Na América portuguesa essa expressão era utilizada para “traduzir uma atitude mental típica de Antigo Regime, que era incapaz de considerar os indivíduos como nascidos iguais e dotados dos mesmos direitos.”⁴⁵⁷ Ou seja, nem todos eram dotados de direitos políticos na Ilha de Santa Catarina e, dentre os moradores do Desterro, havia um grupo seletivo de homens e famílias que poderiam participar da governança da comunidade mediante os critérios que eles próprios ajudavam a definir.

No contexto colonial da América, a eleição para os postos camarários primava pelo mesmo postulado vigente do reino, ou ao menos tentava, que era aceitar “*homens bons*” em seus quadros.⁴⁵⁸ Para alcançar essa qualidade o indivíduo precisava afiançar a sua distinção por meio de elementos que atestassem a sua posição de destaque na hierarquia local. Dentre os elementos, estavam os da ascendência familiar, quando podiam evocar uma tradição familiar de governança nas repúblicas e de serviços prestados ao rei, como os das atividades de

⁴⁵³ Cf. O termo “Pelouro” em BLUTEAU, Rafael. *Op. cit.*

⁴⁵⁴ SILVA, José G. Santos. *Op. cit.*, p. 179.

⁴⁵⁵ CABRAL, Oswaldo. *A organização das justiças...* *Op. cit.*, p. 47-48.

⁴⁵⁶ CABRAL, Oswaldo. *História de Santa Catarina...* *Op. cit.*, p. 55.

⁴⁵⁷ Cf. O verbete “Homens bons” em VAINFAS, Ronaldo (org.). *Op. cit.*

⁴⁵⁸ Sobre o estatuto da nobreza em Portugal e a sua elegibilidade nas câmaras e concelhos municipais ver: MONTEIRO, Nuno G. Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In: HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal – O antigo Regime...* *Op. cit.*, p. 297-338.; MONTEIRO, Nuno G. Os Concelhos e as Comunidades. In: HESPANHA, António M. *História de Portugal – O antigo Regime...* *Op. cit.*, p. 269-295.

conquista. Podiam também exaltar como qualidade a participação na defesa e povoamento das terras “à custa de suas fazendas, [que] guerrearão e submeteram terras e outros povos (gentio da terra e os inimigos europeus)”⁴⁵⁹ em nome d'El Rei. Mas não só. O “homem bom” tinha ainda que ser maior de 25 anos, casado, emancipado, católico e não possuir “impureza de sangue”, ou seja, não podia ter nenhum tipo de mestiçagem racial. Este último elemento foi muito difícil de ser conciliado nas vilas do Brasil, e não foi muito diferente na Ilha de Santa Catarina, onde o grau de mestiçagem era elevado e alcançava também os mais importantes da vila. De toda forma, como bem assinalou Charles Boxer, “esses indivíduos de reconhecida posição social eram coletivamente chamados de 'homens bons', ou, mais vagamente, povo”, mesmo que fosse somente na sua localidade.⁴⁶⁰

A ideia corrente de “povo” também fazia referência aos homens elegíveis aos cargos camarários.⁴⁶¹ Ser “povo” no Antigo regime português era o mesmo que ser “cidadão”, isto é, os “chefes de famílias abastados e respeitáveis habilitados a votar”.⁴⁶² A ocupação de cargos na administração concelhia era a principal via de exercício da cidadania no contexto colonial português. O estatuto de “cidadão” apresenta-se como resultado de uma concepção partilhada do poder político, e segundo a qual o exercício da governança local é compreendido como uma prerrogativa de alguns indivíduos e, ao mesmo tempo, como um serviço cuja merecida contrapartida deveria ser o aumento de privilégios. Nesse sentido, esses conceitos podem ser confundidos com o de “homem bom”, que definido pela participação na câmara equiparava de certa forma todos os taxinômicos que definiam as pessoas distintas de uma comunidade, e que poderia concorrer aos cargos de governança da República.

Todo esse vocabulário social, aristocrático, ajudava a definir e organizar a hierarquia social das comunidades do “Antigo regime dos

⁴⁵⁹ FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial...* Op. Cit. p. 51-52.

⁴⁶⁰ BOXER, Charles. *Op. cit.*, p. 287.

⁴⁶¹ O termo “povo”, ou a sua variação “povos”, na documentação do império colonial português referia-se também ao conjunto da população habitante de uma região ou colônia, o que era entendido como o conjunto dos súditos e vassallos que deviam obediência ao rei. No entanto, a palavra “povo” figurava também na documentação das câmaras aos “homens bons”. Cf. PEREIRA, Luisa Rauter. Povo/Povos. In: FERRES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p.203-206.

⁴⁶² BOXER, Charles. *Op. cit.*, p. 287.

trópicos”, como algo costumeiro, e que partia de um princípio corporativo de origem medieval que organizava o reino e império português. A organização político-social portuguesa caracterizava-se idealmente por um quadro hierárquico fundado numa ordem universal, natural e imutável, cujos corpos sociais possuíam responsabilidades, privilégios e deveres indispensáveis para a sua manutenção. Para esta concepção corporativa de sociedade, a hierarquia era pensada como a organização mais geral do mundo, na qual cada coisa encontra a sua razão de ser no desempenho de uma função e na ocupação de um lugar que lhe são próprios.⁴⁶³ E o lugar dos “homens bons”, “cidadãos” e “povo” da América lusa era o das câmaras municipais, onde poderiam exercer suas prerrogativas naturais de mando sobre a comunidade em que viviam.

Contudo, ainda cabe lembrar que os critérios de qualificação social, ou de afirmação da identidade de “homem bom” poderiam variar nos lugares das conquistas ultramarinas – e até no reino.⁴⁶⁴ No contexto setecentista da cidade do Rio de Janeiro esse assunto se tornou ponto de discórdia entre os filhos naturais da colônia, os luso-brasílicos que faziam parte da “nobreza principal da terra”, e o reinóis portugueses, recém-chegados. Esses últimos, talvez pela sua suposta “pureza” de sangue, em geral eram brancos, mas de condição inferior, isto é, exerciam ofícios mecânicos (caixeiros, jornaleiros, etc.), intentavam atropelar os primeiros para servir nos “cargos honrosos da República”. Por outro lado, os “naturais da terra” exigiam exclusividade na ocupação da câmara.⁴⁶⁵

Nesses quesitos de “pureza de sangue” e de “nobreza” muitas vilas no Brasil estiveram longe de corresponder aos postulados do reino. Esses critérios de elegibilidade para cargos da câmara municipal foram até mesmo reforçados pela coroa em alvarás e provisões. No alvará régio de 12 de novembro de 1611, que servia tanto para o reino quanto para as conquistas, os eleitores deveriam ser selecionados entre “os mais nobres e da governança da terra”, e que provassem ser “sem raça

⁴⁶³ XAVIER, Ângela; HESPANHA, Antônio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, Antônio Manuel. (coord.) História de Portugal... *Op. cit.*

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 290.; BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João.; GOUVÊA, Maria de Fátima.; BICALHO, Maria Fernanda. *O Antigo Regime... Op. cit.*, p. 189-221.

⁴⁶⁵ BICALHO, Maria Fernanda. *Op. cit.*

alguma”.⁴⁶⁶

No entanto, o que se via em geral eram arranjos locais de diversos tipos assegurarem a qualidade e a posição social dos oficiais da câmara – aqui está mais uma demonstração de que a solução jurídica dava lugar às interpretações ou regras gerais das comunidades periféricas espalhadas pelo império. Uma das estratégias que disfarçava a nobreza dos “homens bons” da América portuguesa era a de invocar os laços familiares estabelecidos com antigos conquistadores e povoadores das terras americanas. E não demorou para que os portugueses recém-imigrados se dessem conta disso, como também outros indivíduos que enriqueceram na colônia.⁴⁶⁷ Todos buscavam a qualidade natural que não tinham, como a de um passado imemorial. Nem mesmo a riqueza servia como indicativo de qualidade superior do indivíduo, tendo em vista que até libertos tinham acesso a escravos e terras.

No caso da vila do Desterro, em razão das fontes disponíveis, nem sempre foi possível determinar os critérios de elegibilidade dos oficiais da incipiente República. Tendo como base somente os termos de vereanças transcritos e organizados pelo historiador do século XIX José Gonçalves Santos Silva – que nos permitiram apenas identificar os oficiais e assuntos tratados na administração do município, nada mais –, ficou muito difícil de traçar um perfil completo dos ocupantes dos cargos camarários (social e econômico, por exemplo) nas primeiras décadas do seu funcionamento. A inexistência de documentos como inventários e livros notariais para esse período contribuiu para falta de uma análise desse tipo. Mas mesmo com o “silêncio” das fontes foi possível reconhecer traços comuns entre o grupo dos oficiais camarários e o grupo da pequena “nobreza” existente. Através da literatura genealógica conseguimos conectar esses indivíduos com os descendentes dos antigos conquistadores e povoadores da Ilha de finais do XVII. O primeiros membros da câmara da vila do Desterro, tratavam-se, na verdade, em grande parte, do “bando” de Manuel Manso de Avelar, embora este já não aparecesse mais atuando nos espaços de poder local, talvez em função da sua avançada idade e/ou dos seus “achques” de saúde.

Mesmo sem saber quais teriam sido os critérios adotados pelo ouvidor Antônio Alves Lanhas Peixoto e os moradores da Ilha para

⁴⁶⁶ Ibidem, p. 213.

⁴⁶⁷ FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Fidalgos e parentes de pretos...Op. cit.*

preparar a lista de eleitores da vila do Desterro, não seria estranho imaginar que prevalecessem os postulados de antes, que já haviam definido uma “nobreza da terra”, ou melhor, uma “nobreza da Ilha”. E reconhecendo o elevado grau de miscigenação daquela sociedade, que foi reproduzida à moda paulista de convivência secular com as populações indígenas, e que sofria com os trânsitos demográficos típicos de povoado em formação, falta de mulheres brancas e uniões consensuais com mulheres índias e mestiças, produzindo vários bastardos, a “pureza de sangue” poderia funcionar como um obstáculo ou não, dependendo de qual ajuste que fosse feito. Nesse caso, imaginamos que outros fatores se sobreporiam a este. No entanto, se a mestiçagem fosse empecilho para esses homens e seus filhos, o envolvimento deles na conquista e defesa daquele território limpava qualquer “mancha” de sangue, além do reconhecimento social já obtido dos mesmos como governantes da comunidade. O acesso aos cargos da República viria somente a nobilitá-los ainda mais, como aconteceu com a “nobreza da terra” de muitos outros lugares da América lusa.

Conforme assinalou João Fragoso, “pertencer de fato à nobreza da terra significava ter o ‘consentimento’ da sociedade, ser visto por esta como nobre ou, o que é o mesmo, ser reconhecido como membro de um grupo de ‘qualidade’ superior”.⁴⁶⁸ E isto vale para aquela comunidade territorial da Ilha, independente da cor dos homens que exerciam o mando local. Vale lembrar que o “bando” de Manuel Manso de Avelar era heterogêneo como normalmente acontecia com essas facções, incluindo portugueses, brasílicos, mamelucos, negros, livres e escravos, sendo que cada um ocupava uma posição diferente dentro grupo, com base nas suas qualidades.

O conceito de “nobreza principal da terra” como estamos adotando aqui para caracterizar os “homens bons” da vila do Desterro, por mais que pareça impreciso e geral, tende a ressaltar um aspecto comum ao comportamento das elites coloniais de diversas partes da América lusa, que foi a adaptação e reelaboração dos postulados de nobreza emanados do reino. Mas isto não significa dizer que havia uma homogeneidade desse grupo para todos os tempos e espaços coloniais. Nesse sentido, o que não podemos perder de vista na adoção de tal categoria é que existiam vários níveis de honra e poder que conferiam aos indivíduos status de grandeza social, e que só um estudo apurado nas localidades onde esses critérios estavam sendo adotados podem

⁴⁶⁸ FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial... Op. Cit.* p. 58.

revelar o que era ou não mais importante para determinar o prestígio dos postulantes aos cargos camarários.⁴⁶⁹ De toda maneira, reconhecendo os limites que o uso alargado dessa categoria implica, ela foi útil para perceber a composição social da câmara da vila do Desterro, uma vez que vários dos critérios definidos por João Fragoso na elaboração desta eram perceptíveis nos bandos da costa catarinense.

Assim, todos os elementos de qualificação social dos oficiais camarários desterrenses aproximam-se daqueles que o historiador João Fragoso usou para designar a “nobreza principal da terra”, uma categoria que mesmo gerada noutro contexto, que era o fluminense dos séculos XVII e XVIII, poderia ser adaptada para aquela realidade da Ilha, respeitando, claro, as devidas proporções quanto à capacidade de influência dos partícipes desse grupo na política e negócios ultramarinos. Até porque um dos principais fatores que caracterizava este grupo era o acesso e/ou o monopólio dos cargos da República, as Câmaras municipais, e a participação da conquista e defesa do território às custas de suas fazendas e famílias. Foi por isso que usamos indistintamente “nobreza da terra” para designar o mesmo grupo social que participou e continuava a participar da governança da comunidade da Ilha de Santa Catarina entre finais do século XVII e início XVIII. E que depois da instalação da Câmara poderiam também ser considerados os “homens bons” da vila.

Esse grupo dos principais povoadores do Desterro, desde os tempos de sua fundação, mesmo variando quanto aos indivíduos e famílias, mantinha uma espécie de homogeneidade, sobretudo quanto à sua origem social, com pequenas variações étnicas – o grupo dos “segundos povoadores” eram mais portugueses do que os “primeiros”. Mas os bandeirantes paulistas de meados do século XVII, como Francisco Dias Velho e Antônio Bicudo Camacho, ou ainda Domingos Brito Peixoto em Laguna, eram tanto homens bons quanto os moradores da vila de São Francisco que (re)povoaram a Ilha no final do setecentos e início do seguinte, como os reinóis Manuel Manso de Avelar e Salvador de Sousa Brito, dentre outros. Os dois grupos estavam conectados por laços familiares aos oficiais camarários das suas vilas de origem, ou ainda descendiam diretamente dos primeiros conquistadores da capitania de São Vicente no século XVI, a “nobreza da terra” da vila

⁴⁶⁹ Uma discussão a respeito do uso da categoria “nobreza da terra” na historiografia foi feito pela historiadora Roberta Giannubilo Stumpf. Cf. STUMPF, Roberta Giannubilo. *Op. cit.*

de São Paulo – no caso de Francisco Dias Velho, ele mesmo já era considerado um “homem bom” na vila de São Paulo, visto que ocupou vários cargos naquele concelho. Não podemos desconsiderar que a própria vila de São Francisco, de onde vieram os segundos povoadores, foi fundada por bandeirantes paulistas em meados do XVII. É bem provável que o sogro de Manuel Manso e Salvador de Sousa, Manuel Velho Rangel, “homem bom” de São Francisco, fosse um desses paulistas preadores de índios, como o seu próprio sobrenome sugere – a família “Velho” teve muitos membros envolvidos nas bandeiras, como Francisco Dias Velho, e seus irmãos, e ainda, talvez, o mais famoso de todos os bandeirantes paulistas, Domingos Jorge Velho, que foi contratado para destruir o quilombo de Palmares.

Não podemos esquecer também que alguns desses povoadores no início do setecentos reinventaram seu prestígio assumindo títulos militares que nem sequer existiam, ou melhor, que ainda não tinham sido confirmados por nenhuma autoridade régia. Naquela época não havia tropas de ordenanças na Ilha. A patente de “capitão”, como vinha escrito antes do nome de alguns desses sujeitos nos testemunhos de casamentos da paróquia do Desterro, na década de 1710, implicava numa auto-referência como pessoas de grandeza que julgavam ser na comunidade. Mesmo sem Câmara e ordenanças constituídas, ou ainda qualquer outro espaço que denotasse status, os “capitães sem tropas” reinventavam-se na Ilha como nobres locais.

A geração seguinte certamente mobilizaria o passado e a tradição familiar de prestação de serviços ao rei ou governança da República como argumento para ocupar os novos cargos camarários da recém-criada vila do Desterro. Mas era preciso salvaguardar uma memória da conquista, povoamento e defesa daqueles “sertões litorâneos” que relatasse todos os feitos dos antigos moradores em prol da manutenção desse espaço periférico como parte do império português no sul da América. Não à toa que Antonio Bicudo Cortez,⁴⁷⁰ um dos

⁴⁷⁰ Não temos referências claras sobre quem de fato foi Antônio Bicudo Cortez. As informações genealógicas que temos a disposição divergem quanto as suas relações familiares. O historiador Lucas Boiteux anotou em seu estudo genealógico que ele era pai de João Bicudo Cortez, que por sua vez, foi casado com Pascoa Soares Rosario, filha de Balthazar Soares Louzada, homem conhecido do bando de Manuel Manso de Avelar. Cf. BOITEUX, Lucas Alexandre. *Prosápia catarinense... Op. cit.*; No entanto, o historiador Oswaldo Cabral noutro estudo sobre as famílias antigas do Desterro aponta que o tal João Bicudo Cortez era filho de Antônio Bicudo Camacho. CABRAL, Oswaldo.

povoadores que veio de São Francisco no final do XVII, aparentado dos “homens bons” daquela vila, e outros moradores do povoado, decidiu escrever umas memórias em 1728 sobre a ocupação da Ilha de Santa Catarina desde os tempos do seu fundador, o bandeirante Francisco Dias Velho. Esta informação consta num comentário feito pelo memorialista Paulo Miguel de Sousa Brito, que teve acesso a esse manuscrito quando esteve na vila do Desterro no início do XIX. Ele anotou que,

quanto deixo referido relativamente a Velho Monteiro [Francisco Dias Velho], e ao que lhe aconteceu, acha-se escrito em uma Memórias antigas; manuscrito mui curioso que li na Ilha de Santa Catarina; e contém o que respeita à sua antiguidade. O sobredito Bicudo Cortez e outros homens foram indagando e escrevendo como puderam, aqueles e outros muitos acontecimentos que ali tiveram lugar; e o que contém o [mesmo] concorda com a tradição vulgar no paiz, e com a História.⁴⁷¹

Os “primeiros historiadores” catarinenses recolheram depoimentos e escreveram uma obra que tinha como principal intenção afirmar o papel dos seus antepassados e do seletto grupo do qual participavam na conquista daquele território. O exercício de historiar os acontecimentos os tornava mais cientes do lugar que ocupavam na governança daquela comunidade. Os principais moradores já reconheciam que a memória funcionaria como peça importante na construção da identidade social e territorial do grupo. Dessa forma, eles organizavam também os critérios de elegibilidade para os cargos da República. A história serviria aos “vencedores” daqueles sertões. Mais um argumento que afiançava a nobreza desses indivíduos e descendentes. Um outro “monumento” importante na produção dessa memória foi a tal cruz de pedra que Francisco Dias Velho fixou na

Raízes seculares... Op. cit.; Em virtude deste desencontro preferimos supor que os dois “Bicudo Cortez” eram de alguma maneira próximos dos “Bicudo Camacho”, e que participavam do mesmo círculo de importância dos moradores do Desterro. Sabemos que João Bicudo Cortez foi alferes das tropas de ordenanças em 1728 e oficial camarário da vila do Desterro na década de 1730.; SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*

⁴⁷¹ BRITO, Paulo José Miguel. *Op. cit.*, p. 16, nota 1.

capela do povoado, que era datada de 1651. O relato desse símbolo não passou despercebido pelos memorialistas, que, curiosamente, escreveram que veio ao chão dois anos após a instalação da câmara da vila do Desterro. No mesmo ano que Bicudo Cortez escreveu suas “memórias antigas”. Segundo ele, todos os moradores confirmaram que a tal cruz era mesmo do ano de 1651. Os manuscritos e os testemunhos a favor da existência e antiguidade da cruz serviriam de prova irrefutável da participação desses sujeitos na conquista e defesa daquele povoado desde finais do século XVII.

A respeito do uso imemorial do passado conquistador como prerrogativa exclusiva de mando pelas elites da terra na América portuguesa, o historiador João Fragoso apontou que “a procedência da conquista passava, mais ainda, a ser a credencial de nobreza e, com ela, a chave para acesso aos cargos da governança da terra e às posições cimeiras da hierarquia social local, a que não se identificava apenas com a riqueza material.”⁴⁷²

Assim, a “democracia” da vila do Desterro, obedecendo as prescrições do código filipino, tornou elegível todos “homens bons” do povoado, confirmando os indivíduos que antes faziam parte da governança da terra, os antigos povoadores e seus descendentes, como os merecedores dos ofícios da República recém-instaurada. Este contínuo de exclusividade de mando de um mesmo grupo nos leva a crer numa certa oligarquização da câmara desterrense a partir do “bando” (a grande família) de Manuel Manso de Avelar, ao menos no seu primeiro momento.

Aqui lembramos que foi através da trajetória desse sujeito que conseguimos conectar os laços sociais (parentais em muitos casos) e reciprocidades que deram consistência social à nobreza da Ilha, o que permitia também que os membros atuassem em torno de um projeto de poder comum sobre aquele território. E que viria a continuar agora a partir da câmara. Assim, como não poderia deixar de ser, os primeiros oficiais da vila do Desterro eram próximos daquele “maioral” da Ilha. Agora ali, diante do ouvidor de Paranaguá, Antônio Alves Lanhas Peixoto, foram “sorteados”; Domingos Lopes Sertão, Francisco Martins Pereira, Antônio de Castilhos e Sebastião Rodrigues de Camacho. Desses eleitos, quase todos mantiveram-se próximos ao sargento-mor da Ilha. Eles também trocavam parentesco entre si. Em princípio, esses

⁴⁷² FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Fidalgos e parentes de preto... Op. cit.*, p. 43.

vínculos parentais garantiriam a mesma unidade social da antiga nobreza ao concelho recém-eleito, e certamente o monopólio dos cargos pelo bando.

Após os quatro membros serem empossados pelo ouvidor, deu-se início aos trabalhos de vereanças da nova câmara. A primeira ata de que temos conhecimento é do ano de 1726, provavelmente escrita logo depois da solenidade da posse. Neste documento, o novo concelho buscou registrar a separação da vila do Desterro da sua congênere de Laguna, ficando aquela como vila independente. E deram prosseguimento à organização da justiça local como prova dessa autonomia. Dizia o texto que

Acordaram os oficiais que servem nesta governança desta Vila de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina, que para bem comum lhes era necessário tomar posse por ordem expressa do Doutor Antônio Alves Lanhas Peixoto ser servido dividir esta Vila não ficando anexa à Vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna pelo que acordamos tomar posse pelo estilo da Lei, a que pusemos pelourinho pelo estilo da Ordenação o que servirá de represa a qualquer delinquente.⁴⁷³

A ereção do pelourinho era ritual obrigatório na criação de qualquer vila no mundo colonial português. Esta coluna simples de madeira ou pedra geralmente ficava postada diante da casa da câmara. O pelourinho marcava o “coração” da vila, o seu centro. E foi ali, bem próximo à capela que o fundador do Desterro levantou, que os oficiais fincaram esta coluna da justiça.⁴⁷⁴

O pelourinho era o símbolo da justiça local, aquilo que definia a autonomia da vila na resolução dos seus próprios conflitos, o que não existia antes para Ilha de Santa Catarina, que dependia da justiça crime de Laguna. Talvez por isso o primeiro ato da câmara tenha sido o de

⁴⁷³ SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 179.

⁴⁷⁴ Sobre o pelourinho ver: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas... Op. cit.*, p. 30.; No dicionário de Rafael Bluteau consta que o pelourinho “é uma espécie de coluna, em algum lugar público da Cidade, ou Vila, em final da jurisdição, que tem de exercitar justiça com pena de morte.” Cf. BLUTEAU, Rafael. *Op. cit.*

levantar o pelourinho, o símbolo que marcava a independência da vila do Desterro, agora com justiça própria. A função de resolver contendas e litígios, fazer inquéritos sobre os crimes e outras atividades proibidas, e de decidir sobre o que seria melhor para comunidade e manutenção da ordem local – provavelmente conforme os provimentos deixados pelo ouvidor geral Rafael Pires Pardini anos atrás, uma vez que não se tem notícia da existência de um código de posturas, nem mesmo depois da instituição da câmara em 1726 –, cabia naquela ocasião a Domingos Lopes Sertão, o primeiro juiz ordinário da vila do Desterro, e que curiosamente foi sogro de um dos maiores “fora-da-lei” do sul, o contrabandista francês Pedro Jordão. Era ele quem faria uso do pelourinho quando da aplicação dos castigos e punições que deveriam ser impostos publicamente aos “delinquentes”. Assim, marcava-se no espaço da Ilha, na sede político-administrativa da vila, próximo às casinhas alugadas onde funcionavam as reuniões da Câmara, no largo em frente à capela da paróquia, um novo território de justiça. Aos poucos, a Ilha de Santa Catarina via sua paisagem ser transformada na jurisdição do concelho da vila de Nossa Senhora do Desterro.

A segunda ata de vereança, de 1726, tratou da escolha dos funcionários subalternos, aqueles membros da câmara que não faziam parte do corpo dos oficiais. Decidiu então o concelho municipal em “fazer almotacé Manoel Teixeira para servir de 6 meses.”⁴⁷⁵

O primeiro almotacé da vila do Desterro era genro de Domingos Lopes Sertão, o juiz ordinário. Talvez devido à importância do cargo, decidiu esse pelo esposo de sua filha Anna Moreira.

A função do almotacé era fundamental na administração cotidiana da vila, era o cargo que fazia valer boa parte das posturas que regulavam a comunidade e o espaço público. Era o funcionário responsável por assuntos como o abastecimento de alimentos, a conferência de pesos e medidas no comércio, a limpeza e manutenção dos logradouros públicos (caminhos, estradas, pontes, chafarizes, etc.), vistoria de obras e construções dos edifícios na vila, dentre outras coisas. O principal espaço de atuação de Manuel Teixeira na vila do Desterro devia ser o local onde funcionava a praça de mercado, provavelmente na praia em frente do largo da paróquia, a sede da vila. Ali ele fiscalizaria os preços, pesos e medidas, cobraria impostos, examinaria os tabuleiros, as canoas, ambulantes, mascates e outros

⁴⁷⁵ SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 179.

prestadores de serviços, e ainda as vendas fixas que talvez já existissem nas cercanias. A função de almotacé traduzia um dos principais papéis da câmara municipal, que era o de controle sobre a vida econômica da comunidade.⁴⁷⁶ Para os “homens bons”, a intervenção no espaço econômico local era uma forma de tirar vantagens da produção social alheia.

As câmaras ultramarinas estavam fundamentadas em um princípio habitual de governo que existia para todo reino e ultramar português, que era o cuidado e o controle sobre o “bem comum”, aquilo que diz respeito ao interesse geral das pessoas de uma comunidade. Aí está a ideia de República (*res publica*, ou seja, coisa pública), que dentro da doutrina corporativa da sociedade portuguesa, que baseava-se na filosofia da segunda escolástica, era a expressão que designava o princípio maior do príncipe, cuidar dos seus súditos. De acordo com o tomismo-aristotélico, para que o indivíduo viva em comunidade é fundamental que ele ultrapasse o egoísmo em favor do melhor para a comunidade. Um governo só pode ser considerado justo e correto se for direcionado ao “bem comum” do seu povo.⁴⁷⁷

No contexto local das repúblicas da América portuguesa, este dever de cuidar do “bem comum” cabia aos “homens bons”, que no exercício das funções concelhias deveriam realizar um governo correto e justo, voltado para sua comunidade. Entretanto, a praxis deste princípio levou àquilo que os pesquisadores João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa designaram por “economia política de privilégios” ou “economia do bem comum”. Esta ideia sinaliza para o uso e a apropriação dos bens e serviços públicos para fins privados, como algo que pertencesse realmente aos oficiais camarários, à nobreza da República, e não à sua comunidade.⁴⁷⁸ A moral política do corporativismo português fazia pouca distinção entre o que era público e

⁴⁷⁶ ARAUJO, Daniele Regina Wobeto de. *Almotacaria e o direito na Vila de Curitiba (1737-1828)*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito/UFPR, Dissertação de Mestrado, 2011; ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro I, Título LXVIII (Dos Almotaces)

⁴⁷⁷ Sobre a influência do corporativismo da segunda escolástica na política de Portugal ver: HESPANHA, Antônio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. *A representação da sociedade e do poder... Op. cit.*, p. 118-122.; HESPANHA, Antônio Manuel. *As vésperas... Op. cit.*, p. 297-307.

⁴⁷⁸ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. *Uma leitura do Brasil colonial... Op. Cit.* p. 68-73.; FRAGOSO, João L. Ribeiro. *A formação da economia colonial... Op. cit.*

privado.⁴⁷⁹

A administração da coisa pública pelos “homens bons” da vila do Desterro encerrava a possibilidade dos mesmos intervirem no mercado local criando para si próprios monopólios e benefícios, apropriando-se do excedente social de modo que a riqueza pública satisfizesse seus interesses pessoais e de grupo. Como a câmara detinha autonomia de intervir livremente sobre a economia, os seus oficiais poderiam regular com frequência o preço das mercadorias (exportadas e importadas), estipular impostos, fiscalizar e controlar o uso dos portos, dos espaços de comércio, do mercado de terras e escravos, dentre outras coisas.

Era no interior da instituição camarária que a “nobreza da terra” articulava as suas práticas econômicas, de base monopolista e discricionária, ampliando ainda mais o seu poder (social, político e econômico) dentro da comunidade. Ao mesmo tempo em que intervinham no mercado controlando preços e serviços ligados ao abastecimento da vila, eles ampliavam e fortaleciam suas redes de clientela, hierarquizando a sociedade através dos privilégios dos quais dispunham – uma hierarquia que de certa forma partia do rei, que concedia e outorgava privilégios a determinados súditos em troca de favores, como os “homens bons”. A ideia de “bem comum” no ultramar tratava-se apenas de um discurso generalizador e universalista, onde os principais beneficiários dessas políticas eram as próprias elites detentoras dos cargos camarários. O que se efetivou na América portuguesa, e também no Desterro, era um mercado regulado pela política, uma “economia esquisita”, como disse João Fragoso.⁴⁸⁰

Um dos atos desses “homens bons” à frente do concelho, que reforça a ideia de como os assuntos privados dominavam o espaço

⁴⁷⁹Os historiadores António Hespanha e Ângela Xavier anotaram que na doutrina política portuguesa do século XVII, “a aproximação entre o governo da república e o governo da casa, entre política e economia, e a consequente atenuação da especificidade do “público” em relação ao ‘privado’, são contínuas.” Cf. HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. *Op. cit.*, p. 122.

⁴⁸⁰FRAGOSO, João L Ribeiro. *A formação da economia... Op. cit.*; FRAGOSO, João. *Fidalgos e parentes de pretos... Op. cit.*; Sobre o funcionamento das economias pré-industriais que assumia perfeitamente a interferência na política na regulação do mercado ver: POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

público em torno do princípio do “bem comum” foi a vereança do dia 7 de março de 1727, onde os oficiais discutiram na presença do capitão-mor da vila Sebastião Rodrigues Bragança, uma ação de fisco contra um “escaler do navio francês de que é o Capitão Carlos Sevilha Boloro, por ter notícia, que este tinha levado uma sumaca do Sargento-Mor Manoel Manso.” O entendimento do capitão-mor acerca das atribuições da nova câmara passava pelo compromisso que aquela nobreza da República deveria ter para um importante membro do antigo grupo dos principais da Ilha. Diante daquela situação que ele constatou como propícia para reaver os prejuízos de Manuel Manso de Avelar, ele reclamou diretamente à câmara que “determinassem o que fosse mais conveniente para quietação e sossego deste povo, bem comum e serviço de Sua Majestade, que Deus Guarde, se era justo mandar-se reter o dito escaler e prender-se o dito Capitão Carlos Sevilha Boloro, que estava pronto para fazer [...]”.⁴⁸¹

A resposta dos oficiais foi cautelosa quanto ao que estava sendo proposto pelo capitão-mor Sebastião Rodrigues Bragança. Segundo o concelho, uma ação violenta daquele tipo poderia gerar uma retaliação contra a vila por outros da “mesma nação” do capitão Sevilha Boloro. Até por que, “até o presente momento o dito Capitão ou gente de sua nau não tem feito prejuízo algum a moradores desta Vila, nem estes tem força ou armas para que se possa defender deles por mar.” Os camarários pareceram se dar conta de que a notícia que trazia o capitão-mor da vila, de que o tal capitão do escaler francês tinha roubado uma sumaca de Manso de Avelar, poderia trata-se apenas de um motivo para uma ação de saque, com respaldo do governo municipal. Foi decidido então que pessoa alguma “molestasse” o capitão Carlos Sevilha Boloro, nem lhe trouxesse prejuízo para com as suas fazendas, e sugerido ao capitão-mor Rodrigues Bragança que se “conservasse e governasse sempre em paz e quietação, como até ao presente tem feito”.⁴⁸²

Nesse primeiro momento das vereanças do Desterro, não foi possível perceber outras situações que pudessem sugerir a aplicação da “economia do bem comum” pelos oficiais no mercado da vila. As lacunas das fontes das quais dispomos não possibilitam uma análise profunda sobre o tema, o que não significa dizer que tal prática econômica não tenha existido naquele contexto inicial da câmara municipal. Não é estranho imaginar que esses senhores de terras,

⁴⁸¹ SILVA, José G. Santos. *Op. cit.*, p. 182.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 183.

escravos, produtores agrícolas, criadores de animais e comerciantes não tirassem proveito da sua posição de gestores da economia e território local.

As ações corriqueiras dos almotacés, como a que aconteceu no dia 8 de março de 1738 quando José Mendes dos Reis estipulou preços e medidas para o vinho a 640 réis; aguardente da terra a 480 réis; azeite 1\$000 réis por medida; manteiga 220 réis por libra; sardinha 4 ao vintém; bananas 20 réis por dúzia; fumo 160 réis por vara; dentre outras mercadorias⁴⁸³, poderia muito bem atender aos interesses de produtores e comerciantes próximos aos oficiais da câmara, ou a eles mesmos.

Muito tempo depois da instalação da câmara, e consequentemente da criação da vila do Desterro, uma carta do então governador da capitania de Santa Catarina do início de 1754, confirmaria essa prática de “economia do bem comum” pelos oficiais camarários. Reprovando esse comportamento do concelho desterrense, escreveu D. José de Melo Manuel ao ouvidor da capitania Manuel José Faria, dizendo que a “câmara passada era composta de taverneiros, tendeiros”, que estavam metidos em vendas “daqueles mesmos gêneros que o mesmo Senado tem obrigação de comandar, e corrigir”. Ele advertia que pelo fato desses oficiais da câmara serem também comerciantes, ninguém era punido, e que “é consequência infalível que o erro que se devia concordar vai de mal para pior [...] de serem os mesmos oficiais da câmara ou alguns interessados nos contratos que remete a mesma câmara e como para isto não há castigo, os que entrarem de novo farão ainda muito maiores desordens.”⁴⁸⁴

Ao que parece, as arrematações de contratos e impostos que a câmara administrava na primeira metade do setecentos favoreciam os próprios camarários e/ou sua gente. E nada disso passou despercebido pelas novas autoridades metropolitanas residentes na vila do Desterro, ou capitania de Santa Catarina, que desaprovavam tal conduta do concelho, alegando que esse não servia ao “bem comum” da República. As intervenções no espaço camarário por parte das novas jurisdições criadas pela coroa, como governadoria, ouvidoria e provedoria, tornaram-se constantes em meados do século XVIII. As tensões entre os poderes locais e metropolitanos traduziam-se em conflitos jurisdicionais, naquele contexto de reorganização político-espacial que a

⁴⁸³Ibidem, p. 257.

⁴⁸⁴AHU-SC, cx. 2, doc. 28.

coroa portuguesa impôs com a criação da capitania real de Santa Catarina. Mais adiante retornaremos a esse assunto.

Uma outra função que correspondia à Câmara, e que poderia também ser praticada a favor do bando dos principais do Desterro, diz respeito às terras distribuídas e arrendadas do seu rossio, das licenças e tributos praticados sobre as mesmas. O controle sobre os melhores solos, os mais bem localizados para plantio, pasto e construção de moradas/casas possibilitava aos oficiais camarários obter vantagens do tipo do “bem comum”.

No primeiro ano de vereanças este assunto foi discutido pelo concelho municipal, que seguindo as ordens expressas pelo ouvidor Antônio Alves Lanhas Peixoto na correição, logo tratou de medir e delimitar o patrimônio fundiário da República. Era daí que a câmara tiraria parte de suas rendas, dos impostos cobrados sobre os “chãos” da vila.

A terceira ata da vereança de 1726 dizia que, “acordaram os Oficiais que servem nesta governança nesta Vila de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina, que para bem da Câmara lhe era necessário fazer Rocio e medida de como mandaram por marco, o esteiro de Miguel Tavares correndo pelo rio Itacorubi.”⁴⁸⁵ Com base nessa descrição, o rossio teria sido demarcado somente na sua linha de frente, que estendia-se de um ponto da barra sul da Ilha de Santa Catarina, o braço do Rio Tavares – que conservou como topônimo o nome de um dos “homens bons” da vila do Desterro, Miguel Tavares, morador daquela localidade⁴⁸⁶ –, até outro ponto do barra norte, o rio Itacorubi, que manteve até hoje o mesmo nome.⁴⁸⁷

O fato dos oficiais optarem por dois marcos naturais para delimitar a extensão da linha do rossio, os esteiros dos rios, se deve à prática comum de sinalização segura da época, que optava por elementos naturais como marcos (rios, córregos, morros, rochedos, etc.), ao passo que os elementos artificiais feitos de pedra ou madeira poderiam ser quebrados ou mudados de lugar, alterando os limites

⁴⁸⁵Ibidem, p. 179.

⁴⁸⁶Miguel Tavares foi procurador da câmara do Desterro no ano de 1727. Cf. SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 185.

⁴⁸⁷Tomando esses marcos naturais como referência hoje, essa área de frente mede algo em torno de 16 km de extensão. Este cálculo foi feito a partir do sistema de geo-referenciamento do Google Maps.

originais desses terrenos. Para garantir uma marcação perene do patrimônio da câmara os oficiais optaram por aqueles dois cursos de água que sinalizavam as extremidades norte e sul do rossio.⁴⁸⁸

O próprio Domingos Lopes Sertão, juiz ordinário na época, fez uso desse método quando regularizou suas posses com pedido de confirmação de sesmaria junto ao rei em 1740. Dizia ele que há 36 anos vivia num sítio que “fabrica na paragem chamada Pirajubaé e como está nesta posse se faz preciso demarcação de banda do norte com um ribeiro [...] correndo para o sul com a barra do rio Pirajubaé, e com todos os seus logradouros, sertão e vertentes, que lhe pertencer.”⁴⁸⁹ O despacho de concessão de suas terras foi feito pelo então governador da capitania de Santa Catarina o brigadeiro José da Silva Paes em nome de Sua Majestade.⁴⁹⁰

Um fato curioso é que as posses de Domingos Lopes Sertão estavam incluídas nos limites do rossio, como também a de outros que faziam parte da Câmara.⁴⁹¹ Aparentemente essas terras não poderiam ser dadas em sesmarias por serem consideradas públicas, senão pelo fato delas terem sido ocupadas anteriormente à medição e demarcação dos terrenos da vila. A área que o rossio cobria encerrava todas aquelas costeiras em que há muito viviam os principais moradores do Desterro. No entanto, o fato dessa “nobreza principal da terra” optar por incluir

⁴⁸⁸Sobre o processo de definição e marcação das fronteiras das circunscrições territoriais no século XVIII ver: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. cit.*, p. 320-322.

⁴⁸⁹SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 278.

⁴⁹⁰*Ibidem*, p. 280.

⁴⁹¹O próprio Miguel Tavares que vivia na extremidade sul do rossio também possuía terras dentro dos seus limites. Um outro membro da câmara de 1738, o almotacé José Mendes dos Reis, militar, que após chegar de Portugal e casar-se com uma “filha da terra”, Maria Rita de Jesus, também fixou residência dentro do rossio, numa das praias entre a barra sul e o centro da vila, próximo a localidade conhecida como saco dos limões. Aqui a toponímia também nos ajuda na identificação desses lugares. Assim como Miguel Tavares, José Mendes dos Reis deixou seu nome registrado na topografia local. O lugar que morava ainda hoje é conhecido como José Mendes, um bairro próximo ao centro da atual cidade de Florianópolis. Cf. CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro (Notícias I)*... *Op. cit.*, p. 30-41.; PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira Paiva. *Dicionário topográfico*... *Op. cit.*, p. 142. Sobre a localidade do Pirajubaé onde ficava a “fabrica” e o sítio de Domingos Lopes Sertão, ver: PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira Paiva. *Dicionário topográfico*... *Op. cit.*, p. 200.

suas posses (moradas de casas, sítios, engenhos, roças, etc.) dentro do rossio, refletia, talvez, uma estratégia jurídica que poderia garantir a segurança das propriedades via a câmara, que ela mesmo ocupava, no sentido de evitar que suas propriedades fossem contestadas, invadidas ou molestadas por novos moradores que instalavam-se aos montes na Ilha. A primeira metade do século XVIII assistiu a um fluxo intenso de pessoas naquela região, seja através da iniciativa particular (aventureiros, imigrantes de outras vilas e povoados que tentavam a sorte no sul), seja via o programa militar e colonial da coroa que seria implementado nas décadas de 1740-1750 (colonos ilhéus, soldados, funcionários, etc.). Entre 1720 e 1750, a população da vila do Desterro aumentaria algo em torno de 37 vezes, segundo dados oficiais.⁴⁹² Isto significaria um adensamento populacional de grandes proporções sobre o entorno da sede da vila. Destarte, a jurisdição do rossio poderia garantir aos primeiros povoadores da Ilha a posse tranquila de suas terras, mesmo que isto exigisse negociação política entre câmara e os poderes régios que intentavam reorganizar o território da vila do Desterro em prol dos projetos de ocupação da coroa.

Na época, o processo de delimitação do rossio era feito tendo por base o pelourinho, tendo em vista que funcionava como o centro geométrico da vila. E este critério de medição e demarcação foi levado bastante a sério pelos oficiais da vila do Desterro. A distância do local onde ficava o pelourinho, no largo em frente à câmara, próximo à antiga capela, na atual praça XV, centro da cidade de Florianópolis, até as pontas norte e sul que delimitavam sua extensão são praticamente as mesmas.⁴⁹³

O controle sobre o rossio concederia aos oficiais camarários do Desterro um poder de influência muito grande sobre a comunidade, regularizando as posses de todos moradores que viviam próximos à parte mais povoada da Ilha, o seu centro. Todas aquelas terras que estavam no entorno da sede da vila seriam administradas conforme as

⁴⁹²Para efeito de cálculo tomamos como referência o censo feito pelo ouvidor Rafael Pires Pardini do povoado em 1720, e o mapa populacional tirado a mando do governador da capitania de D. José Manuel de Melo em 1753, que contava a vila do Desterro e a recém-criada freguesia da Lagoa. Cf. AHU-SC, cx.1, doc. 67.; O censo de Rafael Pires Pardini consta em: SILVA, José G. Santos. *Op. cit.*, p. 166-167.

⁴⁹³ Com base no cálculo feito a partir do Google maps a extensão do largo da câmara até a ponta norte no rio Itacorubi teria algo em torno de 7,5 km, e até ao marco do sul do Rio Tavares 8,5 km.

suas vontades e leis. Esses terrenos eram atribuídos e garantidos pela monarquia a República a fim de constituir o patrimônio fundiário da câmara. O concelho podia dividi-lo em “chãos”, lotes, e distribuí-los mediante o pagamento dos foros anuais aos moradores que os pediam para edificar suas casas e sítios.⁴⁹⁴

A doação de terras para a constituição dos bens do concelho é uma tradição portuguesa datada desde o século XII, época da reconquista cristã. Na período moderno, essas terras eram concedidas pelo rei de Portugal ou por senhor laico ou eclesiástico, segundo as modalidades das cartas de foral. Uma parte dessas terras eram destinadas como áreas públicas que serviam de pastagens e plantações comunais e reservas de madeira. E a outra parte era oferecida aos moradores por meio de foro. Além do termo *rossio* esses terrenos eram designados também como “sesmaria da câmara”, “patrimônio do concelho”, “bens do concelho”, “logradouro da vila”, dentre outras expressões.⁴⁹⁵

No caso do Desterro era difícil saber quais áreas do *rossio* foram reservadas para uso comum. Não encontramos nenhuma referência clara que indicasse ali terrenos destinados para pastos e/ou plantações públicas, ou mesmo para abastecimento de madeiras. Se os tivessem, provavelmente seriam nas partes mais afastadas em direção ao leste da Ilha. Até porque, com exceção das costeiras junto às praias, enseadas e “sacos”⁴⁹⁶ da vila, na margem defronte ao seu continente, as primeiras áreas habitadas, toda a topografia era de morros com matas virgens e alguns rochedos, consideradas na época como terras devolutas. E foram essas mesmas colinas que durante muito tempo serviram de abrigo aos moradores nos ataques e perigos que enfrentaram contra corsários estrangeiros, conforme revelou o viajante francês Amédée

⁴⁹⁴ Há ainda um outro significado para o termo “*rossio*” ou “*rocio*” que em Portugal designava espaços abertos ou praças públicas dentro da vila ou cidade. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. cit.*, p. 461.; Ver ainda o verbete “*rocio*” em BLUTEAU, Rafael. *Op. cit.*

⁴⁹⁵ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Rossios, chãos e terras*. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 42, fascículo 2, 2006, p. 34-47.

⁴⁹⁶ “Saco” é nome que designa a parte mais funda de uma reentrância da costa, de uma enseada. Os topônimos da Ilha de Santa Catarina ainda conservam esta denominação geomorfológica, como os bairros “Saco dos Limões”, e “Saco Grande”. O dicionarista Rafael Bluetau anotou a seguinte acepção para este termo, além de outras: “Saco da enseada, chama Barros o meio, ou parte mais funda dela”. Cf. BLUTEAU, Rafael. *Op. cit.*

Frézier em seu relato.⁴⁹⁷ O viajante inglês George Anson de passagem pela Ilha em 1740, anotou que os lugares onde sua tripulação poderia levantar alguma plantação até a chegada das monções que aguardavam eram somente “algumas terras situadas ao longo da margem continental [...] os únicos lugares que não estão cobertos de árvores.”⁴⁹⁸ Somente depois da chegada maciça dos casais das ilhas atlânticas, as matas dos morros acima da vila tornariam-se capoeiras voltadas para agricultura de alimentos.

Nos termos da Câmara transcritos por José Gonçalves do Santos Silva nos deparamos com algumas licenças e pedidos feitos por particulares para edificarem moradas de casas no rossio. Um desses requerimentos foi feito por Mathias Fernandes de Castro em 1730, “para em três anos levantar nesta vila casa para si e sua família”.⁴⁹⁹ A medição se deu muitos anos depois e foi feita pelo próprio concelho por não haver medidor contratado, ficando as braças de terras deste sítio confronte na parte de baixo com as casas de Salvador Pereira Barbosa e as de Tereza Ribeiro, e pela parte de cima ficavam as “terras devolutas”.⁵⁰⁰ Como dito acima, em geral, os moradores optavam por estabelecerem-se nos terrenos mais planos das encostas dos morros. Tempos depois isso se tornaria um problema para câmara, por que não havia nenhuma marcação clara dos fundos do seu rossio, nem de qual era a extensão para cima dos morros em direção ao leste da Ilha nas suas partes inabitadas.

Mas pensando na administração desses terrenos, aqui ainda vale ressaltar uma situação de privilégio que alguns moradores tinham no território controlado pelos oficiais da câmara. Segundo consta escrito nos autos de medição de Fernandes de Castro, a sua vizinha Tereza Ribeiro, na época viúva de Sebastião Fernandes Camacho, um dos “nobres” da Ilha no início do XVIII, irmão e/ou parente de Sebastião Rodrigues Camacho, primeiro escrivão da câmara, recebeu mercês das suas “quatro braças e meia de terra e três palmos” sem “foro algum”. A isenção dos aforamentos nos faz lembrar de práticas políticas de uma “economia de privilégios” monopolizadas pela nobreza local, e que tinha como função servir aos interesses dos seus.⁵⁰¹

⁴⁹⁷ FRÉZIER, Amédée. *Op. cit.*, p.

⁴⁹⁸ HARO, Martim Afonso Palma de. *Op. cit.*, p. 64

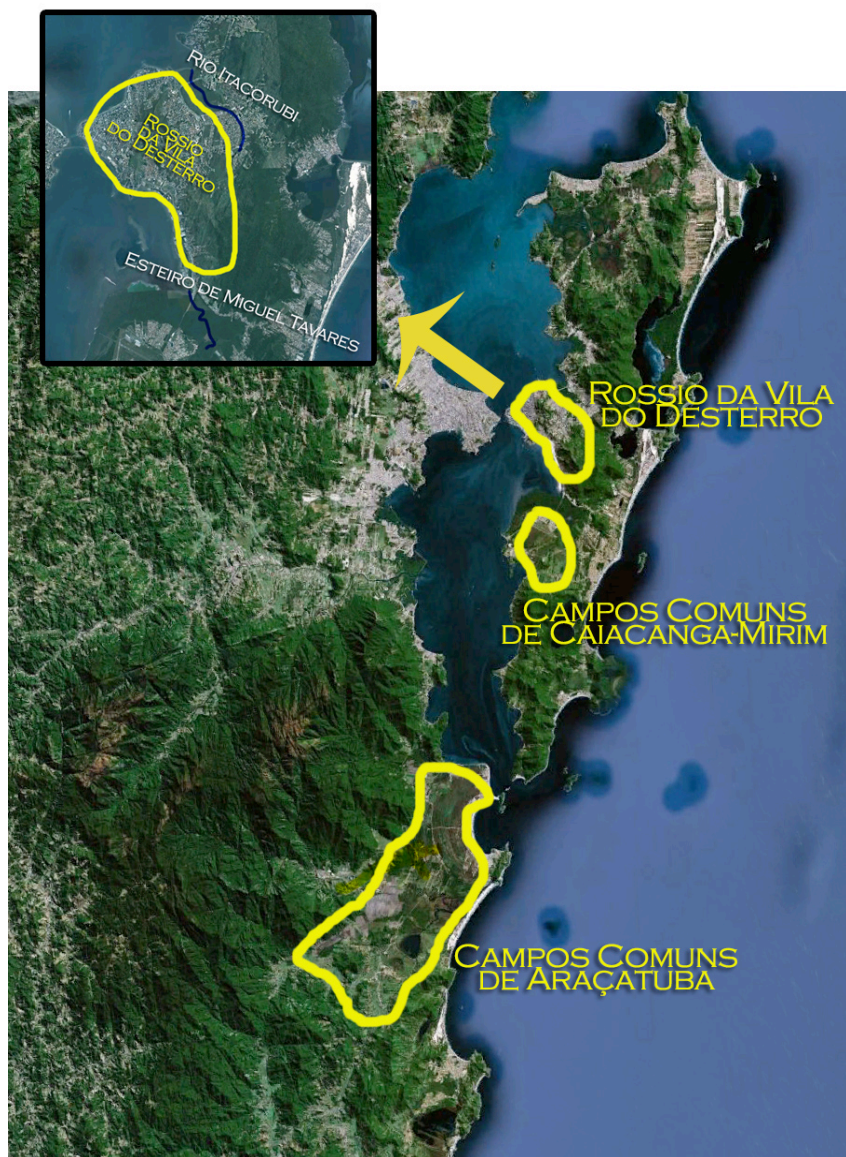
⁴⁹⁹ SILVA, José G. Santos. *Op. cit.*, p. 209-210.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p. 210.

⁵⁰¹ *Idem*.

Quanto às terras comunais das quais tomamos conhecimento no Desterro nesse momento, elas não estavam demarcadas dentro do rossio, mas no termo da vila, uma na parte continental e outra nas imediações da baía sul da Ilha. O termo faz referência a todo território controlado pela câmara, não somente as áreas próximas a sede político-administrativa. Trata-se da circunscrição territorial de toda a vila, os limites da sua jurisdição, o espaço completo do seu domínio, toda a área onde deve valer a sua justiça. Para a vila do Desterro, o seu termo extrapolava os limites naturais da Ilha de Santa Catarina, atravessando o continente próximo, das terras de Garopaba ao sul, fazendo fronteira com o termo da vila de Laguna, até a enseada das Garoupas, limites norte para com a vila de São Francisco.⁵⁰²

⁵⁰² Não encontramos nenhum documento que precisasse os limites do termo da vila do Desterro nesse período. No entanto, concluímos a extensão desse território baseando-se nas referências vagas de domínio que as três vilas exerciam, São Francisco, Desterro e Laguna. Ademais, confirmamos esses limites com a circunscrição que predominava em finais do século XVIII para as três vilas, que foi descrita no relatório de João Alberto Miranda Ribeiro, governador da capitania. Cf. Arquivo Ultramarino - Santa Catarina (doravante AHU-SC). Cx. 6, doc. 387. [Ofício do [governador da Ilha de Santa Catarina], tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende, D. Antônio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referentes a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição.]



Mapa 3 - O patrimônio fundiário da câmara da vila do Desterro (1727)

Os terrenos de uso comum da vila já haviam sido antes demarcados e confirmados nos provimentos deixados pelo o ouvidor geral Rafael Pires Pardinho, quando da sua correição na Ilha de Santa Catarina em 1720. Ali este oficial da justiça régia instituiu como espaço público, no continente, os campos de Araçatuba, na parte sul defronte a Ilha, e as terras de Caiacanga, no barra sul da Ilha, próximo aos manguezais do Rio Tavares, na extrema do rossio da vila.⁵⁰³ Naquela época proveu o ouvidor geral de São Paulo por requerimento do “povo” que,

⁵⁰³ Os campos de Araçatuba ficavam na parte continental defronte a barra sul da Ilha, próximo ao rio Maciambú seguindo em direção ao atual município de Paulo Lopes. Pressupomos que a extensão dessa área pública era bem maior, chegando até onde hoje fica o município de Imbituba, na época os limites entre a vila do Desterro e a de Laguna. A topografia dessa região registra várias planícies. Já os campos de Caiacanga, também conhecidos como Caiacanga-Mirim, localizavam-se onde hoje está situado o atual bairro do Carianos e o aeroporto Hercílio Luz, fazendo fundo com o distrito do Ribeirão da Ilha. Essas terras planas foram descritas por Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva em seu dicionário topográfico como “cabeço menor de figura cônica, uma légua e meia ao norte da freguesia do Ribeirão, e outro tanto ao sul da Capital [vila do Desterro]”. Cf. PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. *Op. cit.*, p. 80. O nome Caiacanga-Mirim faz oposição a outra ponta mais ao sul conhecida como Caiacanga-Açu. Segundo Oliveira e Paiva, “a palavra caiacanga compõem-se de duas do idioma indígena que lhe significam cabeça queimada”. Esta acepção é coincidente com alguns dicionários tupi-guarani. O termo *cái* indica a ação de queimar, arder, incendiar ou queimada. Já a palavra *acanga* faz alusão a ideia de cabeça, ponta ou extremidade. A combinação desse vocábulos nativos sugere o que Joaquim de Oliveira e Paiva denominou de “cabeça queimada”, provavelmente uma área de capoeira que teve sua vegetação queimada pelas populações indígenas que há muito habitavam a Ilha de Santa Catarina. Já os termos *açu* e *mirim*, respectivamente significam grande e pequeno. As pontas de terra que levam estes nomes, Caiacanga-Mirim e Caiacanga-Açu, mantém essa mesma proporção de grandeza quando comparadas. Cf. DIAS, A. Gonçalves. *Diccionario da Lingua Tupy chamada Lingua Geral dos Indigenas do Brazil*. Lipsia: F. A. Brockhaus, Livreiro de S. M. o Imperador do Brasil, 1858.; SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na Geographia Nacional...* *Op. cit.*; ROSA, Plínio (coord.) *Vocabulario na Lingua Brasilica*. São Paulo: Coleção do Departamento de Cultura, Volume XX, 1938. Esses topônimos foram registrados em vários mapas do século XVIII. Numa das cartas cartográfica que os espanhóis levantaram sobre a Ilha de Santa Catarina na década de 1770, temos a referência clara da localização desses campos. No mapa intitulado “Plano General dela Ysla y Puerto de Santa Cathalina”, de 1778, tem-se anotado o topônimo “Ponta de las Cayacangas Meri”, que liga a uma área de relativa

atendendo aos poucos campos, que há no distrito da Ilha de Santa Catarina para aqueles moradores criarem gados, que será preciso para seu sustento indo em aumento aquela povoação, que os campos de Araçatuba, que estão na terra firme, na entrada da parte sul da dita Ilha, que até ao presente estão dados a pessoa alguma de sesmaria fiquem daqui para diante em pastos comuns para os moradores nela trazerem seus gados e criações como ficam o campo desta Vila; e no caso de alguma pessoa dele alcance Carta de sesmaria lha impedirão e não consentirão, que tome posse, representando a Sua Majestade, que Deus Guarde, quando os sesmeiros lhes não defiram a necessidade de que os ditos campos tem os moradores, a cuja utilidade há de o dito Senhor atender mais do que a de um particular⁵⁰⁴

extensão que foi pintado pelo cartógrafo respeitando o relevo dos campos. Cf. ARQUIVO GENERAL MILITAR DE MADRID. *Plano General dela Ysla y Puerto de Santa Cathalina, situada a los 27 grados, y 23 minutos de la latitud Austral, sobre la Costa del Brasil que compriende la parte de Tierra firme de su frente com sus Fehgresias, Playas, Rios, y Sondeos de sus Puertos*. Espanha. Ministério da Defesa. Instituto de Historia y Cultura Militar, 1778. Noutro mapa português de 1786 os campos de Caiacanga Mirim aparecem também em destaque. O “Plano para servir de demonstração dos lugares fortificados da Ilha de Santa Catarina”, feito na ocasião do levantamento e inspeção do oficial militar José Correia Rangel de Bulhões nas fortificações da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro, deixa à mostra esta área de planície entre os rios Ribeirão e o Rio Tavares. Este mapa integra os relatórios de defesa da Ilha e do Rio Grande. Cf. ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR DE LISBOA. Defesa da Ilha de Santa Catarina, e do Rio Grande de São Pedro dividida em duas partes: a primeira contém as fortificações, uniformes da tropa da Ilha de Santa Catarina; a segunda o que pertence ao Rio Grande. Relatório de autoria de José Correia Rangel, 1786. A cópia digital desses mapas pode visualizada em: www.fortalezas.org (acesso em janeiro de 2012). Essa área de campos comuns do início do XVIII foi identificada como propriedade comunal ainda no século XIX, segundo os estudos do geógrafo Nazareno Campos. Cf. CAMPOS, Nazareno José de. *Terras comunais na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC/Federação Catarinense de Cultura Edições, 1991.

⁵⁰⁴ SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*.

E noutro capítulo dos provimentos determinou ele também que,

que no meio desta Ilha defronte da terra firme fica o campo de Caiacanga, que terá meia légua, a qual ficará em pastos comuns por não estar ainda dado de Sesmarias a ninguém, como ficam os campos de Araçatuba, pela grande utilidade que o povo desta Ilha tem de trazer algumas criações do dito campo e delas se poder valer para sustento com mais comodidade e menos riscos e dificuldades.⁵⁰⁵

Esses pastos comuns estiveram desde antes sob controle dos principais moradores do Desterro, e continuariam agora sob o domínio do mesmo grupo seguindo o modelo de gestão territorial da câmara municipal. As planícies de Araçatuba, como salientamos nos capítulos anteriores, foram de posse dos povoadores de finais do XVII, foram os campos de criação de gados e sítios de Francisco Dias Velho, Antônio Bicudo Camacho e Manuel Manso de Avelar. Os provimentos de Rafael Pires Pardinho viriam apenas a confirmar um território que há muito já estava em posse como pastagens particulares dos principais do Desterro, mas agora sob o pretexto de ser campos comuns. Mas, mesmo que essas terras estivessem sendo consideradas como terrenos públicos, o seu acesso e uso certamente continuaria restrito. Por mais que esses campos fossem de grande utilidade para as criações do “povo desta Ilha”, sendo que ninguém podia tomá-las como sesmaria, ou como propriedade de caráter privado, nem todos moradores teriam permissão para instalar ali ranchos de criação ou levantar sítios e/ou morada de casas. Com a instauração da câmara municipal aquele espaço seria posto em uso somente através das licenças monopolizadas pela nobreza da República. E como a topografia da região não era de muitas planícies que servissem de pastos para a criação de animais da maioria dos moradores, o controle desses terrenos implicaria certamente na restrição do seu uso.

A criação de gado muar e vacum naquele período tornou-se umas das atividades mais importantes da economia local, tanto em Laguna, quanto na Ilha. O aproveitamento dos gados bravios que espalharam-se sobre planícies do Continente do Rio Grande de São Pedro, desde meados do século XVII, depois do abandono dos

⁵⁰⁵ Ibidem.

aldeamentos jesuítas, serviu de fonte de riqueza para muitos moradores da costa catarinense nesse primeiro momento. Na passagem dos viajantes Amédée Frézier e George Shevolke temos notícia de que a carne de gado era um dos artigos mais valorizados no povoado. Pouco depois, o contrato feito entre Manuel Manso de Avelar e os franceses envolvia couros, que seriam trocados por escravos africanos, que na época valiam muito no mercado colonial. E pelo que consta não paravam de chegar naqueles campos da Ilha tropas de gados vindos do Rio Grande, conforme atestou o governador de São Paulo, Rodrigo de César de Menezes, quando proibiu que o capitão-mor de Laguna, Francisco Brito de Peixoto, impedisse que índios e castelhanos negociassem com os moradores da Ilha. O governante paulista previa que ali “se poderão fazer nas campanhas muitas carnes secas, para transportarem para todos os portos.”⁵⁰⁶

Havia também a demanda por carne bovina da própria comunidade, um alimento rico em proteínas e indispensável para dieta alimentar dos moradores, embora o preço não tornasse este produto acessível para a maioria da povoação. Além do gado vacum, a criação de mulas era proveitosa para o transporte de cargas no comércio vicinal e terrestre que existia com vilas e povoados próximos – duas mulas foram confiscadas do francês Pedro Jordão, que ele usava para para conduzir e trazer mercadorias de Curitiba, Paranaguá e outras vilas. Nesse sentido, como podemos perceber, a criação desse animais tornou-se um das principais atividades econômicas do Desterro daquelas primeiras décadas do XVIII, mesmo que sem grandes áreas de pasto na Ilha e seu continente. As poucas pastagens públicas que existiam deveriam então ser administradas sob muitos cuidados, especialmente por aqueles que estavam envolvidos diretamente com as atividades pastoris.

Como não poderia deixar de ser, a posse sobre esses campos de Araçatuba foi motivo de disputa dentro da comunidade. Por volta de 1726, alguns indivíduos estranhos ao povoado, que não faziam parte do seletto “povo” da Ilha de Santa Catarina, intentaram tomar posse daqueles pastos para meterem ali seus rebanhos. Tratava-se de Joaquim Vicente, capitão de mar e guerra, Francisco Vicente, guarda-mor, e Bernardo Tavares, sargento-mor. Esses oficiais militares pertenciam às tropas regulares da capitania de São Paulo, provavelmente da praça de Santos, e diziam ter sesmaria daqueles terrenos, onde levantaram

⁵⁰⁶ DI, vol. , p. 48

ranchos de criação. Joaquim e Vicente eram irmãos, e Bernardo primo dos dois. As sesmarias tinham sido concedidas pelo governador de São Paulo em 22 de março de 1725.

Após tomarem notícia desta situação, os oficiais camarários e os principais moradores da Ilha reuniram-se para defender o patrimônio da vila do Desterro. Em 18 de abril de 1727, o “povo” requereu ao juiz ordinário, o capitão Salvador de Sousa Brito, que não desse execução “a uma sesmaria, que tem o guarda-mor Francisco Vicente e seu irmão já falecido o Capitão de Mar e Guerra Joaquim Vicente [...] dos campos de Araçatuba por já dantes estarem de posse deles esta Vila e a da Laguna.” E decidiram que “toda e qualquer qualidade de pessoa, que nós mesmos trouxermos gado, pague por cada cabeça de gado ou cavalo anualmente dois vinténs.” Ficava registrado ali que até a gente de melhor qualidade da vila, os “homens bons”, pagariam tributos pelo uso daqueles campos. Esses valores destinariam-se para cobrir as despesas do ordenado do ouvidor e da própria câmara.⁵⁰⁷ Os principais da Ilha aproveitaram ainda a chegada do vigário Francisco Justo Santiago naquele ano, para que este atestasse “que tudo quanto se contém no termo, eles assim requeriam por uma vez e por seu procurador.” Assinaram este documento o próprio vigário, o “procurador deste povo”, Balthazar Soares Louzada, e mais 36 pessoas.⁵⁰⁸

No ano seguinte, outra sessão da Câmara voltou a discutir esse assunto dos campos de Araçatuba e dos sesmeiros paulistas. No dia 5 de setembro os oficiais determinaram que a posse daqueles terrenos deviam ser feitas mediante os “Capítulos de Correição e pelo Alvará de Sua Majestade”.⁵⁰⁹

Os tais capítulos de correição eram os provimentos deixados pelo ouvidor geral de São Paulo, Rafael Pires Pardiniho, que confirmava aqueles terrenos como de uso comum da vila. O outro documento tratava-se de uma mercê concedida pelo rei à Câmara da vila do Desterro na forma de alvará régio, de março de 1728, que reconhecia os direitos de posse daqueles campos como terras da República, para servir ao “*bem comum*” da comunidade. O rei D. João V procurou com este alvará atender à representação do povo da Ilha, escrevendo diretamente ao então governador da capitania de São Paulo. Registrou ele que,

⁵⁰⁷ SILVA, José G. Santos. *Op. cit.*, p. 184.

⁵⁰⁸ *Ibidem*, p. 195

⁵⁰⁹ *Ibidem*, p. 194-195.

[...] os moradores da Ilha de Santa Catarina me representarão, que indo a ela o Ouvidor geral, que foi dessa Capitania Rafael Pires Pardinho, deixara entre os mais capítulos um para que o Campo chamado de Arazatuba, que está junto a dita Ilha ficasse em pastos comuns para os [suplicantes] trazerem os seus gados, e que os oficiais da Câmara defendessem darem se a pessoa particular o dito Campo, ou parte dela: e que sem [embaraço] do referido tinham notícia, que vós dereis de sesmaria o dito Campo a um fulano Vicente da Vila de Santos, talvez por não seres informado da necessidade, que dos ditos Campos tem os [suplicantes] e o bem comum da povoação da dita Ilha. Pedindo-me lhes fizesse mercê mandar, que sem [embaraço] da dita sesmaria, ou de outra qualquer, que se tenha passado, lhe fiquem os ditos Campos em pastos comuns, para poderem trazer neles os seus gados, e criações para aumento, e sustento daquela povoação. Me pareceu ordenar-vos, mandeis recolher a data, que vosso Antecessor deu a fulano Vicente, para que por ela se não faça obra alguma, e quando se não tenha passado, não consentireis se passe a outrem, e para que em todo tempo conste o que nesta matéria tenho determinado, fareis com que esta minha real ordem, se registre na Secretaria desse Governo e mais partes [necessárias] [...]⁵¹⁰

Pouco depois, um auto de posse foi feito em benefício do português Antônio Medanha, genro de Domingos Lopes Sertão, levando em considerações esses critérios. Em seguida, o atual concelho intimou Bernardo Tavares e Francisco Vicente pedindo para que apresentassem uma sesmaria que fosse mais nova que o alvará régio de 24 de março, e como não fizeram, decidiram dar posse das mesmas terras a Antônio Medanha, que tinha ali perto “casas, cercas e plantas”.⁵¹¹

⁵¹⁰ DI, vol. XIII, p. 243-244. [Cópia da Provisão dada de 20 de Março de 1728 para o Governador de São Paulo cassar a sesmaria dada nos campos da Ilha de Santa Catharina]

⁵¹¹ SILVA, José Gonçalves dos Santos. Op. cit., p. 195.

É claro que o fato de Antônio Medanha fazer parte do mesmo grupo de “*homens bons*” da vila do Desterro influenciou na decisão positiva da câmara. O juiz ordinário do concelho daquele ano era outro genro de Domingos Lopes Sertão, o alferes de ordenanças João Bicudo Cortez, seu aparentado.⁵¹² No entanto, mesmo a câmara concedendo a posse daquelas terras a outra pessoa, os oficiais militares de São Paulo não deixaram o lugar, nem desmontaram seus ranchos e retiraram seus rebanhos.

Cinco dias após a emissão do auto de posse de Antônio Medanha, o concelho em mais uma sessão da câmara mandou chamar Bernardo Tavares para questionar se ele estava mesmo “por morador nos campos de Araçatuba”, ele teria respondido que não. Então, pediram que o mesmo escrevesse ao seu primo Francisco Vicente para que ele tirasse o gado ou pagasse dois vinténs por cada cabeça, como todos faziam, inclusive os principais da Ilha. Os oficiais da câmara querendo valer do seu direito sobre a administração do termo da vila davam duas opções a Francisco Vicente: ou ele deixava as terras que pertenciam a câmara, ou pagava os tributos que se cobrava pelo uso dos pastos.

Não foi tão fácil fazer com que Francisco Vicente aceitasse o que estava sendo proposto. Três anos depois seus animais ainda permaneciam ali. Até que em 1731, em mais uma sessão, os oficiais camarários decidiram dar um basta naquela situação. Foi acordado que se ele não pagasse todo o foro de três anos seria despejado no período de um mês. Ao que parece, passado o prazo a situação permaneceu do mesmo jeito. A resistência desse falso sesmeiro em não cumprir as determinações da câmara tinha razão especial de acontecer, a sua influência na capitania de São Paulo.

Ao que tudo indica o paulista Francisco Vicente não era qualquer criador de gados. A sua permanência por tanto tempo naqueles campos aparentemente foi garantida por conta dos laços que mantinham com autoridades da capitania de São Paulo. Este caso tomou proporções bem maiores do que o de um simples conflito local, envolvendo o governador de São Paulo, o ouvidor de Paranaguá, os oficiais da vila do Desterro e o próprio rei de Portugal. Coube a D. João V novamente intervir fazendo justiça em prol de uma solução para que este imbróglio dos campos de Araçatuba se resolvesse. Em maio de 1729, os oficiais da câmara já haviam escrito outra representação ao rei queixando-se do

⁵¹²Idem.

abuso cometido pelo governador de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, que não deu cumprimento ao alvará régio que fazia mercê dos campos de Araçatuba ao povo da Ilha de Santa Catarina. Dois anos depois, o monarca avisava que já havia enviado duas ordens àquele governante, e que ele não executou nenhuma delas até aquele momento. A última tinha sido enviada no ano de 1730.⁵¹³ A fim de querer preservar os direitos do concelho sobre a gestão do seu território, o rei decidiu enviar uma ordem ao ouvidor de Paranaguá para que este executasse a sua justiça e fizesse valer a sua palavra.

A missiva enviada ao ouvidor Antônio dos Santos Soares tinha bem claras as ordens régias de pôr “os campos de Araçatuba em uso comum”.⁵¹⁴ Não foi possível alcançar qual a solução que Santos Soares deu para este caso, se tratou diretamente com o governador de São Paulo ou mesmo com Francisco Vicente, anulando sua sesmaria ou convencendo-o a pagar os foros devidos pelo uso dos campos públicos. No entanto, imaginamos que esta contenda entre o paulista criador de gados e os oficiais do Desterro só viria de fato a se resolver na judicatura seguinte de Paranaguá, a de Manuel dos Santos Lobato, que esteve em correição no Desterro em 1736, e que provavelmente tomou parte deste assunto pelos moradores locais.⁵¹⁵ Em carta de 1740, Santos Lobato escreveu ao juiz ordinário da vila, Martinho Amorim, informando, dentre outros assuntos,

que as terras do Rocio dessa Vila se não podem dar de sesmaria e menos a de Araçatuba; pois já esta se acha determinado por Sua Majestade, por que dando-se de sesmaria a Francisco Vicente mando o dito Senhor que não tivesse efeito a dita sesmaria e pertencesse ao povo desta Vila.⁵¹⁶

O ouvidor de Paranaguá confirmava a negativa feita pelo concelho quanto à sesmaria de Francisco Vicente, ficando, talvez, esta

⁵¹³ Ibidem, p. 218

⁵¹⁴ Ibidem, p. 219

⁵¹⁵ CABRAL, Oswaldo. *A organização das justiças...* Op. cit., p. 49.; Sobre a trajetória administrativa dos ouvidores Antônio dos Santos Soares e Manuel dos Santos Lobato a frente da comarca de Paranaguá ver: PEGORARO, Jonas. Op. cit.

⁵¹⁶ SILVA, José G. Santos. Op. cit., p. 263.

responsável por tomar as devidas providências na solução do problema, visto que juridicamente esta questão já estava resolvida.

Os cuidados e a insistência com que os oficiais tiveram para com este assunto, a fim de regular e manter o controle sobre os campos de Araçatuba, demonstra o quão cientes eles estavam da dimensão do território/jurisdição da vila. A maneira como cada concelho ao longo desses anos tratou dessa questão, escrevendo até mesmo uma representação ao rei, ou ainda envolvendo a ouvidoria de Paranaguá na busca de uma solução jurídica, revela a consciência do povo da Ilha acerca da violação dos seus direitos. Direito esse que sendo histórico, relativo à antiguidade da posse e uso daquelas terras pela comunidade da Ilha de Santa Catarina, desde pelos menos à segunda metade do século anterior, foi também confirmado pelas autoridades régias, na forma de provimentos e de alvará régio.

E é esta mesma consciência do “povo” do Desterro sobre seus direitos territoriais – uma consciência social e política do espaço que conquistaram e povoaram – que permaneceria nas duas décadas seguintes, no momento em que a coroa portuguesa dava início ao seu projeto de defesa militar e colonização daquela costa marítima propondo intervenções espaciais de peso. Mas no entendimento da câmara e do seu oficialato, o espaço físico que compreendia o termo da vila de Nossa Senhora do Desterro, o rossio e as áreas comunais, na Ilha e no continente, não deveria estar sob ingerência de nenhuma outra autoridade a não ser a própria “nobreza da terra”, que deveria administrá-lo em prol do “bem comum” da República. Como bem ressaltou Antônio Manuel Hespanha, qualquer alteração do território e jurisdição de um concelho no império português seria considerado uma ofensa.

Nesse sentido, a jurisdição da vila do Desterro transformava-se no substrato físico e simbólico da produção da territorialidade e identidade dos “homens bons” da Ilha de Santa Catarina, que percebiam-se agora como senhores e defensores da República.

3.4 - As jurisdições régias da capitania *subalterna* da Ilha de Santa Catarina

Por volta da década 1730, os conflitos entre as duas coroas ibéricas a respeito dos seus limites territoriais no extremo-Sul se intensificaram, ao ponto das forças coloniais castelhanas, mais uma vez, sitiarem a Colônia do Santíssimo Sacramento entre 1735 e 1737.

Um incidente diplomático nas cortes de Lisboa e Madri teria servido como pretexto aos espanhóis para tentarem desalojar os portugueses da bacia do Rio da Prata. Em fevereiro de 1735, soldados espanhóis invadiram a residência e prenderam o embaixador português de Madri, Pedro Álvares Cabral, Senhor de Belmonte, e mais todas as pessoas que estavam em sua casa. O motivo da violência contra o diplomata se deve ao fato de alguns dos seus criados terem ajudado um homem que foi preso pela guarda espanhola. Assim que esta notícia chegou em Lisboa, os conselheiros de D. João V decidiram dar o mesmo tratamento ao embaixador espanhol, e assim prontamente fizeram, invadiram a sua casa e prenderam as pessoas que lá estavam. Este teria sido o estopim da guerra na região platina. Na verdade, este caso serviu apenas para demonstrar ou justificar uma ação militar no bojo dos conflitos político-militares mais generalizados entre Portugal e Espanha. As relações entre essas duas nações já estavam abaladas desde do início do XVIII. Assim, no dia 20 de outubro de 1735, as forças coloniais espanholas da cidade de Buenos Aires montaram um cerco ao redor dos muros da Colônia permanecendo ali por quase dois anos, até o mês de setembro de 1737. Este episódio ficou conhecido como o “Grande Sítio”.⁵¹⁷

Ao longo desse tempo foram enviadas várias expedições de socorro para auxiliarem os portugueses na defesa da Colônia. Os reforços partiram do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Lisboa. As tropas reuniam soldados de várias partes da América portuguesa, recrutados voluntariamente ou involuntariamente.⁵¹⁸ O

⁵¹⁷ CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores; Instituto Rio Branco, 1950, tomo I (1695-1735), p. 59-66.

⁵¹⁸ Sobre o recrutamento militar na Colônia de Sacramento ver: POSSAMAI, Paulo César. O recrutamento militar na América portuguesa: o esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737). *Revista de História*, n. 266

comando dessas ações militares coube ao governador interino do Rio de Janeiro, José da Silva Paes – na época, o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, futuro conde de Bobadela, estava tratando do sistema de arrecadação de impostos sobre o ouro na capitania de Minas Gerais⁵¹⁹ –, que juntamente com outros oficiais, organizava as frotas armadas em direção ao Rio da Prata.⁵²⁰ Em 1736, o próprio José da Silva Paes comandou uma frota que dirigia-se a Colônia, mas que tinha como principal missão conquistar Montevidéu e dar início a uma povoação no Continente do Rio Grande São Pedro. Ao aportarem em frente de Montevidéu, os portugueses se deram conta de que seria muito difícil tomar a cidade porque era muito bem fortificada. José da Silva Paes retorna à Colônia do Sacramento, onde começa a restaurar esta fortaleza e a planificar outras mais ao norte, pondo em prática seus conhecimentos técnicos de engenheiro militar. No ano seguinte, ele estabelecia-se no Rio Grande de São Pedro com cerca de 260 homens. Ali, num ponto próximo do litoral, ele levantou o forte “Jesus, Maria e José”, dando início à povoação do Rio Grande.⁵²¹ Na cercanias desse povoado, ele ainda coordenou a construção de mais um forte e outras três guardas. Enquanto manteve-se ocupado com essas fortificações e povoação, a paz foi restaurada na Colônia do Sacramento.

Entretanto, aquele sistema de defesa montado no Rio Grande não seria suficiente para atender toda a costa sul. Até aquele momento, entre a vila de Santos e a bacia do Rio da Prata, não existia nenhum outro ponto fortificado que pudesse garantir a defesa do litoral. A presença de navios estrangeiros que aportavam nos vários portos desse

151, 2004, p. 151-180.

⁵¹⁹ Acerca da administração de Gomes Freire de Andrade a frente da governadoria do Rio de Janeiro conferir RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-sul da América portuguesa (1748-1763). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História/UFF, Tese de Doutorado, 2010.

⁵²⁰ PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Editora da UFSC; Editora da FURG; FCC, 1988, p. 95-107.

⁵²¹ Em 1736 a freguesia de São Pedro do Rio Grande já havia sido criada por provisão eclesiástica. No momento em que se deu os primeiros socorros a Colônia do Sacramento, o oficial Cristóvão Pereira de Abreu foi mandado a executar a planta de um forte na foz do Rio Grande São Pedro. A fundação do forte Jesus, Maria e José se deu em 19 de fevereiro de 1737. Cf. PIAZZA, Walter F. *Op. cit.*, p. 109-110.

litoral ainda era constante, e nos momentos de guerra com a Espanha essa preocupação se tornou maior para as autoridades metropolitanas que tentavam manter todo o meridional como domínio português. Daí, que no meio dessa costa marítima procurou a coroa levantar um sistema de defesa mais robusto, que pudesse atender às necessidades de guerra no extremo-sul, sem ter que recorrer diretamente a outras praças militares mais distantes, como aconteceu no “Grande Sítio”. Entre o forte de “Nossa Senhora do Monte Serrat”⁵²², na ilha de São Vicente, em frente à vila de Santos, e o forte “*Jesus, Maria e José*”, no Rio Grande, foi planejada uma série de fortificações na Ilha de Santa Catarina, a nova base de operações militares do sul da América portuguesa. Este plano de defesa foi elaborado também por José da Silva Paes. Em carta ao Conselho Ultramarino, o vice-rei do Brasil, André de Melo de Castro, Conde das Galveas, tratou de reafirmar o papel importante da Ilha de Santa Catarina na defesa do sul, conforme sugeria Silva Paes. Escreveu ele que a Ilha era

[...]de tanta importância que sem ela não podemos manter cousa alguma do que temos no Rio da Prata, e principalmente o Rio Grande de São Pedro, por que como o seu porto não é praticável de Inverno, e no Verão mui raras vezes se pode entrar nele pela grande dificuldade de marcar-se, todos os mantimentos, e socorros que lhe forem necessários hão de fazer escala no porto da dita Ilha, aonde como em depósito se devem guardar para se conduzirem por terra ao Rio Grande no caso que não seja possível transportarem-se por mar.⁵²³

Este trecho reforça a ideia de fazer daquele porto da Ilha, a base logística e militar das operações de defesa e povoamento no Rio Grande e Colônia. Era dali que deveriam vir agora todos os “socorros” para garantir a manutenção dos domínios portugueses contras as forças castelhanas.

⁵²² Sobre o forte Nossa Senhora do Monte Serrat, dentre outros que foram levantados na América portuguesa, conferir as informações que constam no portal www.fortalezas.org

⁵²³ PIAZZA, Walter F. *Op. cit.*, p. 124.

Além do cerco na Colônia entre 1735-1737, um outro incidente envolvendo espanhóis teria apressado a instalação de uma praça fortificada na Ilha. No correr daquele ano de 1737, enquanto o brigadeiro José da Silva Paes levantava as fortificações no Rio Grande, e a paz começava a ser estabelecida na Colônia do Sacramento, fundeou no norte da Ilha, na enseada de Canasvieiras, um navio espanhol. Parte da sua tripulação, que reclamava das violências dos oficiais, desertou rumando para o povoado do Desterro. Os marinheiros desembarcaram numa das praias da barra norte próximo à vila, e quando o capitão-mor das ordenanças do Desterro os avistou, pensando que fosse um ataque, resistiu com tiros de fuzis e disparos de flechas dos índios que estavam sob seu comando. Depois de descobrir que aqueles homens vinham em paz, e que não apresentavam ameaças às pessoas do povoado, o capitão-mor concedeu abrigo e mantimentos para que eles continuassem sua viagem, sendo que alguns decidiram fixar-se ali mesmo no Desterro.⁵²⁴ Este caso foi noticiado às autoridades régias de São Paulo e do Rio de Janeiro, que tomando conhecimento desse e de outros casos de navios estrangeiros que por aquela época continuavam a aportar na Ilha, instruíram imediatamente ao governador da praça de Santos, João dos Santos Ala, para que instalasse ali uma guarnição de tropas regulares – o exército profissional da coroa.⁵²⁵ Em carta endereçada aos conselheiros de D. João V, o vice-rei do Brasil, Conde das Galveas, novamente dava notícias sobre este assunto da defesa do sul. Escreveu ele que,

O governador de Santos me escreveu que Gomes Freire lhe despachara um correio dizendo-lhe que sendo muito conveniente ao serviço de Sua Majestade, fortificasse a Ilha de Santa Catarina, e que pertencendo a dita Ilha ao Governo de São Paulo, lhe participava esta notícia para que no caso não tivesse meios para dar princípio a esta obra, o avisasse para que pudesse tomar as medidas necessárias para ela; e que a vista desta proposta se resolvesse expedir um destacamento de 'cinquenta e dois soldados, um capitão de

⁵²⁴ Este caso foi comentado pelo memorialista Joaquim de Almeida Coelho. Cf. COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. *Op. cit.*, p. 11-12; Cf. também FONTES, Henrique da Silva. *A irmandade...Op. cit.*, p. 55-56.

⁵²⁵ FONTES, Henrique da Silva. *A irmandade...Op. cit.*, p. 56; PIAZZA, Walter F. *Op. cit.*, p. 123-124.

Infantaria, um Alferes, dous Sargentos, dois Tambores, e sete Artilheiros, com cinco peças de Artilharia, pólvora, balas, ferramentas e outros apetrechos de guerra, concernentes ao fim que se premeditava'.⁵²⁶

Esta guarnição que veio instalar-se na Ilha ficou sob o comando do capitão Antônio de Oliveira Bastos. Muitos dos militares, oficiais e soldados, estabeleceram-se de fato na vila do Desterro, constituindo família e patrimônio. Alguns tomaram por esposas as filhas da nobreza local, como aconteceu com o português José Mendes do Reis, futuro almotacé da câmara em 1738. Além dele, estabeleceram-se ali também o sargento-mor Francisco Ferreira da Cunha, que viria a se tornar um dos maiores senhores de escravos africanos em meados do XVIII da Ilha,⁵²⁷ Jacinto Jacques Nicós, que mais tarde também figuraria entre os principais da vila do Desterro, dentre outros.⁵²⁸ Mais tarde, esses mesmos homens do exército profissional da coroa lusa passariam a concorrer em igualdade aos postos de governança da localidade com os

⁵²⁶ PIAZZA, Walter Fernando. *Op. cit.*, p. 123-124.

⁵²⁷ Há referências de várias escravos negros (e também de índios administrados) em nome do sargento-mor Francisco Ferreira da Cunha no primeiro livro de matrimônios da paróquia do Desterro. Entre as décadas de 1740 e 1750 ele surge como maior proprietário de africanos da Ilha de Santa Catarina. Cf. AHESC, Livro Catedral, Casamentos de Livres, 1714-1775; O historiador Oswaldo Cabral anotou que “era este Cunha um reinol, filho de Francisco Sanches e Francisca Alvares, natural de Poyares, Bispaço de Lamego e, em 1746 atingira o posto de Sargento-mor, de Ordenanças ou de Milícias, quando requereu a sua entrada como irmão da Ordem Terceira de São Francisco da Ilha de Santa Catarina. O casal [Francisco Ferreira da Cunha e Guiomar Henriques da Cunha] aqui se radicou e conseguiu, por compra, ou aforamento, ótimos imóveis na Vila, já pela situação, já pela amplitude.” Cf. CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro (Notícias I)...* *Op. cit.*, p. 219.

⁵²⁸ A família de Jacinto Jacques Nicós figuraria na segunda metade do século XVIII como um das principais da Ilha de Santa Catarina. Escreveu o historiador Oswaldo Cabral que “Jacinto Jacques Nicós, era do Pôrto, tripeiro das margens do Douro, e veio para acompanhar o Capitão Bastos e sua companhia de soldados. Era, Nicós, aliás, sobrinho de Bastos. Tronou-se um dos grandes da terra, em 1781 seu Capitão-mor, Instituidor da Irmandade dos Passos, homem que viu o seu nome ligado a numerosos fatos históricos da vida de Nossa Senhora do Desterro.” Cf. CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro (Notícias I)...* *Op. cit.*, p. 224.; CABRAL, Oswaldo. *Raízes seculares...* *Op. Cit.*.

antigos povoadores e seus descendentes, inclusive aos cargos camarários. É bem provável que, diante dessa situação de incerteza, a elite local antecipou-se forjando relações de afinidade e parentesco com os mesmos, no sentido de preservar o seu lugar no topo da hierarquia. Mas antes que tais arranjos fossem feitos, os oficiais da câmara e o governador João dos Santos Ala anteciparam-se com um regimento contra qualquer abuso que supostamente poderia ser praticado pelos militares em desrespeito às regras daquela comunidade. Até aquele momento nenhuma outra autoridade ou circunscrição militar havia sido instalado na Ilha. O que estava em jogo nesse acordo era salvaguardar a jurisdição da câmara do vila do Desterro sobre o seu território e povoação.

Assim, pouco depois do envio da guarnição à Ilha de Santa Catarina, em 28 de maio de 1737, publicou o governador João dos Santos Ala um “bando”⁵²⁹ que determinava punições contra atos de indisciplina que seus comandados supostamente poderiam vir a praticar contra a povoação da vila do Desterro. Consta neste documento o seguinte:

Por ser muito conveniente ao serviço de Sua Majestade, que Deus Guarde, que na Ilha de Santa Catarina haja guarnição de infantaria paga para melhor defender da mesma Ilha, por virem os inimigos atualmente refrescar de água, lenha, e mantimentos, mando d'esta Vila e Praça de Santos um capitão de infantaria, um alferes, dois sargentos, 52 soldados, e 7 artilheiros para guarnecerem a dita Ilha, e sua povoação, e *por que nela até o presente não houve guarnição de infantaria ou presidio algum, o que estranharam os moradores por se lhes fazerem algumas hostilidades: Mando que todo o oficial subalterno ou soldado que fizer hostilidades a morador algum da dita Ilha nas suas fazendas ou pessoas, como também aos passageiros que por ela*

⁵²⁹ “Deriva-se do antigo vocábulo Alemão *Bam*, que significa *pregão*; do *Bam* dos Alemães fizeram os Italianos o seu *Bandire*, que quer dizer Publicar um bando, como quando se declara publicamente um decreto, uma lei. Entre nos *Bando* é *pregão* de guerra, a som de caixa, com pena imposta aos transgressores de alguma lei militar.” Cf. o termo Bando em Rafael Bluteau. *Op. cit.*

*passarem, o capitão de infantaria da mesma guarnição os mandará logo prender e restituir o dano que fizerem e castigá-los conforme a sua culpa merecer, e se fôr grande ou das que se impõem no regimento novo, os mandará presos para esta Vila, e bem seguros para nela serem castigados como merecer a sua culpa; e para que venha a notícia de todos, mandei lançar este bando ao som de caixa pelas ruas públicas da dita povoação; e se registrará nos livros da câmara, e depois de registrado se afixará na porta do quartel dos mesmos soldados.(grifo nosso)*⁵³⁰

O ato de publicar um documento com punições previstas contra as “hostilidades” que os militares viessem a cometer, já demonstra a existência dessa prática de violência logo na chegada da guarnição, que relatada pelos moradores à comandância maior da praça de Santos previa-se uma intervenção direta em forma de lei. A transferência ou a instalação de qualquer circunscrição ou força militar na Ilha deveria ser ajustada em favor da preservação do estatuto político-jurídico da própria comunidade ou vila que a abrigava, não permitindo a invalidade ou supressão das autoridades locais, sobretudo através da força. Os moradores do Desterro já haviam experimentado anos antes essa mesma situação de abuso de autoridade quando alguns militares também das tropas de Santos instalaram-se nos campos de Araçatuba e resistiram ao pagamento dos tributos impostos pela câmara.

Após a chegada da guarnição de Antônio de Oliveira Bastos à Ilha de Santa Catarina, pouco demorou para que a coroa lusa decidisse instalar neste ponto da costa do sul, devida a importância estratégica na defesa da baía do Prata, localizada entre as bases militares da praça de Santos e Colônia do Sacramento, uma circunscrição militar permanente, agora com título e estatuto de governo político, a capitania “subalterna” da Santa Catarina.

⁵³⁰ Este documento foi transcrito por Manuel Joaquim de Almeida Coelho e José Gonçalves dos Santos Silva. Cf. COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. *Op. cit.*, p. 14-15; SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 248-249; Outra carta do vice-rei do Brasil, Conde das Galveas, que faz alusão a este “bando” de João dos Santos Ala foi transcrito por Walter Piazza em, PIAZZA, Walter F. *Op. cit.*, p. 123.

O historiador Augusto da Silva, em sua tese de doutoramento, dedicou-se a compreender a constituição, o estatuto político-jurídico e as dimensões desse novo governo da Ilha de Santa Catarina. Ele afirma que o “estabelecimento que se implantou na Ilha de Santa Catarina, em 1738, foi um 'governo', uma 'praça militar', e assim denominavam as autoridades metropolitanas e coloniais.”⁵³¹ O título de “capitania subalterna” que este autor utiliza para definir o governo da Ilha, deve-se ao fato deste ter sido criado como parte anexa do governo da capitania do Rio de Janeiro, submetida ao controle político e militar de Gomes Freire de Andrade, que exercia o controle sobre todos os territórios do sul da América lusa.⁵³²

Entretanto, o próprio Augusto da Silva alerta que o processo de criação da capitania de Santa Catarina não resulta somente da urgência de proteção militar da costa sul nesse contexto mais acirrado de confrontos bélicos na bacia do Rio da Prata com a coroa espanhola, que foi a década de 1730. Não é que o prenúncio de uma guerra contra os inimigos espanhóis fosse o único motivo responsável pela instalação de um governo político-militar definitivo na Ilha de Santa Catarina, mas que aquela conjuntura serviu como ponto de partida para dar início a um projeto ocupação programada que o Estado português há muito planejava para os territórios meridionais.

Não podemos esquecer que desde o início do XVIII, a coroa portuguesa, no reinado de D. João V, já estava discutindo um projeto colonial e militar para aquela região, no sentido de não somente garantir a posse desse território longínquo, mas também de aproveitar o potencial das riquezas que poderiam ser extraídas dali, como madeiras, erva-mate (ou erva congonha), baleias, etc. E ainda de levantar ali uma povoação que pudesse “servir de aumento da Nova Colônia

⁵³¹ SILVA, Augusto da. *Op. cit.*, p. 69

⁵³² Termos como “subalterno” e “subordinado” são recorrentes nas fontes coevas com a finalidade de ressaltar a hierarquização política dos espaços do Império. Segundo a historiadora Mafalda Soares Cunha, “o Império português era constituído por territórios de desigual valor para a Monarquia e que podemos hierarquizar a partir do seu peso econômico, militar e simbólico, elementos estes que estão patentes em indicadores como a titulação dos cargos do governo, os ordenados dos governantes e a atração social que suscitavam”. CUNHA, Mafalda Soares. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas no Império Português, séculos XVI e XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 72.

[Sacramento] pela prontidão dos socorros”.⁵³³ Este último argumento seria utilizado décadas depois, como vimos acima na carta do vice-rei do Brasil. Não à toa, esteve o prático militar Manuel Gonçalves de Aguiar realizando duas visitas na década de 1710 à Ilha de Santa Catarina a fim de recolher informações sobre as potencialidades daquela costa. As autoridades reinóis ainda exigiram seu parecer sobre qual lugar seria melhor para levantar um povoamento naquela costa sul. Segundo Gonçalves de Aguiar, a Ilha apresentava as condições ideais para tal empreendimento.

Não era somente com viagens e inspeções feitas por oficiais que a coroa recolhia informações sobre aqueles territórios, ela também fortalecia sua presença com a extensão dos aparatos político-administrativos coloniais. Sob a égide da monarquia, que tentava impor o seu poder sobre aqueles espaços periféricos, para não repetir “os erros e abusos passados, e se reparar aos futuros”,⁵³⁴ conforme alertou o ouvidor de São Paulo Rafael Pires Pardiniho em 1721, D. João V determinou a criação de uma judicatura dedicada àquelas terras. A criação da comarca de Paranaguá para atender às vilas e povoações do sul da América portuguesa foi importante para a coroa fortalecer a sua presença no meridional. Essa, assim como outras ações político-administrativas que aconteceram no reinado de D. João V nas primeiras décadas do XVIII, como a aquisição das capitanias donatárias em 1709, e a reforma jurisdicional da capitania de São Paulo nos anos seguintes, articulam-se num contínuo de tempo como uma política mais impositiva do Estado português sobre os domínios territoriais do sul, antecipando a criação de um governo político e militar na Ilha de Santa Catarina em 1738.

Como bem notou o historiador Augusto da Silva, um dos fatores que levou à criação da capitania subalterna de Santa Catarina, além da “guerra de sucessão espanhola e outros conflitos diplomáticos na primeira metade do século XVIII”, foi

a orientação da política de D. João V que, em seu

⁵³³ DI, vol. XVIII: Avisos e Cartas Régias (1714-1729). São Paulo: Typographia Aurora, 1896, p. 9-10. [Carta Regia sobre as vantagens do porto de Santa Catharina, abundancia de peixes e outras comodidades]

⁵³⁴ Carta do ouvidor geral de São Paulo Raphael Pires Pardiniho ao rei D. João V, 30 de agosto de 1721. In: *Revista Monumenta*, Curitiba, vol. 3, n. 10, 2000, p. 21-26.

reinado promoveu um reordenamento da administração monárquica com vistas ao reforço da autoridade régia – processo esse que se intensificaria no período josefino –, com políticas de submissão da nobreza e do clero ao rei, de reversão das capitanias hereditárias à Coroa e, no caso específico desse território em disputa, de criação de “capitanias subalternas” ou “governadorias” vinculadas diretamente ao governo do Rio de Janeiro, reduzindo assim o poder jurisdicional da capitania-geral de São Paulo. (grifo nosso)⁵³⁵

Nesse sentido, podemos sugerir que a criação de uma capitania régia na Ilha de Santa Catarina era parte de uma reforma jurisdicional mais ampla que a coroa portuguesa já vinha impondo sobre o meridional. Essas reformas jurisdicionais, como ressaltamos anteriormente, tinham como principal objetivo a transmissão das ações político-administrativas aos espaços distantes do império português. A motivação política da coroa continuava sendo a mesma do início do século XVIII, de reforçar ali naqueles espaços periféricos a presença da monarquia. As orientações do rei D. João V de criar mais uma capitania no Atlântico sul, caminhavam no mesmo sentido das ações anteriores de seu governo sobre o meridional português, como foi a criação e/ou o reordenamento das câmaras municipais que já existiam – no caso do Desterro, esta foi desmembrada da de Laguna – a organização das forças militares locais, as tropas de ordenanças, e a instituição da comarca de Paranaguá. Sendo assim, a instalação de um poder governatório que estivesse ligado diretamente ao rei e às autoridades da capitania do Rio de Janeiro, o novo centro de poder do centro-Sul da América portuguesa, tinha como razão maior adequar os lugares periféricos de uma maneira mais efetiva à estrutura político-administrativa do Estado luso colonial, tendo em vista um governo mais eficiente e presente.

Alguns autores ainda sugerem que a prática política de D. João V esteve orientada por uma idéia de “razão de Estado”, inaugurando uma racionalidade administrativa mais moderna na governança do império português a fim de garantir maior controle e eficiência na solução dos problemas do reino e ultramar. E isto se deve à centralidade que a sua corte assumiu entre as décadas de 1720-1730, redefinindo as

⁵³⁵ SILVA, Augusto da. *Op. cit.*, p. 28.

relações no seu interior, de suas hierarquias e rituais, e indicando uma maior concentração do poder nas mãos do monarca em relação ao clero e à nobreza, antes nunca visto. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, “em nível de administração central, com efeito, o reinado de D. João V representou uma grande mutação silenciosa.”⁵³⁶

Mas além da centralidade política, a centralidade cultural do reinado de D. João V foi também importante na consubstanciação de novas idéias na prática político-administrativa do Estado português. O auge dessa nova maneira de pensar a ação política expressou-se com a fundação da Academia Real da História Portuguesa, em 1720, que tinha por objetivo principal a escrita da “Historia Ecclesiastica destes Reinos, e depois tudo o que pertencer a toda a Historia deles, e de suas Conquistas”.⁵³⁷ Este espaço acadêmico funcionou como um marco para a renovação dos estudos históricos, geográficos e cartográficos em Portugal. Era o início de uma mudança profunda no cenário intelectual do reino, que vinha valorizar o uso do saber científico na governança do império ultramarino português. Muitos acadêmicos contribuíram para esse novo ideário político da monarquia, como Manuel de Azevedo Fortes, Martinho de Mendonça de Pina e Proença, os irmãos Bartolomeu e Alexandre de Gusmão, os padres D. Rafael Bluteau, D. Manuel Caetano de Sousa, e o conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses.⁵³⁸

Desses doutos, muitos também serviram nas conquistas ultramarinas (Brasil e Índia), transmitindo valores e ideias da Academia Real para a governança dos espaços coloniais, e aperfeiçoando instrumentos de gestão político-administrativa. Martinho de Mendonça de Pina e Proença, por exemplo, serviu como comissário real para auxiliar os governos do centro-sul da América portuguesa, em meados da década de 1730. Ele chegou até a assumir o cargo de governador interino da capitania de Minas Gerais entre 1736-1737. Ao longo desse período, Martinho de Mendonça procurou cumprir a missão dada pelo

⁵³⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1688-1750). In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p. 138; RIBEIRO, Mônica da Silva. *Se faz preciso misturar...Op. cit.*, p. 31-39.

⁵³⁷ Conde de Villarmayor. *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memoriais da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de S. Majestade, e da Academia Real, 1721, p. 11.

⁵³⁸ RIBEIRO, Mônica da Silva. *Se faz preciso misturar...Op. cit.*, p. 32-33.

rei, que determinava implantar um sistema mais eficiente de capacitação da riqueza mineral, demarcar o Distrito Diamantino, avaliar o desempenho dos responsáveis pelos cargos administrativos naquela parte da América e escrever uma memória dos aspectos geográficos e naturais da região das Minas Gerais. Para tanto, ele contaria com o apoio de outras autoridades régias como o capitão general Gomes Freire de Andrade, o capitão general André de Melo Castro, o futuro vice-rei do Brasil, e o ouvidor Rafael Pires Pardinho.⁵³⁹

Na década seguinte, o diplomata Alexandre de Gusmão é quem vai tratar pessoalmente da questão dos limites territoriais com a Espanha no sul da América portuguesa. No momento das negociações, entre os anos de 1748-1749, ele solicita à Academia todo material recolhido e produzido sobre aquele território ultramarino a fim de comprovar a antiguidade da posse dos portugueses sobre as áreas que estavam sendo contestadas nas linhas de fronteiras sul e oeste. As descrições geográficas (e também topográficas) e as memórias históricas serviriam como documentos comprobatórios da presença lusa sobre aquele espaço. Por esse tempo, Alexandre Gusmão também encomendou uma carta cartográfica que detalhava a ocupação portuguesa no meridional, o “Mapa das Cortes”, que foi produzido em 1749. Um ano depois, a assinatura do Tratado de Madrid marcava, aparentemente, o fim da querela territorial.⁵⁴⁰ Alguns anos depois ainda seria necessária uma expedição conjunta com demarcadores portugueses e espanhóis para definir novamente os marcos e as linhas dos limites. O comissionário do lado português foi o governador da capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, que no período de dois anos percorreu toda a região meridional a fim mapear as fronteiras dos territórios lusos.⁵⁴¹

⁵³⁹ CAVALCANTI, Irenilda R. B. de Rangel Moreira. *O comissário real Martinho de Mendonça: práticas administrativas na primeira metade do século XVIII*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História/UFF, Tese de Doutorado, 2010.

⁵⁴⁰ FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 23, n. 37, 2007, p. 51-69; KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n. 2, 2009, p. 39-61; CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1965.; CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid... Op. cit.*

⁵⁴¹ RIBEIRO, Mônica da Silva. “Se faz preciso misturar...*Op. cit.*”; CORTESÃO,

Embora não servindo no Brasil, outro membro da Academia que vai se destacar nesse momento com a política de “razão de Estado” de D. João V é Manuel de Azevedo Fortes, um dos mais importantes engenheiros militares do reino de Portugal. Ele escreveu várias obras e estudos que serviram de referência para a formação e o trabalho dos oficiais engenheiros e cartógrafos que atuaram no sul América portuguesa em meados do XVIII.⁵⁴² Dentre esses destacam-se José da Silva Paes e José Custódio de Sá Faria, que contribuíram em momentos diferentes com projetos de fortificações para o sistema de defesa da Ilha de Santa Catarina. O primeiro traçou planos de quatro fortalezas entre as décadas de 1730-1740, e o segundo de dois fortes na década de 1760.⁵⁴³ Manuel Azevedo Fortes também participou diretamente na formação desses dois oficiais, seja como professor na Academia Militar em Lisboa, seja como o engenheiro-mor que supervisionava as obras civis, militares e religiosas no reino. Com José Silva Paes ele colaborou nas décadas de 1710 e 1720 nos projetos e construção do Aqueduto das Águas Livres, na cidade de Lisboa, e na supervisão dos trabalhos do Palácio/Convento de Mafra, na vila de Mafra. Em 1718, os dois assinaram o “*Mapa Topografico Del terreno comprehendido entre Lisboa Occidental y Oriental, y la Villa de Mafra com todos los caminos que se dirijen a La mima villa.*”⁵⁴⁴

Toda a geração de engenheiros e cartógrafos militares que vai atuar nas conquistas do império português no século XVIII foi influenciada de forma direta ou indireta pelos métodos desenvolvidos por Azevedo Fortes. Dentre os estudos publicados de sua autoria, destacam-se a “Representação a Sua Majestade sobre a forma e direção que devem ter os engenheiros para melhor servirem neste reino e suas conquistas”, de 1720, o “Tratado do modo mais fácil e mais exato de fazer as cartas geográficas, assim da terra como do mar, e tirar as planta

Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid...* Op. cit.

⁵⁴² RIBEIRO, Dulcyene Maria. *A formação dos engenheiros militares: Azevedo Fortes, Matemática e ensino da Engenharia Militar no século XVIII em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática/Faculdade de Educação/USP, Tese de Doutorado, 2009.

⁵⁴³ CABRAL, Oswaldo. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-colônia*. [s.l.]: Conselho Federal de Cultura, 1972.; TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mauro Mendonça de. *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

⁵⁴⁴ RIBEIRO, Dulcyene Maria. *A formação dos engenheiros militares: Azevedo Fortes, Matemática...* Op. Cit., p. 73.

das praças, cidades e edifícios com instrumentos e sem instrumentos”, de 1722, e o “*Engenheiro Portuguez*”, de 1728-1729. Este último é o seu trabalho mais conhecido, e acredita-se ter sido este livro a sua apostila nas lições da Academia Militar.⁵⁴⁵

Nesse contexto das primeiras décadas do século XVIII, muitos foram os agentes régios que passaram a ajustar o saber científico (pragmatismo) com a prática político-administrativa, objetivando melhores resultados de sua governança. O recrutamento feito por D. João V para o emprego nas funções da alta administração no Brasil colonial valorizava agora não somente o status social do indivíduo, mas também a sua formação intelectual e experiência prática, em especial a militar.⁵⁴⁶ As trajetórias de boa parte desses homens do governo colonial começam a ser traçadas em centros acadêmicos como a Universidade de Coimbra, por onde os estudantes contemporâneos Martinho de Mendonça de Pina e Proença, Gomes Freire de Andrade e André de Melo Castro passaram, ou ainda na Academia Militar, por onde passou José da Silva Paes, dentre outros. Alguns nem sequer terminaram os estudos, como Gomes Freire de Andrade que deixou o Colégio de Artes de Coimbra para se dedicar-se logo à “arte” da guerra.⁵⁴⁷ Anos mais tarde, isso faria dele o mais importante oficial da coroa na América lusa, a quem D. João V confiou o governo de todos os territórios do sul em 1738.

⁵⁴⁵ Ibidem, p. 32-33.

⁵⁴⁶ Nesse contexto do século XVIII, o monarca passa também a centralizar as nomeações dos governadores e vice-reis, abolindo aos poucos o antigo “sistema de concurso” nos quais participavam somente os fidalgos sugeridos numa lista tríplice pelo Conselho Ultramarino. Na medida em que os territórios coloniais americanos iam crescendo em relevância financeira, política ou militar para a coroa, D. João V passou a tomar decisões cada vez mais exclusivas, e frequentando menos os círculos consultivos da sua corte. No caso do sul da América portuguesa, naquele contexto de conflitos militares e descoberta de ouro, ele passou a dar preferência para os homens das armas e/ou com mais capacidade técnica do que aqueles que eram estritamente nobres. Vale ressaltar que o processo seletivo vigente no XVII-XVIII nunca abrangeu a escolha dos vice-reis e governadores gerais da América portuguesa. MONTEIRO, Nuno G. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de Governar Op. cit.*, p. 93-115.

⁵⁴⁷ CAVALCANTI, Irenilda R. B. de Rangel Moreira. *O comissário real Martinho de Mendonça...Op. cit.*, p. 124-125; RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”...*Op. cit.*, p. 241-242.

Em sua tese de doutoramento, Mônica da Silva Ribeiro salientou que a administração de Gomes Freire de Andrade orientou-se pela idéia da “razão de Estado” desde seu início. A prática política do seu governo girava em torno de uma maior racionalidade administrativa que objetivava um melhor controle econômico e fiscal em benefício dos interesses do Estado português. A partir da análise da sua trajetória administrativa, a autora percebeu que boa parte das suas ações de governo basearam-se sistematicamente em preocupações como fiscalização, controle, racionalidade, negociação, prudência, conciliação, firmeza e autoridade, a fim de garantir que os interesses da coroa fossem respeitados naquela parte do continente americano. A dinâmica da administração de Freire de Andrada, futuro conde de Bobadela, esteve afinada com o clima “racional” da política lusa que desenvolveu-se na primeira metade do XVIII, e continuaria a fio por toda esta centúria, tendo por objetivo central o aprimoramento dos métodos político-administrativos em busca por resultados que garantissem maiores ganhos para o Estado português.⁵⁴⁸

Em se tratando da objetividade e materialidade da governação do sul da América lusa no XVIII, é importante destacar que os canais de comunicação entre os espaços institucionais dos poderes régios estavam cada vez mais solidificados e conectados. E o governador do Rio de Janeiro fora um dos responsáveis pela formação e manutenção dessa rede governativa.

Foi Gomes Freire de Andrada quem sugeriu ou mesmo nomeou diretamente boa parte dos oficiais administradores e militares que serviram no meridional em meados do setecentos. Alguns desses agentes de governo já eram conhecidos seus de longa data, e tidos por ele como pessoas de sua confiança. No que interessa à capitania subalterna de Santa Catarina, temos em primeira ordem um grande aliado seu, o brigadeiro José da Silva Paes, que foi quem assumiu como o primeiro

⁵⁴⁸ Sobre o termo “razão de Estado” ser aplicado ao primeiro momento do governo de Gomes Freire de Andrade, a autora explica que, “embora o termo ‘razão de Estado’ não seja invocado de forma explícita na documentação acerca do governo de Gomes Freire, é válida a utilização da expressão ‘razão de Estado’ em nosso trabalho, já que a época a que estamos nos referindo - a partir de 1720-1730, e especificamente a segunda metade dos Setecentos - no Império português foi marcada profundamente pela racionalidade administrativa e pelo ordenamento econômico-fiscal como eixo central da governação, fosse no Reino ou no ultramar”. RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”...*Op. cit.*, p. 43.

governador daquela conquista. No primeiro momento do governo de Freire de Andrade à frente da capitania fluminense (1733-1748), Silva Paes chegou até a assumir o cargo de governador interino enquanto aquele tratava pessoalmente dos assuntos da coroa na região das Minas Gerais. Em serviço na cidade do Rio de Janeiro, Silva Paes coordenou várias obras militares tendo em vista a defesa da baía de Guanabara, que tinha se mostrado ineficaz anos atrás com a invasão dos franceses, em 1711.⁵⁴⁹ Este trabalho teria suscitado a admiração de Gomes Freire de Andrade pelo brigadeiro, o que levou a elogiá-lo perante D. João V em carta de 12 julho de 1736.⁵⁵⁰ E não por menos, que José da Silva Paes fora acionado por Freire de Andrada para executar os projetos de defesa e povoamento da região meridional: Colônia do Sacramento, Rio Grande e a Ilha de Santa Catarina.⁵⁵¹

O poder de escolha e decisão que Gomes Freire de Andrade detinha junto ao rei sobre o recrutamento do oficialato militar-administrativo português na região sul, levou à montagem de uma cadeia hierárquica de cargos na qual a sua função de governador do Rio de Janeiro ocupava o topo. A capitania fluminense configurava-se sob seu mando como um espaço que traduzia a centralidade régia sobre os territórios meridionais. Boa parte das ações dos projetos de ocupação, colonização, defesa e administração a serem implantados nessa região foram discutidos por esse governante e os ministros dos gabinetes do rei.

O contexto setecentista do império português privilegiou duas coisas indissociáveis ao bom governo: poder e conhecimento. Um dos mecanismos que possibilitou a consolidação do controle e domínio sobre todo o ultramar por parte da coroa foram as redes governativas e de poder, que incluíam os funcionários régios como transmissores da política metropolitana. A autoridade e a informação tornaram-se necessárias para administração dos espaços coloniais, sobretudo os mais periféricos, que estavam à margem dos centros político-administrativos. Os interesses da coroa eram salvaguardados através da ação dos múltiplos agentes de governo que se movimentavam entre diversas áreas e postos administrativos. O circuito desses oficiais tornou possível a

⁵⁴⁹ Sobre os trabalhos de José da Silva Paes na cidade do Rio de Janeiro e na praça de Santos ver: PIAZZA, Walter F. *Op. cit.*, p. 71-93.

⁵⁵⁰ RIBEIRO, Mônica da Silva. *Op. cit.*, p. 103-104; Ver também PIAZZA, Walter F. *Op. cit.*

⁵⁵¹ RIBEIRO, Mônica da Silva. *Op. cit.*, p. 132-189.

circulação de informações essenciais para o aumento político e material da monarquia.⁵⁵² Aliás, foi todo esse movimento de correspondências entre funcionários da coroa (cartas, avisos, requerimentos, provisões, alvarás, etc.) que garantiu a materialidade dos canais dos saberes do império português, levando e trazendo informação entre as instâncias político-administrativas espalhadas nas partes da América e no reino.⁵⁵³

Nesse sentido, a carta escrita por André de Mello Castro, vice-rei do Brasil, que dava notícias sobre os acontecimentos no sul ao Conselho Ultramarino, em especial os planos que José Silva Paes traçou para aquela região, reforçava a conectividade dos espaços e autoridades coloniais via as redes de informação e poder montadas para bem servir a monarquia. Além de reforçar a urgência de um sistema de fortificação naquele porto, em virtude dos conflitos do momento, a missiva também atentava para outros pontos que mereciam a atenção da coroa para com aquele território e empreendimento. Dizia ele que a Ilha,

[...] além de ser deliciosa pelos seus ares, clima e amenidade, o seu terreno é capaz de produzir quanto pode ser necessário para a vida humana; tão abundante de madeiras que além das muitas que podem servir para diversos usos seriam bastantes para Engenhos de açúcar se houvesse quem se resolvesse fabricá-los, e poderá manter um bom Presídio sem necessitar de que lhe vá cousa alguma de fora para a sua subsistência a reserva daqueles gêneros que costumam vir do Reino, para todas as nossas conquistas; o seu porto é seguro, e com capacidade de recolher toda a sorte de embarcações, aonde tem ido muitas, não só a proverem-se de água, e de lenha, e fazerem vários consertos de que necessitavam, mas algumas delas invernaram com grande comodidade.

⁵⁵² GOUVÊA, Maria; FRAZÃO, Gabriel; SANTOS, Marília dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. *Topoi*, v. 5, n. 8, 2004, p. 96-137.

⁵⁵³ Sobre o papel das correspondências na dinâmica administrativa do governo imperial português, ver: SANTOS, Marília Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o império: a correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Dissertação de mestrado, 2007.

Por todas estas circunstâncias de pode fazer neste sítio um dos mais convenientes e vantajosos estabelecimentos que podemos ter no Brasil, o que na minha opinião se deve procurar por todos os caminhos, e com todas as forças; não só pelo muito que nos é importante a sua conservação, para que a possa haver no que hoje temos no Rio da Prata; mas muito mais, para que no caso que suceda, entrarmos em rotura com alguma Nações forasteiras que cientes da utilidades, que lhe podem resultar de senhorarem esta Ilha, não intente ocupá-la o que lhes será tão fácil, atendendo ao estado em que se acha, como a nos dificultoso o poder recuperá-la.(grifo nosso)⁵⁵⁴

Como se pode notar, o conde das Galveas fizera questão de ressaltar as potencialidades naturais da Ilha no argumento a favor da instalação do sistema de defesa militar que tinha sido planejado pelo engenheiro José da Silva Paes. As “qualidades” que o vice-rei destacou foram as mesmas que anos antes Manuel Gonçalves de Aguiar descreveu a D. João V: as madeiras, o bom porto, a qualidade do solo para o plantio da cana-de-açúcar, dentre outras. Essas terras deveriam se defendidas por que representavam uma riqueza bruta para a coroa, além de servir na “*conservação*” do que havia no Rio da Prata.

Reconhecendo essa necessidade de proteção, foi então que o Conselho Ultramarino em resolução de 24 de maio de 1738 ordenou que o brigadeiro José da Silva Paes levantasse na Ilha de Santa Catarina “uma Fortificação qual ele entender ser capaz e informe da guarnição, artilharia, armas e mais apetrechos de guerra que esta deve conservar para a sua defesa.”⁵⁵⁵ Três meses depois, D. João V expedia ordem a Gomes Freire de Andrade para que a nova capitania, e todos os outros territórios do sul ficassem “debaixo de um só mando”, por bem “separar desde logo do [Governo] de São Paulo e unir ao desse do Rio de Janeiro a dita Ilha e o Rio Grande de São Pedro.”⁵⁵⁶ O governo do Rio de Janeiro assumia naquele momento o controle político e militar sobre todo o sul da América portuguesa, retirando da capitania de São Paulo a

⁵⁵⁴ Documento transcrito por Walter Piazza. Cf. PIAZZA, Walter. *Op. cit.*, p.126.

⁵⁵⁵ PIAZZA, Walter. *Op. cit.*, p. 126.

⁵⁵⁶ Documento citado por Augusto da Silva, Cf. SILVA, Augusto da. *Op. cit.*, p. 56.

jurisdição sobre esses mesmos territórios. Três anos antes, Minas Gerais já havia sido incluída na jurisdição da capitania fluminense, ficando sob cuidados de Gomes Freire de Andrada, André de Melo Castro, primeiro governador da capitania, futuro vice-rei, e Martinho de Mendonça de Pina e Proença.

Um ponto importante que não foi ainda bem observado pelos historiadores é que a militarização da costa meridional garantiria também uma maior tranquilidade à coroa quanto a proteção da sua principal riqueza: o ouro que vertia das capitanias das Minas Gerais, e Goiás de Mato Grosso – esta última foi criada também em 1738 –, ou ainda, das reservas de metais que seria possível encontrar nas montanhas e serras da região sul. Um sistema de defesa mais robusto sobre aquela parte do litoral, tão conhecida e visitada pelos navegantes estrangeiros, ajudava na prevenção de ataques de corsários e no descaminho do ouro e diamantes; ameaça que uma década atrás a presença dos franceses na Ilha e vilas próximas representou para as autoridades. Tanto que coube ao mesmo engenheiro responsável pela execução das obras das fortificações da cidade do Rio de Janeiro, o porto que escoava a produção aurífera do interior, levantar o conjunto de fortalezas da Ilha de Santa Catarina, José Silva Paes.

Os planos das fortificações da cidade do Rio de Janeiro e também da barra de Santos, foram antes projetados e iniciados pelo engenheiro francês que estava a serviço da coroa portuguesa, João de Massé. Após o sítio de René Dugauy-Trouin, João Massé foi promovido ao posto de brigadeiro por ordem régia de 1712 e incumbido de examinar e reparar todas as fortificações das capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco. Em 1714 João Massé assinou várias plantas para os portos da vila de Santos e da cidade do Rio de Janeiro. Como bem observou a pesquisadora Beatriz Bueno, “tais projetos são provavelmente eco da invasão francesa do Rio de Janeiro [...], que condicionou o reforço militar dos principais portos relacionados direta ou indiretamente às Minas de Cataguases, recém-descobertas.”⁵⁵⁷ Na década de 1710 a praça da vila de Santos era a base das operações militares da costa sul da América portuguesa, e a principal saída marítima da capitania de São Paulo. Nesse sentido, “guarnecer o porto de Santos de um eficiente sistema de defesa

⁵⁵⁷ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, 2009, p. 124.

significava proteger o principal acesso à cidade de São Paulo, elevada, em 1711, à condição de cabeça da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, capitaneando lucrativas zonas no sertão além da serra da Mantiqueira.”⁵⁵⁸ Nessas primeiras décadas do setecentos, ocorreram vários projetos e obras de fortificações com o intuito de guarnecer o litoral brasileiro, do sul ao norte. A coroa procurava proteger o ouro recém-descoberto.

Em dezembro de 1740, quando da passagem do viajante inglês George Anson na Ilha, o mesmo escreveu um relatório dando atenção a este ponto da descoberta do ouro no Brasil, dizendo que as coisas “mudaram bastante depois, quando no início deste século descobriram que o Brasil continha uma prodigiosa quantidade dos dois principais objetos de cobiça dos homens: o ouro e os diamantes.”⁵⁵⁹ Relatando sobre o processo de descoberta das minas, com detalhes minuciosos sobre o trabalho escravo de extração, a fiscalização, os descaminhos, e ainda os números atuais da produção dos minérios, o viajante ressaltou que todas essas “importantes descobertas que vinham se fazendo no Brasil, deram lugar a novas Leis e vários regulamentos nas mais diversas partes do país.” Foi por isso que a coroa procurou, “logo que se soube que a região dos paulistas abundava em ouro”, “subjugar à sua obediência esta Província”,⁵⁶⁰ mas também a Ilha de Santa Catarina com todas aquelas mudanças que o viajante constatava – a construção das fortificações com suas guarnições, e a presença de um governador, quando comparado com os relatos anteriores de Frézier e Shelvocke dos quais dispunha em mãos, que nada falavam sobre isso. Para ele, os motivos de fortificar e “subjugar” a Ilha teriam sido os mesmos da capitania de São Paulo, de proteger a riqueza de metais daquela região, mesmo que ainda só tratasse de rumores. Contou o viajante que o governador do Rio Grande havia dito que “existiam nas vizinhanças desta Ilha rios consideráveis, que continham grandes riquezas, e que era por isto que havia sido enviado um governador de ação do métier da guerra, com uma guarnição e que se havia fundado um nova Colônia.” E ele ainda acrescentava que aquele porto era “o mais seguro e melhor de todos ao longo desta costa, é de se supor que, se as riquezas das cercanias correspondem ao prometido, esta Ilha torna-se-á com o tempo na principal Colônia do Brasil, e o porto mais considerável de toda a

⁵⁵⁸ Idem.

⁵⁵⁹ HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Op. Cit.*, p. 67.

⁵⁶⁰ Ibidem, p. 69.

América meridional.” Por fim, ele informava aos seus virtuais leitores, que a passagem pela Ilha apresentava “inconvenientes que não se poderia imaginar existirem”, devido ao controle dos portos feitos pelos militares, e como “as particularidades relatadas a propósito do ouro e dos diamantes do Brasil, foram pela maioria ignorados até o presente, pareceu-me que o leitor não julgaria estas particularidades como uma digressão inútil.”⁵⁶¹

Independente de quais foram os motivos reais que teriam levado a coroa portuguesa a montar um estabelecimento militar naquele porto, e futuramente também colonial, lembrando das muitas razões para isso, e não somente o caso isolado dos conflitos espanhóis no bacia do Prata nas primeiras décadas do XVIII, o fato foi que a coroa lusa aproveitou da configuração espacial pré-existente da vila do Desterro para iniciar esse projeto.

Em princípio, a jurisdição da recém-criada capitania da Ilha de Santa Catarina cobria toda a parte do termo da vila de Nossa Senhora do Desterro. O historiador Augusto da Silva destacou que a delimitação espacial desse novo topônimo “capitania subalterna de Santa Catarina”, com o qual a documentação faz referência ao governo instituído na Ilha, não estendia-se muito pela costa sul, até pelo menos a década de 1740. Ainda em 1739, as vilas de Laguna e São Francisco, por serem mais antigas e estarem muito antes vinculadas à capitania de São Paulo, não ficaram hierarquicamente submetidas ao governo político da Ilha.⁵⁶² Os limites territoriais dessa nova capitania, a sua jurisdição, combinavam os mesmos territórios que estavam sob domínio da câmara da vila do Desterro. Ao sul, as terras de Garopaba que faziam extrema com a vila de Laguna, e ao norte, a enseada das Garoupas que fazia fronteira com a do Rio de São Francisco.

A ordem exposta por D. João V em 1738, que determinava que toda região meridional ficasse debaixo de um só mando, o da capitania do Rio de Janeiro, assim como a própria capitania da Ilha de Santa Catarina, não foi executada de uma única vez. A vila de Laguna só foi anexada ao Rio de Janeiro no ano de 1742, e a de São Francisco foi desmembrada da praça de Santos para pertencer ao governo da Ilha em 1750. É importante salientar que a capitania da Ilha de Santa Catarina nesse primeiro momento não faz referência à extensão territorial do que

⁵⁶¹ Idem.

⁵⁶² SILVA, Augusto da. *Op. cit.*, p.

mais tarde viria a ser a província e o estado de Santa Catarina. Como o próprio nome sugere a “capitania subalterna da Ilha de Santa Catarina” limitava-se a Ilha e ao seu continente, e não as terras que estendiam-se para além da costa sul, próximo ao Continente do Rio Grande de São Pedro, e ao norte, na divisa com a capitania de São Paulo, ou ainda para o interior, em direção as serras e montanhas inabitadas do oeste.⁵⁶³ A recém-criada capitania da Ilha de Santa Catarina tinha a sua fronteira determinada pela própria insularidade que lhe era inerente.⁵⁶⁴ Anos mais tarde esta delimitação espacial se expandiria. Na década de 1760, tem-se notícia que os domínios da capitania já iam da “Villa de Nossa Senhora da Graça, sita no Rio de São Francisco, 24 Léguas ao Norte da Barra da dita Ilha de Santa Catarina, até as Torres, que é o extremo do dito Governo pela parte Sul, e a onde a Raia, e se divide do Governo do Rio Grande, em que se compreendem 94 Léguas de distância.”⁵⁶⁵

Nos terrenos da justiça e da fazenda os limites territoriais/jurisdicionais continuariam sendo definidos pela capitania de São Paulo, com a ouvidoria de Paranaguá e a provedoria de São Paulo. Até que em 1749, escreveu D. João V à Gomes Freire de Andrade para avisá-lo da decisão que tomou junto ao seu Conselho Ultramarino de criar uma ouvidoria na Ilha de Santa Catarina. Dizia o rei que,

[...] que eu houve por bem, por resolução de 20 de junho do presente ano, em consulta do meu Conselho Ultramarino, criar Ouvidor para a Ilha de Santa Catarina, com o mesmo ordenado e percalços que tem o de Paranaguá, e que o distrito daquela nova Ouvidoria ficasse para o Norte pela barra austral do Rio de São Francisco, pelo cubatão do mesmo rio e pelo Rio Negro, que se

⁵⁶³ SILVA, Augusto da. *Op. cit.*, p. 70-71.

⁵⁶⁴ Sobre a dimensão espacial deste governo, o historiador Augusto da Silva escreveu que, “o governo da Ilha de Santa Catarina, desde o princípio de seu estabelecimento, em 1738, pressupunha também domínio sobre certa parte do continente adjacente, pois, com ele a Ilha formava seu porto; todo o sentido militar e comercial da Ilha associava-se ao domínio do mar e do continente, como mostram as numerosas correspondências entre as autoridades e as representações cartográficas dela feitas por portugueses e estrangeiros. Mas os limites desse governo, sobretudo ao oeste, ficariam, por muito tempo ainda vagos e imprecisos.” SILVA, Augusto da. *Op. cit.*, p. 79.

⁵⁶⁵ AHU-SC, cx. 3, doc. 205, fl. 4. EXTRATO (cópia) do governador de Santa Catarina, com informações sobre a ilha no que se refere à localização das fortalezas, das freguesias, Câmara e Igreja.

mete no grande Rio de Curitiba, e que para o sul acabasse nos montes, que deságuam para a Lagoa Imeri [Mirim], de que vos dou aviso para que assim o tenhais entendido.⁵⁶⁶

Cinco meses após o decreto de criação da nova ouvidoria, escreveu D. João V às autoridades da capitania da Ilha de Santa Catarina comunicando sobre a chegada do primeiro ouvidor que foi eleito para aquela comarca. A carta régia informava que

[...] havendo respeito à boa informação que tenho das letras, serviços e mais partes, que concorrem no Bacharel Manoel José de Faria e ao bem que me serviu no lugar de Ouvidor Geral do Ceará, de que de boa residência, hei por bem fazer-lhe mercê do cargo de Ouvidor Geral da Capitania da Ilha de Santa Catarina, criada de novo por tempo de seus [seis] anos e além deles o mais que houver por bem enquanto lhe não mandar tomar residência, o qual ele servirá segundo a forma de seu regimento e minhas ordenações e com ele haverá ordenado, prós e percalços, que lhe diretamente pertencerem. E mando ao Governador da dita Capitania e Oficiais da Câmara e pessoas da governança dela e sua Câmara lhe deixem servir o dito cargo e haver o dito ordenado, prós e percalços, como dito é, sem a isso lhe ser posto dúvida ou embargo algum por que assim é minha mercê e na Câmara da dita Capitania lhe será dada a posse do dito cargo, pelos Oficiais dela e jurarão na Chancelaria aos Santos Evangelhos para que bem e verdadeiramente sirva, e guardando em tudo o meu serviço e as partes o seu direito [...]⁵⁶⁷

⁵⁶⁶ Documento citado em CABRAL, Oswaldo R. *A organização das justiças...* *Op. cit.*, p. 52-53. Encontramos o bilhete de nomeação do primeiro ouvidor deste governo, datado de 7 de novembro de 1749. Cf. AHU-SC, cx. 1, doc. 61. [Bilhete do [oficial do Conselho Ultramarino], João Galvão de Castelo sobre a mercê dada ao ex-ouvidor da comarca do Ceará, doutor Manuel José de Faria, para exercer o cargo de ouvidor da Ilha de Santa Catarina]

⁵⁶⁷ Documento transcrito por SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 340-341.

No ano seguinte, após Manuel José de Faria já ter tomado posse como ouvidor geral da capitania, em sessão solene na câmara do Desterro, decidiu o monarca também instalar uma provedoria naquele governo, a fim de concentrar as funções de fiscalização e controle da sua Fazenda Real no mesmo espaço em que se aplicava e cobrava os rendimentos públicos da coroa. Em novembro de 1750, o novo rei D. José I, filho de D. João V, que assumiu o trono de Portugal dando continuidade à dinastia dos Braganças, escreveu a Gomes Freire de Andrade dando notícia da provisão régia e escolha do novo provedor da “Fazenda da Ilha de Santa Catarina”. Abaixo segue o texto deste provimento.

Eu El Rey Faço saber aos que esta minha provisão viram, que sendo consideração a Felix Gomes de Figueiredo, me haver servido neste Reino e no Estado do Maranhão por espaço de vinte e quatro anos, um mês, e oito dias, nas ocupações de Praticante supra e do número da vedoria geral desta corte, na de Escrivão dos Mantimentos e oficial de [pluma] da mesma vedoria, e no officio de Apontador da Guarda Real e ultimamente Provedor da Fazenda do Pará por Provisão minha, havendo-se no discurso do dito tempo com honrado procedimento, e zelo do meu serviço. Hei por bem fazer [Vossa mercê] de o nomear Provedor de [minha] Fazenda da Ilha de Santa Catarina por tempo de três anos com a qual ocupação haverá seiscentos e quarenta mil réis de ordenado, cada ano e todos os [prós] e percalços que diretamente, lhe pertencerem pelo que mando ao meu Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro, dê posse ao dito Felix Gomes de Figueiredo do referido cargo de Provedor de minha Fazenda da Ilha de Santa Catarina e lhe deixe servir e exercitar, pelo sobredito tempo e haver o seu ordenado [prós] e percalços como dito é e ele jurará na forma costumada de cumprir, com as obrigações do mesmo cargo de que se fará assento nas [custas]

A lista de serviços prestados pelo funcionário Félix Gomes de Figueiredo à monarquia noutras partes da conquista americana – assim como Manuel José de Faria – foi talvez um dos mais importantes qualificadores para que ele disputasse os cargos no sul da América lusa. A valorização de uma “práxis” administrativa continuaria sendo o norte na eleição dos oficiais régios no reinado de D. José I, sobretudo porque o seu principal ministro era um dos maiores entusiastas da “razão de Estado”, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal.⁵⁶⁹

⁵⁶⁸ Encontramos uma cópia deste documento nas correspondências trocadas entre o provedor e D. José I na década de 1760. Cf. AHU-SC, cx. 2, doc. 160. [Carta do provedor da Fazenda Real da Ilha de Santa Catarina, Manuel Rodrigues de Araújo, ao rei [D. José] sobre a dúvida que tem em executar os despachos referente às baixas dos soldados Martinho Xavier da Silva, e Manuel Lopes Ramos, ordenados pelo governador da Ilha de Santa Catarina D. José de Melo Manuel.]

⁵⁶⁹ A ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, como homem forte no círculo de poder do reinado de D. José I (1750-1777) confirmaria ainda mais a aplicabilidade da idéia de “razão de Estado” nos modos de governar do Império português. O “pombalismo” promoveu uma série de reformas na estrutura política lusa permitindo que o Estado intervisse com liberdade e “pragmatismo” (racionalismo científico) no sentido de criar e centralizar soluções para os problemas das realidades na qual operava, seja ela no Reino ou no além-mar. Para alguns pesquisadores, que não somente enfatizam as rupturas que o período pombalino representou, mas que sinalizam também os traços históricos das permanências, o Marquês de Pombal dava continuidade a um conjunto de transformações de âmbito intelectual, científico e filosófico que havia sido antes promovido no reinado de D. João V (1707-1750). Sobre esse assunto ver a discussão historiográfica em torno do conceito de “pombalismo” feita por Mônica da Silva Ribeiro. RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”...*Op. cit.*, p. 49-55; Segundo a historiadora Mônica da Silva Ribeiro, “não houve uma ruptura completa a partir do reinado de D. José e da ascensão de Pombal, mas uma acentuação das transformações político-administrativas e econômicas que vinham então se desenvolvendo desde o governo joanino, com a consolidação da ‘razão de estado’ como prática da política imperial de então. Ibidem, p. 87; Sobre as reformas econômicas e fiscais do período pombalino, conferir: FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982; FALCON, Francisco J. C. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. Bauru: EDUSC, 2000, 290

Não temos referência clara sobre os limites jurisdicionais da provedoria recém-criada, mas acredita-se que esta fosse dedicada somente ao território da capitania da Ilha de Santa Catarina, tendo em vista que por volta do mesmo período também foi criada uma provedoria para o território do Rio Grande de São Pedro.⁵⁷⁰ O desígnio de ambas deveria de ser o mesmo, de colocar ali, em cada um desses territórios, um fiscal régio que pudesse tratar pessoalmente dos assuntos financeiros dos empreendimentos reais.

A preocupação com a “perícia” fiscal e financeira do Estado português foi uma das principais inovações administrativas dos reinados de D. João V e de D. José I, que visavam através do raciocínio do cálculo ter um melhor controle sobre as despesas e os investimentos públicos reais. Para os empreendimentos coloniais e militares que estavam sendo montados no sul da América portuguesa, a recomendação principal da coroa era a de redução de custos. E tudo indica que o brigadeiro José da Silva Paes, administrador de todos os trabalhos de obras e acomodação dos casais das ilhas, seguiu isso à risca. Ao menos é o que sugere o comentário feito por Gomes Feire de Andrade ao rei sobre os préstimos de Silva Paes, em carta de 1749, que dizia que “este oficial tem sido utilíssimo ao real serviço; pois a não ser a sua atividade, e zelo na Colônia, Ilha de Santa Catarina, e Rio Grande, se haveriam feito excessivas despesas, sem que se adiantassem as fortificações metade do estado em que estão, e economia.”⁵⁷¹

Mas a instituição da justiça também foi objeto de muita atenção por parte da coroa em meados do setecentos na América portuguesa, sobretudo no sul. Não podemos esquecer que a confirmação territorial do Estado português sobre seus domínios coloniais era feita através do alcance da justiça régia, a verdadeira jurisdição/território da monarquia. O historiador Nuno Camarinhas ressalta que o desenvolvimento do aparelho judicial português (judicaturas e ouvidorias) foi muito mais dinâmico no século XVIII, do que noutros períodos anteriores. Até o XVII, havia somente 7 ouvidorias para todo o território colonial. Já no século seguinte este número subiu para 19, acompanhando o movimento geo-político do sul da América lusa, em especial por conta da descoberta

p.149-163.

⁵⁷⁰ Sobre a provisão régia que criava a provedoria de Rio Grande de São Pedro ver: SILVA, Augusto da. *Op. cit.*, p. 72.

⁵⁷¹ AHU-RJ, cx. 49, doc. 63. Apud. PIAZZA, Walter F. *Op. cit.*, p. 143.

do ouro nas Minas.⁵⁷² Os magistrados eram destinados para os lugares mais estratégicos e importantes para a coroa, no sentido de fortalecer a presença da monarquia a fim de garantir protegidos os seus interesses. A reforma do aparelho judicial se tornaria completa com a instalação de um Tribunal de Relação na cidade do Rio de Janeiro em 1751. Nesse caso, a presença de Manuel José de Faria na Ilha de Santa Catarina representava um reforço a mais do Estado português sobre os espaços periféricos e importantes do meridional luso.

A instituição de um governo militar em 1738, a criação de uma ouvidoria em 1749 e uma provedoria no ano de 1750, completaram os principais aparelhos e burocracias do Estado português na região de Santa Catarina. Como ressaltou Antônio Hespanha, estas eram as três principais áreas (milícia, fazenda e justiça) que a coroa portuguesa usava para manifestar o seu poder no espaço, comunicando as suas ações político-administrativas.

Mas o sucesso de uma política eficiente do Estado português sobre aquele território não dependeria somente da presença dos agentes e da instalação das burocracias régias. As reformas jurisdicionais que foram implementadas em meados do setecentos na capitania subalterna da Ilha de Santa Catarina, só alcançariam seus resultados se as autoridades metropolitanas que as transmitissem soubessem aplicá-las da maneira correta e precisa, se soubessem racionalizar suas decisões nas diversas situações de governo sem perder de vista os objetivos da coroa. Por outro lado, a eficiência dessas operações político-racionais dependeria do grau de acumulação de conhecimento e saberes que o governante tinha sobre a realidade a ser gerida. Se as redes governativas organizavam o fluxo das informações pessoais e políticas em vários pontos do espaço colonial americano, o que proporcionava a configuração de centralidades régias, outras formas de saber produziam informações mais localizadas e de caráter prático para o exercício de um bom governo.

A respeito da importância que as tecnologias de informação exerceram na prática de governo dos estados modernos europeus, James Scott explica que instaurou-se ao longo dos séculos XVII e XVIII um senso prático de que a eficiência política dependeria da capacidade do Estado de criar para si “ferramentas” de legibilidade sobre as realidades

⁵⁷² CAMARINHAS, Nuno. O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800). *Almanack braziliense*, n. 9, 2009, p. 84-102.

na qual operavam. Segundo Scott, as “lentes” do estados pré-modernos eram foscas, com pouca capacidade para “enxergar” as necessidades e potencialidades dos seus domínios e facilitar ainda mais a arte de seu governo. Faltavam-lhe instrumentos que tornassem o território legível, que simplificasse e padronizasse a sociedade e o ambiente para intervenções mais eficazes. Tomando por base as suas palavras,

The premodern state was, in many crucial respects, partially blind; it knew precious little about its subjects, their wealth, their landholdings and yields, their location, their very identity. It lacked anything like a detailed “map” of its terrain and its people. It lacked, for the most part, a measure, a metric, that would allow it to “translate” what it knew into a common standard necessary for a synoptic view. As a result, its interventions were often crude and self-defeating.⁵⁷³

Foi nesse sentido, o de tentar melhorar a visão sobre a realidade que dominava, que os estados modernos desenvolveram mecanismos “óticos” de maior qualidade. De repente, uma série de informação estava sendo produzida, catalogada e armazenada a favor de uma política mais eficiente dos governantes, como contagem precisa da população e produção (agrícola e industrial), padronização de pesos e medidas, censos agrários, cadastros, relatórios, mapas, etc. A partir daí, as autoridades passariam a dispor de um inventário de dados obtidos sobre uma grade leitura padrão, que poderiam ser centralizados, monitorados e ajustados de acordo com as necessidades do seu governo.

No entanto, estas simplificações do Estado eram na verdade como mapas abreviados. A convicção moderna de que seria possível decifrar os códigos da realidade com tecnologias “ópticas” de precisão, por muitas vezes ofuscava a visão estatal das particularidades e nuances locais, o que quase sempre acabava resultando em desastres de grande escala. Os projetos do Estado que pareciam funcionar perfeitamente no papel, frequentemente chocavam-se contra a realidade das condições locais (sociais, políticas e ambientais), dos entendimentos populares

⁵⁷³ SCOTT, James C. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale University Press, 1998, p. 2.

sobre a aplicação e consequência de tais empreendimentos.⁵⁷⁴

No caso da América portuguesa isso implicava na negociação com as elites locais e a capacidade política da coroa de envolvê-los em prol dos seus designios. Os empreendimentos militares e coloniais que foram planejados para a Ilha de Santa Catarina passariam por ajustes desse tipo, sobretudo porque as jurisdições dos poderes régios recém-criados sobrepunham-se ao território da vila de Nossa Senhora do Desterro. As adequações sócio-espaciais do projeto da coroa para a Ilha envolveriam muita negociação entre os agentes locais e metropolitanos.

3.5 - Os conflitos políticos em torno do espaço da Ilha de Santa Catarina

Ao final da primeira metade do XVIII a Ilha de Santa Catarina já se apresentava como um mapa multifacetado de poderes. A divisão político-administrativa desse espaço definia-se a partir das linhas gerais das fronteiras jurisdicionais de cada agente de poder residente, local e metropolitano. No entanto, as delimitações de cada um deles não estavam muito bem claras, ou ao menos não eram respeitadas, resultando em tensões sobre as competências e o exercício de governança de cada uma dessas instituições para com aquele território. Cabe ressaltar que os conflitos de jurisdições não eram polarizados entre poderes régios e poderes locais, como uma expressão dualista (colônia *versus* metrópole) da política imperial portuguesa, sendo que a discordância acontecia entre governadores, provedores e ouvidores na América portuguesa. No entanto, vamos dar preferência aqui a analisar somente casos que envolvem as tensões políticas das burocracias régias para com a câmara da vila do Desterro, a instituição que mais sofreu com a territorialização do Estado português na Ilha, e por motivos óbvios, de ter sido antes o único poder instituído sobre esse território. Os desentendimentos entre as instâncias de poder na América era resultado da própria matriz pluralista onde a estrutura político-jurídica do império marítimo português estava assentada. Por esta razão, dentre outras, os poderes régios deveriam considerar o estatuto político-jurídico da vila de Nossa Senhora do Desterro.

⁵⁷⁴Ibidem, p. 1-8.

As primeiras intervenções régias no espaço da Ilha de Santa Catarina foram a construção do conjunto de fortificações, a recuperação das estradas e caminhos terrestres e o estabelecimento de passagens sobre os rios que localizavam-se nesses trajetos que conectava a Ilha com o Continente do Rio Grande de São Pedro. O estabelecimento e o cuidado dessas vias de comunicação com os outros territórios meridionais era parte vital do plano de José da Silva Paes, sobretudo porque o sistema de defesa montado na Ilha tinha por principal objetivo fornecer “socorros” aos outros pontos de colonização e defesa do Rio Grande e a Colônia do Santíssimo Sacramento. Além de fortificar e governar a Ilha de Santa Catarina, o brigadeiro Silva Paes ficou responsável por dar continuidade ao povoamento e defesa do território do Rio Grande de São Pedro, que dois anos antes ele já havia iniciado.⁵⁷⁵

Mas todas essas reformas no sistema viário que ligava a Ilha aos outros espaços do sul dependeria do apoio da comunidade local, especialmente da nobreza da terra, que conhecia bem a geografia da região e exercia o controle social, político e econômico a partir da Câmara da vila. A manutenção e controle sobre essa rede de caminhos ficaria a cargo da Câmara do Desterro.

Assim, antes mesmo de assumir a governadoria da capitania da Ilha de Santa Catarina, em janeiro de 1738, o brigadeiro José da Silva Paes assinou um termo do estabelecimento da passagem de canoas pelo rio Baú junto a câmara da vila do Desterro, e que naquela época estava sendo representada pelos seguintes oficiais: João Gonçalves Lami (escrivão), João de Souza Brito, Sebastião Rodrigues Camacho, João Bicudo Cortês e Pascoal Pereira (procurador). Assinou também o termo Francisco Dias Melo, oficial militar do exército português, que assumiu a patente de Mestre de Campo da Ilha de Santa Catarina.⁵⁷⁶ O rio Baú estava localizado ao norte do termo da vila do Desterro⁵⁷⁷, e a intenção

⁵⁷⁵ O historiador Augusto da Silva ressaltou que tanto a Ilha de Santa Catarina quanto o continente do Rio Grande de São Pedro faziam parte de um mesmo arranjo, “de um mesmo sistema político e econômico, não podendo, pois, ser compreendidos separadamente.” Cf. SILVA, Augusto da. *Op. cit.*, p. 56-57.

⁵⁷⁶ CABRAL, Oswaldo. *Raízes seculares...* *Op. cit.*, p. 17.; A carta patente de Francisco Dias Melo consta em: SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p.

⁵⁷⁷ Consta no Dicionário Topográfico de Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, que o Rio do Baul “tem as suas nascentes na Serra do Jaraguá: segue em direção de sul, e passando norte [...] encaminha-se ao oriente até lançar-se na margem direita do rio Luís Alves, percorrendo 5 léguas de extensão.” PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. *Op. cit.*, p. 70. O rio está localizado hoje entre os atuais

de Silva Paes com este passo era estabelecer um canal de comunicação terrestre com a vila do Rio de São Francisco, fomentando uma rede de apoio das vilas e povoados no sul para com a logística que envolvia a montagem do dispendioso empreendimento militar e colonial na Ilha de Santa Catarina e Rio Grande. O texto deste termo reforça isso, a preocupação de manter esses espaços ultramarinos conectados através de uma malha viária muito bem definida e segura. O brigadeiro Silva Paes informava que,

[...] pelo novo estabelecimento que Sua Majestade mandou fazer no Rio Grande de São Pedro seja necessária mais frequente passagem por terra não só desta Vila, senão das mais que lhe ficam ao norte, pelo referido porto e seja preciso, que se possa fazer com segurança no passo do rio Baú, convoquei para este efeito, o Juiz e mais Vereadores da Câmara desta Vila, como também o Mestre de Campo Regente da mesma e lhes propus a urgente necessidade que havia de se estabelecerem pessoas no referido Passo e efetivamente assistiram nele [...]⁵⁷⁸

O estabelecimento de uma passagem sobre o rio envolvia a presença de canoeiros para ajudar as pessoas na travessia de uma margem para outra, sobretudo comerciantes e tropeiros que circulavam carregando mercadorias de todo o tipo. A instituição de um passo implicava no cobrança de tributos. O brigadeiro Silva Paes sugeria que a contribuição fosse “moderada”, que “não fosse excessiva para os passageiros”, provavelmente para estimular o uso desse caminho. Tudo indica que o assunto dos valores foi matéria de discussão entre as autoridades reunidas. Até que depois das “várias ponderações e razões” feitas pelos presentes na câmara, ficou decidido que cada pessoa pagasse “dois vinténs de passagem, e outros dois vinténs por carga de besta, que leve bruacas com roupa, farinha e alguma coisa precisa para sua passagem somente, e quatro vinténs por cada carga de secos e molhados, que leve em bestas como é costume.” Os “correios” que estivessem a serviço da “Sua Majestade” seriam obrigados a passar sem custo algum. Um outro ponto discutido deste termo tratava da responsabilidade e do direito sobre o contrato do passo e cobrança dos seus impostos. Os

municípios de Luiz Alves e Ilhota no norte do estado de Santa Catarina.

⁵⁷⁸ SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 252.

oficiais da vila Desterro certamente exigiam exclusividade sobre a administração desses recursos, tanto que José da Silva Paes fez questão de deixar registrado que “estas passagens dos rios pertencem e são de Sua Majestade”, e que ficava concedido por dois anos o seu rendimento a Antônio Gomes e Francisco Luiz. Todavia, caso os passageiros não usassem as canoas dos arrematantes seriam multados pela primeira vez em “dez patacas”, para as “despesas da Câmara desta Vila”, e pela segunda seriam enviados ao Rio Grande de São Pedro “para trabalhar nas obras por tempo de seis meses”.⁵⁷⁹

Dois dias depois de assinado o termo da passagem sobre o rio Baú, José da Silva Paes propôs novamente à Câmara do Desterro outro termo sobre os cuidados para com o caminho terrestre que seguia em direção ao sul na extrema com a vila de Laguna. Expediu ele para que o concelho municipal tratasse de “concertar os caminhos da jurisdição desde Araçatuba até o termo da vila de Laguna, abrindo novas picadas e desembaraçando-as das madeiras e pedras, que as impedem onde for necessário, pois é a sua obrigação.”⁵⁸⁰ Um dia antes, ele já havia recebido os oficiais da câmara de Laguna na Ilha de Santa Catarina solicitando que os mesmos ajudassem a “compor o caminho da Ilha para a Laguna e daí pela praia até o Rio Grande.”⁵⁸¹

Ainda sobre a construção da rede viária que conectaria os espaços dispersos da região meridional, objetivando o mesmo propósito de servir logisticamente ao projeto de colonização e defesa daquela costa, temos notícia de mais um passo que José da Silva Paes pediu que a Câmara da Desterro estabelecesse na parte sul do seu continente. Trata-se da passagem sobre o rio Embaú, que localizava-se depois da enseada do Brito, no início dos campos de Araçatuba. O termo deste passo foi assinado por um tal de João Francisco, em sessão da câmara de 19 de maio, ficando acordado que aquele deveria “ter uma canoa capaz para a dita passagem, tanto de dia como de noite, e outrossim que se alguma pessoa não estando até o passageiro, passar a nado e vier buscar a canoa, não paga na passagem.”⁵⁸²

Mas a participação das comunidades locais para com o sucesso dos empreendimentos da coroa lusa não se restringiam somente à construção e manutenção de caminhos e passagens que conectavam a

⁵⁷⁹ Ibidem, p. 252-253.

⁵⁸⁰ Ibidem, p. 254.

⁵⁸¹ Idem.

⁵⁸² SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 256.

Ilha, a sede da capitania, aos outros pontos de colonização. Um outro fator importante de que dependia o sucesso dessa empreitada era a montagem de um sistema de abastecimento de víveres que deveria atender a todas as tropas de soldados, funcionários, trabalhadores e os futuros povoadores das ilhas atlânticas que estavam por chegar, ao menos nos primeiros momentos do estabelecimento desses últimos.

Desde de 1735 que a coroa lusa derterminara que em cada navio que partisse das Ilhas dos Açores para o Brasil se enviasse cinco casais para os “presídios da Ilha de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro.”⁵⁸³

O projeto inicial de defesa militar da Ilha e Rio Grande sempre esteve atrelado com a vinda dos casais das ilhas atlânticas que seriam distribuídos em várias colônias⁵⁸⁴ para bem confirmar a posse desses

⁵⁸³ PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua história...* Op. cit., p. 140.

⁵⁸⁴ O termo “colônia” é corrente na época para designar “povoação nova, feita por gente enviada d'outra parte [...] gente que se manda povoar alguma lugar”. Não encontramos nas fontes aqui analisadas nenhuma referência direta do uso deste termo nesse contexto da imigração acórico-madeirense para a Ilha de Santa Catarina. Entretanto, nos documentos analisados quando das expedições de Manuel Gonçalves de Aguiar, o termo “colônias” e/ou “colonial” aparece em destaque na discussão sobre o povoamento do sul da América portuguesa. Tendo em vista que “colonial” no dicionário etimológico do padre Rafael Bluteau refere-se aquilo que é “de colônia, ou das colônias de alguma nação”, decidimos pelo uso da expressão “colônia” e seus derivados como “colono” e “colonização” para fazer alusão aos povoadores e o processo de fixação desses nos territórios meridionais. Aliás, o termo “colono” foi bastante usado pelos oficiais camarários do Desterro quando referiam-se aos casais das ilhas. Cf. BLUTEAU, Rafael. Op. cit.; Uma dessas cartas da câmara que aparece o termo “colono” consta em: SILVA, José Gonçalves Santos. Op. cit., p. 383; Os historiadores Marlon Salomon e Henrique Pereira preferem o uso dos termos “súditos”, “povoadores” e “casais” para fazer referências as pessoas vindas das Ilhas, pois julgam que o termo “colono” refere-se a outro contexto de povoamento de Santa Catarina, os processos imigratórios do século XIX. Segundo os autores, “durante o século XVIII [...] os termos que encontramos para designar esse mecanismo de deslocamento de pessoas de uma região para outra que deve ser defendido são este a que viemos nos referindo até agora: transporte de casais; acomodação das pessoas; 'mandar vir' casais de uma região para outra, etc. Jamais se fala em ‘imigração’ ou ‘colonização’ para designá-lo.” SALOMON, Marlon; OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *A decadência de Santa Catarina...* Op. cit., p. 81.; Vale lembrar que o dicionário de Rafael Bluteau é datado de 1712.

territórios junto à coroa espanhola. Um parecer tirado pelo Conselho Ultramarino em 1736, em resposta às propostas de José da Silva Paes, confirma este objetivo do povoamento. Responderam os conselheiros que,

[...] se faça uma consignação na qual se empregue em transportar cada ano certo número de casais das Ilhas com que se vá aumentando esta povoação e estabelecendo outras por aquela conta, pois a continuação destas povoações será o que de melhor decide a questão dos limites que há entre as duas nações.⁵⁸⁵

Embora a coroa lusa tivesse urgência na transferência dos casais para o sul da América portuguesa, esta só viria mesmo a se concretizar a partir finais da década de 1740. Em carta de 1742, o brigadeiro José da Silva Paes reforçava junto à Coroa mais uma vez a necessidade do envio de casais para povoar e defender a capitania da Ilha de Santa Catarina. Escrevia ele que,

se das Ilhas se puderem remeter alguns Casais seria utilíssimo, e ainda algumas [recrutadas], por que assim se aumentaria as culturas destas Terras que são próprias, não só para todos os frutos da América, senão também da Europa, e dos filhos dos mesmos Casais se [recrutaria] o Terço ou Tropas, que aqui assistem, e seriam mais permanentes do que os de fora.⁵⁸⁶

Mesmo que sem a chegada dos prometidos casais das ilhas, que reforçariam a massa de trabalhadores e soldados para as guarnições, a

⁵⁸⁵ “Parecer do Conselho Ultramarino em 2 de janeiro de 1736 sobre a carta do Brigadeiro José da Silva Paes”. Apud. SALOMON, Marlon; OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Op. cit.*, p. 12.

⁵⁸⁶ Documento citado por Walter Piazza em PIAZZA, Walter. *A epopéia açório-madeirense, 1747-1756*. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1992, p. 60.

capitania da Ilha Santa Catarina, como também o Continente do Rio Grande de São Pedro, assistiram nesse primeiro momento do governo de Silva Paes um significativo aumento populacional, sobretudo de militares e funcionários régios. Para se ter uma idéia mais clara disso, no ano de 1739, Silva Paes relatava à coroa que na Ilha se achavam mais de 900 pessoas. Em outra carta de 1741, ele dizia que existia 141 soldados, servindo nos diversos pontos da Ilha. Cinco anos depois, um mapa tirado da guarnição da Ilha informava que servia ali: 4 capitães, 7 alferes, 2 sargentos, 3 tambores, 175 soldados e 68 índios e negros, que perfaziam um total de 259 militares.⁵⁸⁷

A presença de todo esse efetivo implicava numa demanda constante e crescente de alimentos. Esse estímulo demográfico foi importante para a ampliação da estrutura agrária e produtiva das vilas e povoados junto à Ilha de Santa Catarina. Os moradores locais se viram obrigados a atender a todos com o fornecimento de carne de gado, peixes, frutas, farinha de mandioca, feijão, dentre outros produtos, sob a promessa de serem pagos pela Fazenda Real.

Na documentação transcrita e organizada por José Gonçalves Santos Silva referente à Ilha de Santa Catarina, encontramos alguns recibos e documentos que relatam o fornecimento de alimentos para militares e funcionários da coroa que serviam na Ilha e no Rio Grande. Em setembro de 1738, por exemplo, o então governador da praça de Santos, João dos Santos Alla comprou de João Francisco, nos campos de Araçatuba, duas vacas para o sustento dos homens que ele levava para servirem no Rio Grande sob comando do Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho.⁵⁸⁸ Três meses depois, o oficial militar Diogo Osório Cardoso reconhecia o recibo de 25 vacas e 36 vitelos “para os soldados e oficiais que o acompanhavam para o Rio Grande de São Pedro; assim mais 7 vacas e 1 vitelo que se gastaram com os oficiais, soldados e peões; e 2 que se deram ao Contramestre da sumaca Santo Antônio e Almas na passagem para o Rio Grande.”⁵⁸⁹

O viajante inglês George Anson relatou que a preocupação de José da Silva Paes com o abastecimento de alimentos das pessoas envolvidas era tanta que ele chegou até a dificultar que os moradores vendessem alimentos para os navegadores estrangeiros que aportassem ali. Segundo Anson, Silva Paes colocava

⁵⁸⁷ SILVA, Augusto da. *Op. cit.*, p. 166.

⁵⁸⁸ SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 258.

⁵⁸⁹ *Ibidem*, p. 259.

[...] sentinelas aqui e acolá, para impedir os habitantes de nos vender alguns refrescos, a menos que os façam por um preço exorbitante, que seria loucura dar. Para justificar esta conduta, a qual excede os limites de sua autoridade, pretextava a necessidade de guardar víveres para mais de cem famílias, que deveriam chegar em pouco para reforçar sua Colônia.⁵⁹⁰

Como sabemos, as famílias que acrescentariam à colônia de Silva Paes demorariam mais alguns anos para chegarem à Ilha de Santa Catarina. Entretanto, numa atitude de precaução o governador José da Silva Paes antecipava-se com o estoque de alimentos, para descrença do viajante inglês. Um década depois, com a chegada massiva dos casais das ilhas, os moradores locais e câmara do Desterro teriam papel relevante no abastecimento das milhares famílias de ilhéus recém-estabelecidas.

Além de organizar toda a logística do empreendimento militar e colonial, José da Silva Paes tinha que coordenar as obras do conjunto de fortificações que ele desenhou para a defesa da Ilha de Santa Catarina. O sistema foi definido por quatro fortalezas, sendo que três ficavam na entrada da baía norte da Ilha, e uma na abertura da baía sul. As fortalezas de “São José da Ponta Grossa”, “Santa Cruz de Anhatomirim” e “Santo Antônio de Ratonés” formavam um triângulo defensivo entre uma ponta de terra no norte da Ilha e duas ilhotas próximas, a ilha de Ratonés e a de Anhatomirim. A última fortaleza construída, a de “Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba”, fechava o sistema na ilha de Araçatuba, que ficava entre a ponta sul da Ilha de Santa Catarina e o continente defronte, fazendo frente aos Campos de Araçatuba.⁵⁹¹

Todas essas construções demandaram muito trabalho humano, sendo que nem sempre foi possível contar com o efetivo completo das tropas para execução das tarefas dentro do prazo. Como não seria difícil de imaginar, as deserções dos recrutas provavelmente eram fato corriqueiro nesse período, até porque o regime e condições de trabalho certamente não eram dos melhores. A composição do quadro dos trabalhadores envolvia gente da pior “qualidade” da América

⁵⁹⁰ HARO, Martin Afonso Palma. *Op. cit.*, p. 66.

⁵⁹¹ Sobre as fortalezas ver CABRAL, Oswaldo. *As defesas...* *Op. cit.*; TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mauro Mendonça de. *Op. cit.*

portuguesa, mestiços, degredados, vagabundos, índios, negros, dentre outros. Para este momento não temos notícia da ocorrência de nenhuma fuga dessa gente. Mas no ano de 1750, sabemos que o rei D. José reclamou ao então governador da capitania da Ilha de Santa Catarina, Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, que “tinham desertado a maior parte dos índios, recrutas e degredados, como também muitos soldados dessa Ilha.”⁵⁹² Suspeitavam-se que os desertores fugiram para as praias e portos do Rio de São Francisco.

A dificuldade de conseguir mão-de-obra levou esse mesmo governador a escrever uma carta para o monarca avisando que havia pedido ao reitor do Colégio da Companhia do Rio de Janeiro, das setes aldeias que estava sob sua administração, que lhe enviasse alguns indígenas para o “adiantamento das obras e mais dependências delas.”⁵⁹³ D. José pareceu não gostar do que estava sendo proposto pelo governador. Depois de consultar o Conselho Ultramarino, o rei respondeu em carta de 20 de novembro de 1750 que,

[...] serviço dos oficiais mecânicos dessa Ilha e mais misteres se devem fazer pelos moradores que foram das Ilhas a estabelecerem-se aí na mesma forma que faziam nas suas pátrias por não convir porém na desordem que comumente se pratica no Brasil de não quererem os brancos servir os ofícios mecânicos, pelo que não devem os índios serem tirados das suas aldeias para virem servir nessa Ilha de Santa Catarina, advertindo porém que os salários diários, que se pagarem a estes servidores, devem ser os ordinários conforme o estilo da terra; e não conforme se pagar aos índios, por que desta forma se podem os moradores brancos ajudar a viver e se convidam a continuar no serviço de que tinham lucro para se sustentarem; e assim tanto aos índios das aldeias, que há em algumas terras próximas a essa Ilha, como aos que se acham nessa mesma, se não fará violência alguma para eles irem ou se conservarem nela; mas no caso que seja necessário convidá-los para virem uns e se conservarem outros se lhes pagará como aos

⁵⁹² SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 349.

⁵⁹³ *Idem*.

brancos, conforme o seu trabalho e préstimo.⁵⁹⁴

Esta carta resposta do rei é esclarecedora quanto à posição que a coroa tomava agora em relação ao trabalho dos índios, que deveriam ser assalariados da mesma forma que os brancos que realizavam ofícios mecânicos, isto é, dos brancos que não eram nobres. Já ressaltamos no segundo capítulo que o sistema de administração da força de trabalho indígena em princípio do XVIII começa a perder força com a política indigenista do Estado português. Ao mesmo tempo, para D. José I, coibir uso da mão-de-obra escrava indígena nos serviços públicos na Ilha, ajudaria a impelir o trabalho dos colonos recém-chegados. Tudo indica que o rei queria que os casais das ilhas retribuíssem com trabalho o investimento gasto pela monarquia com o seu deslocamento. Ao que parece, a coroa esperava pela contra-prestação do serviço dos súditos ilhéus.

Mas se o rei D. José I reprovava agora o trabalho forçado dos indígenas, no reinado do seu pai, D. João V, quando do início das obras das quatro fortalezas, a postura era outra. Como citamos acima, as tropas de militares que estavam sob o comando do brigadeiro José da Silva Paes eram compostas por dezenas de soldados índios e negros, provavelmente escravos ou libertos, e que estavam sujeitos a um tratamento similar ao da servidão. A exploração da mão-de-obra servil desses grupos pela coroa deve-se ao recrutamento “involuntário” praticado pelas autoridades coloniais para formar os regimentos da força militar portuguesa. Aqui vale lembrar o trabalho de Laura de Melo e Souza, que reconheceu que a aplicação da justiça na região das Minas Gerais, e noutras partes da América, tinha por objetivo maior transformar supostos “réus”, os desclassificados, em trabalhadores e soldados nas colônias do sul.⁵⁹⁵

Logo no início das construções das fortalezas, em 1740, o ouvidor geral da comarca de Paranaguá, em nova correição sobre a Ilha de Santa Catarina, deixou um novo conjunto de provimentos para a vila do Desterro. Um dos capítulos tratava especificamente do apoio que os moradores locais deveriam dispor para com as obras das fortalezas. Assim, proveu Manuel Tavares de Siqueira que se “obriguem os

⁵⁹⁴ Idem.

⁵⁹⁵ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

moradores a prestar serviço para a obra, por si ou seus escravos e administrados.⁵⁹⁶ Num momento em que José da Silva Paes queixava-se ao rei da falta de braços para os trabalhos das fortificações, o ouvidor de Paranaguá prontamente obrigou que os moradores do Desterro trabalhassem nas obras, ou colocassem à disposição os seus escravos para o serviço. Naquela época a administração dos indígenas ainda continuava sendo praticada na Ilha de Santa Catarina, e a escravidão africana estava mais difundida entre os proprietários locais. Provavelmente, muitos dos negros que trabalhavam para os senhores do Desterro serviram “voluntariamente” nas obras de José da Silva Paes. Entre 1740-1750, o aumento da população escrava africana aumentou na Ilha seguindo o ritmo do fluxo do tráfico de escravos que crescia vertiginosamente no Atlântico sul, seja para o porto da cidade do Rio de Janeiro, seja para a baía do rio da Prata. A coroa portuguesa por volta dessa época chegou até a publicar um alvará régio que tentava regular o comércio negreiro no sul do Brasil, a fim de evitar o contrabando de escravos para os domínios castelhanos. Um outro ponto que ajudou no impulso da escravidão africana foi a instalação de uma grande armação de pesca de baleia numa das enseadas no norte do continente da Ilha de Santa Catarina, próximo à fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Fundada em 1746, a Armação da Piedade contava já em 1750 com 107 escravos, todos africanos.⁵⁹⁷

Até aqui, podemos perceber que a participação das comunidades locais a favor deste projeto de defesa e ocupação da Ilha de Santa Catarina foi fundamental, sobretudo do grupo da pequena nobreza da terra do Desterro, que através da Câmara cumpriram várias solicitações de ajuda nos desígnios da coroa. A Câmara municipal ajudou no estabelecimento das vias de acesso que conectavam a Ilha com outros espaços envolvidos nesse projeto, ajudou no sistema de abastecimento de alimentos que atendia a todo o corpo efetivo de funcionários, militares e trabalhadores, e ainda ajudou a cumprir um provimento que determinava que os moradores e senhores locais dispusessem força de trabalho, livre ou escrava, nas obras das fortificações. A prestação desses serviços em prol dos interesses da

⁵⁹⁶ SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 290.

⁵⁹⁷ CARDOSO, Vitor Hugo B.; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. *História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013, p. 17-42.

coroa portuguesa reforçava ainda mais os laços políticos entre a monarquia e república da Ilha de Santa Catarina, incidindo numa cadeia maior de reciprocidades.

Mas por outro lado, a Câmara do Desterro também se viu ameaçada com todas essas mudanças que o coroa promovia no espaço da Ilha, especialmente quanto ao seu patrimônio fundiário (rossio e áreas comuns) que foi constantemente ameaçado pelas reformulações que os projetos de defesa e colonização. Mas não só. Em vários momentos a autoridade do concelho municipal também foi questionada pelos governadores, que insistiam em desconsiderar as regras locais nas ações do seu governo, não reconhecendo as atribuições de mando das elites locais.

Assim que o brigadeiro José da Silva Paes estabeleceu seu governo na Ilha, ele tratou logo de esquadrihar aquele espaço para bem servir seus projetos. Num primeiro momento ele definiu os locais para a construção das fortalezas, e quando as obras já estavam adiantadas, ele tratou de demarcar terras próximas a estas para acomodar novos povoadores, provavelmente pensando em estimular o desenvolvimento agrícola no entorno dessas fortificações, sobretudo no norte, para atender às guarnições ali fixadas. Encontramos referência de vários despachos e petições deferidos por José da Silva Paes entre 1740 e 1741 para essas áreas, como as “150 braças de frente na terra firme na ponta do Boqueirão”, que foram demarcadas e medidas nas proximidades da ilha de Anhatomirim, e as “500 braças de terras na Capotera no Saco do Itacorubi”, frente à ilha de Ratones.⁵⁹⁸ Mas ele tratou também de conceder sesmaria nas terras do rossio da Câmara do Desterro.

Na medida em que as terras do termo da vila passavam a ser medidas, demarcadas e distribuídas por José da Silva Paes, e as notícias de que estavam por chegar ainda mais casais para povoar a Ilha deixavam de ser somente rumores, a Câmara adiantou-se na preservação do seu patrimônio. É bem provável que na ocasião da correição do ouvidor de Paranaguá, Gaspar da Rocha Pereira, no ano de 1744, os principais moradores do Desterro comunicaram-lhe essa preocupação para com as terras e bens do concelho, a fim de saber como proceder diante das determinações do governador. Talvez tenha sido por isso que Gaspar Rocha Pereira pediu que o escrivão da ouvidoria geral e correição, Manuel Gonçalves Junqueiro, deixasse registrado em forma

⁵⁹⁸ SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 263 e 264.

de provimento,

[...] que a Câmara fizesse tombo dos seus foreiros e foros; que daí por diante nas terras que aforasse não impusesse foro menor de 640 por cada cem braças de terras [...]; que chegando o [Rocio] da Câmara desta Vila desde o rio [Itacorubi] até o rio do sítio que foi de Miguel Tavares no lugar chamado o Saco, e que depuseram debaixo de juramento, que lhes defiriu ele Doutor Ouvidor Geral e Corregedor a Francisco Rodrigues Palácio e ao Capitão Domingos Cavalho Quintal por o Desembargador Rafael Pires Pardinho, mandar fazer a demarcação do Rocio da Câmara aos Juizes daquele tempo, e só se fazer com efeito a dita demarcação no tempo do Doutor Ouvidor Geral que foi desta Comarca Antônio Alves Lanhas Peixoto pela referida parte cujo tempo a esta sempre virão eles estar a Câmara de posse na forma da dita demarcação e só haverá um ano que o Brigadeiro José da Silva Paes mandou medir parte das terras demarcadas do dito Rocio e as deu por Carta de Sesmaria, e isto sabem por serem os homens mais antigos, que presentes se acham nesta Vila e ter ele Capitão Domingos Carvalho Quintal 84 anos e ele Francisco Rodrigues Palácio 60 anos de idade, pelo que mandou ele Doutor Ouvidor Geral e Corregedor se conservassem a Câmara presente e futura na posse do dito Rocio e que de nenhuma sorte consentisse fosse alheado [alienado], por que eram bens próprios da Câmara e se lhe deviam tirar ainda por Provisão Real expressa sem ser ouvida, contra a qual, havendo-a, devem logo vir com embargos, não sendo cumprida pelo Doutor Ouvidor da Comarca, e negando neste termos algum foreiro o foro, duvido lhe devem tirar a terra aforada por devoluta e aforá-la a outros.⁵⁹⁹

Como podemos perceber, Rocha Pereira procurou fazer valer os antigos provimentos que reconheciam como propriedade da câmara as terras já demarcadas do rossio, e que José da Silva Paes há um ano

⁵⁹⁹ SILVA, José Gonçalves Santos. *Op. cit.*, p. 271-272.

começava distribuir em forma de sesmaria a alguns povoadores que chegavam de outras partes da América portuguesa para se fixarem na Ilha. A demarcação do rossio foi confirmada pelos mais antigos povoadores, Domingos Carvalho Quintal e Francisco Rodrigues Palácio, que na época do ouvidor Rafael Pires Pardiniho habitavam na Ilha. Esses dois homens tinham plena consciência dos direitos históricos da câmara do Desterro sobre aquelas terras, mesmo antes dessa existir, assim como outros que assinaram este documento como João Bicudo Cortez e Martinho de Arrioles, que faziam parte e descendiam do mesmo grupo dos antigos moradores que conquistaram e povoaram aquele território às custas de suas próprias fazendas. João Bicudo Cortês era um dos filhos de Antônio Bicudo Camacho, que veio estabelecer-se na Ilha em finais do século XVII. Aquelas terras que o governador José da Silva Paes demarcava e distribuía não podiam ser dadas em sesmaria, senão pela câmara que detinha o direito de lhes cobrar foro, e de onde tirava suas rendas para cobrir as suas despesas.

Alguns anos depois D. João V escrevia às autoridades de todas as vilas do seu Reino dando conta de um alvará que expediu em 15 de julho de 1744, e que a sua execução resultou em “grande embaraço e perturbação que causou aos povos deste Reino”. O dito alvará régio tratava sobre a “fatura dos Tombos dos Bens do Conselho e Restituição dos que se achassem injusta e nulamente alheados e o mais contendo no dito”, ou seja, tinha como objetivo principal reduzir o patrimônio da câmaras sobre as terras que administravam em prol dos empreendimentos da coroa. Este documento “passado em forma de Lei”, foi criado em benefício da “arrecadação da terça aplicada a despesa da fortificação e defesa do Reino”. Entretanto, percebendo o monarca que houve “inquietação” por parte das pessoas que “ficavam obrigadas à restituição dos bens de que os achavam em posse pertencentes aos mesmo Conselhos”, e dos quais alguns se “acham cultivados e feitorizados pelo cuidado e despesa das mesmas partes a quem parecia violência a restituição, sendo obrigados os possuidores a perderem suas benfeitorias ou serem obrigados a seguir pleitos de que se experimentariam outras desordens”, decidiu por bem conservar o “sossego” dos seus vassalos garantindo-lhes a posse das terras que tomaram junto ao concelho municipal. Decidiu então o rei declarar que,

[...] toda a pessoa de qualquer qualidade e condição, que possuir bens de terras, sesmarias,

matos baldios, ou qualquer outra propriedade pertencentes aos Conselhos de quem as houvessem por data ou aforamentos das Câmaras, ainda que feitos sem solenidades da Lei e confirmações minhas fiquem conservados a posse dos ditos bens, sem embargo de os haverem sem título legítimo e com nulidade dos aforamentos pela falta dos requisitos, que deviam preceder para eles, ficando, porém, ou querendo ficar obrigados a pagar dos mesmos bens, que assim tiverem as pessoas ou foros, que agora lhe forem arbitrados aos mesmos Conselhos [...] fazendo-se semelhantes arbítrios respectivamente ao estado, rendimento e utilidade que os ditos bens e propriedades tinham em o tempo que foram dadas ou aforadas pelas Câmaras a que pertencem; e segundo o valor e utilidade que nesse tempo tivessem se regularão as pensões que daqui em diante devem pagar e de todos estes aforamentos se farão Tombos pelos mesmos procuradores cada um na sua Comarca em que fiquem confrontados os mesmos bens e declaradas as quantias que devem pagar, segundo o arbítrio e forma, que dela se fez.[...] ⁶⁰⁰

Este documento indica que os desafios que a câmara da vila do Desterro enfrentava acerca da diminuição das suas terras, sendo restituídas em parte à monarquia em benefício dos empreendimentos de defesa e colonização – assim como acontecia quando José da Silva Paes demarcava as terras para atender as guarnições e fortalezas –, foram também comuns a outras vilas que submeteram-se a reformas territoriais desse tipo. Contudo, ao mesmo tempo em que a coroa assumia definitivamente a posse sobre os territórios do sul, ela também fazia prevalecer os direitos dos concelhos, sobretudo naquilo que tocava a cobrança dos foros.

Em 1747, um novo provimento estabelecido pelo então ouvidor geral da comarca de Paranaguá, Manoel Tavares de Siqueira, reforçava ainda mais os direitos territoriais da câmara da vila do Desterro. Este capítulo do conjunto de normas prescritos pela ouvidoria, informava que,

⁶⁰⁰Ibidem, p. 280-282.

[...] conferindo com o Governo sobre os limites do Rocio da Vila lhe parecia deixá-lo persuadido e inclinado a ceder e conceder, que se regulassem pelo antigo, atendendo à posse e à pobreza da Câmara nesta conformidade todos os sítios que se acham dentro do recinto designado na Correição passada devem contribuir com a pensão anual, e os Procuradores do Conselho farão a cobrança como são obrigados em [comunicação] de se haver por seus bens e ainda dos Juizes e Officiais no caso que sejam remissos em lhe deferir a todo o requerimento que lhe fizer bem da dita cobrança. E no caso que ainda sobre a matéria se mova a questão a que os Juizes não possam ou não saibam da resolução, darão parte ao Ouvidor Geral da Comarca para este dar a providência, que lhe parecer mais adequada; avisando e interpellando sempre aos donos dos sítios para que paguem, e aos que por algum respeito não puderem efetivamente executar, farão por em lembranças nos livros da Câmara para constar a todo o tempo e em nenhum se puderem valer de posse ou prescrição de isenção.⁶⁰¹

Embora os oficiais camarários tentassem embargar as sesmarias medidas e demarcadas por José da Silva Paes, procurando aplicar todos os provimentos que reconheciam o direito do concelho municipal sobre o rossio, o governador continuou a insistir no uso daquelas terras para acomodar os casais das ilhas que estariam por desembarcar. No ano de 1748, quando as primeiras levas de casais chegavam à Ilha de Santa Catarina, José da Silva Paes assinou um documento que relatava que,

por quanto o Senado da Câmara desta Vila tem feito vários aforamentos de terra pertencentes ao Rocio da mesma Câmara junto à Vila com tal excesso, que alguns são de 200 braças de frente e mais de 500 de fundo, [com prejuízo] irreparável do bem comum, sendo esta causa de ficar a Câmara sem terras para poder acomodar a outros

⁶⁰¹ SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 289-290.

[que] podem tirar mais avultados foros, como se tem experimentado ao presente na vinda dos casais das Ilhas, O Juiz Ordinário e Officiais e Vereadores de que se compõe, reformem os aforamentos que tiverem feito dentro do Rocio da mesma Câmara a 50 braças somente em quadro pela maior data e daí baixo conforme as pessoas e a família de quem as pedir, para assim ficar logradouro ao povo, e poder acomodar alguns casais, que tiverem Officiais e for conveniente assistam mais perto da mesma Vila, o que cumprirão.⁶⁰²

Não foi possível descobrir a quem foi direcionada esta missiva, escrita e assinada por Silva Paes, se aos oficiais da câmara, ou alguma outra autoridade da capitania, ou até mesmo do reino. Entretanto, através deste documento podemos perceber que, mesmo depois dos provimentos e alvarás que reconheciam os direitos da câmara sobre a administração do rossio, o embate entre concelho municipal e governadoria continuava. A Câmara não aceitaria fácil ao que Silva Paes propunha, de diminuir os foros para poder acomodar os casais sem prejuízos. A tendência dos oficiais camarários sempre foi de manter os seus direitos preservados frente às determinações da governadoria.

Uma análise feita sobre todas as sesmarias que tivemos conhecimento nesse momento de meados do XVIII, demonstra que o rossio da vila do Desterro permaneceu aparentemente intacto quanto as concessões de terras feitas pelas autoridades dentro dos limites originais da sua extensão territorial. O primeiro livro de sesmarias desse período é datado do ano de 1753, e vai até 1823. Este livro serviu para regulamentar as posse de terras dos casais recém-chegados das ilhas.⁶⁰³ Para a década de 1750 foram registradas apenas 14 sesmarias. Por volta desse período, encontramos também uma sesmaria no livro de “Registro de Cartas, Portarias, Instruções, provisões, nombramentos e sesmarias relativas a Colônia”, de quando o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, esteve em comissão na demarcação dos territórios do sul (1752-1757), e reconheceu alguns pedidos de terras feitos para o Rio

⁶⁰² Ibidem, p. 317-318.

⁶⁰³ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Livro de Sesmarias (1753-1823).

Grande de São Pedro e Santa Catarina.⁶⁰⁴ Para momentos anteriores não alcançamos nenhuma informação a respeito da concessão de terras, se existiu algum livro destinado a esse fim, ele não sobreviveu nos arquivos locais. Entretanto, tivemos notícias de algumas sesmarias desse período através dos trabalhos do historiador Walter Piazza, que anotou nove concessões de terras feitas nas proximidades da Ilha entre 1725-1743.⁶⁰⁵ Nenhuma dessas 23 sesmarias que foram concedidas dentro do termo da vila do Desterro foram incluídas no rossio.

Não somente as sesmarias, as freguesias que foram criadas para acomodar os colonos também respeitaram os limites do rossio da vila, e também das áreas comuns, os campos de Araçatuba e Caiaçanga.

Todo esse processo de territorialização do Estado português alterou completamente o espaço geográfico da Ilha de Santa Catarina, fazendo surgir ali novas espacialidades. Uma análise rápida sobre os novos topônimos evidenciam este novo momento de ocupação da Ilha, se antes a “territorialidade mestiça” dos antigos povoadores e conquistadores registravam os lugares com nomes tupis e portugueses, a coroa passou a nomear seus espaços com nomes de santos, reforçando a presença da monarquia católica sobre os territórios inóspitos do sul. A hagiotoponímia da coroa foi praticada largamente nos pontos de defesa e colonização que instauraram-se na Ilha de Santa Catarina.

⁶⁰⁴ Arquivo Público Mineiro. Demarcação do Sul do Brasil. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro* v. XXIII. (1). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929; _____. Demarcação do Sul do Brasil. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro* v. XXIV. (1). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933. Nessa documentação encontramos somente duas sesmarias concedidas no território da capitania de Santa Catarina. Dessas, uma faz referência aos lugares próximos a Ilha de Santa Catarina, no termo da vila do Desterro. “Registro de uma Carta de Sesmaria confirmada por S. Maj. Pertencente a Domingos Carvalho do Quental.” Lisboa, 8 de maio de 1752. (Doc. 0, p.17 – Doc. 1, p.8).

⁶⁰⁵ PIAZZA, Walter. *Santa Catarina: sua história...* Op. cit., p. 115.

Mapa 4 - O termo da vila do Desterro em 1750 (Rossio, Campos Comuns, Freguesias e Fortalezas)



Além dos conflitos que ocorreram em torno do rossio, a câmara também enfrentou problemas de outra ordem, como a desconsideração de suas prerrogativas de mando no campo econômico e judiciário, dentre outros abusos que os governadores passaram a praticar. Um desses casos aconteceu com Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, que assumiu a capitania depois do segundo governo de José da Silva Paes, em 1748.

No dia sete de agosto de 1751, o juiz Luiz Velho de Pina Meneses e os oficiais da câmara da Vila de Nossa Senhora de Desterro levaram à presença do rei os abusos cometidos por esse governador contra o concelho da Ilha. A representação expedida descrevia várias das arbitrariedades cometidas pelo dito governante e suplicava providências do monarca D. José.⁶⁰⁶

Assim iniciava a mensagem:

Pela obrigação que temos o Juiz, e mais oficiais da Câmara desta Ilha de Santa Catarina, *de cuidar pela parte que nos toca*, e nos é recomendada pelas Leis de Vossa Majestade no *bem Comum*, pomos na Real presença de Vossa Majestade as desordens seguintes [...] [grifo nosso]⁶⁰⁷

Avaliando algumas das desordens acometidas pelo governador foi possível identificar a manobra política dos oficiais da câmara em torno do princípio do “bem comum” para salvaguardar seus interesses, que no caso estariam sendo diretamente contrariados pela política intransigente do governador. Em uma das queixas fala-se sobre a tentativa da câmara de instaurar na Ilha de Santa Catarina um açougue público a fim de melhorar a distribuição de carne aos colonos recém-chegados e a população de uma maneira geral. Uma tarefa totalmente

⁶⁰⁶ AHU-SC (Arquivo Histórico Ultramarino, documentos referentes à capitania de Santa Catarina), cx. 1, doc. 73. Representação do juiz Luís Velho de Pina Meneses e dos oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Desterro ao rei [D. José] solicitando providências dos abusos cometidos na administração pública pelo governador da Ilha de Santa Catarina, coronel Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, em sete de agosto de 1751.

⁶⁰⁷ AHU-SC, cx. 1, doc. 73, p. 1.

identificada com os princípios de comunidade, e da alçada da câmara. Os oficiais da câmara, acusavam o governador de dedicar este assunto a um tenente à custa da Fazenda Real, e que, segundo os concelhios, resultava em prejuízos aos cofres da coroa. O abastecimento de alimentos sempre foi uma atividade da administração local na América portuguesa, uma competência da câmara. Provavelmente, a presença da Fazenda Real naquele serviço estaria ligada à chegada dos imigrantes, resultado do acordo de financiamento do empreendimento colonial e que tinha como uma de suas obrigações o custeio da alimentação dos colonos. Conforme a provisão régia de 1747, o amparo dos imigrantes recém-chegados era responsabilidade da governadoria a custo da Fazenda Real.⁶⁰⁸ E foi no governo de Manuel Escudeiro Ferreira de Souza que desembarcaram a maioria dos imigrantes, um total de quase 4.500 casais. A bibliografia aponta que nesse momento a Ilha de Santa Catarina viu duplicar a sua população.⁶⁰⁹ Entretanto, naquele ano de 1751, a câmara da Vila de Desterro se propunha à criação de um açougue público a fim de concentrar sob seu poder a distribuição do gênero da carne que, segundo seus representantes, não chegava a todos, e só aos que reputam principais.⁶¹⁰ Acusavam eles da falta desse alimento e irregularidades na distribuição, o que não estaria sendo disposto a todos, ou que mesmo para os privilegiados que recebiam era em pouca quantidade, insuficiente para o sustento de suas famílias. A criação de um açougue público parecia surgir como uma oportunidade de extração de vencimentos e de recuperar um espaço de governança perdido segundo a câmara. O projeto do açougue renderia a câmara um contrato de seis anos com os particulares num valor estipulado de 3\$000 mil cruzados. O contrato cedia aos particulares o monopólio do corte e venda da carne a um preço de 20 réis cada arrátel, e também a cessão dos campos comuns de Araçatuba para alocação das reses que chegavam das estâncias do Rio Grande de São Pedro.

Tudo já estava sendo acordado entre as partes ao ponto de que em pouco tempo se instalaria o açougue. Entretanto, alguns embaraços foram colocados pelo governador a fim de que não se estabelecesse o açougue. Esta haveria de ser uma das desordens acometidas naquele governo, que seriam os empecilhos criados para que não se levantasse o açougue público, o que prejudicaria o abastecimento da carne na região

⁶⁰⁸ SILVA, Augusto da. *Op. Cit.*

⁶⁰⁹ FONTES, Henrique da Silva. *Op. Cit.* PIAZZA, Walter. A epopéia açorico-madeirense... *Op. Cit.*

⁶¹⁰ AHU-SC, cx. 1, doc. 74, p. 2.

e, consequentemente, o exclusivo vencimento que renderia a câmara. As acusações contra aquela atitude do governador seguiam na direção de que ele não queria ceder essa atividade à câmara por que se beneficiava com o controle do abastecimento de carne na Ilha. Para o concelho, o embaraço ao estabelecimento do açougue público tinha como razão apenas a contra vontade do governador que se sentia prejudicado por que, não terá a “Liberdade de se fazer Senhor dos Lombos, das Línguas, das Mãos e miolos de todas as reses que se matam a título de propinas as quais compreendem até os porcos que os particulares matam, dos quais até as orelhas se lhe dão”.⁶¹¹

Dentro daquilo que João Fragoso demonstrou para a sociedade colonial do Rio de Janeiro do século XVI e XVII, da elaboração do conceito de economia do bem comum, o caso do açougue público da Ilha de Santa Catarina parece estar modelado nesse princípio de acumulação econômica, no qual as elites locais se serviam dos bens e serviços controlados pela câmara a fim de concentrar o exclusivo dos privilégios dessa instituição. Evidente que a idéia da apropriação por parte das elites coloniais dos serviços da câmara ou mesmo da regulação das atividades produtivas e comerciais locais na Ilha de Santa Catarina necessitam de uma análise mais apurada. Todavia, as insinuações que dão por transparecer nas queixas dos representantes do concelho sobre a instauração do açougue público indicam tal assertiva.

Outra denúncia feita sobre aquele governo dizia respeito ao controle que passou a ter o governador sobre o mercado de terras. A propriedade da terra certamente estava disseminada e concentrada entre as frações das elites da Ilha. O mercado de terras regulado pelas mãos do governador provavelmente interferia nos interesses dos proprietários que queriam ampliar ou desfazer de suas posses. O concelho, no exercício de seu poder e buscando a proteção dos seus, denunciava que “ser preciso se alguém quer vender o seu sítio pedir licença ao governador e se o não o faz, vai preso para as fortalezas, donde não sai, nem com efeito desfazer a venda”.⁶¹²

Dentro daquilo que lhe foi atribuído, o concelho também buscava defender a sua autoridade de mando sobre a administração da Ilha de Santa Catarina. Grande parte das desordens cometidas pelo governador demonstrava a desconsideração que este sustentava contra a

⁶¹¹ Idem. p. 4

⁶¹² Ibidem. p. 5

jurisdição das instâncias administrativas da Câmara do Desterro (câmara, concelho, almotaçaria, etc.). Em uma das queixas é possível entrever o abuso de poder do governador sobre a justiça local que, segundo o concelho, era manipulada sempre ao seu favor. Os concelhios reclamavam ao rei que o governador “devendo auxiliar as justiças para que estas cumpram com as suas obrigações não só lhe usurpa a jurisdição, mas os desatende se esta não administra segundo as Leis da Sua Vontade”.⁶¹³ Esta queixa também reforça outras acusações contra o governador, como de usar a força e a ameaça de prisão como método na resolução dos impasses políticos. Várias são as citações no texto que denunciavam esse procedimento intolerante do governo de Ferreira de Souza. Numa das queixas tem-se a referência de que este prendia e açoitava seus desafetos, entre esses membros do próprio concelho. Essas e outras práticas abusivas que acenam para o uso alargado e concentrado do poder político compreendiam o conteúdo de toda a representação dirigida ao monarca D. José. O governo de Manuel Escudeiro Ferreira de Souza era acusado de ser autárquico e, seguidamente, descompromissado com a base pluralista do governo português, que reconhecia as divisões de poder e a autonomia das instâncias político-administrativas, sejam elas locais ou metropolitanas.

Cansados de serem vexados pelas violências e injustiças cometidas por Ferreira de Souza, os concelhios rogavam piedade a Vossa Majestade. Ao final da representação escreviam,

Finalmente todo o governo deste governador é um desgoverno, é uma desordem, e quando se entendes que com a chegada do Ouvidor, que Vossa Majestade foi servido mandarmos para esta Ilha tomassem as coisas diferente. Caminho tudo está no mesmo estado, por que o Ministro em nada lhe vai a mão e diz que se não quer embaraçar com o Governador e que faça ele o que quiser, o que conhecido pelo mesmo governo continua em vexar os povos que não ousam a falar com medo das violências, das descomposturas, e dos calabouços aos quais certamente iremos [...] E quando delas não resulta a providência que esperamos da Real piedade de Vossa Majestade por se não fazer caso de uma câmara onde servem

⁶¹³ Idem. p. 6

peessoas de muito pouca autoridade, sem embargo que tais e quais são dos melhores da terra, [...]e assim se formos atendidos não seremos mais maltratados, do que somos em que o tempo faça certo tudo quanto pomos na presença de Vossa Majestade que mandará o que for servido.⁶¹⁴

A mensagem final da representação, além de reiterar as “desordens” do governo de Ferreira e Souza e suas práticas de abuso de poder, como as ameaças de usar da violência contra seus desafetos, aponta para uma suposta convivência do ouvidor da justiça, que não estaria ali usando das suas prerrogativas na tentativa de comeder as arbitrariedades do governador ou de facilitar a comunicação política entre governadoria e autoridades locais. Este é um ponto que merece nossa atenção.

Como já assinalado, a ouvidoria da justiça de Santa Catarina havia sido criada por provisão régia em 1749, desmembrando-se da comarca de Paranaguá. Ainda nesse ano fora nomeado o bacharel Manuel José Faria como Ouvidor Geral da Justiça da comarca de Santa Catarina. Assim, no dia 20 de junho, de 1750, transferido da comarca do Ceará, empossou-se Manuel José Faria de seu novo cargo.⁶¹⁵ Pelo que consta na mensagem do concelho, a chegada do ouvidor pressupunha a melhora das coisas, o que implica dizer a aplicação da justiça e o fim das arbitrariedades que haveriam de estar sendo cometidas pelos governantes que dirigiam a Ilha de Santa Catarina, provavelmente tensões que decorriam da desconsideração desses sobre os poderes locais. Ao que parece, a situação não apresentou melhora com a presença do ouvidor, que estaria sendo acusado de não intervir frente aos abusos e violências cometidas por Manuel Escudeiro Ferreira de Souza.

À procura de pistas que pudessem clarificar essa questão entre o ouvidor e o governador, deparamo-nos com uma carta feita por Manuel José de Faria denunciando certos abusos do governo de Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, desses, alguns se relacionam diretamente com as queixas do concelho.⁶¹⁶ A carta havia sido escrita em quatro de abril, do ano de 1751, três meses antes da representação do concelho.

⁶¹⁴ Ibidem. p. 7

⁶¹⁵ FONTES, Henrique da Silva. *Op. Cit.*

⁶¹⁶ AHU-SC, cx. 1, doc. 75.

Ao que parece, a acusação de complacência com aquele governo contra o ouvidor não era de todo certa. Provavelmente, quando os concelhos citavam que a presença do ouvidor não mudara as coisas, eles queriam sublinhar que nem os poderes instituídos pelo o rei, como o da ouvidoria, o governador respeitava ou o impedia de cometer as ditas desordens.

A carta de Manuel Faria fazia as seguintes denúncias:

Vejo, que o Governador da Ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Souza manda açoitar rigorosamente ou no pelourinho, ou na polé a homens livres. Vejo mais que manda polear, marcar, e meter em galés a escravos por se dizer furtavam isto, ou aquilo, sem que preceda conhecimento algum de causa [...] Vejo finalmente, que a título de propinas era Senhor de todos os Lombos, línguas, miolos, e mãos das reses, que se matam no açougue por conta da Fazenda Real, e o mesmo pratica com as dos moradores estendendo-se até aos porcos com mais o apêndice das orelhas. E por que me parece não cabe tanto no poder governatório, e indo outras muitas coisas, que por modéstia não refiro, punho as soberbas na presença de Vossa Majestade, que mandar a que for servido.⁶¹⁷

Como podemos notar, as denúncias do ouvidor da justiça coincidem em muito com aquelas do concelho. Ao que consta, a ouvidoria parecia cumprir o seu papel levando ao rei as soberbas do governador Ferreira de Souza. Contudo, isto não parecia ser suficiente para o juiz Luiz Velho Meneses e os oficiais da câmara, que pareciam esperar do ouvidor medidas mais enérgicas contra as arbitrariedades daquele governante. É impossível também, assim como no caso do governador, saber a qualidade das relações que haviam de ligar a ouvidoria e as autoridades locais. Entretanto, a afinidade das denúncias nos revela que ambos, o concelho e o ouvidor, pareciam não estar satisfeitos com o governo de Ferreira de Souza. Restava saber qual seria o parecer da coroa sobre aquela situação em que se encontrava a

⁶¹⁷ Idem.

governança da Ilha de Santa Catarina.

Praticamente três meses depois do envio da representação do concelho, no dia dez de novembro, daquele conturbado ano de 1751, o Conselho Ultramarino, instituição responsável pela administração do império português, se manifestava sobre as acusações feitas ao governo de Manuel Escudeiro Ferreira de Souza. Da análise das contas do ouvidor Manuel José de Faria e dos oficiais da câmara, que foram anexadas ao despacho enviado ao rei, concluía o Conselho Ultramarino que,

Pelas quais e por repetidas notícias consta a violência com que procede este Governador, de que tem nascido a dificuldade que se encontra de continuar o transporte dos Casais das Ilhas dos Açores para a de Santa Catarina e para cessarem estas violências, parece ao Conselho que Vossa Majestade seja servido mandar recolher logo este Governador nomeando-lhe sucessor nas Contas que o Conselho fez para o provimento deste Governo, ou nomeando quem deve continuar no governo desta Ilha até Vossa Majestade mandar governador para ela: É que o Bacharel Francisco Antonio Berço da Silva Pereira; que findou o Lugar de Ouvidor do Rio de Janeiro, e em sua falta o Bacharel Manuel Tavares de Siqueira; que findou o Lugar de Ouvidor de Paranaguá, vá a Ilha de Santa Catarina tirar residência a este Governador; remetendo-lhe estes documentos para conhecer nela da matéria destas contas, e notificando ao Sindicato para que se retire da Ilha, e vá para a Cidade do Rio de Janeiro; donde não saia sem ordem do mesmo Sindicante; e tanto, que na residência se provar o que baste para o Sindicato ser pronunciado, a pronuncie a prisão o mesmo Sindicante, e avise ao Governador do Rio de Janeiro para que remeta o Sindicato preso a esta Corte a ordem de Vossa Majestade; participando-se ao Governador do Rio de Janeiro, o que Vossa Majestade for servido sobre a prisão do Sindicato para ele Governador assim a

Pelo parecer do Conselho Ultramarino, as atitudes abusivas de Manuel Escudeiro Ferreira de Souza foram totalmente repudiadas ao ponto de se ter decidido sua exoneração do cargo de governador, ou até mesmo a prisão, se assim decidisse o rei. Antes desse parecer ter sido enviado ao rei, os ministros que compunham o Conselho já haviam consultado os prováveis substitutos para o cargo de governador da Ilha de Santa Catarina. Em um documento não oficial pelo que nos parece, em virtude da qualidade precária da escrita (rabiscos e erros), provavelmente um rascunho daquele que seria o original, datado de três de setembro, de 1751, dois meses antes do despacho oficial do caso, o Conselho Ultramarino havia feito uma lista com os nomes dos três pleiteantes à governança de Santa Catarina. Eram eles, D. José de Mello Manuel, Ambrósio Freire Andrade e João de Arvoredo Cardim.⁶¹⁹

Segundo a literatura, a forma de seleção para os governadores das capitanias incorporadas ao império ultramarino português acontecia mediante concurso desde o século XVII. Abria-se geralmente um edital para apresentação das candidaturas e em seguida o Conselho Ultramarino elaborava uma consulta e indicava o mais votado. Por último cabia ao rei a decisão final.⁶²⁰ Ao que tudo indica, o documento que tivemos acesso parece ser uma dessas consultas realizadas pelo Conselho. A ordem na qual se encontravam os nomes dos pleiteantes parecia indicar o resultado da votação. Assim, em primeiro lugar estava D. José de Mello Manuel.

Voltando ao parecer oficial do Conselho Ultramarino, aquilo que provavelmente orientou a substituição do então governador parecia ser a sua falta de compromisso para o bem comum do império. Conforme cita o Conselho, foi de Manuel Escudeiro Ferreira de Souza

⁶¹⁸ AHU-SC, cx. 1, doc. 75. Despacho do Conselho Ultramarino sobre a denúncia que fizeram o ouvidor-geral de Santa Catarina, Manuel José de Faria e os oficiais da Câmara daquela Ilha contra os insultos praticados pelo governador da Ilha de Santa Catarina, coronel Manuel Escudeiro Ferreira de Souza.

⁶¹⁹ AHU-SC, cx. 1, doc. 76. Parecer do Conselho Ultramarino sobre a nomeação de pessoas para o cargo de governador da Ilha de Santa Catarina.

⁶²⁰ MONTEIRO, Nuno G. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas no Império Português, séculos XVI e XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

que nasceu o empecilho de continuar o transporte dos casais açorianos, o que correspondia em prejuízo ao estabelecimento da colônia na Ilha de Santa Catarina. E não só. A sua intolerância frente aos poderes locais, do uso dos seus métodos despóticos, também interferia no andamento do projeto colonial, no sentido de que não proporcionava a harmonia e estabilidade política necessária à aplicação desse mesmo projeto. Ao que tudo indica, o governo de Ferreira de Souza parecia não respeitar a base pluralista do governo português, e desconsiderar a legitimidade dos poderes locais e também dos metropolitanos concorrentes. A estratégia do pluralismo político com a instituição de poderes independentes era a forma sob qual a coroa portuguesa procurava administrar o império. A distância e magnitude do espaço a dominar exigiam da coroa estratégias de controle que combinassem a concorrência de poderes e a regulação política, no intuito de preservar o princípio maior que era o governo em prol do império ou que satisfizesse a coroa.

De toda forma, não tivemos conhecimento sobre decisão régia deste caso. Entretanto, algumas considerações podem ser feitas mediante os fatos que seguiram no tempo. Ao que nos parece Manuel Escudeiro Ferreira de Souza não foi preso, tampouco destituído do cargo de governador logo em seguida. Ele deixou o cargo somente em outubro de 1753, o que significa que governou a capitania de Santa Catarina durante quatro anos e oito meses. Porém, naquele mesmo ano em que fora destituído do cargo de governador assumiu em seu lugar o referido D. José de Mello Manuel.⁶²¹ Ao que tudo indica a nomeação desse governante pareceu seguir as orientações do Conselho Ultramarino, quando da consulta de um substituto para o governo no lugar de Manuel Escudeiro Ferreira de Souza.

Não é possível concluir de forma absoluta que a saída de Ferreira de Souza do poder foi uma ação que responde exclusivamente às autoridades locais da Ilha de Santa Catarina, mas é plausível aceitar que a interferência dessas autoridades contribuiu em muito no processo que acarretou na destituição desse governante. Contudo, este caso demonstrou um pouco da força dos poderes locais frente às autoridades metropolitanas, que na busca por seus direitos de mando e autoridade se valeram do arcabouço político do império português a fim de conduzirem formas negociadas de política e menos ofensiva sobre seus interesses.

⁶²¹ FONTES, Henrique da Silva. *Op. Cit.*; SILVA, Augusto da. *Op. Cit.*

Por fim, as expectativas do juiz Luiz Velho de Meneses e os oficiais da câmara, os melhores da terra, acenavam para um governador que correspondesse politicamente com seus interesses e vontades, ou que ao menos, tivesse capacidade para negociar a administração pública da Ilha de Santa Catarina. Assim, com o decreto real de 20 de abril, do ano de 1753, que nomeava D. José de Mello Manuel ao cargo de governador daquela capitania, parecia que o clima político da Ilha de Santa Catarina iria se apaziguar.⁶²² Mas só parecia, por que no mesmo mês de agosto, do ano de 1757, o mesmo concelho enviava uma nova representação ao rei denunciando o novo governador de lhe terem usurpado seus poderes.⁶²³

⁶²² AHU-SC, cx. 2, doc. 85. Decreto do rei D. José nomeando D. José de Melo Manuel, governador da Ilha de Santa Catarina, por três anos.

⁶²³ AHU-SC, cx. 2, doc. 142. Representação dos moradores da Ilha de Santa Catarina ao rei pedindo uma devassa contra o governador da Ilha de Santa Catarina, D. José de Melo Manuel, por usurpação de poder.

Considerações Finais

Procurou-se com este trabalho revelar algumas características sobre o processo de formação territorial da Ilha de Santa Catarina entre finais do século XVII e início do XVIII. No primeiro capítulo tentamos entender os movimentos humanos que alargaram os limites do território português em direção ao sul da América portuguesa, sobretudo dos bandeirantes que buscavam novas oportunidades de riquezas, índios e metais preciosos, e que decidiram posteriormente fixar-se na região em finais do seiscentos. Este momento inaugurava uma nova motivação dos sertanistas, que reconhecia nos serviços de povoamento e conquista em prol da coroa a oportunidade de engrandecimento social e material. Aqui podemos situar a chegada de Francisco Dias Velho, tido pela historiografia como o primeiro povoador da Ilha de Santa Catarina, o fundador do povoado do Desterro.

Já no início do XVIII novos deslocamentos humanos trouxeram a estabilidade do povoado fundado por Dias Velho. Uma nova leva de pessoas advindas de outras partes da América portuguesa (vilas e povoados), sobretudo da vila de São Francisco, passou a garantir aquele espaço como domínio português. Destacamos aqui a trajetória de Manuel Manso de Avelar, que veio se tornar a principal liderança daquela comunidade. Ele, enquanto português recém-instalado no Brasil, buscou investir em relacionamentos, no intuito de produzir o seu reconhecimento perante os principais homens do povoado do Desterro. Assim, ele fez investimento nas relações com a parentela da família Camacho, uma das principais famílias de Laguna e Desterro, também de sertanistas. As suas “habilidades relacionais” o transformaram em um dos principais homens de mando local, o chefe de um grande “bando” do litoral catarinense.

Ele também protagonizou um caso de contrabando com estrangeiros franceses, e que foi combatido pelas autoridades coloniais. Depois da invasão francesa em 1711, a coroa portuguesa passou a preocupar-se com a presença de estrangeiros em sua costa, sobretudo depois da descoberta do ouro. Através das autoridades de São Paulo, mas também do desafeto de Manso de Avelar, Francisco Brito de Peixoto, a coroa tentou por fim aquela prática de comércio ilícito, pensando em proteger a costa sul da América. Entretanto, este delito não permitiu que Manso de Avelar caísse em descrédito com as autoridades

coloniais, uma vez que reconheciam que ele era alguém de autoridade Ilha.

O reconhecimento social do seu poder pode ser medido pela extensão de suas redes de alianças, firmada em grande parte por laços de parentesco. A sua autoridade no espaço local chegou até mesmo a ser reconhecida pelo monarca, que passou a incluí-lo como parte importante do cenário político da capitania de Santa Catarina, tornando-o aliado frente aos seus interesses de controle e domínio do recém-ocupado meridional. O reconhecimento de seu poder por parte das autoridades metropolitanas, assim como do seu “bando”, o colocou entre aqueles que deveriam negociar a política imposta pela coroa portuguesa sobre a recente vila do Desterro. A isto se soma também a presença de parte desse grupo nos assentos da câmara por mais de três décadas.

A participação nas vereanças permitiu ao grupo um controle maior sobre os bens e serviços da “República”, que estaria sendo definido como mais um recurso a ser usado a favor da consolidação do seu poder na esfera local. Também a honraria de fazer parte do governo camarário suscitava o consentimento e a naturalização do mando político por aqueles homens que detinham uma “qualidade” superior reconhecida pelo rei. Nesse sentido, a “nobilitação” daqueles povoadores passava pela apropriação dos novos postos de governo, vinculados à estrutura política do império português.

Com a elevação do povoado da Ilha de Santa Catarina à condição de vila, a pequena nobreza local passou a administrar todo aquele território a partir da câmara municipal. Foram instituído o patrimônio fundiário da vila, o rossio e as áreas comuns. Esses bens do concelho passaram a ser defendidos pelos homens bons do Desterro quando da instalação dos projetos de defesa militar e coloniais do Estado português. Esse momento marcava um novo processo de territorialização daquele território, que tinha agora os agentes da coroa como os principais “produtores dos espaço”. As disputas entre os poderes régio e a câmara municipal se tornou fundamental para entender esse processo de ocupação. Aqui procuramos ressaltar a participação do grupo local na produção também do território da capitania da Ilha de Santa Catarina, e de como esse grupo influenciou na espacialização da Ilha, defendendo o seu território frente as investidas dos governadores que insistiam em reformar o território da vila, sobretudo do seu rossio. A manutenção do patrimônio do concelho estava prescrito no direito português, como um direito comum e histórico que deveria ser

respeitado.

Por fim, a câmara viu também o seu poder ser contestado pelas novas autoridades régias, governadores, que não reconhecia as prerrogativas de mando das elites locais, praticando abusos de várias ordens. Entretanto, as oficiais camarários procuraram recorrer ao monarca escrevendo representações a fim de garantir o princípio de governo da República da Ilha de Santa Catarina. O poder no império português deveria ser repartido entre as várias instâncias político-administrativas, onde cada uma deveria limitar-se à sua jurisdição.

FONTES

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) - Santa Catarina (Projeto Resgate)

Documentos avulsos da Capitania de Santa Catarina:

Correspondências entre governador e Câmara do Desterro.

Correspondências entre os governadores de Santa Catarina e o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada.

Correspondências entre o vice-reinado, governadoria, provedoria e ouvidoria da capitania de Santa Catarina.

Documentos relativos aos oficiais militares, funcionários régios e outros moradores da região da Ilha de Santa Catarina.

Requerimentos e pedidos de terras e patentes militares.

Ofícios da Câmara do Desterro.

Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina (AHESC)

Livro de Casamentos 1, Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, 1714-1775.

Índice dos livros que existem no cartório eclesiástico nesta capital, 1867-1897.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)

Livro de Sesmarias (1753-1823).

FONTES IMPRESSAS

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Demarcação do Sul do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro* v. XXIII. (1). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Demarcação do Sul do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro* v. XXIV. (1). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Inventários e Testamentos*. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de órfãos da Capital. Publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1920. Volumes 1-44.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Prosápia Catarinense*. Transcrição de Marly A. F. B. Florianópolis: IHGSC - Núcleo de Estudos Genealógicos, 1999. Volumes I-III.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BRITO, Paulo Joze Miguel. *Memória política sobre a capitania de Santa Catarina (1816)*. Florianópolis: Livraria Central, 1932.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Raízes Seculares de Santa Catarina (1948)*. Angra do Heroísmo: Tipografia Andrade, 1953.

CARTA do ouvidor geral de São Paulo Raphael Pires Pardinho ao rei D. João V, 30 de agosto de 1721. *Revista Monumenta*, Curitiba, vol. 3, n. 10, 2000, p. 21-26.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brazilica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua Majestade Fidelissima por hum presbitero secular do Gram Priorado do Crato (Tom. I)*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

COELHO, Manuel Joaquim D'Almeida. *Memória histórica da província de Santa Catharina*. Santa Catharina: Tipografia de J. J. Lopes, 1877.

DIAS, A. Gonçalves. *Diccionario da Lingua Tupy chamada Lingua Geral dos Indigenas do Brazil*. Lipsia: F. A. Brockhaus, Livreiro de S. M. o Imperador do Brasil, 1858.

DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Volume XII: Bandos e Portarias de Rodrigo César de Menezes. São Paulo: Typographia da Industrial de São Paulo, 1895.

DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Volume XIII: Bandos e Portarias de Rodrigo César de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, 1895.

DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Volume XVIII: Avisos e Cartas Régias (1714-1729). São Paulo: Typographia Aurora, 1896.

DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Volume XXXII: Correspondência e papéis avulsos de Rodrigo César de Menezes. São Paulo: Typographia Andrade & Melo, 1901.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

HARO, Martim Afonso Palma de. (Org.) *Relato de Viajantes. Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1996.

LAYTANO, Dante de. Corografia de Santa Catarina. In: *RIHGB*, vol. 245, 1959, p. 3-187.

LEME SILVA, Luiz Gonzaga da. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1904. Volumes 1-9.

MAGALHÃES, Basílio. Os bandeirantes em Santa Catarina. In: *Revista do IHGSC*. Florianópolis, vol. VII, n. 4, 1918, p. 360-361.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo (Tomo I e II)*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1976.

MATTOS, Jacintho. Material Histórico. In: *Revista do IHGSC*. Florianópolis, VII, n. 1, p. 67-77, 1918.

MOTTA, Márcia. (Org.) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC (Coleção Catariniana), 2003.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro I. [Ordenações Filipinas on-line -

<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>

PROVIMENTOS da Vila de de Curitiba, 1721. *Revista Monumenta*, Curitiba, 3, n. 10, p. 27-80, 2000.

PROVIMENTOS de Paranaguá, 1721. *Revista Monumenta*, Curitiba, 3, n. 10, p. 81-175, 2000.

SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Subsídios para a história da província de Santa Catarina (volume I)*. Florianópolis: IHGSC (Coleção Catariniana), 2007.

SOUSA, D. Antonio Caetano. *Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal, que contem a origem, e a antiguidade de suas Famílias: os Estados, e os Nomes dos que actualmente vivem, suas Arvores de Costado, as alianças das Casas, e os Escudos de Armas, que lhes competem até o ano de 1741*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1742

VAINFAS, Ronaldo. (Org.) *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VASCONCELLOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos n'esta parte do Novo Mundo. Em que se trata da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil, dos fundamentos que n'ellas lançaram e continuaram seus religiosos, e algumas noticias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas d'aquelle Estado*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.

VILLARMAYOR, Conde de. *Colleccam dos Documentos, Estatutos, e Memoriais da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de S. Majestade, e da Academia Real, 1721.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Ministério da Cultura/ Fundação Biblioteca Nacional/ Departamento Nacional do Livro, s/d.
- ARAUJO, Daniele Regina Wobeto de. Almotacaria e o direito na Vila de Curitiba (1737-1828). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito/UFPR, Dissertação de Mestrado, 2011.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, século XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- AMORIM, Maria Norberta. “Demografia Histórica e Família: uma proposta metodológica”. *Studia Historica. Historia Moderna*, 18, p. 29-54, 1998.
- BARROS, José D’Assunção. “História, espaço e tempo: interações necessárias”. *Varia História*, Belo Horizonte, 22 (36), p. 460-476, 2006.
- BARTH, Fredrik. “Ecologic relationships of ethnic groups in Swat”. *American Anthropologist*, 58(6), p. 1079-1089, 1956.
- _____. (Org) *Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales*. México: Fundo de Cultura Económica, 1976.
- _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- _____. *Process and form in social life*. London: Routledge & Kegan Paul, v. 1, 1981.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007.
- BERTRAND, Michel. “De la familia a la red de sociabilidad”. *Revista Mexicana de Sociología* 61, n. 02, 107-135, 1999.

- _____. “Elites, parentesco y relaciones sociales em Nueva España”. *Tiempos de América*, n. 3-4, p. 57-66, 1999.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.
- _____. “Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. *Revista Almanack Brasiliense*. São Paulo, n.2, p.21-34, 2005.
- _____.; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas no Império Português, séculos XVI e XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- _____. As Tramas da Política: conselhos, secretarias e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 343-372.
- BLAJ, Ilana. “Mentalidade e Sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial”. *Revista História*. São Paulo, n. 142-143, p. 239-259, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a história catharinense*. Florianópolis: Typ. a vapor da Livraria Moderna, 1912.
- _____. *A pequena história catarinense*. Florianópolis: Oficinas a Electricidade da Imprensa Oficial, 1920.
- _____. “Toponymia antiga da nossa costa: Patos”. *Revista do IHGSC*, VI, 1º trimestre, p. 3-10, 1917.
- _____. “Limites com o Rio Grande”. *Revista do IHGSC*. Florianópolis, VII, 3 trimestre, 1918, p. 250-259.

- _____. “Comentários a Historia Catharineta”. *Revista do IHGSC*. Florianópolis, VII, 3 trimestre, p. 327-339, 1918.
- _____. “Comentários sobre a Historia Catharineta”. *Revista do IHGSC*. Florianópolis, VII, 4 trimestre, p. 428-432, 1918.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII-XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1535-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n.2, jul/dez, p. 251-294, 2009.
- _____. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, p. 111-153, 2009.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Os Jesuítas em Santa Catarina e o ensino de humanidades na Província*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1940.
- _____. *Laguna e outros ensaios*. Florianópolis: Ed. do autor, 1939.
- _____. *A organização das justiças na colônia e no império e a história da comarca de Laguna*. Porto Alegre: Estabelecimento gráfico Santa Terezinha, 1955.
- _____. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1970.
- _____. *Nossa Senhora do Desterro (Volume I – Notícia)*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- _____. *Nossa Senhora do Desterro (Volume II – História)*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- _____. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-colônia*. [s.l.]: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- CAMARINHAS, Nuno. O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800). *Almanack braziliense*, n. 9, p. 84-102, 2009.

- CAMPOS, Nazareno José de. *Terras comunais na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC/Federação Catarinense de Cultura Edições, 1991.
- CARDIM, Pedro. O processo político (1621-1807) In: HESPANHA, Antonio Manuel (coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- CAVALCANTI, Irenilda R. B. de Rangel Moreira. *O comissário real Martinho de Mendonça: práticas administrativas na primeira metade do século XVIII*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História/UFF, Tese de Doutorado, 2010.
- CAVALCANTI, Nireu. O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo. (Org.) *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 17-77.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn (ed.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, pp. 211-38.
- COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Niterói: Programa de Pós-graduação, UFF, Dissertação de Mestrado, 2006.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1951.
- _____. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores; Instituto Rio Branco, tomo I (1695-1735), 1950.
- _____. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1965.
- COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade, Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, IFCS-UFRJ, Dissertação de mestrado, 2006.
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- CUNHA, Mafalda Soares. *Governo e governantes do Império português*

- do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas no Império Português, séculos XVI e XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DELVAUX, Marcelo Motta. *As Minas Imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América Portuguesa – séculos XVI a XIX*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFGM, Dissertação de Mestrado, 2009.
- DIAS, Camila Baptista. *A pesca da Baleia no Brasil Colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História/UFF, Dissertação de Mestrado, 2010.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990.
- _____. "Toponímia e Cultura". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 27, p. 93-101, 1987.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Raça de Gigantes: a civilização no planalto paulista*. São Paulo: Editora Helios Limitada, 1926;
- FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000.
- FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. Bauru: EDUSC, 2000, p.149-163.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. "Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 238-239, 2009.
- FERREIRA, Mário Clemente. "O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia". *Varia História*. Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 51-69, 2007.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina, 1777*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

- _____. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.
- _____. “Rossios, chãos e terras”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 42, fascículo 2, p. 34-47, 2006.
- _____. “Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais”. *Varia História*, n. 29, p. 39-51, 2003.
- FONTES, Henrique da Silva. Manuel Manso de Avelar. *Revista do IHGSC*. Florianópolis, III, p. 76-81, 1914.
- _____. A criação da Parochia do Desterro. *Revista do IHGSC*, Typ. Da Escola de Artífices, IX, p. 117-121, 1920.
- _____. *A irmandade do senhor dos passos e o seu hospital e aqueles que os fundaram*. Florianópolis: Edição do Autor, 1965.
- FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, UFRJ, vol. 5, p. 41-71, 2002.
- _____. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII – algumas notas de pesquisa. *Revista Tempo*. Niterói, UFF, vol. 15, p. 11-35, 2003.
- _____. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-338.
- _____. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrik Barth e a história econômica colonial. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Org.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 27-48.
- _____. O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio:

- notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla M. Carvalho de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 157-207.
- _____; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materialidade e da governabilidade do Império. *Penélope: Revista de História e Ciências Sociais*, n. 23, p.67-88, 2000.
- _____; Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: FRAGOSO, João L. R.; ALMEIDA, Carla Maria C. de; SAMPAIO, Antônio Carlos de J. (org.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 48-50.
- _____. A formação da economia colonial do Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 29-71.
- _____. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. *Revista de História (USP)*, v. 31, p. 106-145, 2012.
- _____; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. *Revista Tempo*, Niterói, v.14, n. 27, p. 49-63, 2009.
- _____. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c. 1600-c.1750)*. Rio de Janeiro:

- IFCS/UFRJ, Tese de Livre Docência, 2005.
- _____. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 45-122, 2000.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- GARCIA, Elisa F. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa e a sua aplicação na América meridional. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 33-48, 2007.
- GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2002.
- _____. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das social network analysis. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, 82-96, 2001.
- _____. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ, Tese de Doutorado, 2009.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.
- GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *As milícias d'el rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Dissertação de mestrado, 2009.
- GÓMEZ, Carmen Imelda González; HERNANDEZ, Manuel Basaldúa. “La formación de redes sociales em El estudio de actores y familias. Perspectiva de estudio em historia y antropologia”. *REDES. Revista hispana para el análisis de redes sociales*, vol. 12, n.8, 2007.
- GONÇALVES, Janice. *Sombrios Umbrais a Transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social/USP, Tese de Doutorado, 2006.
- GONZÁLEZ, José Luis Molina. “El estudio de las redes personales: contribuciones, métodos y perspectivas”. *EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, n. 10, p. 71-105, 2005.

GOUVÊA, Maria; FRAZÃO, Gabriel; SANTOS, Marília dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 96-137, 2004.

GOUVÊA, Maria F. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: GOUVEA, Maria F.; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. (org.). *Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-315.

GRENDI, Edoardo. *Il cervo e la repubblica. Il modello ligure di antico regime*. Torino: Einaudi, 1993.

_____. *Polanyi. Dall' antropologia economica alla microanalisi storica*. Milano: Etas Libri, 1978.

RAGGIO, Osvaldo; TORRE, Angelo (org.) *Edoardo Grendi. In altri termini: etnografia e storia di una società di antico regime*. Milano: Feltrinelli, 2004.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 123-128

_____. *Mondo operaio e mito operaio: spazi e percorsi sociali a torino nel primo novecento*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1987.

GUALBERTO, Luiz. Francisco Dias Velho. *Revista do IHGSC*, Florianópolis, 2º semestre, 1943.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999, p. 179-190.

_____; LIMONAD, Ester. "O território em tempos de globalização". *Etc: espaço, tempo e crítica*. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, n. 2 (4), v. 1, 2007.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727- c. 1793)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2002.

- _____. *Para dar calor à nova povoação. Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História/UFRJ, Tese de Doutorado, 2006.
- _____.; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Org.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265-310.
- _____. “No princípio era o caos': a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações de compadrio”. *Revista de História Regional*, n. 15(2), p. 95-128, 2010.
- HANNEMAN, Robert A. *Introducción a los Métodos del Análises de Redes Sociales*. Universidade da Califórnia Riverside/Departamento de Sociologia. Tradução de Maria Ângela Petrizzo, 2001. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/text.htm> [acesso em novembro de 2012].
- HESPANHA, Antonio Manuel (coord.) *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- _____. M. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal – século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- _____. A família. In: HESPANHA, Antonio Manuel (coord.) *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 245-246.
- _____. “Centro e Periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime”. *Ler História*, n. 8, p. 35-60, 1986.
- _____. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Caluste Gulbenkian, 1982.
- _____. A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de F. (org.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188.

_____. “Depois do Leviathan”. *Almanack braziliense*, n. 5, p. 55-66, 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque. de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

_____. “Movimentos da população de São Paulo no século XVIII”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, v.1, p. 55-111, 1966.

IMÍZCOZ, José M. Comunidad, red social y élites: un análisis de la vertebración social em el Antiguo Régimen. IMÍZCOZ, José M. (dir.) *Elites, poder, red social. Las élites del País Vasco y Navarra em la Edad Moderna*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1996, p. 13-50.

_____. Parentesco, Amistad y Patronazgo. La economía de las relaciones familiares em la Hora Navarra del siglo XVIII. In: FERNÁNDEZ, C.; MORENO, Antonio (ed.) *Família y cambio social em Navarra y País Vasco. Siglos XIII al XX*. Pamplona: Instituto de Ciencias para la família, 2003, p. 165-216.

_____. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. In: *Revista da Faculdade de Letras/HISTÓRIA*, Porto, série III, v. 5, p. 115-140, 2004.

_____. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global. In: IMÍZCOZ, José M (dir.) *Redes familiares y patronazgo. Aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação/UFF, Tese de Doutorado, 2006.

_____. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados: Editora da UFGD, 2011.

JAMUNDÁ, Theobaldo da Costa. Pessoas Ilustres Ligadas a Santa Catarina (Segunda Parte). In: *História De Santa Catarina (Volume II)*. Curitiba: Grafipar, 1970.

KANTOR, Iris. "Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)". *Anais do Museu Paulista*.

- São Paulo, v. 17, n. 2, p. 39-61, 2009.
- KOK, Glória. “Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n.2, p. 91-109, 2009.
- KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História/UFF, Tese de Doutorado, 2006.
- LARA, Sílvia. A cor da maior parte da gente: negros e mulatos na América portuguesa setecentista. In: FURTADO, Júnia. (Org.) *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: Fapemig; PPGH-UFGM, 2008, p. 362.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil (tomos V e VI)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.
- LEIVA, Pilar Ponce; AMADORI, Arrigo. “Redes sociales y ejercicio del poder em la América hispana: consideraciones teóricas e propuestas de análisis”. *Revista Complutense de Historia de América*, v. 34, p. 15-42, 2008.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Un problema di scala. In: BOLOGNA, Sergio; BONACCHI, Gabriela; FOA, Vittorio (et.al) *Dieci interventi sulla storia sociale*. Turim: Rosenberg & Sellier, 1981, p. 75-82.
- _____. Sobre a micro-história. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 133-162.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIMA, Leandro Santos de. *Bandeirismo Paulista: o avanço na colonização e exploração do interior do Brasil (Taubaté, 1645 a 1720)*. São Paulo: Programa de Pós Graduação em História Social/USP, Dissertação de Mestrado, 2011.
- LITAIFF, Aldo. *As Divinas Palavras: identidade étnica dos Guarani-Mbyá*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

MAGALHÃES, Basílio. “Os bandeirantes em Santa Catarina”. *Revista do IHGSC*. Florianópolis, VII, n. 4, p. 360-361, 1918.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João L. R.; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. (org.) *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Administração, justiça e poder: os ouvidores gerais e suas correições na cidade do Rio de Janeiro (1624-1696)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História/UFF, Dissertação de Mestrado, 2009

METCALF, Alida C. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Texas: University of Texas Press, 2005.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. Os guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuel Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia da Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, p.475-498.

_____. *Tupi, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas: IFCH/Unicamp, Tese de Livre Docência, 2001.

_____. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís D. Benzi. *Índios no Brasil*. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 1998, p. 105-120.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal - O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 269-295.

_____. *O crepúsculo dos grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

- _____. “O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. *Almanack Braziliense*, n. 2, p.4-20, 2005.
- _____. Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In: HESPANHA, António Manuel (coord.) *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 297-338.
- _____. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1688-1750). In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.
- _____. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas no Império Português, séculos XVI e XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 93-115.
- MONTSERRAT, Ruth Maria Fonini. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In: GRUPIONI, Luís D. Benzi. *Índios no Brasil*. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 1998, p. 93-104.
- MORAES, Antonio C. Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2007.
- _____. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008.
- MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 89.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. *Las formas complejas de La acción política: justicia corporativa, faccionalismo y rede sociales (Buenos Aires, 1750-1760)*.
- NADALIN, Sérgio Odilon. “A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade”. *Topoi*, v. 4, n. 7, p. 222-275, 2003.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema*

Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosacnaify, 2005.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Senhores, roceiros e camponeses: apontamentos para uma história das comunidades rurais dos setecentos coloniais. In: ECHEVERRI, Adriana A. M.; FLORENTINO, Manolo; VALENCIA, Eduardo. C. (org.). *Impérios Ibéricos en Comarcas Americanas: Estúdios Regionales de Historia Colonial Brasileira y Neograndina*. Bogotá: Universidad Del Rosário Editorial, 2008, p. 165-196.

_____.; ALMEIDA, Carla M. Carvalho de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. A “Nobreza da Terra” nas vilas de Paranaguá, Curitiba e São Francisco do Sul. Lisboa, Trabalho apresentado no Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime, Maio de 2011.

PAULI, Evaldo. *A fundação de Florianópolis*. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

PEDROZA, Manuela da Silva. *Engenhocas da Moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX)*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2008.

_____. “Capitães de bibocas: casamentos e compadrios construindo redes sociais nos sertões cariocas (Capela de Sapopemba, freguesia de Irajá, Rio de Janeiro, Brasil, século XVIII”. *Topoi*, Rio de Janeiro, UFRJ, vol. 9, p. 67-92, 2008.

PEGORARO, Jonas Wilson. *Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América portuguesa: a comarca de Paranaguá (1723-1812)*. Curitiba: Programa de Pós Graduação em História/UFPR, Dissertação de Mestrado, 2007.

PEREIRA, Luisa Rauter. Povo/Povos. In: FERRES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 203-206.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuel Carneiro da (org.). *História*

- dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia da Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 2009, p.115-132.
- _____. Inventário da Legislação Indigenista 1500-1800. In: CUNHA, Manuel Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia da Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 2009, p. 529-566.
- PIAZZA, Walter Fernando. “Açorianos e Madeirenses no Sul do Brasil”. In: *ACERVO: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 10. (2), p. 119-128, jul/dez. 1997.
- _____. *A epopéia açórico-madeirense, 1748-1756*. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1992.
- _____. (org.) *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.
- _____. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Lunardelli, 1983.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- POLLAK, Michel. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POSSAMAI, Paulo César. “O recrutamento militar da América portuguesa: o esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737)”. *Revista de História*, n. 151, p. 151-180, 2004.
- _____. “A Colônia do Sacramento: uma praça de guerra do império colonial português”. *História em Revista*, Pelotas, v.12-13, p. 9-28, 2007.
- _____. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da colônia do sacramento”. *Revista Brasileira de História Militar*, ano 1, n. 2, 2010.
- PRADO Jr. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- PRADO, Fabrício Pereira. “Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 19, p. 79-104, 2003.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAGGIO, Osvaldo; TORRE, Angelo (org.) *Edoardo Grendi. In altri termini: etnografia e storia di una società di antico regime*. Milano: Feltrinelli, 2004.

_____. *Faide e parentele: lo stato genovese visto dalla Fontanabuona*. Turin: Giulio Einaudi, 1990.

REIS, Sara Regina Poyares dos. *A Casa da Câmara e Cadeia da antiga vila de Nossa Senhora do Desterro: sua história*. Florianópolis: Papa-Livro, 2008.

REVEL, Jacques. Microanálise e a construção do social. In: REVEL, Jacques. (Org.) *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.15-38.

_____. *Un momento historiográfico: trece ensayos de historia social*. Buenos Aires: Manantial, 2005.

_____. Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII e XIX. In: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro; Bertrand, 1989, 103-158.

RIBEIRO, Dulcyene Maria. *A formação dos engenheiros militares: Azevedo Fortes, Matemática e ensino da Engenharia Militar no século XVIII em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática/Faculdade de Educação/USP, Tese de Doutorado, 2009.

RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Tese de doutorado, 2010.

RODRIGUES, José Damião. “A casa como modelo organizacional das nobrezas de São Miguel (Açores) no século XVIII”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 11-28, 2002.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, VIII (Região), p. 262-290.

ROSA, Plínio (coord.) *Vocabulário na Lingua Brasilica*. São Paulo:

- Coleção do Departamento de Cultura, Volume XX, 1938.
- ROSENTHAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a micro-história. In: REVEL, Jacques. (Org.) *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 151-172.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- SALGADO, Graça. (coord.) *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- SALOMON, Marlon. *O saber do espaço: ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História/UFSC, Tese de Doutorado, 2002.
- _____. O exílio da desordem e a segurança da Ilha de Santa Catarina no século XVIII. In: BRANCHER, Ana.; AREND, Silvia Maria Fávero (org.) *História de Santa Catarina, Séculos XVI a XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- _____. OLIVEIRA, Henrique Pereira. *A decadência de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.
- SAMPAIO, Antonio C. Jucá. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- _____. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Org.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 225-264.
- SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Typ. da Casa Ecletica, 1901.
- SANTOS, Antonio César de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “Para o bom regime da república: ouvidores e câmaras municipais no Brasil colonial”. *Revista Monumenta*, Curitiba, vol. 3, n. 10, p. 01-19, 2000.
- SANTOS, Fábio Lobão Marques dos. *Entre honras, heróis e covardes:*

- invasões francesas e disputas político-familiares (Rio de Janeiro, século XVIII)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História/UFF, Dissertação de Mestrado, 2012.
- SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social/ FFLCH/USP, Tese de Doutorado, 2010.
- SANTOS, Marília Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o império: a correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Dissertação de mestrado, 2007.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil: a experiência dramática dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973.
- SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.
- _____. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCOTT, James C. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.
- SERPA, Élio Cantalício. “A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina”. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 14, n. 20, p.63-79, 1996.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, António Manuel. O quadro espacial. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal - O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 35-41.
- SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História/USP, Tese de Doutorado, 2008.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. *O sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1984.

- _____. [et al.] *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp, vol 8, 1904.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- STUMPF, Roberta Giannubilo. “Nobrezas na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na capitania de Minas Gerais”. *Almanack*, Guarulhos, n.01, 1º semestre, p. 119-136, p. 2011.
- SUBTIL, José. Os poderes do centro. In: HESPANHA, Antonio Manuel (coord.) *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- TAUNAY, Afonso de E. *História geral das bandeiras*. São Paulo, 1946.
- TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mauro Mendonça de. *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1993.
- WOLFF, Cristina Scheibe. “Historiografia catarinense: uma introdução ao debate”. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, p.5-15, 1994.
- XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A Representação da Sociedade e do Poder. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal - O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 113-140.
- ZENHA, Edmundo. *Mamelucos*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1970.

ANEXOS

Representação dos oficiais da câmara da vila do Destero de 1751⁶²⁴

Pela obrigação que temos o Juiz, e mais oficiais da Câmara desta Ilha de Santa Catarina, de cuidar pela parte que nos toca, e nos é recomendada pelas Leis de Vossa Majestade no bem Comum, pomos na Real presença de Vossa Majestade as desordens seguintes.

Primeira - que tendo [este] praticado em todo o Brasil mandarem os Governadores, e Capitães Generais assim que chegam as Capitânias, que vem Governar, Registrar suas patentes na Câmaras e estas darem-lhe posse, ou ao menos assistirem a ela, o Governador atual Manoel Escudeiro Ferreira de Souza o fez tanto pelo contrário, que indo já com três anos de governo em [até] o presente não cumpriu com esta obrigação pelo que nem sabemos que poderes tem nem de que preeminência goza, e só o conhecemos por Governador em razão de que com a sua chegada a esta Ilha se retirou o Brigadeiro José da Silva Paes, e pelo que põe e dispõe mais segundo a sua vontade, que conforme as Leis de [Deus] e de Vossa Majestade por que não é possível as haja tais, que lhe facultem fazer injustiças, e violências com que todos vivemos vexados nesta Colônia de tantas conseqüências, e que requer no princípio de seu estabelecimento mais amor, que rigor para bem se estabelecer.

Segunda - achando-se esta terra hoje tão populosa pelo grande número de Casais, que por ordem de Vossa Majestade se lhe tem introduzido, os quais por estarem muito mal arrumados se acham uns sobre os outros, não há nela um Açougue público, e por isso se está com prejuízo da Fazenda Real Cortando Carne por conta desta, que se distribui por um Tenente, e isto por [guia] de indulgência, pois não chega a todos, e só aos que se Reputam principais, ainda destas ocasiões há em que alguns ficam sem ela, ou com menos parte do que carecem para sustentação de suas famílias e querendo-nos dar providência nesta parte para que não

⁶²⁴ AHU-SC, cx.1, doc. 74.[Representação do juiz Luís Velho de Pina Meneses e dos oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Desterro, ao rei [D. José], solicitando providências dos abusos cometidos na administração pública pelo governador da Ilha de Santa Catarina, coronel Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa.]

ouse falta deste tão preciso alimento mandamos por editais a ver se alguém se queria obrigar a dar [Carne] com abundância em Açougue público e com efeito houve um morador, que fazendo sociedade com outro homem dos Campos do Rio Grande, se obrigarão não só a fazerem prontas quantas Reses fossem necessária em açougue publico, fazendo a sua custa casa para ministério dando mais trezentos mil réis para A Câmara em condição que ninguém mais poderia por tempo de seis anos cortar Carne para vender, e só para seu gasto, se tivesse gados próprios, que seria o preço de cada arrátel a vinte réis, e que se lhe permitiria meter nos Campos da Araçatuba as Reses que lhe fossem precisas para deles servirem tirando as que bastassem para fornecimento do dito açougue.

Com estas condições andava em praça havia uns dias e estando em termos de se arrematar o Governador mandou ir a sua presença o Lançador a quem disse ficasse entendendo que nos Referidos Campos não havia meter gados alguns, por que estes eram seus quando por três Alvarás de Vossa Majestade de que remetemos as cópias estão concedidos a estes povos para ouro comum, e sem eles fica impossível o açougue por não haverem outros com que possam sustentasse os gados vindos das estâncias do Rio Grande e [outrossim] que não se consentiria em que se cortasse carne a mais de quinze réis o arrátel, sendo ele quem dali a poucos tempos mandou cortar a vinte como atualmente se está vendendo, há vista do que se desvaneceu o Açougue e ficamos sujeitos a necessidade que procurávamos evitar perdendo aqueles trezentos mil réis que acresciam de renda para este concelho os quais se lhe podiam dar pelo bem que a esta povoação se seguia. E posto que o tempo de seis anos fosse muito atendendo que se carece de fábrica grande para se estabelecer o dito açougue como sejam Lanchões, currais e escravos, no que necessariamente se ha de gastar o melhor de três mil cruzados, e que ninguém ao menos agora no princípio, por menos tempo se quereria sujeitar a semelhante despesa com o parecer do Ouvidor Geral lhe concedíamos [?] para advertisse que nunca por menos de três anos em razão que ninguém fará cortar por um [rasurado] [rasurado] com a fábrica de que se necessita.

Qual seja a razão por que o Governador embaraçou o estabelecer-se do açougue nesta Vila, a não alcançamos, só nos persuadimos [rasurado] de que havendo-o não terá a Liberdade de se fazer Senhor dos Lombos, das Línguas, das Mãos e miolos de todas as reses que se matam a título de

propinas as quais compreendem em até os porcos que os particulares matam dos quais em até as orelhas se lhe dão ou por força ou por vontade, e se há descuido tem o Governador o cuidado de as mandar buscar e se as não entregam são presos e descompostos. Não falaríamos nesta Matéria que por indigna de um Lugar-tenente de Vossa Majestade se não pode acreditar, porém como o Governador a faz Regalia em separável do seu governo e nenhum outro no Brasil a tem, por que se querem Lombos, Línguas e o mais, o mandam comprar com o seu dinheiro, a fazermos presente a Vossa Majestade na consideração de ser esta causa de se opor a haver açougue e juntamente para que se não estabeleça a posse os seus sucessores semelhantes propinas em nenhuma outra parte praticadas.

Terceira - tendo em todos os portos do mar Livre a vantagem do peixe, pois o vendem os pescadores pelo que se ajustam com os que o vão comprar, aqui se não pratica assim por que o Governador lhe tem tachado o preço de dois [vintém] cada cambada de quatro peixes, haja muito ou haja pouco, e este se não pode vender sem vir ordem do Palácio, que assim chamam há morada do Governador e ir o mesmo Tenente, que está encarregado das Carnes, a quem o Governador chama Almotacé Mor, ou algum Sargento por comissão sua reparti-lo levando uns muitas vezes tudo, e outros nada por que com o nome de Palácio, e dos oficiais se toma mais do que necessitam para o depois se revender por maior preço ou se Largar a várias comadres. Não consiste no que fica dito somente a desordem de que tratamos, consiste também em que vendo os Paisanos não podem vender o seu peixe segundo a falta ou abundancia que dele houver, não querem pescar, e só o fazem os soldados com canoas, e redes dos oficiais, por que como vencem soldo e não fazem obrigação sempre lhe faz conta e além disto se trazem trezentos peixes dão só parte de cem, e menos, e o que ocultam, o vendem o depois em suas Casas pelo que querem segundo a necessidade que há o qual sempre é grande por falta de Carne para sustentação deste povo.

Quarta - sendo em todas as Vilas e Cidades da intendência dos Almotacés procurar que nelas não andem animais imundos, os desta Vila fizeram por vezes lançar pregões para que ninguém trouxesse nela porcos pois [inté] iam ficar nas sepulturas do adro da Igreja, e mandando um novamente repetir a mesma proibição, e porque disto se não fez caso, pelo Porteiro fez matar uns poucos entre os quais foi uma

porquinha de um criado do Governador, do que resultou ser preso o Porteiro em um tronco que está da banda de fora do Corpo da Guarda, com a espada que foi o instrumento da matança quebrada, e pendurado ao pescoço, e o Almotacé descomposto, e obrigado a pagar os porcos, como com efeito pagou aos que lhe quiseram aceitar dinheiro, que foram só dois.

Quinta- ser preciso se alguém quer vender o seu sítio pedir licença ao Governador e se o não faz, vai preso para as fortalezas, donde não sai, sem com efeito desfazer a venda.

Sexta - devendo honrar e estimar as pessoas que servem na Câmara para que os melhores da terra com boa vontade cuidem do bem dela os prende e desestima mandando-os chamar um por um a sua casa para os descompor de bêbados, velhacos, caboclos, e outros nomes indignos, e injuriosos de que nesse viver em todos tão desgostosos que é preciso obrigá-los a servirem os cargos para que são eleitos.

Sétima - devendo auxiliar as justiças para que estas cumpram com as suas obrigações não só lhe usurpa a jurisdição, mas os desatende se esta não administra segundo as leis da sua vontade.

Finalmente todo o governo deste governador é um desgoverno, é uma desordem, e quando se entendes que com a chegada do Ouvidor que Vossa Majestade foi servido Mandar nos para esta Ilha, tomassem as coisas diferente caminho, tudo está no mesmo estado, por que o Ministro em nada lhe vai a mão, e diz que se não quer embaraçar com o Governador e que faça ele o que quiser, o que conhecido pelo mesmo Governo continua em vexar os povos que não ousam a falar com medo das violências, das descomposturas, e dos calabouços aos quais certamente iremos parar sabendo, que pusemos na presença de Vossa Majestade estas tão certas como indubitáveis queixas. E quando delas não resulta a providência que esperamos da Real piedade de Vossa Majestade por se não fazer caso de uma Câmara onde servem pessoas de muito pouca autoridade, sem embargo que tais e quais são dos melhores da terra, Rogamos humildemente a Vossa Majestade não venha o governador no conhecimento de que tivemos o a rogo de nos queixarmos dele, por que a sabê-lo sem que surta o efeito de ser advertido dos seus excessos experimentaremos o Rigor da sua vingança sem remédio porque dos Governadores da América não há para onde

apelar se não para Vossa Majestade e na demora do recurso satisfazem a sua paixão certos em que quando Vossa Majestade atenda os queixosos não lhe vem outro castigo mais que o de obrastes mal, do que não fazem caso satisfazendo as suas paixões como eles mesmos dizem, e assim se formos atendidos não seremos mais maltratados, do que somos até que o tempo faça certo tudo quanto pomos na presença de Vossa Majestade que mandará o que for servido escrito em Câmara da Vila de Nossa Senhora do Desterro Ilha de Santa Catarina sete de Agosto de mil setecentos cinqüenta e um e eu José Mutuys Escrivão da Câmara que o escrevi por mandado dos oficiais dela.

[Rubricas]

[O Juiz - Luiz Velho de Pinna Menesses]

[Matheus Lourenço Coelho]

[Domingos Caetano Coelho]

[Tomas de Souza Sardinha]

[Manuel de Viveiros]